

**UFRRJ**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**DISSERTAÇÃO**

**PARTIDO DA REFORMA E TRANSFORMAÇÃO? O PARTIDO  
DEMOCRÁTICO SOCIAL (PDS) EM SEUS ANOS INICIAIS (1979-1982)**

**Matheus da Conceição Soares**

**2022**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**PARTIDO DA REFORMA E TRANSFORMAÇÃO? O PARTIDO  
DEMOCRÁTICO SOCIAL (PDS) EM SEUS ANOS INICIAIS (1979-1982)**

**Matheus da Conceição Soares**

*Sob a orientação da Professora Dra.*

Surama Conde Sá Pinto

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração Relações de Poder, Linguagens e História Intelectual.

Seropédica, RJ

Março de 2023



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



**TERMO Nº 208 / 2023 - PPHR (12.28.01.00.00.49)**

**Nº do Protocolo: 23083.013250/2023-37**

**Seropédica-RJ, 09 de março de 2023.**

MATHEUS DA CONCEIÇÃO SOARES

DISSERTAÇÃO submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRE EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História - Curso de Mestrado, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 08 de março de 2023

Dr. AMÉRICO OSCAR GUICHARD FREIRE, FGV Examinador Externo à Instituição

Dra. LUCIA GRINBERG, UNIRIO Examinadora Externa à Instituição

Dra. SURAMA CONDE SA PINTO, UFRRJ Presidente

*(Assinado digitalmente em 09/03/2023 18:02 )*  
SURAMA CONDE SA PINTO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
Depth/IM (12.28.01.00.00.88)  
Matrícula: 1636115

*(Assinado digitalmente em 09/03/2023 08:55 )*  
AMERICO OSCAR GUICHARD FREIRE  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 495.547.607-44

*(Assinado digitalmente em 09/03/2023 08:33 )*  
LUCIA GRINBERG  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 967.202.637-49

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 208, ano: 2023, tipo: TERMO, data de emissão: 09/03/2023 e o código de verificação: d2f30bdfae

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S676p Soares, Matheus da Conceição, 1997-  
Partido da reforma e transformação? O Partido  
Democrático Social (PDS) em seus anos iniciais (1979  
1982) / Matheus da Conceição Soares. - Duque de  
Caxias, 2023.  
253 f.

Orientadora: Surama Conde Sá Pinto.  
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em  
História, 2023.

1. Partido Democrático Social. 2.  
Multipartidarismo. 3. Abertura política. I. Pinto,  
Surama Conde Sá, 1969-, orient. II Universidade  
Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós  
Graduação em História III. Título.

## AGRADECIMENTOS

Começar uma lista de agradecimentos é uma tarefa difícil. Principalmente porque é nela que o universo acadêmico perde um pouco de formalidade e ganha mais personalidade. Primeiro, acho justo reconhecer a importância da Universidade Pública e do seu valor na sociedade brasileira. Sou filho de uma educação pública e de qualidade. Meu sonho era poder ingressar em um curso e aprender bastante. Confesso que o desenvolvimento das diversas políticas públicas acabara possibilitando a minha entrada em uma instituição com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Sou o primeiro da minha família a ter um título dentro de uma instituição pública de Ensino Superior e isso, para mim, é uma enorme responsabilidade.

Agradeço ao CNPQ por ter financiado esta pesquisa. O investimento em educação pública passa pelo desenvolvimento de bolsas dentro das diversas esferas do Ensino Superior. Como estudante, reconheço que através destas bolsas consegui financiar e investir em desenvolvimento pessoal e intelectual. Em um país fortemente desigual, o financiamento público me garantiu acesso e permanência na Pós-Graduação.

Devo agradecer aos professores Lucia Grinberg e Américo Freire, que no Exame de Qualificação muito me ajudaram no desenvolvimento desta pesquisa. Eu tive a oportunidade de ouvir excelentes indicações, como o acervo pessoal de Ernani do Amaral Peixoto - indicado pelo professor Freire -, como também a literatura partidária indicada e enviada pela professora Lucia Grinberg. A minha gratidão é imensa.

Quero destacar algumas linhas aos professores do Programa de Pós-Graduação da Rural, porque tive uma oportunidade de aprendizado única. Mesmo tendo aulas no formato remoto, por conta da pandemia de COVID-19, cada professor foi capaz de me auxiliar de uma forma especial, seja indicando textos, interpretações ou até mesmo orientações na forma de apresentar um texto, ou um artigo. Muito obrigado a todos vocês.

Falando em professores, preciso reconhecer a importância da professora Surama na minha vida acadêmica. Quando entrei na Rural, não tinha a dimensão do quão bom seria estudar História do Brasil IV, História e Cidadania, História do Brasil dos anos 60 à atualidade. Em cada aula, sobre cada texto, a professora Surama tinha uma indicação extra, uma percepção excelente e uma didática indescritível. Quando passei a ser orientando dela, percebi que tudo isso se somava a uma atenção enorme em cada conselho/indicação para um melhor aproveitamento das fontes, das bibliografias e das percepções. Surama é o tipo de professora

que te estimula a querer mais conhecimento. Muito obrigado pela atenção, dedicação e pelo direcionamento para com esta pesquisa. Foi um prazer tê-la como orientadora.

Agora, devo dedicar algumas linhas agradecendo aos meus amigos. Devo deixar claro que Maycon Alves Casado, Brenda Novais, Juliano Vieira, e Márjorye Duarte são pessoas que eu sempre guardarei no meu coração. Sorrisos, abraços, lágrimas... tudo isso eles viram de mim. E mesmo assim, estavam me ajudando, aconselhando e orando por mim. Vocês merecem o melhor deste mundo e meu desejo é que Deus sempre os mantenha por perto.

Aos meus familiares que tanto amo: Eryk Venancio, Eryka Barbosa, Edith da Conceição Venancio, Edmilson da Conceição Venancio, Edna Gomes Soares (*in memoriam*), Mônica Vasconcelos, Sandra Duarte, Alberto Santos, Daniela Duarte, Manuella Duarte. Muito obrigado por cada oração, ajuda, conselho e risos. A alegria de vocês é a minha. Como sei que minha alegria é a de vocês. Cada um foi determinante para que eu estivesse bem, confortável e feliz. Não esqueço de nada do que fizeram e fazem por mim. Meu coração sempre será grato por tudo. Amo vocês.

Meu agradecimento a Marcelle Silva Salles de Andrade. Eu a vi pela primeira vez, na graduação, em uma aula sobre o Império Português na época Moderna. Ela sorria. E era lindo. Seu sorriso conseguiu contagiar meu coração. Seu amor, doce e leve, era um estímulo para querer estar cada vez mais próximo. E estamos assim, pelo menos durante 4 anos de um relacionamento leve, alegre e filosófico. Que continuemos assistindo séries e filmes, que possamos viver em um estado/país menos quente e que a vida possa nos ensinar a valorizar ainda mais os momentos compartilhados. Devo listar aqui os meus sogros e minhas cunhadas, que tanto me ensinam e divertem. Obrigado por terem criado e amado minha namorada.

Mãe, você não tem a dimensão de como cada sorvete ou pizza pagos, por conta de boas notas, foi suficientemente estimulante para que eu continuasse a querer mais. Seu jeito alegre, contorna uma difícil vida de dor. Sua coluna passou por tantas coisas, que era um alívio saber que tinha saído bem de cada cirurgia. Você é responsável, em grande parte, por tudo isso que eu sou hoje. Obrigado. Eu te amo demais.

Pai, quantas vezes acordava sem te ver em casa porque você tinha ido trabalhar? Quantas vezes eu ia dormir sem te ver chegar, porque você ainda estava na faculdade? Como aprendi com você. Nossa... algumas lições foram difíceis de entender, mas hoje fazem muito sentido. Obrigado por lutar por mim e pela minha mãe. Obrigado por gerar uma estabilidade familiar que me garantiu tudo isso que vivo hoje. Sou grato por muita coisa, mas Deus sabe o quão especial foi ter dado aquele abraço apertado no dia 23 de novembro de 2019, depois do segundo

gol do “Gabigol”. Ali, estava grande parte do seu ensinamento: amor pela família, amor pelo Flamengo, amor pela vida. Te amo.

Não seria possível terminar este texto sem citar uma das pessoas mais incríveis que eu conheci. Confesso que se naquela quarta eu soubesse que seria a última vez que eu teria te visto, eu teria dado um abraço mais forte. Tia Fátima, você faz muita falta. Ninguém liga para minha mãe me desejando um milhão de beijos. Ninguém mais chama minha mãe de “Dilmar”. Para quem eu ligo, quando eu quiser o empadão mais gostoso dessa vida? Eu lembro de sempre te pedir isso e você rir. Depois de um pequeno tempo, o empadão era entregue. Cada aula que eu tive com você foi especial. Não sei se foi esse o motivo de escolher ser professor, mas acho que tenha tido uma contribuição. Você me ensinou muito sobre devoção, cuidado, amor, paciência, benignidade e hospitalidade. A COVID-19 foi covarde demais, tirou muita gente especial de nós. Eu sei que muitos perderam seus familiares, mas eu não estava pronto para dizer “Adeus!”. Até hoje não estou. Mas obrigado! Um dia nos encontraremos e comeremos seu empadão delicioso mais uma vez. EU TE AMO.

*Em todo tempo Deus é bom*

*O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.*

*This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – (CAPES) – Finance Code 001.*

## RESUMO

SOARES, Matheus da Conceição. **Partido da reforma e transformação? O Partido Democrático Social (PDS) em seus anos iniciais (1979-1982)**. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2023.

Esta pesquisa tem como objetivo central discutir o papel desempenhado pelo Partido Democrático Social (PDS) nos anos iniciais de sua formação (1979-1982). Ao analisar os fatores que estimularam o fim do sistema bipartidário brasileiro, vigente entre 1966 e 1979, e a adoção de uma nova lógica multipartidária, a dissertação procurou responder às seguintes questões: qual foi o comportamento do PDS durante os anos iniciais do governo João Figueiredo? O partido teve uma aproximação com os partidos de oposição política brasileira? Qual foi o comportamento do PDS e sua atuação dentro do Legislativo durante o projeto de abertura política brasileira? Houve autonomia entre o projeto militar e o do partido? A definição de partido aqui adotada segue a orientação proposta pelos seguintes autores: Maurice Duverger; Joseph Lapalombara & Myron Weiner; e Jean Charlot. A hipótese central defendida é a de que apesar de possuir um programa político bem definido, o Partido Democrático Social não conseguiu de fato exercer autonomia em suas decisões políticas frente ao governo. Na construção deste estudo foi mobilizado um conjunto de fontes de natureza variada, como jornais; os arquivos pessoais de Ernesto Geisel e Ernani do Amaral Peixoto; e os documentos relativos aos resultados eleitorais elaborados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

**Palavras-chave:** Partido Democrático Social, multipartidarismo, abertura política



## ABSTRACT

SOARES, Matheus da Conceição. **Party of reform and transformation? The Social Democratic Party (PDS) in its early years (1979-1982)**. Dissertation (Master in History). Institute of Human and Social Sciences, Graduate Program in History, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2023.

The central objective of this research is to discuss the role played by the Social Democratic Party (PDS) in the initial years of its formation (1979-1982). By analyzing the factors that stimulated the end of the Brazilian two-party system, in force between 1966 and 1979, and the adoption of a new multi-party logic, the dissertation sought to answer the following questions: what was the behavior of the PDS during the initial years of the João Figueiredo government? Did the party have an approach to Brazilian political opposition parties? What was the behavior of the PDS and its performance within the Legislative during the Brazilian political opening project? Was there autonomy between the military and the party's project? The definition of a party adopted here follows the guidance proposed by the following authors: Maurice Duverger, Joseph Lapalombara & Myron Weiner, and Jean Charlot. The central hypothesis defended is that despite having a well-defined political program, the Social Democratic Party did not actually manage to exercise autonomy in its political decisions vis-à-vis the government. In the construction of this study, a set of sources of varied nature was mobilized, such as newspapers; the personal archives of Ernesto Geisel and Ernani do Amaral Peixoto; and the documents related to the electoral results elaborated by the Superior Electoral Court (TSE).

**Keywords:** Social Democratic Party, multipartyism, political openness.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Projeção realizada pelo SNI para a Câmara dos Deputados em 1974.....	18
Tabela 2: Organização das facções e seus problemas internos. ....	27
Tabela 3: Especulação do governo, mediante os possíveis nas eleições municipais de 1976 .....	34
Tabela 4: Quadro comparativo elaborado pelo SNI.....	44
Tabela 5: Agenda de reformas políticas aparentes do Congresso .....	51
Tabela 6: Modelo partidário preferido entre os parlamentares .....	53
Tabela 7: Relação entre os políticos filiados em 1981 e suas antigas aproximações partidárias (pré-1966) .....	85
Tabela 8: Ocupação principal por legislatura controlada por partido (em %).....	87
Tabela 9: Variáveis de recrutamento por legislaturas controladas por partido.....	89
Tabela 10: Frequência de cargos ocupados por legislatura, controlada por partido.....	91
Tabela 11: Perfil de Recrutamento de eleitos em 1979 e dos deputados em 1981.....	93
Tabela 12: Dados sobre experiência política, escolaridade e relação com o estado que os deputados representam .....	95
Tabela 13: Análise sobre a experiência em cargos eletivos e administrativos dos parlamentares (1979 x 1981).....	99
Tabela 14: Membros da Comissão Regional e suas classificações mediante informações do SNI. ....	114
Tabela 15: Novos partidos e as preferências empresariais.....	187
Tabela 16: Avaliação dos governadores de alguns estados da União (em %).....	190
Tabela 17: identificação dos partidos com a sociedade .....	191
Tabela 18: “Qual é a sua opinião sobre a situação econômica do país atualmente” .....	192
Tabela 19: “Na sua opinião, o país atualmente está tranquilo ou está agitado” .....	193
Tabela 20: “O Sr (a) já ouviu falar na política de abertura ou não?” .....	194
Tabela 21: “Quem mais está lutando pela abertura política é:” .....	194
Tabela 22: “E o Sr.(a) é a favor ou contra a abertura política?” .....	196
Tabela 23: nível histórico de confiança no governo Figueiredo .....	197
Tabela 24: A disputa eleitoral em 10 estados .....	199
Tabela 25: Lista de problemas apontados pelos brasileiros .....	202
Tabela 26: histórico de votos na Câmara dos Deputados .....	217
Tabela 27: comparação dos Senadores eleitos em 1974 e 1978.....	217
Tabela 28: A situação das Assembleias Legislativas .....	218

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>CAPÍTULO I – O FIM DO BIPARTIDARISMO BRASILEIRO</b> .....	14
1.1 As eleições de 1974 e suas consequências ao quadro político-partidário .....	16
1.2 Eleições de 1976.....	29
1.3 O caminho ao processo eleitoral de 1978 e seus resultados .....	37
1.4 O projeto de reforma política.....	47
1.5 Conclusão .....	60
<b>CAPÍTULO II – OS NOVOS PARTIDOS E A COMPOSIÇÃO DO PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL</b> .....	67
2.1 Os novos partidos políticos e o PDS: um exame sobre suas formações e seus programas .....	68
2.2 Análise de dados sobre o perfil parlamentar do PDS e dos demais partidos .....	84
2.3 Uma análise sobre os primeiros líderes do PDS.....	101
2.4 Conclusão .....	120
<b>CAPÍTULO III – UM PARTIDO DE “SUBSERVIENTES”? O COMPORTAMENTO DO PDS EM SEUS PRIMEIROS ANOS</b> .....	122
3.1 “Subserviente é a vovozinha”? Negociações e debates entorno da Emenda Lobão .....	125
3.2 “Operação tartaruga”: a prorrogação de mandatos de prefeitos e vereadores.....	138
3.3 As prerrogativas do Congresso ou quando o PDS tentou negociar com o Planalto.....	149
3.4 Pela “autodeterminação do Congresso”? As eleições para a presidência da Câmara dos Deputados.....	161
3.5 As prerrogativas do Congresso, parte 2 .....	169
3.6 Conclusão .....	174
<b>CAPÍTULO IV – O PDS E AS ELEIÇÕES DE 1982</b> .....	177
4.1 Vote no “João”: relação da máquina estatal e o PDS para o processo eleitoral de 1982 .....	180
4.2 Projeções .....	187
4.3 Reformas eleitorais .....	202
4.4 As diversas divisões dentro do PDS .....	208

4.5 Conclusão .....	216
<b>CONCLUSÃO</b> .....	220
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	234

## INTRODUÇÃO

O sistema bipartidário brasileiro, vigente entre 1965-1979, teve como característica inicial um grande retorno ao Estado. Parlamentares governistas garantiam no período uma margem de maioria que dava legitimidade aos presidentes militares. Fato é que, a partir de 1974, o sistema já não funcionava da mesma forma.

O crescimento de grupos oposicionistas, uma vez derrotado o projeto de luta armada, passou a ser um foco de desestabilização do bipartidarismo. As sucessivas vitórias da oposição – que ameaçavam a manutenção de uma maioria simples de governistas – serviram de estímulo para a interferência do poder Executivo no ambiente parlamentar. Essa ação tinha como meta segurar o crescimento das oposições, dividindo-as, possibilitando o retorno à estabilidade governista, com maiorias no Congresso<sup>1</sup>.

Como resultado claro e visível, em 1979, com as mudanças nas regras do sistema político-partidário, o país passou a ter novas siglas. Para o governo, o processo de transição para o sistema multipartidário significou o ingresso no Partido Democrático Social (PDS). Este partido seria responsável em receber parlamentares que pertenciam à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), como também outros políticos que não se sentissem mais representados no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que assumiu a sigla PMDB.

Tomando como base o quadro supracitado, esta dissertação está voltada para a discussão da seguinte questão: qual o papel desempenhado pelo Partido Democrático Social (PDS) nos seus anos iniciais? Vale lembrar, o partido estava inserido em uma lógica de abertura política, liderada pelo presidente do país no momento: o general João Batista Figueiredo. João Figueiredo foi o último presidente militar a governar o país. Coube a ele dar continuidade à transição política iniciada ainda no governo Geisel (1974-1979). Assim, no desenvolvimento desse estudo, visamos compreender o desempenho do partido governista justamente no início da experiência multipartidária que corresponde aos momentos finais do processo de transição democrática.

Nas últimas décadas cresceu de forma significativa o número de estudos sobre a ditadura militar no Brasil. Esses trabalhos abordam questões econômicas, sociais e políticas. Contudo,

---

<sup>1</sup> FLEISCHER, David. O Novo Pluripartidarismo: Perfil socioeconômico da Câmara dos Deputados (1979 *versus* 1983). In: FLEISCHER, David (org.). **Da Distensão à Abertura: As Eleições de 1982**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

análises sobre as relações entre apoiadores do Governo Militar e seus desdobramentos ainda são poucos.

Nesse universo, o livro de Lucia Grinberg representa uma importante contribuição, já que nele é resgatada e discutida a experiência da Arena<sup>2</sup>. Grinberg analisou a relação entre o partido e o governo na ditadura militar, mostrando como o vínculo entre o partido acabou sendo alterado em três momentos chaves.

No primeiro momento, entre 1965 e 1968, o partido experimentou o início de sua formação. Nessa fase, a sigla ganhou grande destaque nacional, justamente pela rápida atuação governista em se associar com as elites mais poderosas nos estados. O partido acabaria recebendo nomes de grande experiência no jogo político.

O objetivo do partido era claro: garantir apoio aos militares. Contudo, a base de apoio esperada não ocorreu da forma planejada. Logo, uma ríspida resposta militar foi dada, com o cerceamento do partido e a instituição do Ato Institucional nº5, o AI-5<sup>3</sup>.

O segundo momento, entre 1969 e 1974, foi de recomposição do partido. As medidas de repressão do Governo acabaram forçando uma “disputa por espaços políticos entre políticos e militares”<sup>4</sup>. Já que a normalidade política tinha sido alterada pelos militares. O resultado negativo dessa disputa, refletido no crescimento da oposição e gerando votos expressivos para o MDB no pleito de 1974, acabou inaugurando o terceiro momento (entre 1974 e 1979). Nele, a Arena voltaria a ser colocutor do Governo. Deixando para trás as rixas entre políticos e militares e auxiliando na condução do projeto de abertura.

Grinberg defende ainda a ideia de que o processo de abertura política brasileira não foi linear. Após a transmissão do poder de Geisel para Figueiredo, o projeto de abertura política ganhou novos capítulos, tendo maior destaque dois projetos: a Anistia e o projeto que visava uma reforma partidária. Seu estudo sinalizou para a necessidade da continuidade de análises nessa linha. A dinâmica local entre arenistas e o Governo Federal, por exemplo, ainda não é de todo mensurada, impossibilitando uma maior compreensão da relação dos poderes locais – elites políticas regionais – com as instituições e desígnios nacionais.

Assim como se observa no caso da Arena, existe uma lacuna no que diz respeito a estudo sobre políticos governistas que ingressaram no Partido Democrático Social entre 1979 e 1980. Os anos seguintes foram anos de intensos debates sobre o processo de abertura. Apesar do

---

<sup>2</sup> GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

<sup>3</sup> Ibidem.

<sup>4</sup> GRINBERG, 2009, p. 184.

mencionado, não há nenhuma análise mais aprofundada sobre o comportamento governista nas pautas debatidas no Congresso. Quais eram as motivações de um deputado ou senador em defender uma determinada pauta no contexto da transição? O apoio inquestionável do partido ao governo foi uma realidade? Houve autonomia por parte dos parlamentares do PDS na discussão e votação de pautas relativas à transição? Estas perguntas continuam sem respostas.

Por outro lado, essa escassa produção contrasta com o avanço de pesquisas sobre as oposições, que visam compreender as formas de luta desenvolvidas para combater a ditadura militar. São os casos dos estudos sobre a luta armada, do comportamento dos congressistas do MDB e dos novos partidos formados no esteio da reforma partidária de 1979, como o Partido dos Trabalhadores. Aqui merece destaque a reflexão sobre a via partidária da transição política realizada por Américo Freire

O autor, tomando como base pressupostos de Lamounier, entendeu que as eleições durante o período ditatorial não se constituíam de processos falsos. Ao contrário, tinham um papel importante no próprio desenvolvimento histórico da ditadura.

Agora, cabe explicar o que Freire chamou de pluripartidarismo moderado – tese de David Fleischer da qual o autor se aproxima.

Conforme destaca, na metade do ano de 1978, o presidente Geisel traçou um novo caminho ao projeto de abertura política. Sua principal medida, durante esse momento, foi a revogação dos Atos Institucionais. Em seguida, já na presidência de João Batista Figueiredo, duas ações políticas chamaram atenção dos diversos grupos civis: a Lei de Anistia e a Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Apesar de serem medidas de maior flexibilização do regime, o governo não desistiu de ter o controle sobre o processo, impedindo uma maior participação dos diversos grupos de oposição.

Freire entende que os estudos sobre o projeto de reformulação partidária apresentam em comum a interpretação de que o objetivo principal do governo era justamente o de fragmentar os grupos de oposição política. Qual seria o propósito deste novo sistema partidário, dentro do cotidiano político? Primeiro, o governo punha fim a lógica plebiscitária que as eleições passaram a ter – principalmente nos anos de 1974 e 1978. Segundo, era um momento em que o governo teria a oportunidade de testar “os limites do regime por meio de eleições”<sup>5</sup>.

O governo permitiu a criação de até cinco novos partidos, impedindo a criação de uma sigla claramente comunista, e tendo como os principais partidos do centro político o PDS (Partido Democrático Social) e o PP (Partido Popular). Assim, a transição passaria do comando

---

<sup>5</sup> FREIRE, 2014, p. 298.

militar para as elites políticas vistas como no centro do espectro político<sup>6</sup>. Seria o momento em que os partidos políticos passariam a ter maior influência no processo de abertura. Porém, para que isso fosse bem-sucedido, o governo deveria ter controle sobre os grupos radicais do setor militar brasileiro.

A conclusão desta dissertação retomará algumas das proposições do autor. Por ora, é importante reconhecer que a análise de Freire sobre “a Via Partidária da Transição” nos permite pensar em uma série de questões.

A pergunta que se coloca é: por que não estudar mais a fundo os partidos governistas? Essa ausência de interesse acaba deixando em aberto uma série de lacunas. Os pedessistas só defendiam os interesses governistas? Que tipos de desafios foram enfrentados pelo partido na sua “infância”? Houve aproximações entre deputados e senadores do PDS em relação aos deputados e senadores dos partidos de oposição? Qual o papel jogado pelo PDS nos primeiros anos do multipartidarismo que corresponde à reta final da ditadura?

É basicamente para essas questões que essa dissertação está voltada.

Parece-nos inquestionável a relevância do tema proposto. Ele ganha mais importância quando observamos, nos últimos anos, o crescimento de grupos de direita e, nesse movimento, a profusão de pronunciamentos e propostas identificadas com a defesa de golpe ou mesmo a instituição de um governo militar<sup>7</sup>. Conforme sabemos, estes grupos não só possuem grande acesso a redes sociais, como também propagam opiniões e informações<sup>8</sup> – muitas delas falsas<sup>9</sup> –, que são alvos de interesses nacionais. Por si só, esse quadro justifica a necessidade de estudos da natureza aqui proposta.

Ao delimitarmos como tema desta dissertação o papel do Partido Democrático Social (PDS) nos anos iniciais do governo de João Figueiredo (1979-1982), nosso objetivo principal

---

<sup>6</sup> Ibidem.

<sup>7</sup> Alguns exemplos podem ser apontados, mas os mais específicos podem ser descritos como o filme do canal Brasil Paralelo chamado “1964: O Brasil entre armas e livros” ([https://www.youtube.com/watch?v=yTenWQHRPIg&list=PL3yv1E7iXyT44U4ZcU\\_alyF5h-yKY6cD](https://www.youtube.com/watch?v=yTenWQHRPIg&list=PL3yv1E7iXyT44U4ZcU_alyF5h-yKY6cD), visto em 29 de junho de 2021, às 14h), lançado no ano de 2019, e que já conta com mais de 8 milhões de visualizações.

<sup>8</sup> Vale citar seus meios de propagar informações. Seja pelo site do Terça Livre (<https://tercalivre.com.br/>), seja pelo Youtube do canal Terça Livre (<https://www.youtube.com/channel/UC7qK1TCeLAr8qOeclO-s39g>), ou do Brasil Paralelo, ou de Bernardo Küster (<https://www.youtube.com/user/starkerbar>), e outros. Canais estes que possuem, somados, quase dois milhões de seguidores. Todos os acessos foram feitos em 29 de junho de 2021, às 14h.

<sup>9</sup> Recentemente, o país acabou sendo bombardeado por alegações do mais baixo nível às figuras oposicionistas aos interesses destes grupos. Uma rede de notícias falsas que serviam para desacreditar e desinformar os cidadãos, com os diversos intuitos. Para mais informações, vale seguir estes links: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53003097>; <https://veja.abril.com.br/brasil/investigacoes-de-fake-news-e-atos-antidemocraticos-podem-ser-unificadas/>; <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/04/09/moraes-prorroga-inqueritos-do-stf-sobre-disseminacao-de-fake-news-e-atos-antidemocraticos.ghtml>; todos os acessos foram feitos em 29 de junho de 2021, às 14h.



foi compreender a relação entre o Partido Democrático Social e o Poder Executivo - apontando para o exame do grau de autonomia experimentado pelo partido em suas decisões políticas. Buscamos, entre outros, examinar se entre a forma que se pensou o partido no momento de sua criação e sua prática política havia algum tipo de descompasso; e, se a tendência de atuação foi semelhante àquela observada no caso da Arena (Aliança Renovadora Nacional).

Paralelamente, um segundo objetivo foi entender o papel do PDS no processo de transição política. Cabe ressaltar que a década de 1980 foi marcada por um longo período de discussões sobre uma nova ordem política que caminhasse com a democracia. O Congresso Nacional acabou sendo um dos *locus* privilegiados dos debates sobre a abertura, já que teve papel de legislar pautas relevantes sobre o tema.

Outro objetivo foi a construção de um perfil dos políticos que formaram o PDS logo após o processo de Reforma Partidária. Essa etapa do trabalho visou criar um quadro comparativo entre a formação histórica da Arena e o PDS, com vistas a perceber similaridades e diferenças entre os dois partidos. Também comparamos a formação do PDS com os demais partidos criados após o processo de criação dos novos partidos. A ideia foi perceber se houve ou não uma renovação dos quadros políticos do período.

Finalmente, um outro objetivo que orientou a estruturação da dissertação foi examinar a atuação dos parlamentares do PDS em torno de grandes questões que mobilizaram a agenda política nacional e cotejar essa ação com o programa partidário, a fim de averiguar se havia coerência ou não. Essa discussão é desenvolvida nos capítulos 3 e 4.

Nossa hipótese central é a de que apesar de possuir um programa político bem definido, o Partido Democrático Social não conseguiu, de fato, exercer autonomia em suas decisões políticas frente ao governo nos anos iniciais da Reforma Partidária. O Poder Executivo desempenhou um papel de rígido controle sobre as pautas a serem debatidas pelo Congresso Nacional, impedindo que temas relevantes fossem tratados exclusivamente pelos congressistas. Da mesma forma, o partido se esforçou para construir internamente consenso e apresentar uma postura homogênea em questões sobre a transição democrática brasileira, mas nem sempre isso foi possível. Enquanto a cúpula do partido se mostrou alinhada ao governo, garantindo protagonismo para o Executivo no processo de transição política, setores internos se esforçaram para transferir esse papel para o Legislativo e os novos partidos criados a partir de 1979.

É importante ainda esclarecer que esta dissertação se insere no campo da História Política, que passou por um processo de renovação, ganhando novos contornos que orientam a produção nesse âmbito. A interdisciplinaridade foi uma das principais colaborações para o

avanço de novos estudos. A própria reflexão sobre o conceito de *poder* também colaborou para que fossem desenvolvidas novas pesquisas na área.

Da mesma forma é importante tecer algumas considerações sobre o conceito de partido político aqui utilizado. A literatura sobre partidos políticos é bastante rica e variada. Na impossibilidade de dar conta de todos os títulos e autores, selecionamos um conjunto de análises que nos ajudaram na escolha da definição aqui aplicada.

O primeiro autor aqui citado, por pensar sobre a definição e a própria formação de um partido político, é Jean Dubois<sup>10</sup>. Segundo Dubois, o termo “partido” tem uma origem mais antiga do que o termo “classe”, porém, sua compreensão moderna não é a mesma definição dos períodos antigos. Até a primeira metade do século XIX, um partido seria uma reunião de membros em torno de uma determinada convicção. Pertencer ao “partido monárquico” na França da primeira metade do século XIX era dizer para todos que você seria um defensor da monarquia. O mesmo aconteceria se uma outra pessoa se apresentasse como membro do “partido republicano”, logicamente essa pessoa seria um republicano. Não havendo maiores distinções do que isso.

Dubois entende que a evolução do conceito de partido ocorreu após 1869 quando começaram a surgir os chamados grupos parlamentares. Estes grupos acabaram dentro de organizações que começavam a ganhar certa complexidade, por exemplo, com a adoção de reuniões. Algumas expressões políticas deixaram de ser adotadas em favor de novas definições mais precisas. Antes, era comum a expressão “homem de partido” designar alguém que decidiu se posicionar. Após o período destacado, o vocabulário político conheceu com mais ênfase a expressão “chefe de partido”, que seria justamente um agente de ordenamento de determinado partido.

Segundo Dubois, a evolução ou adoção de conceitos são importantes para entender a própria transformação do entendimento sobre “partidos políticos”. Em sua cronologia conceitual, somente se pode entender a definição moderna de partido e sua formação complexificada após a segunda metade do século XIX. Mas, claramente, deve-se ter em mente que seu foco esteve voltado para a sociedade francesa. Não sendo incomum, que autores passem a pensar a formação dos partidos políticos em um momento anterior, tendo como base a sociedade britânica e/ou estadunidense.

---

<sup>10</sup> DUBOIS, Jean. **Le Vocabulaire politique et social en France de 1869 à 1872**. Paris: Larousse, 1962.

Lapalombara e Weiner já partem de uma definição mais explícita sobre partidos políticos criando inclusive uma tipologia para os mesmos<sup>11</sup>. Os autores entendem que as ligas, clubes e comitês de notáveis não podem ser entendidos como partidos políticos, apesar destes serem justamente organizações que precederam um partido. Esses antecessores traziam consigo uma questão importante aos partidos políticos modernos: o anseio pelo poder.

Ambos creditaram o surgimento dos partidos políticos ao período de 1832, na Inglaterra, pela Reforma Eleitoral. O caso francês, ligado à Revolução de 1848, também seria o segundo caso mais antigo de surgimento dos partidos políticos modernos. Os autores entendem que os Estados Unidos da América também possuíam um longo histórico de existência de partidos políticos, mas, apesar dos partidos políticos estadunidenses surgirem entre 1790-1799, somente em 1830 é que podem ser reconhecidos pela classificação moderna.

Conforme já assinalado, eles criaram alguns critérios para definir um partido político. O primeiro refere-se à durabilidade. Ou seja, o partido tem que ter uma duração maior do que propriamente os seus líderes que estiverem no poder. O segundo critério relaciona a durabilidade do partido com a posição nacional. Um partido de longa duração deve, necessariamente, ter bases nacionais. O terceiro critério aglutina os dois primeiros, ao entender que o partido em todos os seus níveis de organização deve aspirar ao poder. Depois de desejar, deve ter o poder sozinho ou em conjunto com outras siglas. Por fim, o entendimento de que o partido deve buscar o apoio popular em um processo de sufrágio<sup>12</sup>.

Possivelmente a tese mais famosa sobre definições e histórico dos partidos políticos seja a de Maurice Duverger<sup>13</sup>. Sua perspectiva, de caráter mais abrangente, engloba a formação de diversos partidos políticos - principalmente na Europa, mas não só neste continente. A origem de um partido é associada diretamente ao próprio processo de progresso do conceito de *democracia*.

O autor explica então a chamada origem eleitoral e parlamentar dos partidos. Neste caso, os chamados grupos parlamentares acabam sendo criados primeiro do que os processos de formação dos comitês eleitorais. Para Duverger, os primeiros grupos parlamentares de determinados países são formados antes de uma definição clara sobre sua ideologia. Outro fator que colaborou com a formação destes grupos está na questão eleitoral, mais especificamente

---

<sup>11</sup> LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron. The Origin and Development of Political Parties. In: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron. **Political Parties and Political Development**. Princeton: Princeton University Press, 1966.

<sup>12</sup> Ibidem.

<sup>13</sup> DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. 2ª. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1980.

com a reeleição. Os políticos passaram a buscar uma melhor forma de organização estimulados pelo próprio processo eleitoral de caráter proporcional ou semelhante. Mas quando surgem os chamados comitês eleitorais? Não é possível detalhar. Contudo, Duverger aponta pelo menos três origens possíveis. A primeira, por criação de um candidato que reúne dentro dessa cúpula pessoas de confiança, como familiares e amigos, interessados em garantir o seu bom desempenho eleitoral. A segunda origem possível estaria condicionada ao próprio conjunto de pessoas próximas, como familiares e amigos, interessados em eleger um determinado político. Por fim, a terceira possibilidade está no reconhecimento dentro de um grupo, que seria importante o surgimento de um comitê<sup>14</sup>.

A criação dos chamados grupos parlamentares somados aos comitês eleitorais possibilitaram a formação de uma sigla. O partido, assim, nada mais é do que a institucionalização destes grupos que antes tinha um caráter mais privativo. Após esse primeiro passo, surge o reconhecimento da necessidade em expandir o grupo político, formando novos comitês eleitorais em outras localidades<sup>15</sup>.

Já no que diz respeito à origem exterior dos partidos políticos, para Duverger esta possibilidade surge quando um fator externo à lógica “*grupos parlamentares mais comitês eleitorais*” acabam sendo responsáveis pela criação de um partido. Tal situação não costuma ser a exceção da regra, ao contrário, é bastante comum que uma origem externa tenha sido a responsável pela formação de um partido. Um exemplo sobre esses agentes externos se encontra nos sindicatos que dão origem a partidos. Outros exemplos estão em associações empresariais, rurais, igrejas e até mesmo instituições financeiras que podem ter algum tipo de cúpula, onde ali se decide pela formação partidária<sup>16</sup>.

Existe alguma diferença entre a formação externa e a de grupos parlamentares? Nitidamente sim. Segundo Duverger, a distinção está no nível de confiança que os partidos de formação externa costumam depositar em seus parlamentares. A organização de um partido por algum agente externo acaba criando um ambiente de menor dependência do próprio partido, já que o campo de ação deste grupo não está concentrado na via parlamentar. Assim, um partido formado por agente externo tem maior capacidade de garantir mobilização, justamente porque a via parlamentar é apenas mais uma possibilidade de organização. Perfil distinto é encontrado

---

<sup>14</sup> Ibidem.

<sup>15</sup> Ibidem.

<sup>16</sup> Ibidem.

em um partido de grupo parlamentar, onde a capacidade de mobilização está localizada no seu seio.

Mediante estas condições, seria possível pensar apenas uma definição de partido político? O que determinados autores passaram a dizer sobre o que seria um partido? Podemos organizar algumas linhas de raciocínio seguindo as proposições de Jean Charlot<sup>17</sup>. Segundo o autor, existem ao menos três formas de pensar a definição de um partido: pela organização; pela ideologia; e pela função.

Duverger é um autor que pensa o partido pela organização. Sua definição de partido é: “Um partido não é uma comunidade, mas um conjunto de comunidades, uma reunião de pequenos grupos disseminados através do país (...), ligados por instituições coordenadores”<sup>18</sup>. Um outro autor que define partido de forma semelhante é Max Weber, que entende que um partido tem um caráter associativo, tendo como finalidade principal ter domínio sobre o poder<sup>19</sup>.

O último autor que pode ser adicionado a esta lista é Frank Sorauf<sup>20</sup>. Sorauf define o partido como uma organização que é formada por três fatores. O primeiro é a organização, na qual o partido seria capaz de reunir pessoas em torno de uma obra coletiva tendo como alvo atingir um fim específico. A estrutura tem um caráter hierarquizado, garantindo assim sua própria funcionalidade. O segundo elemento é a relação com o governo. Nesse quesito, o partido, com caráter governista, acaba sendo a continuidade do governo no Parlamento. Por fim, a relação com o eleitorado. Geralmente, este terceiro fator costuma ser o de pior organização e estabilidade. O maior problema é que esta questão pode ou não ter consigo maior garantia ao próprio partido, já que as relações não são estabelecidas pela coercitividade.

Charlot entende que uma outra possível classificação dos autores sobre partido político está nos que entendem um partido como portador de um ideal. Entre eles, podemos citar Georges Burdeau<sup>21</sup>. O autor entende que um partido seria uma reunião de pessoas que partilham de ideologias políticas comuns. Semelhante a ideia de um ideal, temos a definição de Graham Wallas, que entende um partido como uma imagem<sup>22</sup>. Essa imagem pode estar carregada de sentimentos, justamente por conta do significado ao qual o partido possui. O autor entende que

---

<sup>17</sup> CHARLOT, Jean. **Os Partidos Políticos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

<sup>18</sup> DUVERGER, 1980, p. 52.

<sup>19</sup> WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia contemporânea**. 4. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2015.

<sup>20</sup> SORAUF, Frank. Political Parties and Political Analysis. In: CHAMBERS, W. N.; BURNHAM, W. D. (org.). **The American Party Systems**. Stages of Political Development. Nova York: Oxford University Press, 1967.

<sup>21</sup> BURDEAU, Georges. **Traité de science politique**. 2ª. ed. Paris: Librairie générale de droit et de jurisprudence, 1968.

<sup>22</sup> WALLAS, Graham. **Human Nature in Politics**. Londres: Constable, 1920.

a própria cor de um partido se torna fundamental, justamente porque pela cor há o reconhecimento do caminho ao qual a sigla segue.

Outros autores associam a palavra partido à sua funcionalidade. Charlot considera Raymond Aron um desses pensadores. Segundo Aron, um partido seria “a organização regular ou durável (ou o agrupamento regular ou durável) de determinado número de indivíduos com vistas ao exercício do poder, isto é, seja da conquista, seja da conservação do poder”<sup>23</sup>. Como apresentado, o autor entende o partido justamente pelo seu fim: a busca do poder. Posição que também não é diferente de Anthony Downs<sup>24</sup>.

Segundo Downs, um partido seria justamente a reunião de pessoas em torno da obtenção do controle do poder. Há o entendimento de que essas pessoas partilham de interesses semelhantes. O autor acaba reconhecendo que sua definição não permite ver um partido político como uma espécie de organização individualista, na qual o seu caráter decisório é seguido de forma autoritária. Longe disso, o partido carrega consigo sempre essa postura coletiva que busca deter controle sobre o poder.

Estas distintas classificações nos ajudam a entender a relevância das pesquisas sobre partidos políticos. Agora, cabe destacar quais os critérios utilizados aqui para definir o Partido Democrático Social como um partido político. Primeiro está na própria definição de funcionalidade aqui utilizada. O PDS surge como um partido que, teoricamente, seria base do governo Figueiredo e com mais autonomia política do que a sua antecessora, Aliança Renovadora Nacional (Arena). Essa posição é importante, porque em todos os momentos desta pesquisa será possível entender que o partido teve um desejo em participar e ter o poder em suas mãos.

O segundo critério para defender que o PDS seja um partido político está em seu contexto histórico. Foi um momento de surgimento de novas siglas, mediante a formação do sistema multipartidário brasileiro. O PDS acabou sendo criado no contexto da transição política para receber os membros da Arena, mas também para conseguir agregar novos membros - um dos focos do partido esteve na juventude brasileira, criando diversos meios para possibilitar a filiação destes jovens.

O terceiro critério guarda relação com o quadro proposto por Lapalombara e Weiner. Estes autores, pensam quatro questões para definir um partido político: durabilidade;

---

<sup>23</sup> ARON, Raymond. Introduction à l'étude des partis politiques. In: Association française de science politique, **Journées d'études des 26 et 27 novembre 1949**, Paris, 1949, p. 11.

<sup>24</sup> DOWNS, Anthony. **An Economic Theory of Democracy**. New York: Harper, 1957.

organização local; o desejo pelo poder; a questão eleitoral. Como será possível perceber nos capítulos 2, 3 e 4 desta dissertação, todos estes critérios foram observados, permitindo o reconhecimento do PDS como um partido. Porém, há ainda a questão da durabilidade. O PDS, em 1993, deixou de ter esse nome. O partido se fundiu ao Partido Democrata Cristão (PDC), dando origem ao Partido Progressista Reformador (PPR). A fusão de um partido não pode ser motivo para pensar em seu fim, já que toda a estrutura política é carregada e todo o conhecimento prévio é aproveitado. A fusão acaba sendo um fator ainda mais relevante de ser estudada em um futuro, já que até hoje a política brasileira tem o fruto dessa fusão, conhecida como Partido Progressista, mas que recentemente é denominado de Progressistas.

Essa dissertação analisou a plataforma política e composição partidária do PDS; examinou debates parlamentares e o papel de pedessistas nestes; e analisou as estratégias e os resultados eleitorais de 1982. Para tal foi utilizada uma grande variedade de fontes. Em sua maioria, os acervos foram consultados pelo meio digital – fato que em muito contribuiu para a realização desta pesquisa.

Lançamos mão também de relatórios produzidos pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), particularmente no primeiro capítulo, para um detalhamento das relações entre governo, Arena e oposições. Este acervo encontra-se disponível no CPDOC, nos arquivos presidenciais de Ernesto Geisel. Ao todo, esses relatórios eram escritos com diversas informações da vida “política”, “econômica” e “psicossocial”. Cada relatório poderia vir acompanhado de todos esses subtemas citados, ou de alguns destes. O mais constante foi o relatório sobre “política”, praticamente todos os documentos consultados possuíam algumas linhas ou páginas sobre o tema. Em alguns momentos relevantes, o relatório era composto por um Dossiê, principalmente relativo a questões eleitorais.

Também foram consultados os arquivos pessoais de Ernani do Amaral Peixoto. Este acervo também se encontra disponível em formato digital. O acervo pessoal conta com informações de fundação do partido, como o texto original do Manifesto ao Povo Brasileiro e documentos relativos à organização do PDS no estado do Rio de Janeiro, como também questões de organização nacional do partido. A existência de uma pasta somente sobre o Partido Democrático Social foi de muita serventia na formulação do capítulo 2. Alguns destes documentos foram discutidos no capítulo citado. Mas, cabe dizer que o grande foco desse acervo está nos anos subsequentes ao marco cronológico desta pesquisa - portanto, existe ainda uma grande quantidade de informações que precisam ser exploradas.

Lançamos mão também de dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral, acerca das eleições de 1972, 1974, 1976, 1978 e 1982. Infelizmente, encontrar esses dados não foi tão fácil quanto os documentos anteriormente mencionados. Muitas das informações só foram possíveis aqui serem apresentadas pelo trabalho de digitalização dos dados eleitorais realizados pela Biblioteca do Senado Federal brasileiro. As informações que foram tratadas no capítulo 1 e 4 são de fundamental importância para entendermos o porquê de determinadas medidas políticas realizadas pelo Estado brasileiro. Ressalto aqui que mesmo com o trabalho desempenhado no Senado Federal, esses dados precisam ser divulgados com um maior cuidado e com mais facilidades - garantindo uma maior transparência à própria sociedade brasileira.

Também deve ser destacado o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB) do CPDOC-FGV, que muito contribuiu para uma melhor informação sobre praticamente todos os Deputados e Senadores listados por essa pesquisa. A maior parte de sua utilização esteve no capítulo 2, mas praticamente em todos os capítulos desta dissertação os dados do DHBB foram utilizados.

Por fim, vale citar os periódicos O Globo, Folha de São Paulo, Tribuna da Imprensa e Jornal do Brasil. Os capítulos 3 e 4 foram construídos com base nos dados coligidos nestes jornais. Todos os acervos estão disponíveis de forma digital, sendo que o acervo O Globo tem restrições para não assinantes. A Folha de São Paulo também tem um acervo próprio. A empresa tem um software de grande funcionalidade, tendo rapidez e fluidez quanto às principais características de seu sistema. Além disso, a qualidade da digitalização é impressionante, em comparação com os demais acervos. A sensação de quem utiliza é ter em mãos um jornal que acabou de ser impresso. Poucas foram as páginas em que a leitura foi dificultada por algum problema no processo de digitalização. A tribuna da Imprensa e o Jornal do Brasil já possuíram características semelhantes. Seus acervos estão disponíveis pelo site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. A organização dos dois é semelhante. O software para operacionalizar estes jornais também é bom, mas algumas de suas páginas acabaram passando por algum tipo de perda de qualidade de imagem - mas nada que impossibilite sua utilização para esta pesquisa.

Durante a graduação, foi organizado um acervo de dados contabilizando jornal, tema abordado e suas indicações em páginas, dias, meses e anos. Isso acabou garantindo que o trabalho com a imprensa fosse facilitado. Sendo possível não só localizar os temas de maior relevância nas páginas dos jornais, como também apontar a longevidade destas discussões.

Para finalizar, esta dissertação foi estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo trata do período de 1974 até 1979. Seu objetivo é discutir as motivações da dissolução do



sistema bipartidário brasileiro. A divisão deste capítulo privilegiou as eleições de 1974, 1976 e 1978, mostrando o crescimento da oposição e as queixas do governo contra a Arena, como também o processo de descrédito que o partido sofreu do próprio governo. Para isso, foi utilizado um conjunto de relatórios produzidos pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) enviados ao presidente Geisel. O conteúdo destes relatórios foi exposto, tentando explicar as decisões do fim do sistema bipartidário foram tomadas. Além disso, o capítulo apresenta argumentos sobre como o processo de formação de um sistema pluripartidário também era de interesse dos próprios políticos da oposição.

O segundo capítulo trata da formação do Partido Democrático Social e dos demais partidos no contexto da reforma de 1979. Uma parte deste capítulo discute os programas partidários e faz um breve histórico dos partidos de oposição que surgiram ainda em 1980, como também apresenta o próprio Manifesto ao Povo Brasileiro - um programa partidário do PDS ao grande público - e o compara ao Programa da Arena, sendo possível identificar similitudes e distinções. Na segunda parte deste capítulo é feito um cruzamento de informações sobre o PDS e sobre a Arena e aos novos partidos que surgiram com a Reforma Partidária de 1979. Por fim, este capítulo apresenta algumas das lideranças nacionais do PDS, trazendo alguns dados biográficos.

O terceiro capítulo teve por intuito discutir o comportamento do PDS no Congresso Nacional, nosso objetivo é discutir como o partido se relacionou com o governo e a oposição em temas considerados relevantes na agenda política nacional. Será possível identificar que o partido não conseguiu estabelecer consenso em momentos de relevância no cenário político. Foram escolhidos uma série de debates parlamentares com o intuito de explorar a conduta dos pedessistas e do governo.

O quarto capítulo discute o pleito de 1982, mostrando como o governo e o PDS agiram em prol de seus interesses políticos. Este capítulo acabou explorando estratégias políticas, como a utilização da imagem do presidente da República em favor do partido, além de apontar para determinadas projeções políticas sobre os resultados eleitorais. O capítulo também se concentrou em ilustrar os problemas internos do PDS nos diversos estados do país. Nele mostramos que a ideia de um consenso também era difícil não só em um cenário nacional, como também no âmbito local.

## CAPÍTULO I – O FIM DO BIPARTIDARISMO BRASILEIRO

Esse capítulo focaliza o período de 1974 até 1979. O objetivo central é discutir os fatores que levaram ao fim do sistema bipartidário brasileiro. Para tal, o texto foi dividido em quatro subitens: as eleições de 1974, de 1976 e o pleito de 1978. Além destas eleições, também há uma preocupação de discutir o comportamento de membros do poder Legislativo e do Executivo em prol de uma Reforma Partidária. Ao final, será realizada uma discussão sobre os partidos políticos brasileiros do período.

A Arena foi um partido formado em um contexto um tanto curioso. A sigla surgiu por conta de um decreto vindo de cima para baixo, que impossibilitou a continuidade do regime multipartidário no Brasil, vigente entre 1945 e 1965<sup>25</sup>. Entre sua formação e os anos subsequentes o partido teve algumas oscilações entre maior ou menor participação no seio decisório do país. No texto a seguir, serão desprezados os anos iniciais e de maior fragilidade institucional do partido, em favor de momentos finais da organização. Isso se explica pela existência de uma tese detalhada sobre a Arena em nível nacional<sup>26</sup>.

Conforme já assinalado, o foco deste capítulo é justamente o período de governo do presidente Geisel e o ano inicial de gestão do presidente Figueiredo, os dois últimos presidentes militares brasileiros. Em termos cronológicos de 1974 até 1979, que foram os últimos 5 anos do partido Arena. O interesse é discutir os relatórios produzidos pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) e disponível através dos arquivos de Ernesto Geisel no CPDOC a fim de perceber como o governo enxergava a Arena e como o próprio partido se encontrava no período.

O fim do período repressivo, no Brasil, e a estabilidade nos governos democráticos possibilitou que o Estado agisse com o intuito de tornar público os documentos de órgãos diretamente ligados ao período ditatorial brasileiro<sup>27</sup>. A partir de 1980 e 1990, os primeiros documentos começaram a serem acessados. Porém, a exibição destes documentos não foi alvo de um projeto elaborado e desenvolvido em ordem pelo Estado brasileiro. Somente após o ano

---

<sup>25</sup> O fim do multipartidarismo no Brasil ocorreu com a introdução do Ato Institucional nº 2 (AI-2), e pelo Ato Complementar nº 4, medidas que serviram para regulamentar o processo de formação do sistema bipartidário.

<sup>26</sup> Para maiores informações sobre a Arena, consultar: GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

<sup>27</sup> GARCIA, Vitor. Os documentos da comunidade de informações e segurança nos anos ditatoriais (1964-1985): uma análise crítica. In: NETTO, Rodrigo de Sá; STAMPA, Inez Terezinha (org.). **Arquivos da repressão da resistência**. Comunicações do I seminário Internacional Documentar a Ditadura. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 2013.

de 2000 é que estes documentos passaram a serem divulgados como uma política pública de Estado.

A chamada *Comunidade de Informações* foi um termo criado com o intuito de explicitar todo o aparato de controle e espionagem desenvolvido durante o período autoritário, sendo o Serviço Nacional de Informações (SNI) o pilar dos demais órgãos criados. Porém, quando se fala em uma Comunidade de Informações é importante ressaltar que esta não possuía uma harmonia. A própria composição destes órgãos dificultava esta posição. A natureza variada poderia gerar conflitos dentro da própria administração destes.

É importante explicar alguns termos encontrados nos relatórios produzidos pelo SNI. Os documentos possuíam um cabeçalho que detalhava algumas questões importantes para o seu entendimento e apreciação. Neste tipo documental consultado, a primeira informação está na “Agência Central”. Tradicionalmente, o termo estava centralizado na primeira página, no espaço superior, dos documentos.

O termo foi explicado por Viven, de certa forma, pode exemplificar o tamanho de sua importância<sup>28</sup>. A Agência Central do SNI, inicialmente, era comandada no Rio de Janeiro, mas acabou sendo deslocada para Brasília, em 1967. Sendo diretamente ligada ao ministro-chefe do SNI. Sua função era justamente a produção de informações que pudessem ser de valor ao presidente da República.

Antes de dar sequência aos demais temas que se encontram neste documento, cabe descrever sobre uma importante distinção entre o conceito de *informação* para o de *informe* dentro da ótica do SNI. Apesar de serem palavras que poderiam, aparentemente, ter uma conotação semelhante, estas são distintas. Informação era “o conhecimento objetivo sobre qualquer ato ou fato, elaborado com um determinado fim”<sup>29</sup>. Já o informe, tinha uma conotação mais subjetiva, já que era um “documento formulado pelo agente de informação que expressa certeza ou opinião sobre um fato ou situação passada ou presente”<sup>30</sup>. Essa distinção acaba explicando que os documentos aqui utilizados como fonte para este capítulo possuíam um caráter mais analítico do que especulativo.

Uma outra questão de estrutura do documento era a *Apreciação Sumária*. Essa legenda referia-se ao resumo do documento produzido pela Agência Central. Esses documentos eram constituídos de divisões, os chamados “campos”, que era uma forma de dar mais clareza e foco aos temas tratados. Esses campos eram: político, destinado a debater questões da política

---

<sup>28</sup> VIVEN, Ishaq. **A escrita da repressão e da subversão, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

<sup>29</sup> VIVEN, 2012, p. 177.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 178.

interna; psicossocial, que também possuía algum tipo de subdivisões focando em questões religiosas, área sindical e outros; econômico, debatendo a questão da qualidade vida<sup>31</sup>.

Por fim, em termos de classificação, nos arquivos do SNI, um documento poderia ser classificado como: sigiloso, confidencial, reservado ou ultrassecreto. Estes relatórios eram tidos como confidenciais, o que significava que havia interesse do Estado na preservação e sigilo das informações ali contidas<sup>32</sup>.

O sistema político-partidário brasileiro, com frequência, sofreu com operações de engenharia política. Diferentes medidas, em momentos diversos, impuseram alterações em dispositivos de lei visando a manutenção das elites políticas no poder. Entretanto, após o período do golpe de 1964, estas interferências acabaram tornando-se muito mais frequentes<sup>33</sup>.

### 1.1 As eleições de 1974 e suas consequências ao quadro político-partidário

Esse subitem tem como objetivo traçar um perfil da relação entre o governo, os partidos políticos do período bipartidário e as constantes interferências no processo eleitoral brasileiro, entre o período de 1974 e 1978. Buscamos mostrar como o crescimento político da oposição foi interpretado como uma ameaça para a continuidade do projeto militar.

Nas análises de Maria Celina Soares D'Araújo e Suzeley Mathias, o governo do presidente Geisel (1974-1979) é marcado pela liberalização do regime<sup>34</sup>. Esse processo, no entanto, não pode ser entendido como algo linear ou sem contramarchas, já que o projeto de abertura experimentou recuos – principalmente quando o governo enxergava alguma ameaça aos seus desígnios. O pilar baseado em uma abertura “lenta, gradual e segura” teve como principal pensador político o general Golbery do Couto e Silva<sup>35</sup>. No campo político-partidário, esperava-se que o projeto de abertura fosse marcado por uma solidez da Arena como também se tolerava um pequeno crescimento do partido de oposição, o MDB.

---

<sup>31</sup> Ibidem.

<sup>32</sup> GARCIA, 2013.

<sup>33</sup> Para mais informações sobre este longo histórico de interferências, consultar: FLEISCHER, David. As Desventuras da Engenharia Política: Sistema Eleitoral versus Sistema Partidário. In: FLEISCHER, David (org.). **Da Distensão à Abertura: As Eleições de 1982**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

<sup>34</sup> D'ARAUJO, Maria Celina. Geisel e Figueiredo e o fim do regime militar. In: Seminário 40 Anos do Golpe de 1964. **1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004. ; MATHIAS, Suzeley. **Distensão no Brasil: o projeto militar: 1973-1979**. Campinas: Papyrus, 1995.

<sup>35</sup> Nasceu no estado do Rio Grande do Sul, no dia 21 de agosto de 1911. Militar de importante expressão nacional, sendo chefe do SNI entre 1964 e 1967, como também chefe do Gabinete Civil da Presidência da República entre os anos de 1974 e 1981. Para mais informações, consultar: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/silva-golberi-do-couto-e>. Acesso em 18 de agosto de 2022, às 14h.

Dentro desta lógica, temos o primeiro processo eleitoral que será analisado neste subitem: as eleições de 1974. O governo adotou algumas medidas que podem ser concebidas como liberais, justamente para este pleito. Entre elas, podemos citar: o aumento de cadeiras na Câmara dos Deputados, de 310 para 364 vagas (um aumento de 17,4%); a proibição das sublegendas<sup>36</sup>; havia o reconhecimento de uma maior liberdade para o processo de campanhas eleitorais, reconhecido até mesmo pela oposição; uma última medida que merece ser citada é a disponibilização dos canais de comunicação para seu uso em campanha eleitoral<sup>37</sup>.

A imprensa brasileira registrou um relativo clima positivo para estas eleições, reconhecendo justamente a liberdade das campanhas. Os políticos se apossaram de estratégias importantes, como consultorias publicitárias e a utilização de pesquisas para entender melhor o eleitor. O próprio presidente Geisel apresentou um tom otimista com o momento de maior liberdade para as campanhas<sup>38</sup>.

Contudo, esse clima positivo acabou trazendo resultados que foram considerados desfavoráveis ao governo e à Arena. Alguns políticos começaram a se preocupar com a ampla participação social, representando um processo de baixa abstenção<sup>39</sup>. Isso, claramente, refletiu em um crescimento político do MDB no poder Legislativo, tanto em nível Federal, como em representação em alguns estados da União<sup>40</sup>. Abaixo, vale expor uma tabela com as projeções do SNI (Serviço Nacional de Informação)<sup>41</sup>, que serve para explicar o quão inesperado foram os resultados eleitorais de 1974 para o governo.

---

<sup>36</sup> O recurso da Sublegenda é uma ação que permitia um partido político apresentar mais de um candidato para a disputa de um cargo majoritário, sem prejudicar o número de votos na sigla. Ao final do pleito, somava-se quanto cada partido ganhou de votos, em suas sublegendas. O vencedor seria a sublegenda mais votada do partido mais votado.

<sup>37</sup> FLEISCHER, 1988.

<sup>38</sup> GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

<sup>39</sup> Para explicar melhor sobre a participação eleitoral em 1974, vale apontar para a taxa de abstenção nas eleições de 1965 (26,58%), 1966 (22,74%) e 1970 (22,75%). Apesar de ter um ritmo de queda, os pleitos ainda estavam na faixa de 20% de abstenção. Situação diferente sobre as eleições de 1974, que tiveram um índice abaixo, com 19,08%.

<sup>40</sup> GRINBERG, 2009.

<sup>41</sup> Órgão criado em 1964, tendo como principal objetivo coordenar o processo de informação e contrainformação ligado aos interesses da Segurança Nacional. Para mais informações, consultar: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/servico-nacional-de-informacao-sni>. Acesso em 18 de agosto de 2022, às 14h.

**Tabela 1: Projeção realizada pelo SNI para a Câmara dos Deputados em 1974**

<b>Câmara dos Deputados</b>							
<b>Estados</b>	<b>Eleitorado</b>	<b>Situação atual</b>			<b>Situação em 1974</b>		
		<b>Arena</b>	<b>MDB</b>	<b>Soma</b>	<b>Cadeiras em 1974</b>	<b>Arena</b>	<b>MDB</b>
<b>AC</b>	44.001	2	1	3	3	2 e 1	2 e 1
<b>AL</b>	377.409	4	1	5	6	5 e 6	0 e 1
<b>AM</b>	303.874	3	1	4	5	2 e 3	2 e 3
<b>BA</b>	2.436.844	19	3	22	26	20 e 23	3 e 6
<b>CE</b>	1.374.469	12	3	15	16	12 e 13	3 e 4
<b>ES</b>	591.197	5	2	7	8	5 e 6	2 e 3
<b>GB</b>	2.221.006	7	13	20	24	8 e 9	15 e 16
<b>GO</b>	1.134.785	7	4	11	13	7 e 8	5 e 6
<b>MA</b>	675.393	6	1	7	9	6 e 7	2 e 3
<b>MG</b>	4.509.535	28	7	35	37	28 e 30	7 e 9
<b>MT</b>	580.104	6	0	6	8	6 e 7	1 e 2
<b>PA</b>	801.470	6	2	8	10	7 e 8	2 e 3
<b>PB</b>	855.658	5	3	8	11	7 e 8	3 e 4
<b>PE</b>	1.603.421	12	3	15	18	14 e 15	3 e 4
<b>PR</b>	2.753.898	19	4	23	30	22 e 24	6 e 8
<b>RJ</b>	2.208.994	11	7	18	22	13 e 14	8 e 9
<b>RN</b>	565.629	4	2	6	8	5 e 6	2 e 3
<b>RS</b>	2.957.907	14	12	26	32	17 e 19	13 e 15
<b>SC</b>	1.350.353	9	4	13	16	9 e 10	6 e 7
<b>SE</b>	271.647	5	0	5	5	4 e 5	0 e 1
<b>SP</b>	8.024.599	32	11	43	46	32 e 35	11 e 14
<b>Território Federal</b>							

<b>AP</b>	31.576	0	1	1	1	0	1
<b>RO</b>	18.577	0	1	1	1	0	1
<b>RR</b>	12.323	1	0	1	1	1	0
<b>Total</b>	36.121.319	223	87	310	364	238 e 255	99 e 126

Fonte: EG pr 1974.03.00/1, p. 128.

Pelas projeções do SNI, a Arena saltaria de 223 para algo entre 238 e 255 deputados. Em termos gerais, o crescimento da Arena seria entre 6,7% e 14,3%. Já o MDB, teria uma alteração um pouco maior: de 87 para algo entre 99 e 126 deputados. Logo, o crescimento percentual esperado seria entre 13,8% e 44,8%. Em termos absolutos, o governo calculava que teria na Câmara dos Deputados uma maioria parlamentar que praticamente seria de dois terços, ou até um pouco mais. Em seus cálculos, o partido teria entre 65,4% e 70% de maioria.

Porém, os resultados eleitorais foram distintos. O crescimento do MDB foi maior do que se esperava. O partido de oposição conseguiu eleger 44% das cadeiras disponíveis na Câmara dos Deputados. Enquanto no Senado, das 22 vagas disponíveis, o MDB conseguiu eleger 16 senadores<sup>42</sup>.

Como todos esses resultados foram lidos? Para Grinberg, os resultados em prol do MDB foram surpreendentes para o governo. Segundo, em diversos meios políticos, seja no SNI, no Congresso ou até mesmo nas cúpulas partidárias, ocorreram diversos debates sobre a vitória emedebista. O SNI acabou classificando esta vitória oposicionista como resultado de um voto não esclarecido. Portanto, há um relativo descrédito em relação ao processo eleitoral de 1974. Na Arena a solução de descrédito dos resultados eleitorais – produzido pelo SNI – acabou sendo um caminho viável. Alguns partidários também entenderam que o desempenho nas urnas revelou maior institucionalização da oposição política – uma leitura que confere relativa legitimidade ao resultado<sup>43</sup>.

O historiador Rodrigo Patto Sá Motta analisa o MDB em dois períodos distintos, ao medir sua relação com a intelectualidade do período. Primeiro, até os anos iniciais da década de 1970 o partido estaria afastado dos intelectuais de esquerda. Isso porque se entendia o MDB

<sup>42</sup> Informações disponíveis em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzVjY2E5OTctNWJjNC00ZjliLW11ZjktOWE5NDIwYTc4YzYxIiwidCI6ImFiNzcyYzYzLWVlMzgtNGIxZS1iZWY3LTdiNjBIZDhhY2RmMSJ9>. Acessado em 18 de agosto de 2022, às 15h.

<sup>43</sup> GRINBERG. 2009.

como um partido passageiro. O próprio Estado ditatorial não era enxergado como uma instituição que permaneceria na vida política brasileira. Para estes intelectuais, o regime autoritário não conseguiria manter suas bases antidemocráticas por muito tempo. A própria intelectualidade também via a luta armada como uma alternativa viável, no confronto com o Estado<sup>44</sup>. Os intelectuais, de esquerda, concebiam uma espécie de pecado de origem no MDB. Este partido, possuiria um traço de artificialidade, já que fora construído pelo próprio Estado autoritário. Ainda havia um entendimento de que o partido teria uma aproximação, indesejada, com a própria Arena<sup>45</sup>.

Assim como a Arena, o MDB surgiu como desdobramento do regime autoritário que se instalou no país em 1964.

A primeira crítica conferida ao partido, portanto, seria justamente sua artificialidade. O MDB teve dificuldades, durante os primeiros anos de sua fundação, para ser reconhecido enquanto uma sigla de oposição ao regime. A própria população não via no MDB um partido de franca oposição ao regime, basta olhar os resultados eleitorais de 1970, nos quais os votos nulos foram consideravelmente altos<sup>46</sup>.

Havia ainda uma dificuldade em definir quem eram os políticos de esquerda no MDB. A vinculação com os ideários de esquerda era vista, por parte do governo, como uma ameaça ao país. A possibilidade de perseguição política acaba afastando um maior desejo de vinculação dos políticos com esse ideário<sup>47</sup>.

Cabe reconhecer que a instauração do AI-5 foi uma medida que abalou alguns políticos que foram identificados como pertencentes à esquerda. Após a crise política, o governo tratou de cassar parlamentares do MDB, o que resultou em uma espécie de varredura no partido<sup>49</sup>.

Houve uma tentativa de dissolver o partido, no ano de 1970. Atitude que seria utilizada como propaganda crítica aos militares, vistos como agentes antidemocráticos. Entretanto, essa postura não logrou êxito<sup>50</sup>.

A transição de poder de Castello para Costa e Silva não foi nem um pouco fácil para a oposição. O MDB concentrava diversos políticos que substituíam congressistas cassados pelos

---

<sup>44</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O MDB e os intelectuais. In: **VARIA HISTÓRIA**, Belo Horizonte, n. 12, p. 104-113, 1993.

<sup>45</sup> Ibidem.

<sup>46</sup> Ibidem.

<sup>47</sup> Apesar de existirem discursos políticos muito combativos ao governo, esse não pode ser um parâmetro de definição dos grupos de esquerda dentro do partido, já que nem todos que tinham discursos mais combativos eram de esquerda.

<sup>48</sup> Ibidem.

<sup>49</sup> Ibidem.

<sup>50</sup> REGO, 2008.



Atos Institucionais. Havia grupos políticos emedebistas que, mesmo sendo oposição, eram vistos como auxiliares do governo. Contudo, para uma corrente partidária mais firme na oposição, o poder Legislativo seria crucial como instrumento de divulgação de manifestos e afins que tinham como objetivo desestabilizar o poder militar<sup>51</sup>.

Apesar do processo de fechamento do Congresso ocorrer de forma abrupta, a legitimidade militar não decaiu. O pacote econômico, conhecido como “milagre” conseguiu ser um dos fundamentos de garantia da legitimidade. Para os grupos opositoristas, não sobraram muitos caminhos. Sem o espaço Legislativo, importante *locus* de crítica ao governo, censurados pelos militares, como também reprimidos, os grupos opositoristas entraram em um difícil dilema. “As organizações da oposição defenderam o boicote às eleições, argumentando que participar teria o único objetivo de contribuir para a legitimidade do regime”<sup>52</sup>.

O boicote até teve resultados expressivos, já que o pleito de 1970 teve um exorbitante número de votos nulos.

Junto ao processo pelo voto nulo/branco, partidários do MDB também pensaram na dissolução do partido. A ideia contribuiria para dar visibilidade ao processo político brasileiro, como um projeto que não visa a ordem democrática. “As reuniões eram organizadas pela ala radical do partido, uma facção bastante forte que apoiava a noção da dissolução para negar legitimidade ao regime”<sup>53</sup>. Apesar desta tentativa, o projeto acabou não logrando êxito, já que integrantes do movimento partidário mais moderado do partido acabaram interferindo pela manutenção da sigla.

Para o projeto governista, a manutenção do MDB era importantíssima. Já que a dissolução da sigla poderia significar justamente a ausência de legitimidade democrática<sup>54</sup>.

A manutenção do MDB não ocorreu de forma simples e passiva. A sigla passou a operar de forma extremamente crítica ao governo. O maior exemplo dessa posição mais crítica e combativa se encontra no processo eleitoral de 1974, responsável pela eleição do general Geisel para à presidência. Por parte do MDB, Ulysses Guimarães foi o nome escolhido para concorrer à presidência. Contudo, sua postura foi um tanto quanto inovadora. Ulysses não se apresentou como um candidato, mas sim como um ‘anticandidato’. Seu papel, era claro, seria de denunciar ações governistas, como também buscar meios que possibilitassem o maior crescimento dos grupos opositoristas dentro do parlamento<sup>55</sup>.

---

<sup>51</sup> Ibidem.

<sup>52</sup> REGO, 2008, p. 130.

<sup>53</sup> REGO, 2008, p. 131.

<sup>54</sup> REGO, 2008, p. 131.

<sup>55</sup> Ibidem.

A ação oposicionista foi fortemente reconhecida. Os números de 1974 foram positivos aos grupos de oposição. Os principais beneficiados dos votos foram os políticos que pleitearam pela continuidade do MDB. Cabe destacar alguns outros fatores que ajudaram nos resultados obtidos: o rádio e a televisão foram instrumentos de divulgação dos projetos políticos. Ocorreu um grave problema na relação entre partidários arenistas e o governo que ficou marcadamente percebida na atuação das lideranças locais na campanha arenista para o Senado, algumas lideranças locais sequer participaram das campanhas de seus correligionários. Os índices inflacionários brasileiros acabaram superando os 40%, o que foi um fator extremamente importante para críticas dos oposicionistas<sup>5657</sup>.

Alguns fatores podem explicar o crescimento do MDB, a partir dos anos de 1970. Primeiro, foi entendido que para o sucesso de interiorização do partido, o debate ideológico não fazia sentido. Os partidários do MDB entenderam que em locais mais distantes dos espaços urbanos industriais, os adeptos do MDB não eram grandes adeptos da pauta contra o governo Federal. Seus interesses se concentravam em disputas locais. O MDB criou estratégias para fazer o partido se tornar um importante alternativa a estes embates<sup>58</sup>.

Assim, com o crescimento regional/local do partido, houve uma tentativa de dar um novo rosto à sigla, em nível Federal. A disputa entre moderados *versus* autênticos foi essencial para esta situação. O MDB acabou ganhando um rosto definido enquanto principal alternativa política de oposição ao regime ditatorial<sup>59</sup>.

O crescimento do prestígio do MDB foi percebido por grupos de esquerda que não pertenciam ao quadro partidário antes. Alguns fatores são fundamentais para a compreensão desse movimento: as eleições de 1974 tiveram menos votos em nulo, como também representaram o crescimento do próprio MDB; a luta armada não teve o resultado esperado pelos militantes, sobrando apenas o MDB como alternativa; os próprios movimentos sociais enxergaram o MDB enquanto uma força viável para a concentração de pautas de interesses destes movimentos. Dois resultados foram visíveis na década de 1970: o partido acabou recebendo mais políticos e militantes que pertenciam a grupos de esquerda; e por fim, mas não menos importante, os resultados de 1978 também foram positivos para a sigla<sup>60</sup>.

---

<sup>56</sup> Apesar destes dados significarem a derrota arenista em um pleito importante, ela também significa que o governo teve sucesso em sua política de legitimar a via política pelo sistema bipartidário. Afinal, havia uma espécie de plebiscito que avaliava de forma positiva ou negativa a condução da vida pública pela população brasileira.

<sup>57</sup> MOTTA.

<sup>58</sup> MADEIRA, 2006.

<sup>59</sup> Ibidem.

<sup>60</sup> MOTTA, 2007.

A partir de 1974, toda a concepção sobre o MDB é alterada. Os intelectuais passaram a enxergar o partido como um meio possível e considerável no embate contra a ditadura. Essa percepção ganha espaço com o reconhecimento de que a viabilidade da luta armada não se sustentava mais. Outro fator que, aos intelectuais, permitiu uma maior aproximação foi a renovação dentro das estratégias políticas que o partido passou a adotar após a ação do chamado grupo dos autênticos. O próprio partido de oposição buscou meios de se aproximar dos intelectuais da esquerda, tornando essa relação de uma busca mútua. Contudo, segundo Motta, o principal fator de aproximação dos intelectuais e do MDB foi o resultado eleitoral de 1974.

A perda de um certo preconceito com a política institucional, possibilitou que o MDB se aproximasse mais deste grupo. Geralmente, o local onde ocorreriam as maiores trocas de informação e planejamento partidário ocorreram em Seminários e Simpósios, nos quais intelectuais e os políticos emedebistas participavam. Os emedebistas também buscaram outros meios de se aproximarem dos pensadores da esquerda, utilizando os seus conhecimentos em outros projetos – fora do âmbito político. Os grupos intelectuais foram importantes para o partido por alguns aspectos: eles ajudaram na modernização e reformulação do programa partidário do MDB. Associaram o partido ao valor democrático e passaram a desassociar o regime democrático ao pensamento institucional. A democracia passava a ser um valor e a sociedade civil deveria participar. Por fim, em 1978, diversos intelectuais passaram a compor a política nacional. Estes candidataram-se pelo próprio MDB. Portanto, o partido efetivamente foi considerado pelos pensadores como uma força legítima no embate contra o regime ditatorial<sup>61</sup>.

Após as eleições de 1974, houve um entendimento político de que os deputados arenistas deveriam buscar mais participação no seio decisivo do governo, como também traçar uma identidade para o partido. O MDB via essa postura do partido governista como uma sujeição que o tornava o “partido do sim, senhor!”. Enquanto o próprio poder Executivo agia de forma a desprestigiar os políticos de sua base parlamentar<sup>62</sup>.

O período que sucedeu as eleições de 1974 também foi marcado por extensas críticas do presidente Geisel à Arena, que via a sigla como uma organização com pouca ou nenhuma iniciativa política. O governo também fez uso do Ato Institucional nº5 (AI-5) para o cerceamento à atividade parlamentar. A força oposicionista, assim como sua movimentação em torno de um projeto de abertura, fez com que o governo freasse o processo que ele conduzia de

---

<sup>61</sup>MOTTA, 1993.

<sup>62</sup>GRINBERG, 2009.

abertura, com o fim de evitar perder o controle sobre o seu projeto. No cômputo geral, foi um momento de cerceamento do poder Legislativo, frente aos interesses do poder Executivo e da cúpula militar, sem muito envolvimento dos partidários<sup>63</sup>.

Na Arena, havia um entendimento de que essa subordinação não trazia um contexto positivo para o partido. Existia um claro interesse em fazer com que a sigla tivesse mais autonomia frente ao poder Executivo, como também mais participação no projeto político de direção nacional. Na Convenção Nacional de 1974 e 1975 da Arena, os seus partidários debateram possíveis fatores que justificassem os resultados eleitorais de 1974. Também houve a tentativa de encontrar soluções que pudessem sanar os problemas encontrados. Uma medida, interpretada como essencial, foi a tentativa de ampliação da divulgação dos atos de governo no âmbito civil – garantindo uma maior visibilidade ao partido e ao próprio governo.

Outro elemento importante para se entender dificuldades enfrentadas pelo partido diz respeito à sua formação. A Arena era composta por diversos quadros políticos que antes do processo do bipartidarismo pertenciam a diferentes partidos. Em consulta aos relatórios produzidos pelo SNI, não é incomum encontrar informações veiculando problemas em torno das elites estaduais do partido. Esses embates são importantes de serem acompanhados, porque acabam expondo o quanto o partido apresentava diferenças em seus quadros, que resultam em dificuldades de uma melhor articulação ao nível nacional.

Um exemplo de como essas divisões eram presentes no partido se encontra no relatório do SNI realizado no dia 15 de junho de 1974. O relatório fala da “Missão Portela”- tratava-se de uma missão comandada pelo presidente nacional da Arena, o Senador Petrônio Portela<sup>64</sup>, que viajou por diversos estados do país tentando organizar os indicados políticos aos cargos que seriam disputados<sup>65</sup>.

O relatório do SNI indicou diversos problemas na aceitação de um nome que disputaria o cargo de governador nos diversos estados da União. O cargo era de suma importância para as

---

<sup>63</sup> Ibidem.

<sup>64</sup> Petrônio Portela nasceu no estado do Piauí, em outubro de 1925, tendo um núcleo familiar fortemente ligado com a política de seu estado. Seu pai foi prefeito por duas vezes do município de Valença (PI) e um de seus irmãos foi governador do Piauí (entre 1979-1983). Além disso, Portela teve um primo que governou o estado do Ceará, Flávio Portela Marcílio, entre 1958 e 1959. Em termos de formação, cursou Direito na Universidade do Brasil, onde acabou se destacando politicamente, fato que possibilitou que liderasse o movimento estudantil que pertencia a UDN (União Democrática Nacional). Sua carreira política se destaca como governador do Piauí, entre 1963 e 1966, Senador, entre os anos de 1967 e 1979, além de ser Ministro da Justiça, entre 1979 e 1980. Portela acabou se falecendo politicamente no exercício de seu cargo de Ministro. Para maiores informações sobre sua biografia política, consultar em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/petronio-portela-nunes>. Acesso em 28 de outubro de 2022, às 14h.

<sup>65</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 73.

elites locais, o que exigia que houvesse um consenso mínimo para que este nome pudesse disputar o pleito. No estado do Ceará o nome escolhido, apesar da boa recepção inicial, não foi bem aprovado pelo governador em exercício; no estado do Paraná, sequer houve um consenso claro sobre o nome. Ao contrário, a situação causou mais divisão dentro da Arena-PR. No Espírito Santo, o nome escolhido conseguiu desagradar as duas principais correntes da Arena. Na Paraíba, o nome não agradou a facção derrotada do partido. No Rio Grande do Norte houve uma tentativa de unificar um nome, mas este sequer conseguiu agradar um dos lados.

Para tornar a situação ainda mais delicada, nos estados em que a Arena conseguiu uma indicação supostamente sem maiores contestações, a relação não era das mais tranquilas. Em São Paulo, o nome indicado foi forçado a superar algumas contestações à sua indicação. Em Goiás, apesar da escolha gerar um relativo consenso, houve um problema de desprestígio de uma antiga liderança do partido do governo.

Durante os anos de 1975 e 1976, também ocorreram problemas locais na Arena. –O relatório do SNI de 17 de junho de 1975 indica um problema de organização da Arena/RJ. O partido vivia dias instáveis, causados ainda por desentendimentos da fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Informações sobre essa fusão foram redigidas ainda no ano de 1974, indicando uma certa resistência do então governador do estado do Rio de Janeiro, político da Arena, que não tinha se mostrado satisfeito pela forma de organização do funcionalismo público. Mas, após uma tentativa de superação deste problema, o partido não contava com uma organização ativa. O que de certa forma gerava uma contestação de importantes lideranças locais<sup>66</sup>.

Um relatório do dia 8 de setembro de 1975 indicou um problema de vinculação ideológica a organização do Diretório Nacional do partido. Houve uma tentativa de aproximar as diversas tendências do partido dentro do Diretório, como também a inclusão de Ministros no partido. A ideia seria uma das medidas que buscavam aproximar o partido do governo, mas aparentemente não gerou resultados de imediato, como possivelmente o SNI esperava<sup>67</sup>.

Talvez, essa situação ainda fosse um reflexo da própria escolha do presidente do Diretório Nacional da Arena. O nome escolhido foi do Deputado Federal Francelino Pereira dos Santos (Arena/MG). Esta indicação partiu diretamente do presidente Geisel. O relatório do SNI indica que houve contestações a esta indicação. De certa forma, o processo foi entendido como uma ação que desprestigiou os próprios arenistas. Apesar disso, o relatório entendia que

---

<sup>66</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 167.

<sup>67</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 206.

o único nome com legitimidade o suficiente para fazer esta indicação seria a do presidente Geisel – apontado como a única força “aglutinadora” do partido. A indicação também trouxe uma outra importante questão: Francelino Pereira dos Santos foi um importante político da UDN (União Democrática Nacional), portanto sua indicação estava atrelada ao passado partidário anterior ao processo de bipartidarismo. O seu nome acabou desagradando importantes figuras políticas do antigo PSD (Partido Social Democrático)<sup>68</sup>.

Outro problema importante foi a recusa do Senador José Sarney, em participar da reunião do Diretório Nacional da Arena. Essa recusa foi justificada em função do próprio processo de formação deste Diretório. Como dito acima, houve uma tentativa de estimular a participação de todas as correntes da Arena no Diretório Nacional. No caso do Maranhão, um dos nomes que passou a compor este quadro foi o de Vitorino Freire<sup>69</sup>, que era um forte nome no Maranhão e membro do grupo oposto ao Senador Sarney.

Após a composição do Diretório Nacional da Arena, o SNI acabou montando um quadro com informações sobre como se comportava o partido em nível estadual. Basicamente havia um interesse duplo: apontar para as elites locais, como identificar a relação entre esses grupos e os governos estaduais. A reprodução deste quadro, nas linhas abaixo, acaba sendo de grande importância.

---

<sup>68</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 187.

<sup>69</sup> Vitorino Freire nasceu no município de Pedra (PE) em novembro de 1908. Estudou Direito em Recife. Freire teve papel relevante na Revolução de 1930, foi deputado constituinte em 1946, além de ser deputado federal pelo Maranhão entre 1946-1947. Além disso, Vitorino Freire teve grande relevância no Senado Federal, por onde trabalhou entre 1947 e 1971. Freire acabou se destacando no estado do Maranhão, onde conseguiu aglutinar diversos nomes ao seu redor - sendo um importante cacife político pelo estado. Para maiores informações sobre sua biografia política, consultar: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vitorino-de-brito-freire>. Acesso em 28 de outubro de 2022, às 15h.

**Tabela 2: Organização das facções e seus problemas internos.**

Estados	Facções	Posição relativa
<b>Amazonas</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Grupo liderado pelo Sen. José Lindoso, que conta com a maioria da bancada estadual e do Dep. Fed. Rafael Farraco;</li> <li>2. Grupo liderado pelo Gov. Henocho Reis, ao qual também se filiaram o Dep. Fed. Raimundo Parente e o ex-Sen Flávio da Costa Brito;</li> <li>3. Grupo liderado pelo Vice-Gov João Bosco Ramos de Lima, que conta com o apoio do Dep. Est. Domingos Sávio Ramos de Lima, seu irmão, e de um grande número de prefeitos.</li> <li>4. O Vice-Gov, sentindo-se desprestigiado pelo Gov. Henocho Reis, declarou que não pertence a nenhum grupo político</li> </ol>	<p>A maioria dos arenistas não está satisfeita com o Governador, pelos seguintes motivos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. A coordenação política do governo está entregue ao Secretário de Justiça, Sr. Oldeney de Carvalho, há muito tempo afastado do Estado e sem liderança política;</li> <li>2. O não atendimento às reivindicações tipicamente eleitorais feitas pelos políticos;</li> <li>3. A indicação do Cel. Jorge Teixeira para prefeito de Manaus/AM e sua omissão em filiar-se à Arena;</li> </ol>
<b>Acre</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Grupo liderado pelo Dep. Est. Wildy Viana das Neves;</li> <li>2. Grupo liderado pelo ex-Dep Fed. Joaquim Falcão de Macedo, que tem adotado uma posição radical, impedindo que o Governador possa aglutinar as forças do Partido;</li> </ol>	<p>O governador conta com o apoio de cerca de 20% dos integrantes do Diretório Regional. A principal divergência para a união das correntes antagônicas é a insistência dos políticos em participar das decisões governamentais.</p>
<b>Goiás</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Grupo liderado pelo Gov. Irapuan Costa Júnior;</li> <li>2. Grupo liderado pelo ex-Gov. Otávio Lage de Siqueira;</li> <li>3. Grupo liderado pelo ex-Gov Leonino Di Ramos Caiado;</li> </ol>	<p>Os grupos liderados pelo ex-Gov Leonino Caiado e Dep. Est. Nelson Ribeiro estão rebelados, publicamente, contra o atual Governador. O primeiro lidera uma apreciável ala arenista e o segundo, insatisfeito pelo não atendimento integral de suas reivindicações pessoais, vem se tornando uma espécie de ponto focal de crises</p>

		parlamentares, agrupado descontentes eventuais contra o Governador.
<b>Minas Gerais</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Grupo liderado pelo Gov. Garcia Neto, contando com elementos da ex-UDN;</li> <li>2. Grupo formado por remanescentes da ex-UDN, liderados pelo Sen. Magalhães Pinto;</li> <li>3. Grupo formado por remanescentes do ex-Pr, sem expressão, procurando sempre "barganhar" o apoio aos grupos acima citados;</li> </ol>	A posição da Arena pode ser considerada favorável, mas não inspira a irrestrita confiança. Em homologações de indicações do Executivo, nem sempre a bancada arenista tem se mantido coesa. Todavia, até a presente data, nenhum projeto ou indicação foi rejeitado.
<b>Mato Grosso</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Grupo liderado pelo Gov. Garcia Neto, contando com elementos da ex-UDN;</li> <li>2. Grupo liderado pelo ex-Gov. Pedro Pedrossian, composto de elementos do ex-PSD, em franca dissidência dentro da Arena;</li> </ol>	A posição atual do Gov. Garcia Neto, apoiando apenas a políticos da ex-UDN, motivou a posição adotada pelos remanescentes do ex-PSD. O deputado estadual solidário ao ex-Gov. Pedro Pedrossian está formando, na AL/MT, um bloco independente, por discordarem da liderança do atual governo.
<b>Pernambuco</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Grupo liderado pelo Gov. Francisco Moura Cavalcanti.</li> <li>2. Grupo liderado pelo Senador Paulo Guerra;</li> <li>3. Grupo liderado pelo ex-Gov. Cid Sampaio;</li> <li>4. Grupo liderado pelo Ex-Gov Nilo Coelho;</li> </ol>	A Arena/PE apoia o Governo Estadual, mesmo com algumas restrições.
<b>Rio de Janeiro</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Grupo liderado pelo Deputado Estadual Heitor Furtado;</li> <li>2. Grupo liderado pela Deputada Estadual Sandra Cavalcanti;</li> </ol>	A Arena/RJ encontra-se dividida e em posição apática relativamente ao Governador e a cúpula partidária estadual.



		O partido vive situação de crise interna.
<b>São Paulo</b>	1. Grupo liderado pelo ex-Gov Laudo Natel; 2- Grupo Liderado pelo ex-Gov Abreu Sodré; 3- Grupo liderado pelo Dep. Fed. Ademar de Barros Filho;	Não há dissidência na bancada arenista da AL/SP, embora existam alguns deputados descontentes com o Gov. Paulo Egydio

Fonte: EG pr 1974.03.00/1, p. 244-249.

Essas divergências não se encerraram depois deste relatório, sendo possível apontar outros cinco momentos em que houve um embate nas organizações estaduais. O que resta mensurar está justamente no impacto destas para a organização do partido. Observando a situação, acaba sendo possível entender que o problema de relação entre o poder Executivo e o Legislativo, seja em ambiente Federal ou estadual, acaba sendo uma constante. O desprestígio também partiu de políticos que buscaram trabalhar em prol de suas facções. A ideia de não perder o controle do governo, em uma perspectiva de escala inferior, também é perceptível. Esse fator acaba sendo justificado pela própria formação da Arena, já que foi um partido composto por membros de diversas outras siglas.

A Arena acabou tendo três embates que seriam desgastantes para o próprio partido: Arena versus Governo Federal (em busca de mais prestígio); Arena versus MDB (o embate tradicional do sistema bipartidário); e o embate interno, no qual um grupo de políticos da Arena poderia ter como principal grupo de opositores membros da própria Arena.

Resta agora apresentar como essa situação ocorreu no processo político de 1976. Pensando nas perspectivas interpretativas do governo e de Reis<sup>70</sup>, mas trazendo uma nova posição interpretativa.

## 1.2 Eleições de 1976

O debate acima não foi a única preocupação do SNI. Em seus relatórios, a temática eleitoral ganhou destaque. Nesse momento, importa apresentar um pouco de como o Serviço Nacional de Informações atuou apontando suas percepções sobre o processo eleitoral

<sup>70</sup> REIS, Fábio Wanderley. O Bipartidarismo nas Eleições de 1976. In: FLEISCHER, David (org.). **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

municipal. Após isso, será possível apresentar de forma inicial um pequeno debate sobre os resultados deste pleito e seus significados.

As eleições de 1976 tornaram-se tema dos relatórios ainda no primeiro semestre de 1975. No mês de maio, o SNI escreveu sobre como a vitória eleitoral de 1974 teria motivado o projeto político da oposição emedebista. O foco de atuação do partido estava agora centrado em três setores sociais: os jovens brasileiros, o público feminino e o setor sindical.

O partido governista (Arena) também foi tema do mesmo relatório. Diferente do MDB que era apresentado em busca de uma articulação ao próximo pleito, a principal característica da Arena seria sua apatia frente aos problemas que a sigla deveria resolver. O próprio papel do partido, enquanto um continuador do projeto político governista, foi contestado. O relatório apresentava um Arena incapaz de dar prosseguimento ao projeto que se iniciou em março de 1964<sup>71</sup>.

Essa situação se repetiu em um outro relatório exposto no mês seguinte, 12 junho de 1975, no qual a Arena era apresentada como um partido apático. O relatório também indica que o partido se encontrava com divisões em seu seio, o que dificultava a vida política do mesmo. Enquanto isso, o MDB era apresentado como um partido de franca articulação, visando não só o pleito de 1976, como o próprio futuro político brasileiro. A oposição tentava arrumar meios de se aproximar de grupos militares, para conseguir a exposição de suas ideias<sup>72</sup>.

A primeira estratégia eleitoral visada pelo governo, para combater o crescimento do MDB, traz uma importante contradição, reconhecida pelo próprio relatório do SNI. Os políticos da Arena de São Paulo acabaram elaborando uma estratégia para possibilitar o crescimento do partido em todo o estado. Essa medida acaba reconhecendo a importância do PSP (Partido Social Progressista), importante partido do período de 1945-1965, que possuía uma máquina pública de grande força no estado paulista. Os governistas queriam se aproveitar dessa forma de se fazer política, negando ser uma ação clientelista. Agora, a utilização das estratégias do PSP, para angariar votos, ganhava novo nome: “atendimento das legítimas reivindicações populares”<sup>73</sup>.

Esse processo eleitoral, por parte da oposição, também passou por momentos de desentendimentos. O MDB não teve uma unanimidade em todo o processo, tendo apontamentos em que indicavam que a distinção entre autênticos versus moderados também causava rusgas

---

<sup>71</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 156-158.

<sup>72</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 160-162.

<sup>73</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 167-175.

dentro da organização nacional do partido<sup>74</sup>. Esses desentendimentos agradavam os interesses do governo ditatorial. Justamente por entender que seria possível uma melhor articulação dos partidários da Arena, frente a este problema.

As dificuldades de organização nacional da Arena continuaram a ser temas de relatórios do SNI. Havia uma relativa preocupação, justamente porque o partido de oposição não se encontrava em cenário semelhante. Coube ao presidente Nacional da Arena, o objetivo de tentar apaziguar e unificar seus partidários em torno do projeto governista, medida esta que não encontrou respostas positivas de imediato<sup>75</sup>.

Os documentos analisados, por questões óbvias, possuem um certo limite sobre o acompanhamento partidário nacional – principalmente de um pleito municipal. Contudo, quando houve alguma exposição da situação partidária localizada em alguma região específica, a situação se complementa ao subtópico acima. A Arena caminhava para um pleito eleitoral, com rusgas em algumas regiões do país. O caso da Arena/GO exemplifica a situação. O partido encontrava problemas não só na capital (Goiânia), mas também em importantes regiões do estado. No município de Anápolis, o problema encontrava-se com o prefeito, que querendo ser líder de um grupo de políticos locais acabou causando uma dissensão no partido. Em outras localidades do estado, havia um clima de apatia – por parte dos arenistas. Mas a situação ainda tinha um contorno mais problemático, já que parte da divisão do partido se iniciou com um problema entre o governador do estado e os parlamentares locais<sup>76</sup>.

Durante essa situação, o governo preparou uma forma de retroagir o processo de abertura, enviando ao Congresso a Lei Falcão – a medida tinha como principal atitude cercear a utilização da imprensa para campanhas políticas. Em documento redigido em 24 de maio de 1976, o SNI reconhecia que a oposição ficaria extremamente insatisfeita com a medida, justamente porque ela representaria uma diminuição das atividades de propaganda contra o governo, impedindo que ocorresse algo semelhante ao pleito de 1974. Há o claro reconhecimento de que essa medida visava explicitamente impedir uma campanha eleitoral contra o governo. “A limitação imposta à propaganda pelo rádio e televisão impedirá que uma campanha municipal seja transformada pelo MDB em campanha nacional contra o Governo e a Revolução”<sup>77</sup>.

---

<sup>74</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 230-234.

<sup>75</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 488-491.

<sup>76</sup> Ibidem.

<sup>77</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 606-619.

Importa destacar que foi possível entender as previsões feitas pelo governo Federal, diante do pleito de 1976. Havia um entendimento de que em 1200 municípios a Arena já seria vencedora, mediante um importante dispositivo que impedia candidaturas da oposição, por não possuírem um Diretório nestes municípios. Cabe ainda um estudo para entender mais detalhes sobre quais seriam esses municípios, em quais estados estariam localizados, como também buscar informações sobre como esses municípios votavam antes do sistema bipartidário, para apontar quais eram os partidos que lá possuíam alguma base. Com a ausência dessas informações, não será possível criar caminhos mais concretos para uma análise aprofundada. A única informação possível a ser dada é que os únicos estados em que esses municípios não se encontravam eram: Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, já que o governo reconhecia estes como os únicos estados que poderiam ter disputas em todos os municípios – justamente por existir uma longa organização do MDB, com seus diretórios nos diversos municípios destes estados<sup>78</sup>.

Por parte da oposição, em tons ainda especulativos, esperava-se vitórias importantes em São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Além disso, esperava-se uma vitória no sufrágio nos seguintes estados: Acre, Amazonas, Paraíba, Pernambuco, Espírito Santo, Paraná e Goiás. Já o governo entendia que o MDB teria um bom desenvolvimento nas capitais mais desenvolvidas economicamente, mas o interior dos estados seria de dominância da Arena.

O MDB, aparentemente, possuía uma estratégia bem definida sobre a escolha dos nomes que se candidataram. As principais características estavam em candidatos que não possuem antecedentes, principalmente o de subversão, além de serem bons comunicadores. O intuito era escolher nomes que possibilitasse que a oposição fosse vista como “um partido que, longe de constituir-se em instrumento de perturbação e gerador de crises, outra coisa não tem feito que buscar superá-las, exercendo assim, de fato e de direito, o papel que lhe cabe no quadro da nossa realidade política e econômica”<sup>79</sup>. Enquanto isso, o partido Arena continuava sendo apresentado como uma sigla dividida em uma briga interna. Tal fator acabava motivando alguns questionamentos iniciais sobre a impossibilidade de manutenção do sistema bipartidário brasileiro.

Essa situação caminhou até os dias próximos às eleições, mas aos poucos o governo admitia um clima de mansidão dentro dos diversos Diretórios da Arena, espalhados pelo país. Esse momento mais pacífico, possibilitou um levantamento prévio sobre as eleições, em que o

---

<sup>78</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 639-651.

<sup>79</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 671.

governo entendia que teria um domínio considerável nas Prefeituras e nas Câmaras Municipais.  
Segue abaixo o que fora conjecturado.

**Tabela 3: Especulação do governo, mediante os possíveis nas eleições municipais de 1976**

Estados e Territórios	Tendência eleitoral					
	Prefeituras			Câmaras Municipais		
	Arena	MDB	Indefinido	Arena	MDB	Indefinido
<b>Acre</b>	-	-	-	25%	-	75%
<b>Alagoas</b>	82%	18%	-	81%	14%	5%
<b>Amazonas</b>	82%	18%	-	48%	-	52%
<b>Amapá</b>	-	-	-	80%	-	20%
<b>Bahia</b>	77%	11%	12%	76%	11%	13%
<b>Ceará</b>	88%	6%	6%	92%	4%	4%
<b>Espírito Santo</b>	63%	14%	23%	47%	10%	43%
<b>Goiás</b>	44%	29%	27%	44%	29%	27%
<b>Maranhão</b>	91%	2%	7%	90%	3%	7%
<b>Mato Grosso</b>	50%	3%	47%	83%	-	17%
<b>Minas Gerais</b>	77%	13%	10%	79%	13%	8%
<b>Pará</b>	58%	8%	34%	66%	4%	30%
<b>Paraíba</b>	36%	9%	55%	36%	8%	56%
<b>Pernambuco</b>	91%	8%	1%	93%	5%	2%
<b>Piauí</b>	87%	5%	8%	88%	4%	8%
<b>Rio de Janeiro</b>	37%	26%	37%	44%	24%	32%
<b>Rio Grande do Norte</b>	76%	3%	21%	74%	3%	23%
<b>Rio Grande do Sul</b>	58%	42%	-	65%	35%	-
<b>Rondônia</b>	-	-	-	-	-	100%

<b>Roraima</b>	-	-	-	100%	-	-
<b>Santa Catarina</b>	59%	21%	20%	58%	20%	22%
<b>São Paulo</b>	44%	14%	42%	41%	13%	46%
<b>Sergipe</b>	77%	19%	4%	77%	19%	4%
<b>Todo o país</b>	65%	15%	20%	66%	13%	21%

Fonte: EG pr 1974.03.00/1, p. 780.

O governo apresentou algumas percepções sobre o pleito de 1976 que aqui devem ser explicadas. Primeiro ponto de destaque feito pelo SNI esteve na preocupação comparativa com o pleito de 1974. O relatório foi montado para pensar justamente os resultados eleitorais de 1976, mas trazendo informações comparativas para que tornassem mais lúdicos os resultados em prol da Arena. É importante destacar que essas informações vão destacar o crescimento da Arena justamente nos chamados centros urbanos - onde em 1974 o partido teria tido derrotas consideráveis.

Apesar dessas informações possuírem importante valor, o SNI reconhece que o desempenho do MDB em 1339 municípios não seria avaliado, já que o partido não possuía um Diretório Municipal nestas localidades - o que proibia o mesmo de competir ao pleito municipal de forma mais igualitária. O governo reconhece que sua participação ativa, utilizando o poder da máquina pública em seu favor foi de fundamental importância para que o pleito de 1976 trouxesse resultados, efetivamente, favoráveis ao partido governista. A Arena era apresentada como vitoriosa<sup>80</sup>.

Wanderley Reis<sup>81</sup> traçou algumas considerações sobre estas eleições. Em sua análise, os resultados de 1976 não podem ser vistos como informações caóticas. A vitória da Arena em 1976 foi perceptível. Em sua posição, o pleito de 1976 ajuda até mesmo a entender o comportamento da oposição que, segundo o autor, é localizada em polos mais dinâmicos do Brasil. Assim, em locais com mais industrialização e urbanismo acabaria sendo mais fácil localizar os votos de oposição.

Há a projeção de um importante quadro que relaciona o desenvolvimento econômico de um determinado grupo social e sua posição partidária. Em sua análise, o MDB conseguiria

---

<sup>80</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 783-794.

<sup>81</sup> REIS, 1981.

concentrar adeptos do meio urbano, desde setores mais pobres aos de classe média, até tocar em pequenos setores da alta classe urbana brasileira. Enquanto a Arena teria um melhor desempenho em setores rurais mais pobres e de alto poder aquisitivo; em setores de classe média do meio urbano, o MDB teria uma participação não muito grande, mas existente.

Particularmente não há muito o que se questionar sobre os resultados eleitorais de 1976. Estes claramente indicam uma boa vitória do governo, se forem analisados por si mesmos. Essa posição não parece indicar um crescimento da oposição semelhante ao que ocorreu em 1974. Contudo, sugerimos um novo olhar sobre o período. Com uma nova proposta comparativa, deixando de lado o olhar de 1976 por 1974. A comparação se dá em torno do pleito de 1976, pelas eleições de 1972. Momento em que as eleições municipais foram realizadas, pela lógica bipartidária.

Para isso, seguramente deve-se abandonar a escolha de prefeitos, já que nas capitais o candidato era indicado. Também não seria possível um maior detalhamento por outros municípios dos estados brasileiros, porque outras cidades consideradas importantes estavam enquadradas na Lei de Segurança Nacional, não existindo a possibilidade do voto direto.

Porém, existe um dado que foge um pouco dessa lógica restritiva. Os vereadores eleitos em 1976 pelas capitais e pelo interior dos estados. Mais precisamente os vereadores das capitais, em termos comparativos indicam um crescimento exponencial do MDB. Fato este, que acaba não sendo apontado por Reis.

No ano de 1972, o MDB elegeu 164 vereadores nas capitais. Neste mesmo ano, a Arena acabou elegendo 221. Em um universo de 385 vereadores de capitais, a Arena elegeu 57,4%, enquanto o MDB 42,6%. Em termos absolutos, ainda no ano de 1972, o MDB teve maioria em 4 capitais brasileiras: Acre, Amazonas, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul<sup>82</sup>.

Contudo, situação distinta ocorreu em 1976. Neste ano, o MDB teve maioria de vereadores em 10 capitais (Rio Branco - Acre, Salvador - Bahia, Goiânia - Goiás, Belo Horizonte - Minas Gerais, Belém - Pará, Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, Natal - Rio Grande do Norte, Porto Alegre - Rio Grande do Sul, São Paulo - São Paulo, Aracaju - Sergipe) e um território nacional (Porto Velho - Território de Rondônia). Na capital do Espírito Santo (Vitória), houve um empate. No somatório geral, das 21 capitais de estados brasileiros, o MDB ganhou em 10 e a Arena em outros 10 - gerando um empate, porque não houve vitória no Espírito Santo. Dos três Territórios Nacionais, a Arena ganhou em dois e o MDB em um. Em

---

<sup>82</sup> BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral. **Dados estatísticos**: eleições municipais de 1972. Brasília, Tribunal Superior Eleitoral, 1988, p. 23.



termos gerais, o MDB elegeu 210 vereadores nas capitais (49,41%), enquanto a Arena elegeu 215 (50,59%). Isso significa um crescimento de 6,81 pontos percentuais para o MDB<sup>83</sup>.

A situação no interior dos estados acabou sendo distinta. Com um alto número de votos para a Arena. Porém, isso não pode ser visto só como uma derrota, considerando a dificuldade imposta ao MDB de concorrer nestas eleições, justamente por não ter Diretórios Municipais em todo o Território Nacional. Em 1972, os resultados indicaram uma vitória de 83,54% dos vereadores do interior para Arena versus 14,46% ao MDB. A situação teve uma alteração em 1976, a Arena ganhou com 74,36%, enquanto o MDB teve 25,64% de vereadores eleitos pelo interior.

### **1.3 O caminho ao processo eleitoral de 1978 e seus resultados**

Agora, cabe apontar como ocorreu o cenário eleitoral de 1978. Para isso, vale destacar todo o percurso até estas eleições.

O primeiro ponto que deve ser explicitado está na relação governo com o Congresso. Entre os anos de 1974 e 1976, o presidente Geisel acabou se beneficiando do AI-5. Tal comportamento não foi nem um pouco bem recebido pelos políticos do MDB, como também gerou relativos desgastes no partido Arena<sup>84</sup>.

Esse momento também foi marcado por um processo de recesso do Congresso Nacional, circunstância extrema que mostra como as relações entre o governo e os políticos não caminhavam em traços amistosos. Esse período foi reconhecido, justamente pelo desejo do poder Executivo de apresentar propostas liberalizantes ao Congresso. Entretanto, o caminho político de ampla negociação, seja com parlamentares do governo ou oposição, acabou não sendo de fácil resolução como, talvez, o governo esperava. Assim, criou-se um clima de embate entre políticos e o governo que resultou no fechamento do Congresso<sup>85</sup> - essa situação só teria ocorrido justamente com a implementação do AI-5.

Essa atitude acabou sendo importante para realçar como a relação governo e Arena não caminhavam de forma pacífica e positiva. Aparentemente, os textos que compuseram diversas emendas foram redigidos por funcionários ou pessoas diretamente ligadas ao Planalto, sem muitas participações de políticos da Arena. Neste momento, as lideranças do partido ainda

---

<sup>83</sup> BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral. **Boletim eleitoral n°340**: Resultado das eleições municipais de 1976. Brasília, Tribunal Superior Eleitoral, 1979, p.12.

<sup>84</sup> GRINBERG, 2009, p. 202.

<sup>85</sup> Ibidem.

ressaltaram o apoio dado ao poder Executivo. Contudo, esse apoio não foi formulado sem críticas ao mesmo<sup>86</sup>.

Uma das medidas liberalizantes de maior importância ocorreu em julho de 1978, com a revogação de Atos Institucionais. Entretanto, essa medida foi acompanhada de uma nova Lei de Segurança Nacional, o que causou um relativo desconforto aos parlamentares da Arena, já que as prerrogativas legislativas não foram retomadas<sup>87</sup>.

Em consulta ao acervo de informações produzidas pelo SNI, é notório a percepção apresentada por Grinberg, sobre como os arenistas apresentaram questionamentos em relação ao governo Federal, sobre questões administrativas. O início do ano de 1977 traz uma observação importante, baseado justamente na crítica à forma como os governadores teriam sido eleitos nos anos de 1970 e 1974. Essa crítica acabou ocorrendo, inicialmente, em proveito da crise dos governadores nos estados do Maranhão, Mato Grosso e Espírito Santo. A administração destas regiões passava por diversas dificuldades, com denúncias sendo apresentadas em alguns periódicos. Os arenistas, em coro com os emedebistas, acabaram reconhecendo a responsabilidade do Planalto nessas crises estaduais - isso se dava pelo fato de que estes governadores teriam sido escolhidos pelo poder Executivo<sup>88</sup>.

A situação em janeiro de 1977 ainda também tinha outras questões que tornavam a virada de ano muito problemática ao governo militar. Havia um surto inflacionário causado pelo aumento do preço do óleo e dos combustíveis, que serviu de importante espaço para que a oposição ao regime divulgasse críticas à administração pública e ao planejamento econômico do governo. Situação essa que causou um certo desconforto, justamente pela vulnerabilidade do país frente ao problema<sup>89</sup>.

O projeto de abertura política foi outra questão de relevância considerável no início do ano de 1977. E chama atenção a posição empresarial, que começava a dar ruídos em prol do mesmo. Começando pela ação do presidente da Federação e Centro do Comércio do Estado de São Paulo, que proferiu um discurso - ressaltado na imprensa - justamente pelo desejo da retomada do Estado de Direito. O SNI entendia que grupos empresariais acabavam se articulando com políticos governistas pró-abertura política. Essa aproximação ocorreu justamente pelo desejo de maior participação nas decisões tomadas pelo governo Federal. Estes empresários entendiam que da forma como a política nacional estava sendo conduzida, não

---

<sup>86</sup> Ibidem.

<sup>87</sup> Ibidem.

<sup>88</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 836-838.

<sup>89</sup> Ibidem.

havia espaços para que os empresários integrassem o centro de decisões<sup>90</sup>. A situação empresarial ganhou notoriedade justamente por causar um afastamento do Ministro Severo Fagundes Gomes<sup>91</sup> (Ministério da Indústria e do Comércio) do cargo.

Um outro interesse da oposição se concentrou na pauta de uma Assembleia Nacional Constituinte. O ponto não era uma prioridade para todos os emedebistas, já que a alta cúpula do partido entendia ser necessário primeiro a vitória nas eleições parlamentares de 1978. Mas havia o intuito de promover esse debate no espaço civil, para que fosse possível uma campanha de denúncias sobre a gestão administrativa dos órgãos públicos, que seriam marcados por uma má gestão e corrupção<sup>92</sup>. O tema acabou sendo discutido no Simpósio Nacional do MDB, que teve como tema “*A luta pela democracia*”. Neste Simpósio, alguns nomes de grande valor do MDB discursaram, como Ulysses Guimarães, Franco Montoro e Fernando Henrique Cardoso. O tom de apoio ao projeto Constituinte foi presença em quase todos os discursos.

Como já dito acima, um dos problemas do período foi o fechamento do Congresso Nacional, medida adotada pelo governo Federal que não conseguiu conciliar seus desígnios com os do poder Legislativo. Durante esse momento, uma crise partidária chama atenção dos membros do SNI na produção de seus relatórios. Isso ocorre pelo posicionamento dos autênticos do MDB que passaram a ter maior controle sobre a sigla. Esses políticos não desejavam abrir diálogos com o poder Executivo e passaram a pleitear uma postura de defesa da Assembleia Nacional Constituinte, medida esta que em muito desagradou o governo brasileiro. O SNI informava sobre a importância de uma mudança de postura do MDB, que passaria por uma Convenção. Se os chamados moderados não retomassem de forma integral a liderança da sigla, a situação política poderia ter um traço ainda pior.

Neste processo, cabe destacar que alguns políticos da Arena passaram a contribuir para a “pacificação” do embate. Denominados de liberais do partido - O SNI não traz informações sobre quais os políticos seriam estes liberais –, junto aos políticos moderados do MDB, essas figuras buscavam de alguma forma possibilitar a retomada do controle moderado sobre o MDB, para que a negociação em torno da liberalização do regime pudesse ocorrer.

---

<sup>90</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 854-858.

<sup>91</sup> Nasceu na capital de São Paulo em agosto de 1924. Ingressou para o curso de Ciências Sociais na USP, onde também teve importante militância política contra o presidente Vargas e o Estado Novo. Durante a ditadura militar foi Ministro da Agricultura, entre 1966 e 1967, Ministro da Indústria e Comércio, entre 1974 e 1977. Também teve atuação legislativa, onde atuou como Senador, 1983 até 1987, constituinte, 1987 e 1988, e novamente Senador, entre 1987 e 1991. Para maiores informações, consultar em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/severo-fagundes-gomes>. Acesso em 28 de outubro de 2022, às 15h.

<sup>92</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 934-936.

Mas por que tal processo seria importante? O governo entendia que era um momento muito delicado para o crescimento de uma oposição mais combativa, justamente por florescimento e amadurecimento de fatores que complicam a aprovação dos situacionistas. Os principais problemas ventilados, que dificultavam a vida governista eram: fragilidade institucional da Arena, o partido ainda não conseguia uma maior articulação em nível nacional como deseja o governo Federal; o já exposto descontentamento empresarial com a forma de condução da política brasileira pelos militares, isolando os demais interesses político-econômicos; a crise econômica que começava a incomodar e ser utilizada como propaganda política adversa pela oposição, tendo como principal reflexo o crescimento inflacionário no período; atuação mais combativa de órgãos da imprensa e da Igreja Católica, buscando apresentar um tom crítico ao processo ditatorial; o ressurgimento das manifestações estudantis que já vinham sendo expostas em outros relatórios pelo SNI<sup>93</sup>.

Aliado a estas questões, começou o processo de estudos e análises sobre o processo sucessório dos governadores, que ocorreria em 1978. Havia um claro interesse em fazer este acompanhamento ainda no primeiro semestre de 1977. As análises iniciais indicavam um grande crescimento do MDB, que poderia beirar os 80%, se comparados com 1974.

Logo, o governo precisava ajustar suas estratégias, para garantir que seus eleitos pudessem atuar de forma a atenuar um resultado ruim da Arena. O principal problema que se debatia, em torno destas sucessões, se encontrava nos nomes a serem indicados. De certa forma, nomes de antigos governadores dos estados desejavam retornar ao cargo pela Arena.

Já o governo, entendia que esta situação poderia representar um problema muito complexo para a sua sigla. Isso ocorria, porque o crescimento orgânico do MDB poderia trazer bons resultados nas disputas estaduais, gerando uma situação de grande risco a Arena nestas localidades. Como o partido seria organizado em torno de uma liderança de prestígio que acabou sendo derrotada por uma figura de oposição? Essa situação, não só incomodava o governo, como também poderia contribuir para a intensificação da fragilidade da Arena. A estratégia que poderia ser adotada, para resolver este problema seria a indicação destes ex-governadores para o cargo de Senadores. Mas, antes disso, seria necessário acompanhar as divisões internas das Arenas regionais, para garantir uma maior estabilidade partidária.

Havia o reconhecimento de que a situação política não era nem um pouco favorável ao Planalto, assim esse debate sobre a sucessão estadual deveria ser antecipado, como estava sendo, justamente para uma contenção maior do desgaste político-partidário governista.

---

<sup>93</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 989-990.

Todavia, é de notar que as divisões internas do partido em muito incomodavam a elaboração de uma estratégia<sup>94</sup>.

Esse processo acabava incomodando os órgãos do governo, porque junto a instabilidade da Arena ocorria o crescimento da ala *autêntica* do MDB. Após a adoção do chamado Pacote de Abril/77, este grupo acabou estruturando fortes estratégias para contestar tal projeto. O SNI acabou montando um relatório de acompanhamento do MDB pelas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, no qual percebeu que a forma de retrucar essa decisão foi grande e apoiada em medidas, tendo a luta armada como uma possibilidade de enfrentamento. Alguns exemplos podem ser listados. Primeiro, pode ser exposto o caso de João Bosco Sobrinho (MDB-PE), que em reunião com estudantes acabou defendendo a luta armada como solução ao enfrentamento ao governo. Ainda no Recife, no município de Serra Talhada, um Encontro do MDB-PE ocorrido em julho de 1977 foi marcado por discursos contra o presidente Geisel e os ministros de Estado, como também teve como uma das possíveis soluções o enfrentamento aberto contra os militares, por meio da luta armada. Na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, um deputado emedebista teve seu discurso apontado no relatório por defender o retorno da legalidade do PCB. Sem contar os discursos dentro da Câmara dos Deputados, que ao espanto do SNI, teve defesa de grupos mais liberais da Arena.

Estes políticos da Arena, que apoiavam os chamados discursos radicais da oposição, chamavam atenção justamente por causa do interesse que movimentava este apoio. Havia um entendimento de que as dificuldades de uma melhor articulação do governo em resolver os problemas sociais, como a crise econômica que começava a incomodar a população, seria um excelente fator de campanha do MDB, no pleito de 1978. Esses políticos arenistas que passaram a concordar com os discursos contra o governo brasileiro, entendiam que essa postura fosse importante para que conseguissem superar a imagem negativa, justamente por serem da Arena, e conseguissem se reeleger. Infelizmente não foi possível localizar os nomes dos políticos que estariam sendo motivos de preocupação do SNI.

Ao mesmo tempo, o Planalto buscava cada vez mais uma aproximação da chamada ala *moderada* do MDB. O desejo era de que este grupo retomasse a liderança de sua sigla, para que as negociações políticas fossem retomadas de forma mais institucional, como também para garantir um cerceamento dos *autênticos*, impedindo este grupo de tomarem efetivamente o controle do MDB<sup>95</sup>.

---

<sup>94</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 997-1000.

<sup>95</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 1001-1007.

A aparente apatia da Arena foi aos poucos sumindo dos relatórios do SNI, depois do segundo semestre de 1977. Essa situação teria ocorrido, justamente porque seus deputados (estaduais e federais) e seus senadores passaram a atuar de forma mais enfática na defesa dos interesses do governo, principalmente depois de perceberem que o projeto em defesa de uma Assembleia Nacional Constituinte não ganhou forças dentro do próprio MDB, como era esperado.

Cabe aqui levantar um ponto especulativo sobre a “aparente apatia” da Arena. Não é possível determinar com os dados do SNI, mas essa postura poderia estar associada ao próprio descrédito vivenciado pelos políticos da sigla? Lembrando que o governo Geisel agiu de forma a não incluir o partido no centro decisório de governo.

Essa tranquilidade em relação ao tema da Constituinte fez com que o governo passasse a se preocupar com o processo sucessório nos estados. Ainda em fevereiro de 1978, três estados eram o que mais preocupam a direção nacional, justamente por questões de disputas das lideranças regionais. Em São Paulo, a situação ganha um contorno ainda mais dramático por ser um estado que possuía muitas elites de grande influência sobre o voto. Aparentemente, o cálculo político da região forçou uma reunião de importantes lideranças. De um lado temos a chapa Adhemar-Laudó *versus* a reunião Delfim-Macedo-Baldaci-Setúbal. O risco nessa situação estava na chapa derrotada, já que ela poderia gerar votos ao grupo de oposição.

No novo estado que iria se formar, o Mato Grosso do Sul, houve um desentendimento justamente por causa da indicação do governo ao cargo de governador. O importante nome de Pedro Pedrossian não era aceito pelo então governador do Mato Grosso, por causa de uma possível ameaça a sua hegemonia.

Já no estado do Rio de Janeiro, chamou atenção a unificação de duas elites que ainda precisavam ser acompanhadas de perto. O tradicional político Chagas Freitas, que possuía uma das maiores máquinas eleitorais do país, se associou ao nome de Ernani do Amaral Peixoto - figura tradicional da política brasileira. Essa união acabou atrapalhando os planos do MDB/RJ, justamente por causa da força partidária que a mesma possuía<sup>96</sup>.

O retorno das atividades do Congresso Nacional era marcado por um MDB fragilizado, justamente por não conseguir emplacar a pauta da Constituinte dentro do próprio partido com mais força, como também por uma recuperação de apoio ao governo em alguns setores sociais. Além disso, havia a expectativa de que uma liderança *moderada* assumisse a liderança do MDB,

---

<sup>96</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 1241-1242.

sendo Tancredo Neves o nome favorito, o que poderia possibilitar uma melhor relação entre oposição e governo, nos debates parlamentares<sup>97</sup>.

A situação do MDB ainda se torna mais complicada, no início do mês de maio, pelo problema ocorrido no seu Diretório estadual do Rio de Janeiro. Aparentemente, havia uma disputa sobre o comportamento do partido mediante o processo eleitoral de 1978, onde o cargo de governador seria eleito de forma indireta. A tendência de maior relevância queria dar um perfil contestatório ao partido, se opondo ao processo indireto, o Planalto enxergava essa tendência como a preferida aos seus interesses, pelo que representaria politicamente em um estado de forte oposição. Os cálculos, feitos por causa desta crise, eram de que a ala chaguista da Arena seria beneficiada - o que poderia resultar em maioria parlamentar da Arena na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, como também possibilitaria que o partido tivesse mais representantes eleitos do que o MDB/RJ para a Câmara dos Deputados. A situação ainda era favorável ao Senado, que poderia ter como eleito mais de um candidato<sup>98</sup>.

A situação da Arena, de fato, parecia ganhar um contorno de tranquilidade após as Convenções partidárias. Diferente dos relatórios anteriores, nos quais o SNI traçava o perfil de desvio e descontentamento de alguns grupos dentro da Arena, os nomes indicados ao cargo de governador/senador dos diversos estados da União não foram muito questionados. Apenas ocorreram cinco dissidências, três foram explicitadas com mais detalhes pelo relatório do órgão de informação.

O estado do Mato Grosso do Sul teve um problema referente ao nome que seria indicado como senador indireto. A dissidência saiu vitoriosa, conseguindo a indicação do então senador do Mato Grosso, Rachid Saldanha Derzi<sup>99</sup>. O governo entendia que esta candidatura possuía boas chances de vitória, o que acabou evitando qualquer possibilidade de contestação. Na Paraíba, a dissidência acabou conseguindo a indicação do então deputado federal Antônio Mariz. Sua situação era um pouco distinta da do senador Derzi, porque o deputado era marcado

---

<sup>97</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 1248.

<sup>98</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 1302-1303.

<sup>99</sup> Rachid Saldanha Derzi: Nasceu no município de Ponta Porã, em outubro de 1917. Tal cidade ainda pertencia ao estado do Mato Grosso, mas com a divisão do estado passou a pertencer ao atual Mato Grosso do Sul. Seus cunhados também tiveram participação política de expressão no estado de Mato Grosso do Sul, onde conseguiram ser eleitos senadores. Rachid Saldanha Derzi estudou Medicina no estado do Rio de Janeiro, como também acabou exercendo funções médicas pela região onde nasceu. Suas atividades políticas legislativas se iniciaram em 1955, quando foi eleito deputado federal pelo estado do Mato Grosso. Depois de exercer o cargo de deputado, foi eleito Senador, entre 1971 e 1979, pelo Mato Grosso e eleito Senador, entre 1979 e 1995, pelo Mato Grosso do Sul. O referido político também teve papel Constituinte, entre 1987 e 1988. Para maiores informações sobre sua biografia política, consultar: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rachid-saldanha-derzi>. Acesso em 28 de outubro de 2022, às 16h.

por uma aproximação de grupos de esquerda, em momentos anteriores ao ano de 1978. Apesar disso, o apoio de importantes forças políticas do estado foi de grande contribuição para a viabilidade de sua candidatura. Em São Paulo a situação também mereceu atenção especial do Planalto. O candidato Paulo Salim Maluf, que já tinha sido prefeito da capital, foi estratégico. Maluf acabou buscando articulações antes mesmo de um momento especulativo sobre os nomes que deveriam ser indicados. O que possibilitou o questionamento da candidatura oficial em seu favor.

O governo entendia que mesmo com a existência dessas três dissidências vitoriosas, a possibilidades destes nomes serem favoritos à vitória não gerava um real incômodo aos seus interesses. Ao contrário, até mesmo essa dissidência serviu para mostrar o quanto a Arena possuía uma maior afinidade interna, do que em outros momentos<sup>100</sup>. Contudo, tal processo não será duradouro. Próximo ao processo eleitoral haverá uma descrição dos problemas internos do partido pelos estados, mostrando que a situação acabou tendo um retrocesso muito grande

Após as alterações constitucionais para o período eleitoral de 1978, ocorreu um cálculo especulativo que mostrava a Arena como favorita. Enquanto isso, todas as descrições do SNI referentes ao MDB eram feitas de forma a garantir as dificuldades de organização da sigla, como também dos próprios grupos internos do partido. Sendo este, mais um fator que colabora para um bom resultado da Arena<sup>101</sup>. Presumia-se o seguinte resultado:

**Tabela 4: Quadro comparativo elaborado pelo SNI**

Partido	Deputados Federais (%)		Senadores (%)	
	1974	1978	1974	1978
<b>Arena</b>	56%	55%	27%	70%
<b>MDB</b>	44%	45%	73%	30%

Fonte: EG pr 1974.03.00/1, p. 1411.

Por este quadro, acaba sendo possível considerar que o governo esperava que após as alterações constitucionais, sua maioria parlamentar seria mantida. A situação ganha relevância,

<sup>100</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 1318-1319.

<sup>101</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 1373-1375.



porque no pleito de 1978 seriam duas indicações ao Senado. Se a vitória do MDB ocorresse nesta casa, como semelhante ao ano de 1974, a sua maioria seria perdida.

Ainda é possível apresentar as estratégias de campanha de cada partido para este pleito. As pautas do MDB foram mais diversificadas e apontaram para problemas da administração Federal. Impressiona que o partido acabou atacando a própria unidade da Arena, explicando na sua campanha que o partido não tinha a coesão necessária para continuar sendo o partido majoritário; o partido continuou se afirmando como uma sigla que defendia os valores democráticos, pauta importante para denunciar a Arena nos centros urbanos; uma questão que também marcou o tom crítico do MDB a Arena esteve concentrada nos casos de corrupção que começaram a ser divulgados pela imprensa. O MDB acabou utilizando esses casos como forma a expor problemas da organização partidária do governo; além de uma divisão partidária, a oposição acabou atacando a unidade das próprias Forças Armadas, fato que até mesmo incomodava o SNI; por fim, mas não menos importante, o problema relacionado ao elevado custo de vida brasileiro também foi apontado pelo MDB, com o intuito de desacreditar o governo brasileiro.

Para a Arena, a estratégia foi um tanto quanto distinta. A campanha da Arena foi marcada pela atuação direta do presidente em exercício, Ernesto Geisel, como também pelo candidato eleito, o general João Batista Figueiredo, os dois fizeram viagens pelo território nacional, com o intuito de divulgar os arenistas. Apesar disso, uma situação um tanto quanto incômoda chamou atenção: em uma grande quantidade de locais, os candidatos da Arena não exerceram uma campanha com “roupa arenista”. O governo percebeu que estes candidatos preferiam agir de forma individual e sem uma associação muito clara ao partido<sup>102</sup>.

Essa tendência individualizante expressa no relatório acaba expondo como as alianças e estabilidade da Arena eram mais artificiais do que qualquer outra coisa. Abaixo, vale destacar como se encontrava o partido, pelos estados, em um período muito próximo ao pleito de novembro.

No Acre, havia uma relativa coesão em torno do desejo de vitória partidária. Porém, dentro da Arena ainda persistia um racha entre os candidatos ao Senado Federal Jorge Kalume e Francisco Wanderley Dantas, o desejo de cada um seria a luta pela liderança integral sobre o partido. Em Alagoas, a situação era de divisão, mas não interferia dentro da lógica eleitoral. Os deputados Federais José Alves e Geraldo Bulhões, eram os líderes da dissidência da Arena no estado. Conquanto, o papel de Divaldo Suruagy foi de fator relevante para manter a unidade no

---

<sup>102</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 1476-1479.

propósito eleitoral, impedindo uma fragmentação. Esperava-se que a Arena fosse vitoriosa no estado.

No estado do Ceará, apesar de ter um controle de grande expressividade, a Arena não conseguiu garantir o esforço dos seus candidatos em torno da candidatura ao Senado. Não há uma especificação dos motivos que desmotivam os arenistas, mas aparentemente seria uma situação que poderia afetar no resultado eleitoral. O Espírito Santo apresentou uma tendência de campanha individualizada, não tendo maiores explicações sobre o porquê dos arenistas atuarem desta forma.

Em Goiás a situação ganhou um contorno um tanto quanto negativo. O governador em exercício e o futuro governador do estado não estavam alinhados, o que acabava causando uma situação desconfortável. Aparentemente o problema se encontrava no privilégio dado por cada governador aos seus políticos específicos. Além disso, a campanha para o cargo de Senador também não encontrava muito apoio dos candidatos a deputado (seja no âmbito Federal ou estadual).

Na Paraíba também não houve uma pacificação das brigas internas, o que fortaleceu o grupo dissidente da Arena, mas em termos eleitorais atrapalha o desempenho do partido. Situação semelhante ocorreu no estado do Paraná, onde a divisão da Arena acabou auxiliando na expansão estrutural do MDB por todo o estado. Dentro do Paraná, havia a expectativa - nutrida até mesmo pelo governo - de vitória do MDB no Senado. Algo quase idêntico ocorreu no Rio Grande do Norte, mas a dissidência partidária não foi só na Arena, o que ajudou na contenção dos problemas. O processo de dissidência interna também afetou os Territórios Federais do Amapá e Rondônia, onde brigas internas acabavam dificultando a situação política do partido governista<sup>103</sup>.

O controle sobre as eleições de 1978 pode ser observado justamente na relação entre a previsão política do governo e sua relação com os resultados oficiais. No Senado, havia uma previsão de que seriam eleitos 16 candidatos da Arena. Esperava-se que na Câmara dos Deputados fossem eleitos 232 arenistas e nas Assembleias Legislativas 486 candidatos. Efetivamente, no Senado foram eleitos 15 candidatos, na Câmara dos Deputados a Arena conseguiu 233 cadeiras e nas Assembleias Legislativas, 495 arenistas foram eleitos. Entende-se que estes resultados foram suficientemente satisfatórios aos cálculos esperados pelo governo Federal.

---

<sup>103</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 1493-1508.

#### 1.4 O projeto de reforma política

A chamada engenharia política é uma medida que visa dar garantia às elites políticas de sua manutenção no poder. Tal projeto acabou sendo uma realidade nos diversos tipos de governo que administraram o Brasil. Sejam eles no período Imperial, como também na República. Cabe fazer um leve balanço histórico sobre essas medidas<sup>104</sup>.

O primeiro momento deste processo de engenharia está logo após a independência brasileira. A Constituição acabou sendo outorgada depois da dissolução da Assembleia Constituinte. Logo, o primeiro projeto constitucional brasileiro surgiu de forma autoritária.

Durante o Segundo Reinado brasileiro também apresentou algumas alterações importantes sobre o voto. Até 1842 o Império brasileiro experimentava um modelo de turnos sucessivos. No ano de 1855 surgiu o modelo distrital. Já em 1875, retornou-se ao modelo proporcional, porém com uma adição importante: a Lei do Terço, ela estabelecia que somente dois terços dos parlamentares seriam eleitos pelo voto, o terço restante das vagas seria dado ao partido majoritário. Por fim, vale citar o ano de 1881, que marca o retorno do voto distrital e algumas alterações no sufrágio eleitoral brasileiro.

A Primeira República (1889-1930) foi baseada em um sistema federalista de inspiração estadunidense. Em grande parte, seu sistema político foi baseado na garantia das máquinas estaduais que, progressivamente, tornavam-se mais fortes. Além da existência de uma Comissão de Verificação de Poderes que foi de grande serventia para impedir o reconhecimento das oposições.

Após a “Revolução de 1930”, surge o modelo do período varguista que foi caracterizado por um regime centralizado e autoritário. Apesar do período ser marcado por uma expansão do sufrágio, que garantiu o direito de voto feminino, as medidas políticas visavam garantir um governo sem espaços para a oposição. Essa situação se materializou na Constituinte, onde uma parte dos que dela participaram foram incorporados pelo Estado dos quadros do funcionalismo público, de classes de empregadores e empregados - modelo semelhante ao que fora adotado por regimes autoritários/fascistas na Europa. Tal medida visou a impossibilidade de Vargas ser surpreendido com uma derrota em seus projetos. Porém, a polarização entre a ANL (Aliança Nacional Liberal) e os integralistas abriu espaço para que Vargas implementasse o Estado Novo<sup>105</sup>.

---

<sup>104</sup> FLEISCHER, 1988.

<sup>105</sup> Ibidem.

A Terceira República (1945-1964) acabou tendo dois partidos criados com a participação do então presidente Vargas (Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB; e o Partido Social Democrático, o PSD). Este envolvimento mobilizou uma união em oposição a Getúlio. Fleischer ainda reconhece que o novo modelo político implementado acabou garantindo o afastamento dos estados de menor expressão e de regiões mais pobres do Brasil. O poder Legislativo e, principalmente, o Executivo não era próximo a estas realidades.

Se nestes diversos períodos de regimes políticos tiveram alterações na norma constitucional, para a manutenção dos interesses de grupos da elite política, na ditadura militar brasileira não foi diferente. O único ponto que pode ser destacado do período ditatorial militar está na intensidade dessas alterações. A movimentação, que visava a manutenção dos interesses da elite política/militar, foi bem intensa. Podendo ser dividida em períodos, como fez David Fleischer.

O primeiro período abarca os anos de 1964 e 1968. Neste momento, a primeira questão a ser levantada está concentrada na ação dos militares em se manterem no poder político após o golpe, medida esta que ainda não tinha ocorrido em outros períodos de envolvimento dos grupos militares na vida política brasileira. O poder, de alguma forma, retornava para a mão de algum grupo político. Dessa vez, isso não se repetiu.

As medidas eram descritas como uma forma de resguardo da democracia representativa, a partir delas os militares buscavam se preservar de alguns “inimigos” da democracia. Logo, o primeiro Ato Institucional, que posteriormente seria conhecido como o AI-1, teve algumas medidas de caráter repressivo, mas que foram projetadas para que sua aplicabilidade não tivesse uma longa duração. A questão é que ocorreram alguns problemas para que este Ato conseguisse cumprir aos interesses da alta cúpula militar. O principal problema se encontrava na posse dos novos deputados, os suplentes, que vieram muito mais combativos do que os atuantes no período.

O governo entendeu, principalmente após o resultado das eleições de 1965, que deveria ser mais enérgico em suas ações. Desse entendimento, surgem os Atos Institucionais número 2 e 3. Seria uma forma de manutenção do controle político nas mãos dos militares. Algumas das medidas foram: eleições indiretas para governador de 12 estados, no ano de 1966; reorganização do sistema partidário, que na prática deixou de ser multipartidário para bipartidário; o Congresso Nacional foi fechado por um curto período, mas logo depois teve o retorno de suas atividades para a aprovação da Constituição de 1967.

Depois do período supracitado, se inicia o que foi chamado por Fleischer de aprofundamento da ditadura (1968-1974)<sup>106</sup>, fase em que o governo brasileiro acabou tendo um perfil mais autoritário e repressivo. Essa situação teria sido estimulada em resposta ao Congresso, que passou a ter um certo distanciamento das relações com o projeto nacional militar, fazendo com que o governo sofresse algumas derrotas incômodas. A negação do pedido de cassação do deputado Márcio Moreira Alves acabou sendo o ápice desse conflito que culminou com o decreto do AI-5. O Congresso Nacional teve seu retorno marcado por um grande esvaziamento das oposições que, em maioria, foram cassadas. Esse período também marca a tentativa de hegemonia político-militar sobre os espaços urbanos - visando a transformar as capitais dos estados em áreas de Segurança Nacional, impedindo o voto ao cargo de prefeito destas cidades.

Por fim, e de certa maneira tratado nos subitens anteriores, surge o chamado período de Liberalização Inicial. Entre os anos de 1974 e 1978, houve a elaboração de toda uma engenharia política que visava garantir maioria parlamentar para a Arena. O problema é que tal planejamento foi afetado com os resultados eleitorais de 1974, nos quais a oposição acabou ganhando um espaço que fora além do calculado no parlamento.

Nas linhas abaixo, será possível entender de forma mais detalhada um conceito muito importante do período estudado: *reforma política*. Esse conceito será destrinchado de forma a estabelecer um maior entendimento sobre qual(is) seria(m) o(s) projeto(s) de reforma para o Congresso Nacional?; quais os objetivos com esse(s) projeto(s)?; e em que momento esse(s) projeto(s) foram encaminhados? A resposta para estas perguntas possibilitará uma maior compreensão do que representou a mudança do regime bipartidário brasileiro para o retorno do sistema multipartidário.

O tom de liberalização do regime ditatorial brasileiro ganhou uma nova fase quando, em 1º de janeiro de 1979, o AI-5 foi extinto. O próprio governo Figueiredo passou a dar continuidade a esta proposta, tendo o Gen. Golbery do Couto e Silva e o Ministro da Justiça Petrônio Portela como os principais líderes do movimento. As duas principais pautas que eram sinônimos da abertura foram a Lei de Anistia e a Reforma Partidária<sup>107</sup>.

A Lei de Anistia acabou ganhando um bom espaço no debate público, tanto em ambientes da sociedade civil como dentro do Parlamento, porque não foi um projeto de fácil aceitação. Havia questões que quando debatidas indicavam os limites desta lei. Dentro da

---

<sup>106</sup> Ibidem.

<sup>107</sup> GRINBERG, 2009.

própria Arena e do MDB o projeto acabou sendo questionado, não existindo um relativo consenso sobre o que ele representaria. A sociedade civil participou desses debates, inclusive gerando manifestações nas ruas de Brasília. Talvez o maior reflexo da divisão de opiniões sobre a Lei de Anistia esteja na votação de sua aprovação, o resultado foi de 206 a 201 votos em prol de sua aprovação. É impossível não destacar o quão dividido o poder Legislativo esteve referente a este debate<sup>108</sup>.

Resta entender como foi o debate acerca da Reforma Partidária. Será proposto um debate que acompanhará a tese de Grinberg<sup>109</sup>. A diferença estará na escolha das fontes. Grinberg usou de forma muito completa os documentos produzidos pela Arena, como também da própria imprensa. Porém, ainda existe uma documentação que precisa ser mais explorada e que aqui servirá de base comparativa: os relatórios produzidos pelo SNI. Estes relatórios são de grande valor, porque também conseguiram captar algumas percepções do período, como relativas estratégias e debates acerca da temática. A reforma partidária pode ser interpretada como uma ação do governo em prol de uma divisão da própria oposição<sup>110</sup>.

A primeira consideração a ser feita referente a Reforma Partidária está atrelada aos políticos e seus interesses. Tradicionalmente, quando se fala desta Reforma, aponta-se para uma estratégia governista a fim de dividir os grupos de oposição e garantir a hegemonia sobre o poder Legislativo. Porém, essa proposta não pode ser lida apenas desta forma. Luiz Henrique Bahia realizou uma longa pesquisa, no ano de 1975, para sua dissertação de mestrado, com os parlamentares brasileiros referentes a questões importantes sobre a temática das reformas políticas<sup>111</sup>.

Nitidamente o Congresso brasileiro, seja adepto da Arena ou do MDB, tinham uma posição em prol de uma Reforma Constitucional. De 171 arenistas, 80% se disseram favoráveis a algum tipo de reforma. E de 155 emedebistas, 98% também era favorável ao tema. A tabela abaixo expõe os principais temas levantados por Bahia e como o Congresso poderia reagir a tal mudança.

---

<sup>108</sup> Para maiores informações e interpretações sobre a Lei de Anistia, consultar: FICO, Carlos. A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado “perdão aos torturadores”. **Revista anistia política e justiça de transição**, n. 4, p. 318-332, 2010. REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), v. 23, p. 171-186, 2010.

<sup>109</sup> GRINBERG, 2009.

<sup>110</sup> FREIRE, 2014.

<sup>111</sup> BAHIA, Luiz Henrique. Reforma Constitucional e Ordem Autoritária: Congresso Nacional na 8ª Legislatura. In: FLEISCHER, David (org.). **Os Partidos Políticos no Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

**Tabela 5: Agenda de reformas políticas aparentes do Congresso**

<b>Congresso</b>			
	Alteração Moderada	Revisionismo	Quórum
Atribuições gerais do Legislativo	36%	58%	94%
Prerrogativa para criar despesas	47%	37,5%	84,5%
Prazos	46%	21%	67%
AI-5	29, 5%	59%	88,5%
<i>Habeas Corpus</i>	-	73,2%	73,2%
Suspensão de direitos políticos	14,5%	59,5%	59,5%
Cassação de mandatos	9,9%	63,2%	63,2%
Garantias do Judiciário	1,7%	79,2%	79,2%
Decretação recesso do Congresso	1,7%	78%	78%
Censura aos meios de comunicação	2,8%	66,6%	66,6%
Sistema eleitoral	24%	9,25%	9,25%
Sistema político-partidário	-	79,5%	79,5%
Fidelidade Partidária	63,5%	21,25%	21,25%
Voto de liderança	17,05%	44,5%	44,5%
Obrigação de obedecer à decisão partidária	21,5%	25,6%	25,6%
Proibição de mudar de partido	11,95%	43,95%	43,95%

Fonte: BAHIA, 1981, p. 285.

Analisando esses dados, percebe-se o quão reformista é o Congresso eleito de 1974. Praticamente todas as medidas apontadas neste *survey* foram analisadas pelos congressistas com o desejo de proposição de alterações. Em sua maioria, estas seriam muito mais aproximadas de uma revisão do que de simples modificações na Constituição. Somente questões relativas a modificações no sistema eleitoral e na obrigação de obedecer à decisão partidária é que não eram de grande interesse da maioria dos parlamentares. Logo, a posição de revisionistas, definição criada por Bahia para caracterizar os congressistas do período, se sustenta.

Especificamente, cabe explorar com mais afinco a questão do sistema político-partidário. Medida que tinha aprovação de 79,5% do Congresso para uma proposta que revisasse a temática. Em um olhar mais atrelado aos partidos, percebe-se o quanto tal questão era do interesse de mais de dois terços da Arena (que tinha uma aprovação de 70% dos seus parlamentares pela revisão), quanto do MDB (que tinha uma aprovação de 89% em prol de uma revisão). Assim, fica nítido que apesar de ser do interesse do governo a dissolução do sistema partidário, esse tema também era de interesse dos políticos da Arena e do MDB. Os interesses desta divisão podem ser distintos, mas o processo pelo qual se instaurou um novo modelo multipartidário não era de interesse exclusivo da alta cúpula militar.

Resta saber qual o modelo ideal para estes políticos. Ainda dentro deste *survey*, Bahia consultou os parlamentares para alguns tipos de modelos políticos: o sistema bipartidário; o sistema multipartidário; o sistema multipartidário com determinadas limitações; o sistema tripartidário. Confira no quadro abaixo o entendimento de membros do MDB e da Arena<sup>112</sup>.

---

<sup>112</sup> BAHIA, 1981.



**Tabela 6: Modelo partidário preferido entre os parlamentares**

Modelo partidário	Arena	MDB
Bipartidarismo	30%	11%
Tri partidarismo	31%	17%
Multipartidarismo com restrição	11%	11%
Multipartidarismo pleno	27%	60%

Fonte: BAHIA, 1981, p. 294.

Chama atenção este quadro acima, porque ele indica que a visão reformista é ainda mais aprovada em membros da oposição do que dentro da própria Arena. Logo, ressaltamos que mesmo sendo um projeto do governo para dividir as oposições, o modelo multipartidário também se encaixava nos interesses destes grupos<sup>113</sup>. Ainda chama atenção que dentro da Arena não há uma postura hegemônica sobre qual sistema partidário ideal a aplicar. É possível afirmar que a maioria dos parlamentares consultados não queriam a manutenção de um sistema bipartidário (69% destes queriam algum outro sistema que não fosse o bipartidarismo).

Agora, após a apresentação destas reflexões iniciais, cabe consultar como o relatório do SNI examinou o tema. Mas, cabe ainda ressaltar que essa temática ganha mais força na segunda parte do mandato do presidente Geisel. Esta questão acabou ganhando mais assiduidade nos relatórios depois de abril de 1976.

O sistema bipartidário começou a ser questionado nos relatórios do SNI ainda entre os dias 12 e 19 de setembro de 1975. Primeiro, o documento conferia legitimidade à formação desse modelo político, porque seria responsável pela estabilidade que a chamada “Revolução” precisava. Há a compreensão de determinados avanços em políticas públicas executadas pelo governo, justamente porque o bipartidarismo teria sido um instrumento de garantia ao poder Executivo. O referido documento ressalta que essa forma de organização partidária surgiu justamente como meio de inviabilizar uma política pluripartidária que seria uma das causas da instabilidade política da década inicial dos anos 1960. Uma série de instrumentos foram planejados para dar garantia a este modelo político, entre eles a sublegenda. Este artifício

---

<sup>113</sup> Marcelo Ridenti descreve que a Reforma Partidária aprovada em 1979 era claramente um projeto político que visava fragmentar as oposições políticas. O autor entende que o projeto que deu fim ao sistema bipartidário foi realizado sem apoio dos membros do MDB. Para maiores informações, consultar: RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

político garantiria que um partido pudesse ser formado com várias correntes partidárias do período anterior a 1966, justamente porque inviabilizou - supostamente - brigas dentro dos partidos<sup>114</sup>.

Contudo, chegava o momento de entender qual a viabilidade do bipartidarismo na segunda parte da década de 1970, período em que o sistema já tomava um rumo distinto do momento de sua criação. Seria o momento de repensar o bipartidarismo, ou essa questão só surgiu por conta da chamada “apatia” da Arena, descrita em linhas acima? Lembrando que esse é um momento de baixa articulação do partido do governo e ainda de maior compreensão dos resultados eleitorais de 1974, o que pode ter colaborado para um maior questionamento da manutenção do bipartidarismo. Além do governo entender que a inviabilidade do bipartidarismo estaria associada ao próprio crescimento da oposição e o caráter plebiscitário ao qual os processos eleitorais poderiam passar a ter.

O debate ganhou um corpo ainda mais forte no discurso proferido pelo então presidente do Senado, Magalhães Pinto<sup>115</sup>, que teria afirmado ser favorável à criação de um terceiro partido político. Porém, cabe apontar que essa afirmação não era de interesse do governo por alguns fatores. Primeiro, o presidente Geisel se opôs à ideia de um terceiro partido por entender que isso poderia significar uma dependência deste para a aprovação de leis e emendas dentro do Congresso. Segundo, o próprio Ministro da Justiça - principal articulador político do período - era contra, por questões de interesses pessoais. Terceiro, havia uma compreensão de que a criação de um terceiro partido próximo ao período eleitoral de 1976, mesmo sendo eleições municipais, poderia gerar um sintoma de insatisfação da população civil que entenderia essa postura do governo como sinal de fraqueza, como também poderia ser gerado graves problemas para a articulação política mediante a criação de uma nova sigla. Por parte da oposição, até havia o interesse em um novo partido, mas desde que fosse acompanhado da instauração do chamado Estado Democrático de Direito<sup>116</sup>.

Em abril de 1976, novos questionamentos sobre a manutenção das siglas foram redigidos. Mas, desta vez, a questão tomou um novo tom por parte do SNI. Houve o

---

<sup>114</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 233-234.

<sup>115</sup> Nasceu em Santo Antônio do Monte, município de Minas Gerais, em junho de 1909. Ainda com 17 anos foi aprovado em concurso público para o Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais. Sua carreira política é extensa, sendo deputado Constituinte em 1946, deputado federal várias vezes (1946-1947; 1950-1961; 1967; 1969-1971; 1979-1985), Senador (1971-1979), governador de Minas Gerais (entre 1961 e 1966) e Ministro das Relações Exteriores (entre 1967 e 1969). Para maiores informações sobre sua biografia política, consultar em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-de-magalhaes-pinto-1>. Acesso em 28 de outubro de 2022, às 16h.

<sup>116</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 350-352.

reconhecimento de que o chamado aperfeiçoamento democrático não ocorreria no sistema bipartidário. A principal questão estava na inautenticidade dos partidos, que não conseguiam ter uma maior penetração social. Essa dificuldade de institucionalização social seria reconhecida por membros dos dois grupos partidários, seja do lado governista ou do lado da oposição<sup>117</sup>.

Posteriormente, começou-se a elaborar um novo projeto de diretrizes aos partidos políticos. Mas o que mais chamou atenção, de forma negativa, contra o surgimento de um novo pluripartidarismo foi justamente a percepção de que o presidente da República acabaria ficando à mercê dos interesses dos diversos partidos no Congresso, para conseguir sucesso em aprovar leis e medidas de seus interesses. Dentro da situação partidária, as diretrizes centrais foram: “evitar a proliferação de partidos políticos; evitar o surgimento de mais um partido que possa se tornar fiel da balança; evitar que os programas partidários a serem aprovados contenham fundamentos contrários aos princípios da Revolução de 31 de Março de 1964”<sup>118</sup>.

Após as eleições municipais de 1976, o debate sobre reformas políticas tomou conta de algumas páginas dos relatórios produzidos pelo SNI. Debatia-se sobre como e quais agentes apresentaram suas visões sobre o modelo e o propósito de realizá-las. Tanto no parlamento, quanto na imprensa, essa temática ganhou espaço. O relatório entendia que estas reformas seriam essenciais, por comporem o projeto de transição democrática. A imprensa possuía colonistas políticos específicos dedicados a comentar sobre o tema, como Carlos Castello Branco. Os partidos também possuíam relativo interesse neste projeto, mas entendiam que a prerrogativa de condução da reforma política deveria partir do Executivo<sup>119</sup>.

Apesar disso, esse caráter inicial de um projeto de reforma, aparentemente, incomodou membros do SNI - justamente por ainda conter um caráter especulativo. Quando se falava sobre uma reforma política, ainda não havia um projeto concreto, tudo estava baseado em uma singela e importante especulação. Tanto o é que o MDB, neste momento, enquanto um partido não se manifesta sobre o fato. O partido e muitos de seus partidários preferiam esperar os rumos e diretrizes destinadas ao projeto, para atribuir valor sobre a situação<sup>120</sup>.

Como se sabe, a chamada “Reforma de Abril de 1977”, gerou alterações no poder Judiciário e dentro da vida política parlamentar. Também se sabe que estas medidas foram praticadas sob a base jurídica do AI-5, que garantiu o recesso do Congresso para que tais

---

<sup>117</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 567-569.

<sup>118</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 599-601.

<sup>119</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 810-811.

<sup>120</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 847.

medidas fossem implementadas. O ponto é que o próprio governo reconhecia o incômodo da oposição política, por causa da forma como todo o projeto político fora realizado. A exclusão de um debate franco e aberto, com participação plena da oposição, incomodou todo o grupo que passou a tecer duras críticas ao comportamento estratégico do governo militar<sup>121</sup>.

A “Reforma de Abril de 1977” incomodou demais a cúpula do MDB. Os partidários se sentiram desrespeitados pela maneira em que o projeto foi encaminhado, como também entenderem que este serviria para a manutenção da Arena como força majoritária no poder Legislativo. Essa manobra acabou estimulando um importante debate dentro da cúpula oposicionista em prol de uma Assembleia Nacional Constituinte, pauta que causava um grande incômodo no governo. Uma Assembleia Constituinte poderia significar um projeto de exposição negativa, onde os adeptos do MDB teriam um grande espaço para atacar o governo do presidente Geisel<sup>122</sup>.

A aplicação da “Reforma de Abril” foi fundamental para que os parlamentares passassem a pensar em uma alternativa política ao sistema bipartidário brasileiro. Havia o reconhecimento de que a extinção do bipartidarismo possibilitaria o surgimento de um modelo político plural, onde a posição seria de competição política<sup>123</sup>. Analisando o contexto, fica fácil de entender o porquê da oposição não mais se enquadrar em um modelo político que em muito favorece o partido governista. Qualquer tipo de movimentação que pudesse favorecer a oposição era impedido pelo governo. Talvez, os oposicionistas entendessem que um sistema partidário mais plural seria positivo, porque poderia quebrar a unidade partidária da Arena, como também dificultar consensos Legislativos, o que forçaria uma postura de negociações mais abertas do governo com os demais partidos políticos.

O papel do MDB então foi o de não articular nenhuma reforma política com o governo. O que causou certo incômodo da cúpula militar dentro do SNI. O partido de oposição entendia que qualquer projeto de reforma política que estivesse fora do seu programa partidário não deveria sequer ser debatido. Essa posição pode parecer de uma intransigência sem sentido para os membros do governo, mas a questão é que este comportamento também era exercido de forma semelhante do próprio governo - que se negava a aceitar qualquer projeto de Constituinte. Logo, as duas posições intransigentes eram coerentes<sup>124</sup>.

---

<sup>121</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 907.

<sup>122</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 921.

<sup>123</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 1024

<sup>124</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 1309.

O projeto do governo, pela reforma política, acabou ganhando mais visibilidade dentro da oposição após intensas negociações. Surge uma chamada “Frente de Redemocratização”, movimento fortemente oposicionista que teria o interesse em negociar com o governo algumas pautas, com o intuito de ampliar o projeto. Contudo, essa “Frente” ainda não tinha uma grande força unificada dentro da oposição, cabendo a algumas lideranças o papel de negociação para que os demais parlamentares passassem a compor esse grupo<sup>125</sup>. Cabe ressaltar que dentro do relatório do SNI, não foi possível apontar claramente aos líderes deste grupo.

O projeto de reforma que era divulgado pelo governo começava a ganhar apoio social. Entretanto, setores mais ligados ao MDB passaram a tecer algumas críticas a este. Dentro do partido, o Diretório Nacional acabou formalizando o apoio à chamada “Frente Nacional de Redemocratização”. Vale destacar que não foi unanimidade e que mesmo com o apoio esperado, ficou uma impressão dos divergentes de que a opinião pública avaliaria mal a decisão dos partidários. Esse tipo de crítica expõe como o MDB também não estava unido em prol desse projeto, justamente por conter limitações ou pautas que não eram de interesse dos seus partidários<sup>126</sup>.

A “Frente da Redemocratização” acabou encontrando certa dificuldade com a opinião pública e importantes grupos civis. Não havia um certo entendimento de seu papel, como também existiam pontos que ainda precisavam ser respondidos e que dificultavam uma maior credibilidade do movimento, frente aos grupos civis. O MDB também acabou ficando mais hostil ao projeto do governo, atitude que não era calculada pelos governistas. O apoio da Arena ao projeto governista também não foi unânime e inquestionável. Alguns parlamentares se queixaram da ausência de direito do voto direto para cargos de senador/governador, como também não foi bem aceita a “Lei Falcão”, medida que restringia a própria campanha destes parlamentares. O intuito destes arenistas seria a de utilizar esse debate reformista que estava sendo instaurado na sociedade e no parlamento, com o objetivo de promover o fim destas medidas<sup>127</sup>.

A cada relatório do SNI, ressaltou-se a dificuldade de a “Frente da Redemocratização” engajar socialmente. O entendimento de que o MDB ainda não tinha clareza sobre um nome para a disputa presidencial, a dificuldade de coesão de um grupo que tinha diversas linhas ideológicas presentes e que adotava estratégias de mobilização - que eram descritas como

---

<sup>125</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 1326.

<sup>126</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 1330.

<sup>127</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 1335-6.

ideologicamente comunistas - ineficazes e algumas proibidas foram os principais motivos entendidos pelo insucesso de tal mobilização<sup>128</sup>.

A situação eleitoral era a que mais causava divisão dentro do MDB. Isso porque existiam dois contextos de candidatura que estavam diretamente envolvidos com a “Frente da Redemocratização”. A questão da sucessão presidencial por si só já seria uma tremenda dor de cabeça ao partido, já que os dois principais nomes do MDB não geram um consenso entre si. O tradicional político mineiro, Magalhães Pinto, e o General Euler<sup>129</sup> eram os mais cotados para a disputa presidencial. A complexidade aumentava porque o ano de 1978 também era marcado por disputas no Legislativo. Parte considerável dos emedebistas “moderados” tinham mais interesse na disputa legislativa do que propriamente na “Frente da Redemocratização”<sup>130</sup>.

A temática das eleições acabou ganhando grande força nos relatórios. No tópico anterior, foi discutido de forma mais detalhada a importância e as negociações em torno das eleições. Mas, logo após o pleito de 1978 ocorrer, há um debate sobre os partidos e sua continuidade. Até mesmo membros do MDB participaram das discussões - alguns emedebistas entendiam que um novo regime partidário poderia fragilizar a relação de reconhecimento do caráter oposicionista que possuía o MDB.

O SNI já visualizava um outro ponto. Em suas percepções, o sistema bipartidário tinha atingido um nível de esgotamento. O processo eleitoral estava sendo interpretado como um projeto plebiscitário. Nele quem era avaliado seria o governo<sup>131</sup>. O cálculo poderia gerar um incômodo, já que em momentos de maior questionamento da legitimidade institucional, a Arena - partido que representaria o governo - seria prejudicada em favor do partido que representaria o descontentamento.

Interessante notar que a oposição não negava o desejo de participar da reformulação política que ocorria no país. Como bem observou o SNI, existiam pautas do grupo oposicionista em prol da reforma. O que dificultava a participação da oposição era o que estas pautas significavam, já que algumas seriam pautas explicitamente de confronto aos membros do

---

<sup>128</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 1342-3.

<sup>129</sup> Nascido no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em janeiro de 1917. cursou o Colégio Militar do Rio de Janeiro e posteriormente a Escola Militar do Realengo. Dentro do exercício de seu cargo, Euler Bentes Monteiro possui participação política ativa, como o Manifesto dos Coronéis (1954) que foi um dos responsáveis. Importante liderança na Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), elaborando o primeiro Plano Diretor, responsável pela Lei de Irrigação. Para maiores informações sobre sua biografia, consultar: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/monteiro-euler-bentes>. Acesso em 28 de outubro de 2022, às 16h.

<sup>130</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 1347-1348.

<sup>131</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 1511-12.

governo, como também aos que compunham o partido de governo. Com isso, percebe-se que apesar de existir um interesse de participação, a possibilidade de esta ocorrer acabava sendo diminuta, justamente porque algumas das pautas centrais do MDB confrontavam diretamente o governo ditatorial - o próprio SNI reconhece que uma das pautas de grande interesse da oposição (uma CPI que investigaria o próprio SNI) seria inviável<sup>132</sup>.

Agora, quais seriam os interesses de partidários do MDB em atuar por um novo sistema partidário? Uma outra questão importante a ser lembrada é que o MDB não era o partido majoritário do poder Legislativo. Logo, uma divisão do partido o tornaria menor. E mesmo assim houve apoio em prol do pluripartidarismo. Por quê? A resposta pode ser apontada por um conceito de pluralidade dentro do MDB. Não seria justo falar de um MDB, mas sim de “MDB’s”. A sigla de oposição reunia pelo menos quatro grandes grupos políticos: os moderados, os autênticos, os socialistas e os trabalhistas<sup>133</sup>.

Necessariamente, dentro dessas nomenclaturas poderíamos achar algum político que pertencesse a mais de um grupo. Contudo, o tradicional embate entre moderados e autênticos, que marcou o MDB após a década de 1970, não foi único. Após as eleições de 1978 a situação ainda ganhou novo desenho. A justificativa era que o grupo autêntico acabou ganhando força eleitoral e poderia fazer pressão dentro do Diretório Nacional, tentando influir em decisões importantes. A estrutura de poder do MDB acabava privilegiando o chamado grupo moderado e a perda de força ideológica dentro do partido poderia incomodar esses antigos líderes.

A complexidade aumenta quando se passa a analisar que o partido também tinha em seus quadros ideologias distintas. Mesmo que caminhassem em um espectro do que pode ser reconhecido como “esquerda”, socialistas e trabalhistas não são alinhados em questões essenciais. Suas cosmovisões poderiam e, possivelmente, iriam se chocar. Assim como dito antes sobre a Arena, o MDB pode ser reconhecido em duros embates internos. Embates estes que atrapalham uma maior unidade partidária.

Logo, o apoio a um tipo de reforma partidária, mesmo representando a diminuição de expressão do partido, faz sentido.

Esse subcapítulo acabou ilustrando como o conceito de reforma política e reforma partidária andam juntos. O projeto de reforma liderado pelo governo poderia ter pontos em comum com os partidários da oposição, mas em suma se distanciaram por conta da defesa da Arena e dos interesses do governo. Por fim, ressalta-se a importância da análise dos relatórios

---

<sup>132</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 1538.

<sup>133</sup> EG pr 1974.03.00/1, p. 1546-7.

produzidos pelo SNI. Mesmo sendo uma documentação que expressava uma opinião de cima para baixo, percebe-se como o governo se articulou em pautas de expressividades.

## 1.5 Conclusão

Após estas considerações, vale questionar algum tipo de classificação para o partido Arena. Mas afinal, qual definição teórica melhor lhe cabe? A primeira conceituação que aqui será apresentada será a do partido dominante, que é uma tese elaborada por Charlot<sup>134</sup>

Primeiro, torna-se necessário fundamentar o que seria um partido dominante? Segundo o autor, um partido com essas características pode existir em um regime de multiplicidade ou não de partidos opositores. Em um contexto de muitos partidos de oposição, o dominante se destaca porque os demais partidos são esmigalhados.

Há uma clara distinção entre o contexto de um partido único para um contexto de partido dominante. Em um sistema de partido único, o monopólio político pertence a este partido. A oposição está impedida de se manifestar e sobreviver. Em um contexto de partido dominante, existe necessariamente um mercado para a escolha do cidadão. Pensando exatamente nisso, ao contexto em que esteve inserida, a Arena, não pode ser definida como um exemplo de partido único. Havia uma possibilidade de escolha, dentro do sistema bipartidário brasileiro, entre Arena ou MDB.

Contudo, Charlot entende que um partido dominante está inserido em uma lógica democrática. Esse partido concorre em eleições. Essa característica tenciona e muito uma aproximação da Arena com o contexto de dominante. Mesmo com a existência de eleições para cargos do poder Legislativo, o Brasil não estava inserido em um ambiente de democracia. Ao contrário, existia o claro interesse militar em estimular a percepção de manutenção da democracia, mas nitidamente vivia-se sobre um período ditatorial.

Essa ambiguidade é bem trabalhada em Rego<sup>135</sup>. O autor reconhece que os militares brasileiros deixaram o Congresso Nacional em funcionamento logo após o golpe e durante grande parte do período ditatorial. “O Congresso foi aceito por lideranças militares e civis como um fórum para a atividade política”<sup>136</sup>. O Poder Legislativo pode trabalhar durante o período formulando políticas públicas, através de comissões técnicas, algumas foram abraçadas pelo Governo Federal. A oposição política também teve importante papel no Legislativo, utilizando-

---

<sup>134</sup> CHARLOT, Jean. **Du parti dominant**. Projet, 48, setembro-outubro de 1970, pag. 942-951.

<sup>135</sup> REGO, Antonio Carlos Pojo do. **O Congresso brasileiro e o regime militar (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

<sup>136</sup> REGO, 2008, p. 21.



se desse espaço para questionar a legitimidade do processo político. A questão da legitimidade, inclusive, foi um ponto de maior debate com a evolução dos anos, tendo maior relevância no momento de maior instabilidade do regime ditatorial.

O Legislativo era a única instância política que era eleita de forma direta, pelos cidadãos brasileiros - já que o cargo de Presidente da República passou a ser eleito de forma indireta, pelo Colégio Eleitoral. Após o golpe, o Legislativo acabou tendo um outro papel importante: o de escolher o presidente. Esse exercício acabou ocorrendo seis vezes (1964, 1966, 1974, 1978 e 1985). Os demais cargos Executivos, das esferas estaduais e municipais, também experimentaram modificações em sua forma de se organizar. As prefeituras das capitais dos estados foram englobadas na chamada Lei de Segurança Nacional, o que inviabilizou o voto direto. Já os estados da Federação passaram a contar com uma espécie de Colégio Eleitoral estadual, fato que também inviabilizou o voto direto<sup>137</sup>.

Mas o ponto de maior relevância para Rego, sobre o papel do Congresso, está justamente no exercício de estabilidade que foi conferido ao Poder Executivo. Este, necessariamente, foi fundamental para a manutenção dos militares no poder por longos 21 anos. Para o autor, quando esta legitimidade não foi mais exercida, os militares passaram a encontrar dificuldades para a sua manutenção no poder.

Cabe aqui, explicar um pouco sobre o papel de legitimação que o Legislativo desempenhou ao Executivo. Rego entende que esta não foi a única função do Congresso durante o período ditatorial, mas foi a mais importante. Aos militares, era de grande significância expor à opinião pública os resultados eleitorais. O autor acaba se apegando à interpretação de Daniel Zirker - que afirmava ser o Congresso o agente de legitimidade aos militares<sup>138</sup>. Essa percepção foi reconhecida na própria oposição. Membros reconhecidos como mais radicais do MDB entendiam que o partido, mesmo não sendo base de governo, acabava servindo como garantidor da legitimidade política da sigla.

Essa relação de legitimidade exercida pelo Legislativo não foi constante. Ainda nos primeiros anos da ditadura, entre 1967-68, os militares acabaram perseguindo os políticos brasileiros, criando um ambiente hostil. Em novembro de 1968, a crise chegou ao seu limite, o que estimulou os militares a manterem o Congresso Nacional fechado por mais de um ano. Esse processo é responsável por indicar a própria diminuição da legitimidade que o Legislativo criava em favor do Executivo.

---

<sup>137</sup> REGO, 2008.

<sup>138</sup> ZIKER, Daniel. The legislature and democratic transition in Brazil. In: CLOSE, David (org.). **Legislatures and the new democracies in Latin America**. Boulder: Lynne Rienner, 1993.

Essa postura sobre a legitimidade também não foi facilmente aceita pelos militares. Ainda nos primeiros momentos do golpe de 1964, surgiu o Primeiro Ato Institucional (AI-1). Este já era um primeiro indicativo de como não havia um grande prestígio da classe militar pela classe política. Como também, “afirma claramente que a revolução não viu o Legislativo como uma instituição legitimadora”.

Entretanto, a própria oposição tinha que utilizar o espaço do Legislativo para garantir a representação do interesse de diversos grupos sociais que não eram favoráveis ao governo ditatorial. O Congresso era, na maioria das vezes, o único espaço viável para a representação dos interesses da oposição - já que a via armada não prosperou. Rego entende que este processo gerou uma via de mão dupla, onde o governo acabava ganhando validação dentro da opinião pública, enquanto o Poder Legislativo cedia espaço para que estes grupos de oposição pudessem operar por meios legais.

Apesar disso, quando o projeto de abertura começou a ganhar espaço no meio social, o próprio Poder Legislativo teve sua legitimidade questionada. A vulnerabilidade também era transmitida aos partidos políticos. Seria possível identificar o momento em que o Legislativo servia de legitimidade ao Executivo?

A principal ação de garantia da legitimidade estava na própria atuação legislativa. Os políticos votavam e debatiam projetos de lei que eram enviados pelo Executivo ou de interesse dele. Vale também destacar que ao participar em favor de um projeto de lei, um político acabava cooperando em sua execução. Havia o interesse em estar inteirado sobre determinado projeto, já que este poderia gerar algum benefício ao próprio político.

Essa postura acabou contribuindo para a longa manutenção do próprio projeto ditatorial, já que a legitimidade acabou sendo continuada. A partir do momento em que a opinião pública começou a ter um perfil mais desfavorável ao regime militar, a legitimidade política também não foi mais estável. Neste momento, o Poder Legislativo passou a não ser mais esse fator de legitimidade. Porém, foi através deste processo que a transição democrática teve um caminho lento.

Bolívar Lamounier entende que a partir de 1974, se iniciou um teste de forças dentro do processo eleitoral. O autor entende que os resultados eleitorais deste ano, indicavam como a sociedade tinha um relativo interesse na mudança, legitimando os grupos de oposições como

líderes desse novo caminho. Surgindo então um projeto de abertura, que Lamounier entende como singular, baseado no processo eleitoral<sup>139</sup>.

Entre 1974 e 1984, o projeto de abertura política por pleitos eleitorais foi possível por dois fatores: a pressão social pela democracia acabou ganhando mais fôlego, por conta do crescimento de áreas urbanas e industriais. O segundo fator foi o controle que teve o governo sobre o ritmo de abertura, tendo a primazia dos debates, impedindo que a oposição conseguisse participar do centro decisório.

As oposições que surgiram em 1974 lutavam em um espaço que antes era esvaziado. O poder Legislativo acabou tendo grandes dificuldades de permanecer ativo no meio social durante a fase de institucionalização do golpe e governo militar.

Feita esta consideração de grande importância, torna-se necessário o retorno ao conceito de partido dominante de Charlot. Agora, cabe distinguir o que o autor entende por partido majoritário e partido dominante. O partido majoritário é aquele que consegue maioria parlamentar em um pleito ou dentro do próprio parlamento. O que lhe garante maioria governamental. O partido que é majoritário não necessariamente é dominante. Agora, o inverso ocorre. O partido dominante, necessariamente o é por ser majoritário. Exemplo: em um regime bipartidário, um dos partidos pode facilmente ser majoritário. Agora, a forma de avaliar se ele será dominante não se encontra em números<sup>140</sup>.

Duas são as métricas de avaliação se um partido seria dominante ou não: a garantia da estabilidade política, principalmente em países em que o padrão seria a instabilidade; e a representação dos variados grupos políticos.

A primeira maneira de garantir a estabilidade, por um partido dominante, de um regime político está no modo de escrutínio do próprio sistema eleitoral. Em um país que garante a existência de um partido majoritário, a chance de um governo conseguir uma maioria parlamentar que lhe garanta estabilidade política é maior do que em sistemas de muita fragmentação. Avaliando o quadro político brasileiro, a Arena e o MDB viviam em um sistema bipartidário, onde a Arena sempre obteve maioria parlamentar.

Charlot entende que o sucesso de um partido dominante depende, necessariamente, da incapacidade dos grupos de oposição em conseguirem uma composição que lhes garanta maioria parlamentar. Agora, cabe detalhar o caso brasileiro. Como exposto nos tópicos acima, ocorreram diversos casos de interferência do próprio Governo Federal, para impedir que a

---

<sup>139</sup> LAMOUNIER, Bolívar. O “Brasil autoritário” revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In: STEPAN, Alfred (org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

<sup>140</sup> CHARLOT, 1970.

oposição política conseguisse a obtenção de maioria parlamentar. Isso poderia ser classificado como uma incapacidade dos adversários?

Um outro ponto importante sobre a estabilidade política em Charlot está na transição de uma coalizão governamental para outra, onde o traço dominante deixaria de existir. Segundo o autor, nesse momento de transição seria importante regras políticas fortes o suficiente para inviabilizar a instabilidade do regime, durante esse processo de troca de poder. A estabilidade governamental precisa sobreviver a essa troca de poder. O caso brasileiro, em que a Arena estava inserida, não passou por nenhuma troca de poder. Isso porque na primeira ameaça a perda da maioria parlamentar da Arena, o governo prontamente atuou para impedir que isso ocorresse.

Portanto, apesar da Arena poder ser conhecida como um partido majoritário, uma classificação enquanto partido dominante seria desprezar importantes considerações de Charlot. O partido não estava inserido em uma lógica partidária democrática. Não ocorreram testes que conseguissem estabelecer um maior entendimento sobre a estabilidade do regime, já que na primeira ameaça de perda de maioria parlamentar o governo agiu para impedir o crescimento da oposição. E, por fim, dentro mesmo da própria relação entre os poderes, ocorreram momentos em que o Congresso Nacional fora fechado por decisões do poder Executivo, o que já expõe a fragilidade institucional do período.

Além de um partido majoritário, existe uma outra possibilidade de classificação para a Arena? Sigmund Neumann formula um conceito que talvez melhor explique o que seria a Arena<sup>141</sup>. Surge uma distinção entre dois tipos de partido: um de representação individual *versus* um partido de integração social.

O partido de representação individual teria um perfil próximo dos primeiros partidos políticos modernos. Estaria inserido em um contexto de baixo sufrágio eleitoral. Os que o compõem teriam uma atividade mais restrita ao processo eleitoral. Após isso, teriam uma grande liberdade para tomarem decisões, da forma que estes acharem melhor - sem muitas prestações de contas.

Os partidos de integração social já possuem um perfil distinto. Na Europa, os partidos de ideologia socialista foram os primeiros que passaram a serem compostos deste perfil. Este partido seria uma espécie de segurador da vida social de seus membros/filiados. Em um

---

<sup>141</sup> NEUMANN, Sigmund. **Modern Political Parties**. Approaches to Comparative Politics. Chicago: University Press, 1956.

contexto de ampliação de função do Estado, este partido acaba reunindo massas que deixam de ser negligentes com o âmbito político e dele passam a participar.

Esse novo modelo de partido é percebido na Arena? Um partido que buscava estar mais atuantes nos meios sociais? De certa forma a criação do partido e alguns dos pensamentos da década de 1960 eram realizados projetando críticas ao chamado clientelismo. A Arena teria uma inserção em um modelo político que tentasse de alguma forma superar o processo clientelístico. Contudo, como exposto, quando o MDB passou a ter maior crescimento dentro do estado de São Paulo, uma das formas de resposta da Arena foi se apegar à máquina política de Adhemar de Barros. Apesar da crítica clientelista, não se deve negar a importância que ela exerce na vida política tradicional. Isso também é uma forma de participação política. O partido passa a integrar o meio social e a ele compor. Mesmo que isso não estivesse de acordo com o que algumas lideranças, ou figuras partidárias desejassem, a Arena realizou tal medida.

Por fim, vale levantar algumas considerações feitas por Grinberg, já que sua pesquisa versou sobre todo o período de existência do partido<sup>142</sup>. A autora acaba trazendo algumas percepções sobre como o partido era visto por determinados grupos sociais. “A imagem consolidada sobre a Arena se resume a um conjunto de políticos desprezíveis, um objeto de muitas piadas e um embuste como partido político”<sup>143</sup>. Essa visão social foi contrastada com sua pesquisa, que conseguiu identificar a complexidade do partido. Posição muito bem exposta em suas análises de fontes e construção narrativa, como também indicada neste capítulo.

Além disso, o partido acabou sofrendo com uma conotação claramente negativa, após o processo de abertura política, momento em que a memória em disputa buscou caracterizar em tons mais negativos o período da ditadura e seus apoiadores. Isso possibilitou uma posição mais negativa ao próprio partido político que representou os interesses de políticos governistas durante a existência do sistema bipartidário. Grinberg reconhece que não só a oposição, mas os próprios militares viam a Arena como um “partido fraco”. Isso acabou sendo importante ao meio social, justamente porque acabou contribuindo para caracterizar o partido como tal. Entretanto, Grinberg ressalta como a Arena possuía longos debates políticos de temas variados, questão que evidencia o caráter de partido da Arena. O partido se tornou um “bode expiatório” pela justificativa de ser “fraco”, mas esse ponto de vista acabou colaborando para um fator ainda maior: o silenciamento. Grinberg reconhece que houve uma espécie de silenciamento da

---

<sup>142</sup> GRINBERG, 2009.

<sup>143</sup> Ibidem, p.283.

participação civil na ditadura militar, principalmente em colaboração com aqueles que a lideravam.

Mediante esses fatos, pode-se concluir que a Arena era um partido político e que, enquanto partido, contribuiu de muitas formas com a manutenção e com a instabilidade do regime militar. No próximo capítulo, será realizada uma análise sobre o perfil do Partido Democrático Social. Esta buscará entender qual o perfil dos partidários do PDS, como também expor algumas características do Congresso Nacional após a formação do pluripartidarismo.

Como tem ficado claro, o fim do sistema bipartidário brasileiro nitidamente é um projeto que interessava o próprio governo, para conter o crescimento da oposição política no país. Porém, pensar que esta medida era somente isso, acaba sendo reducionista. O fim do bipartidarismo também era de interesse de grupos da oposição, que se sentiam ameaçados pelo crescimento de relevância de determinadas figuras do MDB que poderiam ser capazes de lhes tirar o comando do partido. É claro que o governo ditatorial acabou se aproveitando desse cenário e criou uma situação favorável para implodir a disputa Arena x MDB e criar um sistema plural que poderia dificultar a organização das oposições.

Os políticos de base governista também acabam sendo beneficiados pelo fim do bipartidarismo, já que sobre a Arena o imaginário político criado tinha apontado para um perfil de fragilidade/fraqueza do partido frene ao governo. A criação de uma nova sigla em muito seria útil para ajudar os políticos de base governistas a buscarem uma maior participação política e também retirar do imaginário social a péssima imagem que existia sobre o partido ao qual eles pertenciam.

No próximo capítulo, será possível acompanhar o processo de formação dos novos partidos políticos, em especial ao Partido Democrático Social (PDS) – responsável em receber os novos governistas.

## CAPÍTULO II – OS NOVOS PARTIDOS E A COMPOSIÇÃO DO PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL

Esse capítulo objetiva discutir a formação do Partido Democrático Social e, de forma introdutória, aborda a estruturação dos demais partidos que foram criados no processo de formação do novo multipartidarismo. A proposta é debater o programa e a composição da nova sigla governista, bem como das primeiras lideranças do partido. Em determinados momentos, serão realizadas comparações entre o PDS e a Arena - com o intuito de entender algumas semelhanças e distinções sobre os dois partidos e suas missões.

Em termos de metodologia, para a análise da composição do PDS lançaremos mão da prosopografia. Lawrence Stone entende que a prosopografia, enquanto uma ferramenta aos estudos históricos, acabou ganhando grande relevância<sup>144</sup>. Conforme define, “a prosopografia é a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas”<sup>145</sup>.

Mas qual a relevância de estudos prosopográficos na História Política? Conhecer a minoria que governa, talvez seja a melhor resposta. Minoria que é alvo de discussão teórica de Michels<sup>146</sup>. O autor entende que essa burocracia partidária gera um grupo oligárquico.

Esse grupo possui características muito claras em distinção das massas em que nele votaram. Geralmente, um partido político acaba sendo ainda mais conservador do que o seu núcleo votante. Principalmente se este partido não possuir nenhuma ideologia de ação mais radical aos padrões políticos praticados. Os partidos que costumam ter um perfil mais ativo costumam estar atrelados aos interesses das classes trabalhadoras.

Mas, devendo voltar a pergunta introdutória a Michels, feita em linhas acima: qual a relevância de estudar estes grupos? O autor traça uma linha filosófica de grande valor, ao reconhecer que o Estado sempre é governado por grupos minoritários. Sendo que esses pequenos grupos são responsáveis pelo ordenamento jurídico da sociedade. Logo, as massas estão sujeitas a estas ordenanças. Michels acaba se apegando ao conceito de luta de classes, ao entender que sempre será um movimento de oligarquias *versus* massas.

---

<sup>144</sup> STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, p. 115-137, 2011.

<sup>145</sup> STONE, 2011, p. 115.

<sup>146</sup> MICHELS, Roberto. **Les Partis Politiques**. Essai sur les tendances oligarchiques des démocraties. Paris: Flammarion, 1914.

Mesmo em situações onde algum tipo de revolução, ou golpe de Estado, remova os grupos oligárquicos do poder, a situação acaba ganhando nova relevância, já que uma nova oligarquia deverá ser formada para a garantia da governabilidade das massas. Logo, esse movimento tem como característica sempre a garantia de manutenção da estrutura oligárquica. Como ferramenta, a prosopografia pode ser utilizada para alguns fins no campo político: identificando informações mais precisas sobre o grupo de políticos e suas atividades; permitindo a análise da mobilidade do grupo. Este tipo de estudo possibilita diálogos com historiadores sociais<sup>147</sup>.

Duas foram as escolas de formação do projeto prosopográfico: a primeira voltada para o estudo das elites, focadas em relações de poder dentro de pequenos grupos sociais<sup>148</sup>. Nesses casos, o cerne das pesquisas se encontra em estudos de caso que privilegiam a relação de determinados indivíduos, seja por casamentos, questões econômicas e familiares. Os dados estatísticos acabam não sendo uma grande prioridade para esta escola. Já a segunda escola tem um apego maior aos dados estatísticos. Stone entende que nesse foco matemático, a dificuldade está em acessar outros meios de informação para estes grupos. Isso geralmente pode ser explicado pela ausência física deste estudo, como em casos de falecimento. Há uma boa aproximação dos chamados estudos de casos, onde o interesse por estabelecer tipos ideais - conceito de Max Weber - acaba sendo o foco dos membros desta escola. Porém, essas duas escolas acabam tendo algo em comum: elas são promotoras de estudos sobre o coletivo. Algo que marca a definição de prosopografia.

## **2.1 Os novos partidos políticos e o PDS: um exame sobre suas formações e seus programas**

Nesse subcapítulo será discutido o processo de introdução dos novos partidos políticos no cenário brasileiro, focando na origem e no programa do Partido Democrático Social. Será um momento de apresentar alguns dos programas partidários das oposições e também abordar, de forma introdutória, suas origens.

David Fleischer discutiu o papel da reforma partidária no primeiro processo eleitoral da nova lógica partidária - que ocorreu em 1982<sup>149</sup>. Conforme destacou, desde o início do regime militar, apesar de promessas de liberalização, realizadas pelos três primeiros generais

---

<sup>147</sup> Um exemplo de estudo prosopográfico realizado com este fim pode ser visto em: GUEDES, Roberto. **Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social**. Mauad X, 2018.

<sup>148</sup> STONE, 2011.

<sup>149</sup> FLEISCHER, David. O novo pluripartidarismo: perfil socioeconômico da Câmara dos Deputados (1979 *versus* 1983). In: FLEISCHER, David (org.). **Da distensão à abertura: as eleições de 1982**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.



presidentes, o país se viu atravessado pela escalada do processo autoritário. Somente com o presidente Geisel é que a situação política, de fato, ganhou os traços de liberalização.

Fleischer divide a abertura política do governo Figueiredo em quatro fases. A primeira se inicia em março de 1979 e se estende até janeiro de 1980. De acordo com ele, neste momento, o presidente tenta agir para impedir o crescimento da oposição política. Há um esforço para dividir os grupos oposicionistas em vários partidos e para tirar o caráter plebiscitário que as eleições de 1974 e 1978 tiveram. O governo planejou a criação de um partido de centro, que teria boas relações com os grupos de oposição, mas que também poderia compor base aliada em momentos oportunos<sup>150</sup>.

A segunda fase se inicia de forma atrapalhada. A morte de Petrônio Portella foi um adiantamento deste momento. Esta fase dura até agosto de 1981. O PDS acabou ganhando diversos políticos que tinham origem do MDB, tornando o partido maior do que a Arena de 1978. No âmbito das disputas políticas no campo trabalhista, o PTB sofreu com a disputa sobre quem seria o verdadeiro herdeiro do movimento trabalhista. Dessa contenda surgiu um novo partido trabalhista (o PDT – Partido Democrático Trabalhista). Contudo, os propósitos governistas viam-se atrapalhados pela falta de confiabilidade no Congresso. Este período pode ser apresentado como um momento de estagnação dos debates relevantes da política nacional.

A terceira fase se inicia em agosto de 1981 e termina com o processo de unificação do PP ao PMDB. Este acaba sendo um momento de instabilidade dentro dos próprios meios militares com a ação da linha dura, responsável por ataques terroristas, que serviu como deslegitimação dos próprios militares. Nesse contexto, os partidos políticos acabaram atuando juntos em defesa do regime democrático e contra as ações de terrorismo. Um outro problema assinalado no período foi a instabilidade econômica causada por fatores externos e internos da política brasileira. Neste momento, o PDS foi o que mais sofreu com a queda de legitimidade militar. O governo, reconhecendo tal problema, adotou novas medidas políticas impedindo articulações entre um partido e outro. Essa ação tornava o PP inviável, já que não teria êxito político perdendo forças em relação ao PMDB e ao PDS. Os líderes do PP partiram para uma ação calculada e se uniram ao PMDB<sup>151</sup>.

Neste momento se inicia a quarta e última fase. Apesar da união do PP ao PMDB, esse processo foi custoso na formação das chapas eleitorais – principalmente aos cargos de executivo estadual. Essas dificuldades também ocorreram dentro do próprio PDS, justamente por

---

<sup>150</sup> Ibidem.

<sup>151</sup> Ibidem.

aglutinar forças políticas de diversos estados. O governo também agiu frente ao possível problema no Colégio Eleitoral, aumentando-o, tentando impedir uma derrota.

Sobre a formação dos novos partidos, podemos dizer que o Partido Popular (PP) foi idealizado pelo senador da Arena de Minas Gerais, Magalhães Pinto, que reivindicava mais espaço dentro do partido governista. Sua criação visava concentrar forças de centro; para tal, buscou recrutar antigas lideranças da própria Arena que não tinham mais a antiga força política, mas a sigla acabou sendo apresentada como partido dos banqueiros, por causa da concentração alta de elementos ligados ao setor financeiro. Na organização, dois grupos políticos foram muito fortes: a ala de Minas Gerais e a ala do Rio de Janeiro. Com a morte do Senador Petrônio Portella, o partido acabou sendo fragilizado, já que parte dos políticos mineiros que o lideraram migraram para o PDS<sup>152</sup>.

Criado no mês de dezembro de 1979, o PP duraria até o ano de 1982, quando acabou sendo incorporado ao PMDB. Sua origem está associada a dois grupos importantes no contexto nacional: um grupo de ex-deputados da Arena que eram vistos como políticos liberais; um segundo grupo de políticos que pertenciam ao MDB, mas com tendências mais moderadas<sup>153</sup>.

O partido também foi apresentado como PDB (sigla para Partido Democrático Brasileiro) e PPB (Partido Popular Brasileiro). Contudo, a sigla acabou sendo chamada de PP (Partido Popular). Os partidários desta legenda eram bem apreciados por importantes membros do governo, que o enxergava como uma sigla que poderia garantir alianças futuras. Os seus principais líderes foram dois políticos do Estado de Minas Gerais: Tancredo Neves e Magalhães Pinto. Chama atenção como esses dois nomes atuaram em prol do PP, já que eram rivais e disputavam mais espaço em seu estado de origem.

No dia 20 de dezembro de 1979, o partido lançou o seu manifesto. No documento, valores e questões importantes da política nacional foram defendidas. O partido se posicionou como defensor do retorno das liberdades individuais, de imprensa e em torno do voto direto. Além disso, a sigla acabou sendo uma defensora do retorno das atribuições legislativas ao Congresso Nacional. As liberdades sindicais e estudantis, com o retorno das atividades da UNE (União Nacional dos Estudantes) também foram bandeiras levantadas pelo partido. A questão do desenvolvimento agrícola e a região do Nordeste também figuraram como preocupações<sup>154</sup>.

---

<sup>152</sup> Essa ação ocorreu porque o Ministro da Justiça escolhido para substituir Petrônio foi Abi-Ackel, uma importante liderança dentro do estado de Minas. Quando seu nome foi escolhido para o Ministério da Justiça, alguns quadros políticos que lhe seguiam migraram ao PDS.

<sup>153</sup> FLEISCHER, 1982.

<sup>154</sup> Ibidem.

Já o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), outra sigla criada no período, visava reconstruir o imaginário trabalhista brasileiro. Faltou, no entanto, consenso entre as lideranças trabalhistas, o que acabou abrindo espaço para a formação de dois partidos. A decisão do TSE de dar à sigla para Ivete Vargas não foi em julgamento pelo mérito da causa, mas sim por questões do âmbito político. Ganhou o registro o grupo de Ivete Vargas, muito provavelmente pelo desconforto que Brizola causava aos militares. Cabe destacar algumas importantes adesões ao partido. A primeira foi a do ex-presidente Jânio Quadros. A segunda, foi motivada por disputas no PDS, no estado do Pará, que fizeram com que Alacid Nunes<sup>155</sup> trouxesse consigo importantes figuras políticas paraenses. Esta briga dentro do PDS contribuiu para que, em um outro período, deputados pedessistas migrassem para o PTB. No Rio de Janeiro, Sandra Cavalcanti<sup>156</sup> decidiu filiar-se ao PTB, depois de encontrar grandes dificuldades nas demais siglas. Fora que deputados históricos do antigo PTB decidiram migrar para o novo PTB<sup>157</sup>.

Derrotado por Ivete Vargas na disputa pela sigla do PTB, Leonel Brizola criou o Partido Democrático Trabalhista (PDT). O PDT acabou conseguindo “puxar” nomes importantes da história política recente do país, sobretudo políticos e integrantes da sociedade civil que tinham sido cassados pela ditadura, como o ex-ministro Darcy Ribeiro. Contudo, o PDT não teve muitas forças dentro do quadro político, sendo reduzido ao espaço do Rio Grande do Sul e ao Rio de Janeiro<sup>158</sup>.

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Democrático Brasileiro (PDT) possuem uma formação similar<sup>159</sup>. Desde o ano de 1977, grupos políticos exilados perceberam que o Brasil poderia deixar de lado o pensamento político bipartidário. Com isso, importantes quadros do antigo PTB começaram a disseminar suas ideias sobre um retorno desta sigla, sendo

---

<sup>155</sup> Alacid Nunes: Nasceu em Belém, em novembro de 1924. Teve longa carreira militar, até que em 1964 foi eleito prefeito de Belém, já que seu antecessor foi cassado. Posteriormente foi eleito governador do Pará em dois momentos: 1966-1971 e 1979-1983. Também teve carreira como deputado federal em dois momentos: 1971-1975 e 1991-1995. Para maiores informações, consultar: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alacid-da-silva-nunes>, acesso em 8 de novembro de 2022, às 16h.

<sup>156</sup> Sandra Cavalcanti: Nasceu em Belém, em agosto de 1927. Formou-se em Letras Clássicas pela PUC-Rio. Ainda no ambiente universitário teve ativa participação no Diretório Acadêmico da PUC-Rio, como também foi bastante ativa na Ação Católica - movimento que tinha uma ação ideológica aproximada da Democracia Cristã. Em 1954 foi eleita vereadora pelo Distrito Federal. Sandra teve uma boa relação com Carlos Lacerda, importante líder da UDN. Além disso, destaca-se seu papel como deputada federal de 1987 até 1995, sendo também participante da Constituinte. Para maiores informações, consultar: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sandra-martins-cavalcanti-de-albuquerque>. Acesso em 8 de novembro de 2022, às 16h.

<sup>157</sup> FLEISCHER, 1988.

<sup>158</sup> FLEISCHER, 1988.

<sup>159</sup> Para maiores informações sobre o PDT, consultar: MARQUES, Teresa Cristina Schneider; GONÇALVES, Leandro Pereira. A fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) no exílio. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 16, p. 399-416, 2016.

possível a organização do Encontro de Lisboa (em 1979), que ocorreu na sede do Partido Socialista Português<sup>160</sup>.

Nesse encontro, foram debatidas uma série de questões, sendo conjugados esforços para traçar uma linha ideológica que asseguraria ao partido a identificação com valores democráticos nas décadas seguintes. Ao todo, foram criadas 12 comissões. O Encontro teve duas naturezas de reuniões: uma aberta para que todos pudessem opinar e apresentar questões importantes; uma segunda reunião com lideranças importantes, fechada à maior parte do público que participava, para discutir questões consideradas de extrema relevância ao partido<sup>161</sup>.

Durante o Encontro, uma posição mais moderada e com traços mais conservadores foi ganhando espaço se sobrepondo aos ideais mais próximos ao nacionalismo e ao socialismo. Apesar dessas vozes existentes sobre o que seria o novo trabalhismo brasileiro, os traços considerados mais radicais não germinaram.

A Carta de Lisboa apresenta três pontos norteadores das ações do partido que se formaria: 1- defesa do retorno à normalidade democrática; 2- defesa do pensamento trabalhista, principalmente focado no direito à greve e a autonomia dos sindicatos; 3- uma revisão da política econômica brasileira, que deixasse de privilegiar os grupos mais ricos e atuasse em favor da população mais pobre. Algumas das prioridades da Carta de Lisboa foram:

- 1) salvar milhões de crianças abandonadas, condenadas à delinquência, bem como meio milhão de jovens que, anualmente alcança os 18 anos de idade, analfabetos e descrentes de sua Pátria;
- 2) buscar formais mais eficazes de fazer justiça aos negros e índios que sofrem discriminação racial e étnica, tanto mais injusta e dolorosa porque sabemos que foi com suas energias e com seus corpos que construiu a nacionalidade brasileira;
- 3) dar a mais séria atenção às reivindicações da mulher brasileira, que jamais viu reconhecidos e equiparados os seus direitos de pessoa humana, de cidadã e de trabalhadora; e
- 4) fazer com que todos os brasileiros assumam a causa do trabalhador do Norte e do Nordeste, espoliados tanto por sua economia local obsoleta, como por um colonialismo interno exercido de forma escorchante pelas unidades mais ricas da Federação e do próprio Governo Federal<sup>162</sup>

Com a adoção do sistema multipartidário, houve uma tentativa de organização nacional do PTB. Aos mais próximos do meio brizolista, percebeu-se uma divisão entre dois blocos: os novos trabalhistas versus os trabalhistas históricos. Aparentemente, Brizola desejava congrega os dois lados políticos, contudo, havia rachas dentro destes blocos. Uma outra dificuldade para a liderança de Brizola na formação do PTB foi o retorno do exílio de diversos nomes ligados

---

<sup>160</sup> BRIGAGÃO, Clóvis. **Brizola**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

<sup>161</sup> *Ibidem*.

<sup>162</sup> BRIGAGÃO, 2015, p. 103.

ao antigo PTB. Estes também acabaram tentando buscar a liderança da nova sigla que se formava.

Para atrair políticos que pertenciam ao MDB, ocorreram algumas reuniões. A principal delas foi entre senadores de grande expressão do MDB, como o senador Franco Montoro<sup>163</sup> e Brizola. Contudo, a organização partidária do PMDB era mais atraente a estas importantes lideranças políticas, justamente por não precisar dividir seus papéis de influência com os nomes exilados. Outra tentativa que esbarrou em alguns problemas foi a aproximação do ex-presidente brasileiro Jânio Quadros. Grupos sindicalistas de São Paulo não gostavam da possibilidade de Jânio pertencer ao PTB.

Estas duas situações mostraram para a liderança brizolista que o PTB teria dificuldades em atrair nomes consolidados da política nacional para sua sigla, principalmente porque o PMDB era o partido de oposição mais bem articulado.

Vale, de forma mais sucinta, explicar um outro lado do PTB que foi liderado por Ivete Vargas<sup>164</sup>. Este PTB possuía um traço histórico mais complexo, por causa de suas antigas reivindicações. A base paulista do partido não tinha boas relações com a organização nacional, porque se sentia afastada das decisões mais importantes, isso ainda na Terceira República. Com o crescimento de Ivete Vargas, em São Paulo, a política logo assumiu a liderança partidária no estado. Ivete conseguiu estabilizar dois grupos dissidentes do PTB paulista. Após a instalação do AI-5, Ivete foi para o exílio. Seu retorno contou com uma tentativa de aproximação de Leonel Brizola, o que acabou não ocorrendo. Essa falta de aproximação entre os dois acabou sendo responsável pela divisão entre o PTB. A pior consequência desta situação ficou com a perda de credibilidade futura do PTB, sendo visto como um partido que era mais próximo dos interesses do governo, do que dos interesses populares<sup>165</sup>.

A divisão que garantiu a formação de dois partidos trabalhistas diretamente ligados ao antigo PTB foi de suma importância para manter ainda mais fragmentada uma importante ideologia política da Terceira República: o trabalhismo. A briga em torno da sigla está mais próxima de uma disputa que visava distinguir quem deveria ser a principal liderança em torno

---

<sup>163</sup> Franco Montoro: Nasceu em São Paulo, em julho de 1916. Formado em Direito pela USP, Filosofia e Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Bento. Durante o período de graduação teve intensa atividade política. Seus cargos públicos de destaque foram: Deputado Federal (1959-1961, 1962-1971 e 1995-1999); Senador (1971-1983); Governador de São Paulo (1983-1987); e Ministro do Trabalho (de 1961 até 1962).

<sup>164</sup> Ivete Vargas foi uma importante liderança dentro do PTB de São Paulo, no período da Terceira República. Seu nome indica o grau de parentesco com o principal líder do PTB: Getúlio Vargas. Muito cedo, sua família saiu de São Borja (RS) para o estado do Distrito Federal. Após se formar em Geografia e História na PUC-RJ, Ivete foi para a carreira política, sendo eleita deputada pelo estado de São Paulo.

<sup>165</sup> Disponível em: [fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vargas-ivete](http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vargas-ivete), acessado às 15h do dia 21/03/2022.

do conceito do tradicional trabalhismo. O grupo de Ivette Vargas acabou tendo maior sucesso e herdou o nome, enquanto o grupo liderado por Brizola teve que se contentar com a formação do PDT. Essa disputa em si, ainda carece de estudos que permitam melhor compreender quais os reais motivos para a decisão dos ministros do TSE. Enquanto estes estudos não surgem, pode-se especular que seria mais interessante ao governo uma derrota de Brizola do que sua vitória. Essa derrota pode contribuir para a dificuldade de crescimento de uma das vertentes que poderia ser combativa ao governo<sup>166</sup>.

O Partido dos Trabalhadores (PT) foi o menor dos partidos que surgiram pela Reforma Partidária. Contudo, algumas características merecem destaque. O partido foi criado fora do Congresso Nacional. O que revela um importante vetor de fundação (baixo para cima). Essa forma de organização partidária encontrou certa dificuldade dentro dos espaços mais distantes do centro de São Paulo, já que não existia uma liderança que centralizasse em si as responsabilidades de formação partidária. Dentro do ambiente social, o partido acabou ganhando espaço no clero com tendências mais à esquerda e também nos meios intelectuais<sup>167</sup>.

O programa do Partido dos Trabalhadores chama atenção pela formação do seu vetor. Em diversos momentos é ressaltado como o partido é criado em uma vertente baixo-cima. Assim, destaca-se o papel desempenhado pelas lideranças sociais na formação de um partido político, como no exemplo a seguir: “Um número cada vez maior de trabalhadores vem sentindo a necessidade de construir um novo partido político”<sup>168</sup>.

Em seu programa, o partido defendia a democracia, garantida pela participação das massas trabalhadoras, incluindo operários do campo e da cidade. O partido também buscou em sua fundação uma forma de garantir aos seus adeptos a intensa participação, já que em seu programa, o PT garantiu o seu desenvolvimento com a luta dos trabalhadores. E justamente por esta participação é que o partido pode ser apresentado como uma unidade descentralizada. Algumas das principais lutas partidárias incluídas no seu programa foram:

1- Liberdade sindical. O partido defendia uma visão que garantisse aos sindicatos brasileiros mais liberdades. Dentro da própria Central Única dos

---

<sup>166</sup> FLEISCHER, 1988.

<sup>167</sup> Para maiores informações sobre o Partido dos Trabalhadores, consultar: BEZERRA, Carla de Paiva. Os sentidos da participação para o Partido dos Trabalhadores (1980-2016). **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 34, 2019.; HUNTER, Wendy. The Partido dos Trabalhadores. **Democratic Brazil Revisited**, p. 15, 2008.; REIS, Daniel Aarão. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. **FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel A. As esquerdas no Brasil: revolução e democracia**, v. 3, 1964.

<sup>168</sup> Informação disponível em: [efaidnbmnnnibpcajpcgclcfindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fpabramo.org.br%2Fcsbh%2Fwpcontent%2Fuploads%2Fsites%2F3%2F2017%2F04%2F02programa\\_0.pdf&clen=27261&chunk=true](https://efaidnbmnnnibpcajpcgclcfindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fpabramo.org.br%2Fcsbh%2Fwpcontent%2Fuploads%2Fsites%2F3%2F2017%2F04%2F02programa_0.pdf&clen=27261&chunk=true), acesso às 14h do dia 16 de março de 2022.

Trabalhadores, deveria existir a garantia de eleições para a direção sindical. A garantia ao direito irrestrito à greve. Medida que tem ligação com o chamado Novo Sindicalismo;

2- Descontinuidade dos órgãos de repressão. O partido desejava a aprovação de uma Lei de Anistia que fosse geral, ampla e irrestrita. Também se entendia pela necessidade de revogação da Lei de Segurança Nacional. Monitoramento das denúncias de torturas. Revogação dos meios indiretos de voto e a garantia do voto aos analfabetos.

3- Luta pela questão salarial. O fim da mediação estatal nas negociações salariais entre patrões e empregados. Estabilidade empregatícia. Aprovação de uma medida que garantisse a redução das horas trabalhadas, sem que isso acarretasse em redução dos salários. Adoção de uma política pública contra o desemprego – projeto também alinhado aos preceitos do Novo Sindicalismo.

4- Luta por melhores condições de vida. Ações que evitassem políticas de privatização das redes de Saúde e Educação do país. Urbanização dos bairros carentes, como também a legalização de posse dada aos moradores destas regiões. Transporte público que visa atender aos anseios populares e a adoção de creches públicas.

5- Reforma Agrária. O partido sinaliza como seria contrário aos interesses do setor agrário, já que enxergava que a concentração de terra, mesmo que algumas sem nenhuma atividade produtiva (apenas para especulação monetária) seria um grande problema à realidade nacional. O PT enxergava na Reforma Agrária a solução para algumas mazelas no campo. O partido também defendia a criação de meios que garantisse uma renda a população do campo, principalmente para produtores de baixa renda.

6- Política externa favorável aos países que buscassem sua descolonização. O período de formação do partido também é um momento de intensas lutas em outros continentes pela emancipação nacional. O partido buscava meios de apoiar estas nações que buscavam uma independência política. Ao Brasil, cabia a adoção de uma política externa que fosse independente.

7- Apoio a grupos minoritários e de Direitos Humanos. A causa indígena foi um tema esboçado dentro do programa do partido, que enxergava com maus olhos a situação da terra no país. Políticas públicas em favor do direito dos negros. Adoção de medidas que busquem a diminuição da descriminalização da mulher<sup>169</sup>.

---

<sup>169</sup> Ibidem.

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) sofreu com a Reforma Partidária – mesmo sendo o desejo de alguns políticos da sigla –, já que diversos de seus quadros migraram para os partidos de oposição que estavam sendo criados. O PMDB conseguiu concentrar maiores grupos políticos do que o PP, conseguindo assim maior penetração no interior dos estados brasileiros. Porém, o partido sofreu demais com as diversas divergências dentro de seus quadros partidários, perdendo políticos importantes – principalmente para o PP. O PMDB, assim como o PDT, concentrou importantes nomes políticos cassados, como Mário Covas. O PMDB acabou ganhando mais notoriedade a partir do mês de janeiro do ano de 1980. Nitidamente, houve uma tentativa de associação do partido à antiga sigla que pertencia a oposição política brasileira (MDB). A manutenção do ideal de oposição ao regime autoritário se manteve na sigla<sup>170</sup>. Posição distinta ao PDS, já que o passado arenista devia ser negado<sup>171</sup>.

De acordo com o verbete do DHBB (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro), o PMDB era um partido de oposição com ideias de centro. Seu programa partidário só seria revisto no ano de 1991, momento após o fracionamento da sigla e nascimento do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Contudo, quando lançado – fazia menção ao desenvolvimento econômico conjugado com os valores de uma sociedade democrática.

O programa caracteriza-se, essencialmente, pela defesa da democracia e da democratização constante da vida social e econômica, além de defender propostas de reforma constitucional que aprofundariam a democratização do país. As propostas de natureza institucional e de desenvolvimento socioeconômico possuem, claramente inspiração e conteúdo democráticos. O programa, que substituiu a proposta política do partido para os primeiros anos da década de 1980, intitulada “Esperança e mudança”, raras vezes tem orientado, o que de resto é prática da esmagadora maioria dos partidos, o seu comportamento efetivo nos planos Executivo e Legislativo<sup>172</sup>

O partido enfrentou dois pontos que explicam o seu tamanho na década de 1980, como também o seu decréscimo em anos posteriores. Por causa da implementação do sistema bipartidário, o MDB ficou – nos anos iniciais – atrás da Arena no quesito expansão partidária. A sigla encontrou dificuldades de se institucionalizar nos cantos mais interioranos do país. A partir da década de 1970, a realidade do partido se alterou. O MDB acabou tendo um crescimento que vai tornar possível o crescimento institucional do mesmo por todo o território nacional.

---

<sup>170</sup> FLEISCHER, 1988.

<sup>171</sup> Para maiores informações sobre a formação do PMDB, consultar: PALMEIRA, André Franklin. **O Partido do Brasil: uma história do Partido do Movimento democrático brasileiro (1980/2016)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, 2017.

<sup>172</sup> Ibidem.



A implementação do sistema multipartidário colaborou para um movimento de inversão. Mesmo que a priori não tenha sido intenso, o PMDB acabou perdendo adeptos que migraram para os demais partidos da oposição, ou até mesmo para o partido do governo. Nesse momento, essa perda foi considerável, mas não sendo capaz de retirar a força do partido como principal sigla de oposição ao regime. Contudo, o PMDB era uma sigla que ainda tinha em seus quadros longos grupos políticos, que pertenciam a tradições políticas distintas. Isso é percebido nas tentativas de políticos do PDT em tornar o PMDB um partido trabalhista, e, assim, unificar as duas siglas. Esse fator acaba sendo determinante para possíveis rachaduras na sigla após os anos de governo do presidente João Figueiredo.

A divulgação dos programas partidários dos grupos de oposição gerou um desconforto no presidente da antiga Arena (Senador José Sarney). Para o senador, os programas da oposição possuíam uma forte ligação com o passado político brasileiro e não acreditavam na retomada do processo democrático. Sarney surge como um defensor dos interesses governistas, já que o mesmo era o líder do antigo partido Arena – sigla governista durante o bipartidarismo<sup>173</sup>.

Em entrevista concedida, o senador Sarney definiu algumas diretrizes e preocupações com o partido governista que se formava<sup>174</sup>. Ele enxergava o Brasil como um país que deveria integrar o crescimento econômico, tornando-o uma potência, com justiça social. Em reuniões com membros da alta cúpula do partido, havia o interesse de dar uma identidade de partido de centro ao PDS, recusando um alinhamento à esquerda ou à direita. Outro fator importante era o desejo de recrutamento da maior quantidade possível de deputados e senadores, para garantir ao partido uma maioria absoluta<sup>175</sup>.

Importa ressaltar que o PDS transmitiu uma imagem mais voltada para o centro, tendo relativo sucesso no meio empresarial. Em entrevista a grupos empresariais, realizada pela revista Exame, os dois partidos que mais foram apontados como referências a estes empresários foram o PP (apresentado então enquanto um Partido Independente, obteve 27,2%) e o PDS (apresentado como Nova Arena, obteve 21,1%). Os empresários explicitaram suas escolhas justamente pela aproximação das siglas com um discurso moderado.

A formulação do programa ocorreu durante a reorganização partidária, o que acabou ocasionando alguns problemas que foram debatidos pelas lideranças do governo com os líderes partidários. É nítido, nesse primeiro momento, que os dois principais articuladores políticos do

---

<sup>173</sup> JORNAL DO BRASIL, 3 de janeiro de 1980, página 3.

<sup>174</sup> Vale ressaltar que a nomenclatura “Partido Democrático Social” (PDS) não teve uma definição clara de início. O partido que se formava poderia ser apresentado nos jornais como Arenão (referência clara à antiga sigla governista), Partido Democrático (PD) ou Partido Social Democrático (PSD).

<sup>175</sup> JORNAL DO BRASIL, 7 de janeiro de 1980, página 3.

governo e do partido, respectivamente, são Abi-Ackel (Ministro da Justiça) e José Sarney. Chama atenção uma reunião realizada no dia 11 de janeiro de 1980, na qual o tema central foi a resolução dos conflitos estaduais.

O PDS passava por um processo de instabilidade, por causa do embate entre governadores estaduais e lideranças locais. O principal motivo desse conflito está no sentimento de desprezo que políticos locais sentiam, já que a organização dos partidos em nível estadual ficava nas mãos dos governadores. Essa reunião entre Abi-Ackel e Sarney era o reconhecimento de que se nada fosse feito, a formação de uma maioria absoluta não seria possível<sup>176</sup>.

Em um primeiro encontro entre o antigo líder da Arena, o Ministro da Justiça e os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, foi apresentada uma relação de temas que seriam fundamentais para o partido. Mais uma vez, ressaltou-se a justiça social e a questão democrática – com a defesa do voto livre e direto. Havia o entendimento destes políticos sobre o papel do PDS enquanto mediador, um partido que seria conciliador entre o governo e a população<sup>177</sup>. Essas medidas também eram presentes em programas partidários dos grupos de oposição ao governo.

Enquanto trabalhava no projeto partidário, o ministro Ibrahim Abi-Ackel acabou sendo um mediador que buscava a integração de novos políticos à sigla. Seu alvo se concentrava em políticos que poderiam migrar do PP para o PDS<sup>178</sup>. O projeto político era importante, justamente porque poderia dar uma identidade ao partido. Esta identidade poderia ser um fator de convencimento aos que estiverem indecisos.

Justamente por essa questão da identidade é comum observar o quanto o PDS deu valor à questão “social” (o “S” de sua sigla). Ela foi tema recorrente da preocupação de seus membros. Na imprensa, os políticos expunham o interesse com a inserção da luta contra a desigualdade social enquanto uma meta do partido<sup>179</sup>. Mais uma vez, o combate à desigualdade é associado ao processo democrático. Como se uma causa fosse dependente da outra. A causa democrática foi alvo de pressão até mesmo de integrantes políticos importantes, como o caso do governador do Rio Grande do Sul, Amaral de Souza (eleito em 1978 pela Arena). Para o governador, a eleição do sucessor do presidente Figueiredo deveria se concentrar em nomes civis. Em sua opinião, “A única exigência é de que o candidato seja um democrata”<sup>180</sup>.

---

<sup>176</sup> JORNAL DO BRASIL, 11 de janeiro de 1980, p. 3.

<sup>177</sup> JORNAL DO BRASIL, 14 de janeiro de 1980, p. 3.

<sup>178</sup> JORNAL DO BRASIL, 14 de janeiro de 1980, p. 4.

<sup>179</sup> JORNAL DO BRASIL, 16 de janeiro de 1980, p. 4.

<sup>180</sup> JORNAL DO BRASIL, 17 de janeiro de 1980, p. 3.

Contudo, essa pressão feita por alguns políticos com relação a preocupação social não caiu em um momento de estabilidade das contas públicas. O clima era de incerteza sobre a aceitação do governo, justamente porque tais medidas exigiam que o Estado tivesse uma maior participação no projeto social do partido. Porém, o discurso de austeridade financeira foi presente na virada do ano de 1979 para 1980, por parte do presidente João Figueiredo. O discurso presidencial poderia ser resumido a esta frase: “De viver com austeridade. Em respeito, mesmo, à pobreza de tantos”<sup>181</sup>. Como o governo conseguiria atuar de forma a combater desigualdades em um momento tão crítico para as contas públicas?

Sobre o projeto do partido, ainda há uma questão importante a ser analisada. O imaginário de deputados e senadores da própria sigla é de que na Arena, não ocorreu autonomia em relação às decisões políticas. O próprio senador Sarney, em reunião com o presidente e ministros, os convenceu de que o partido não poderia ser subordinado ao governo, porque não teria respeito ao meio social. “O governo – disse – é circunstancial e o Partido, permanente”<sup>182</sup>. Para que o partido tivesse uma voz autônoma, Sarney compreendia a necessidade de uma melhor articulação. Enquanto instituição, o PDS deveria ser esquematizado de baixo para cima.

Contudo, tal posição não era fácil. Havia reclamações de deputados ou vereadores sobre a concentração de poder de organização do partido nos estados. É o caso de Pernambuco, onde o governador Marco Maciel foi duramente criticado por correligionários, muitos deputados federais, que enfrentaram dificuldades de maiores articulações políticas, porque o governador centralizou a formação do partido em suas mãos<sup>183</sup>. Esse exemplo pode ser um indício de que apesar do interesse do partido ser forjado de baixo para cima, o vetor de construção partidário foi o inverso.

Mas se em alguns casos houve uma demasiada centralização, em outros a articulação foi maior. Pode ser citado como exemplo, o caso do estado do Rio de Janeiro, onde a articulação para a formação do PDS teve como principal liderança o senador Amaral Peixoto. Enquanto coordenador, sua primeira atitude foi reunir as bancadas federais, estaduais e municipais do partido. Sua estratégia estava no reconhecimento geográfico do estado do Rio de Janeiro. O senador tinha em mente que os interessados em ingressar no partido possuíam motivos distintos, dependendo de sua localização no estado. Sua atuação seria justamente para articular como as bancadas do partido poderiam ser uma aglutinadora dos diversos interesses<sup>184</sup>.

---

<sup>181</sup> JORNAL DO BRASIL, 2 de janeiro de 1980, p. 3.

<sup>182</sup> JORNAL DO BRASIL, 20 de janeiro de 1980, p. 4.

<sup>183</sup> JORNAL DO BRASIL, 21 de janeiro de 1980, p. 4.

<sup>184</sup> JORNAL DO BRASIL, 25 de janeiro de 1980, p. 2.

Esses dois exemplos acima são comuns e precisam ser melhor compreendidos. Não é possível, devido à natureza deste trabalho, identificar se um dos dois foi predominante. Somente com o desenvolvimento de diversos estudos locais é que haverá uma maior compreensão de como se comportou a formação dos partidos nessa esfera. Com o desenvolvimento destas pesquisas, será possível a comparação mais detalhada, tornando mais claro os resultados efetivos de uma organização partidária mais centralizada e de uma organização partidária menos centralizada.

No dia 26 de janeiro de 1980, alguns trechos do programa do PDS vieram a público. O programa, antes de sua divulgação, passou pelas mãos do presidente Figueiredo e foi alterado, sendo mantida a declarada preocupação social. Por desejo do presidente, o partido incluiu algumas linhas sobre a juventude brasileira, como principal ativo do país. Referências ao processo judiciário, com o intuito de torná-lo mais claro aos mais pobres, também foi adicionado ao texto principal. As demais alterações na forma do texto foram para tornar a redação mais clara<sup>185</sup>.

O texto intitulava-se de “Manifesto ao Povo Brasileiro”<sup>186</sup>. A redação iniciava com o entendimento afirmativo de que o país era uma nação pacífica, logo precisava de um partido com o mesmo perfil. Este partido deveria ser o PDS. Ressaltou-se também a capacidade de organização, respeito às lideranças e formulação de uma doutrina que um partido moderno deveria ter, características que eram apresentadas pelo partido em seu manifesto.

O manifesto tentava trazer uma formulação vetorial baixo-cima. A noção de partido criado pelo povo, algo que ocorreu com o Partido dos Trabalhadores. O problema é que esta medida não pode ser sustentada por uma análise mais rígida de sua formação. Como apontado acima, o grande papel de construção da identidade e diretriz da sigla foi feito por políticos de carreira e pelo presidente do Brasil. Portanto, essa tentativa de dar uma identidade “popular” à formação do partido não tem aproximação alguma da realidade do momento.

Seria possível perceber o vetor ideológico do partido? Mesmo que houvesse uma tentativa de negação de pertencimento a um lado do espectro político, o PDS indicou a que vertente ideológica pertencia: a Democracia Social. Um valor que dava uma identidade preocupada com pautas sociais. A fome, miséria, violação das liberdades individuais e perseguição motivada por fins religiosos eram temas citados integralmente em uma das páginas do manifesto, indicando como esta sigla valorizou o aspecto “social” de seu nome. O Estado

---

<sup>185</sup> JORNAL DO BRASIL, 26 de janeiro de 1980, p. 4.

<sup>186</sup> Partido Democrático Social\EAP pds 1979.11.26, DOC-8.

seria um agente de garantia dos direitos sociais de seus cidadãos<sup>187</sup>. Um aspecto que chama atenção neste programa é o conceito de “democracia”. Essa palavra se tornava um valor embrionário do novo partido. Porém resta se questionar que tipo de democracia o partido se refere? Como será possível ver nos dois capítulos adiantes, o PDS não agiu em conformidade com valores importantes ao campo democrático. Membros do partido, em conjunto com o governo, colaboraram para que importantes projetos da abertura política não fossem aprovados.

No âmbito econômico, o PDS apresentou algumas preocupações bem atualizadas ao momento vivido. O partido reconhecia o desnível regional, onde uma parte do país acabava sofrendo com a falta de melhores investimentos públicos/privados. Houve também uma descrição sobre a importância da distribuição de renda, outro fator que aponta para a existência de uma sociedade desigual. Dentro do debate sobre o papel do Estado na economia, o manifesto ressalta a importância da iniciativa privada para o desenvolvimento econômico, mas também defendia uma participação – intervencionista – do Estado no ambiente econômico.

Outros temas econômicos que foram expostos: havia uma defesa do pequeno e médio empresário brasileiro. Aspectos em prol da segurança do consumidor e uma espécie de “política agrária com regularização fundiária”<sup>188</sup>. Além de reconhecer a importância do Estado na vida dos trabalhadores rurais. A temática dos monopólios também foi citada -o partido entendia que a existência de uma política que garantisse a sua existência não seria benéfica para o país. Por último, mas não menos importante, na área econômica havia uma preocupação com a Energia Nuclear – que devia ser incentivada para fins pacíficos.

Dentro do espaço político, os chamados “direitos fundamentais” eram defendidos. O voto era uma outra característica que foi bem apresentada pelo partido, que defendia uma rotatividade do poder. O voto direto era outra pauta defendida pelo manifesto, mas com uma limitação. O manifesto indica que o voto direto deveria ser característico das eleições de governadores e prefeitos, mas nada diz do voto direto para o cargo de presidente. Havia o interesse no retorno das prerrogativas do Poder Legislativo. O partido manifestar seu desejo nessa temática está dentro de uma lógica compreensível, já que é no espaço Legislativo que sua atuação seria mais destacada. Porém, a questão das prerrogativas também teve um desdobramento distinto do elaborado. No próximo capítulo, foram dedicados dois subcapítulos para este debate político.

---

<sup>187</sup> Ibidem.

<sup>188</sup> Ibidem.

A questão da desigualdade foi tema relevante ao partido, sendo descrita tanto no espaço da visão econômica da sigla, como no campo social. Essa pauta seria vista como essencial para a garantia de melhores condições econômicas do Brasil. O direito à greve também era citado no programa. A política habitacional deveria ser voltada para os brasileiros de baixa renda. Os direitos femininos, relativos à igualdade com os homens, também foram alvo de preocupação do partido.

O partido também explicitou sua visão sobre Política Externa. A paz e não ingerência em questões internas dos demais países seriam alvos prioritários para o PDS. Havia também o reconhecimento de uma Política Externa independente, sem o chamado alinhamento automático.

O manifesto terminava com as palavras que dão título a esta pesquisa: “O PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL será o Partido da Reforma e da Transformação. Sua ação se processará dentro da paz, da não violência, da liberdade e da democracia social”<sup>189</sup>.

Após a proposta de programa do governo ser divulgada, alguns comentários surgiram na imprensa. A repercussão maior ficou na fala do então vice-presidente da República: Aureliano Chaves. Suas considerações eram em tom de cobrança. Para o vice-presidente, o programa deveria estar alinhado com os interesses do governo. O partido deveria definir os seus compromissos com a população e trabalhar para evitar a desigualdade regional, tão presente no Brasil e que assolava em alto grau o Nordeste<sup>190</sup>.

Contudo, para os empresários, uma questão do programa foi vista como ameaça. A palavra “cogestão” nas empresas trouxe sérias críticas de empresários ao partido. A medida era interpretada como inspiração soviética, em que teoricamente existia o modelo de cogestão empresarial. Sarney foi o principal nome que saiu em defesa do que significava a proposta, dizendo que a participação tanto na administração de empresas, quanto nos lucros, pelos trabalhadores já era uma medida adotada na Constituição de 1946. O senador lembrou que a cogestão não seria uma medida comunista, mas sim neoliberal<sup>191</sup>. Jarbas Passarinho defendeu a medida como uma forma de superar o capitalismo selvagem, mas também negou qualquer aproximação entre tal medida com a posição comunista<sup>192</sup>.

Importa salientar alguns pontos. Apesar do PDS ser um partido governista, seus adeptos negaram-se a vincular o partido ao pensamento de direita. Para a política do momento, valeria

---

<sup>189</sup> Ibidem.

<sup>190</sup> JORNAL DO BRASIL, 27 de janeiro de 1980, p. 3.

<sup>191</sup> JORNAL DO BRASIL, 29 de janeiro de 1980, p. 4.

<sup>192</sup> JORNAL DO BRASIL, 30 de janeiro de 1980, p. 4.

mais associar o PDS ao centro político. Um centro que poderia ter bom diálogo com demandas da esquerda, como da direita, mas sem pertencer a algum lado do espectro. Essa posição, como já dita, poderia estar associada a fuga de uma caracterização da Guerra Fria, ou ao passado recente da Arena.

Já que a Arena foi citada na linha acima, resta o questionamento: existem diferenças e/ou semelhanças entre o Manifesto ao Povo Brasileiro e o Documento Constitutivo da Aliança Renovadora Nacional? O Documento Constitutivo da Arena foi subscrito em 30 de novembro de 1965<sup>193</sup>. Nele, existem os primeiros objetivos do então novo partido. Grinberg cita que este documento expressava diretamente o apoio no chamado “Governo da Revolução”. Expressão semelhante ou algo que possa induzir a esta referência sequer foi encontrada no Manifesto ao Povo Brasileiro.

Agora, o Documento Constitutivo acabou apresentando diversas semelhanças com o Manifesto ao Povo Brasileiro. Um deles está na questão democrática. Os dois citam a democracia e suas percepções sobre a mesma. A questão do desequilíbrio regional também esteve presente nos dois arquivos. O combate à pobreza também esteve presente em ambos documentos. O chamado imposto progressivo, o estímulo à iniciativa privada, a defesa da paz internacional também foram temas apontados em semelhança.

Mesmo com a presença de alguns temas semelhantes, os textos possuem diferenças. A principal, talvez, esteja na ausência de reconhecimento do “Governo da Revolução”, não havendo palavras que sejam semelhantes no Manifesto ao Povo Brasileiro. Por quê? É possível levantar algumas hipóteses. Talvez, a principal esteja relacionada ao contexto do período – o partido buscava um tipo de apoio popular, será que existiria o apoio desejado se a sigla tivesse como uma bandeira o apoio ao golpe de 1964? Era um momento de descrédito crescente, estimulado também pelo processo de crise inflacionária e pela retomada de grandes manifestações populares/sindicais nas ruas brasileiras. O PDS precisava ter uma identidade desvinculada de um governo ditatorial-militar, justamente porque havia a possibilidade clara do governo Figueiredo ser o último governo militar a governar o Brasil – mostrando que o contexto de criação dos programas partidários também possuía distinções.

No próximo item, será discutida a formação político partidária com informações mais detalhadas sobre o histórico biográfico dos Deputados Federais que compuseram o parlamento brasileiro no ano de 1981. O foco também estará concentrado no Partido Democrático Social.

---

<sup>193</sup> GRINBERG, 2009, p. 67-68.

## 2.2 Análise de dados sobre o perfil parlamentar do PDS e dos demais partidos

Esse subcapítulo versa sobre uma análise da composição inicial dos partidos. A ideia é traçar um perfil comparativo com os antigos membros do partido Arena e do PDS, como também apontar para o perfil do partido em comparação aos demais partidos de oposição inseridos na nova lógica multipartidária.

Mas antes, seria necessário apresentar demais dados que ajudarão em uma maior compreensão da composição do PDS e dos demais partidos do multipartidarismo que surgiu em 1980. Vale ainda citar que esses dados vão dialogar com o pensamento de Carvalho<sup>194</sup>. A autora demonstrou como o então sistema bipartidário brasileiro teria surgido com uma grande aproximação do período anterior, não havendo um ponto de ruptura, mas sim um continuísmo político. Essa pesquisa mostra que a ligação partidária com o período de 1945-1965 ainda era presente, indicando pouca renovação dos quadros políticos brasileiros, como também uma forte tendência ao continuísmo, mesmo depois de alguma ruptura institucional, algo que é uma tendência brasileira em diversos períodos de crise.

No artigo de Carvalho foi possível perceber a continuidade política, mesmo com a instauração de um novo regime partidário (bipartidarismo). No ano de 1965, 100% dos governadores eleitos tinham ligações com os partidos do período 1945-65, no ano de 1978 o índice é de 78% dos governadores eleitos com alguma ligação aos partidos pré-1965. Os dados são semelhantes, quando analisados para a Câmara dos Deputados. Em 1967, 98,5% dos deputados tinham alguma ligação com os partidos pré-1965, já em 1979 o número de políticos com alguma ligação aos partidos pré-1965 era de 72%<sup>195</sup>.

---

<sup>194</sup> CARVALHO, Alessandra. As atividades político-partidárias e a produção do consentimento. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (Org.). **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**, Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

<sup>195</sup> CARVALHO, 2010, p. 231.



**Tabela 7: Relação entre os políticos filiados em 1981 e suas antigas aproximações partidárias (pré-1966)**

<b>Pré-1966</b>	<b>Filiação Partidária em 1º de abril de 1981</b>							
<b>Deputados</b>	<b>PDS</b>	<b>PMDB</b>	<b>PP</b>	<b>PDT</b>	<b>PTB</b>	<b>PT</b>	<b>Sem filiação</b>	<b>Total</b>
<b>PTB</b>	15	15	2	8	2	0	0	42
<b>PSD</b>	41	23	14	1	0	1	1	81
<b>UDN</b>	47	6	16	0	0	0	0	69
<b>PSP</b>	6	1	7	0	1	0	0	15
<b>PDC</b>	15	4	1	0	0	0	0	20
<b>PTN</b>	2	1	1	0	0	0	0	4
<b>PST</b>	2	0	0	0	0	0	1	3
<b>PR</b>	10	1	2	0	0	0	0	13
<b>PRP</b>	4	0	0	0	0	0	0	4
<b>PSB</b>	1	1	1	1	0	1	0	5
<b>PRT</b>	1	1	0	0	1	0	1	4
<b>Não apurado</b>	68	60	22	0	1	4	5	160
<b>Total</b>	212	113	66	10	5	6	8	420
<b>Senado Federal</b>	<b>PDS</b>	<b>PMDB</b>	<b>PP</b>	<b>PDT</b>	<b>PTB</b>	<b>PT</b>	<b>Sem filiação</b>	<b>Total</b>
<b>PTB</b>	3	4	0	0	0	0	0	7
<b>PSD</b>	15	4	5	0	0	0	1	25
<b>UDN</b>	15	2	2	0	0	0	0	19
<b>PDC</b>	1	2	1	0	0	0	0	4
<b>PST</b>	0	1	0	0	0	0	0	1
<b>PL</b>	1	1	0	0	0	0	0	2
<b>PSB</b>	0	1	0	0	0	0	0	1
<b>Não</b>	1	5	2	0	0	0	0	8

<b>apurado</b>								
<b>Total</b>	36	20	10	0	0	0	1	67

Fonte: FLEISCHER, 1988, p. 194.

Como a tabela acima deixa bem claro, o novo sistema multipartidário brasileiro se inicia com um grande número de políticos que conheciam bem o antigo sistema multipartidário (1945-1966). A lógica política plural não seria uma novidade aos políticos brasileiros com quem tiveram alguma afinidade política com esse sistema antigo. Somente 38,1% dos políticos da Câmara dos Deputados é que tinham nenhuma possível ligação com os antigos partidos.

Esse número percentual não representa aqueles que não tiveram nenhuma ligação com antigos partidos. Logo, mesmo em um cenário onde todos os que não foram apurados fossem integralmente políticos que não tiveram nenhuma ligação com o antigo sistema, o percentual acaba sendo inferior a 40%. Portanto, a primeira observação a ser feita é de que a lógica multipartidária não era uma novidade para, pelo menos, mais de 60% da Câmara dos Deputados.

No Senado Federal a porcentagem é ainda inferior. Somente 11,9% dos senadores brasileiros não foram apurados por Fleischer. Se esse dado indicar integralmente que esses quase 12% de senadores não tiveram nenhuma ligação com os antigos partidos, a indicação ainda sim é muito inferior aos dados da Câmara dos Deputados. Os senadores eram ainda mais vinculados às antigas siglas partidárias.

A preocupação agora será entender quem eram os deputados da Arena e do MDB, desde o início até o fim do bipartidarismo brasileiro. Como será possível apontar na tabela abaixo.

**Tabela 8: Ocupação principal por legislatura controlada por partido (em %)**

Ocupação principal	Legislatura			Média Geral
	1967 1971	1971 1975	1975 1979	
<b>Arena</b>				
Agricultura	14,5	15,2	13,7	14,5
Com-Ban-Fin	12,0	11,6	14,7	12,8
Ind-Trans	10,1	6,3	5,9	7,4
Juiz-Advogado	10,9	8,5	11,3	10,2
Prof. da Saúde	8,3	8,0	7,8	7,9
Professores	15,6	16,5	13,7	15,3
Imprensa	6,5	8,9	6,9	7,4
Outros Profis.	12,0	11,6	12,3	12,0
Func. Públicos	6,5	10,7	9,3	8,8
Militares	3,6	2,7	4,4	3,6
<b>Total (%)</b>	100%	100%	100%	100%
<b>Total (N)</b>	276	224	204	235
<b>MDB</b>				
Agricultura	6,0	4,7	5,6	5,4
Com-Ban-Fin	12,0	11,6	19,4	14,3
Ind-Trans	3,0	5,8	3,8	4,2
Juiz-Advogado	13,5	12,8	16,3	14,2
Prof. da Saúde	11,3	10,5	7,5	9,8
Professores	15,8	18,6	16,9	17,1
Imprensa	8,3	11,6	11,3	10,4
Outros Profis.	12,0	9,3	9,4	10,2
Func. Públicos	16,5	12,8	9,4	12,9

<b>Militares</b>	1,5	2,3	0,6	1,5
<b>Total (%)</b>	100%	100%	100%	100%
<b>Total (N)</b>	133	86	160	126

Fonte: FLEISCHER, 1981, p. 195.

Analisando os dados levantados por Fleischer, percebemos quais eram as profissões principais de políticos da Arena e do MDB em um momento de funcionamento do bipartidarismo<sup>196</sup>. Para a Arena, as quatro profissões que foram maioria em média no partido foram: Professores (15,3% em média); Agricultura (14,5% em média); Comércio-Banco-Finanças (12,8% em média); outras profissões (12,0% em média). Chama atenção de como o partido teve uma alta taxa de professores e membros de setores tradicionalmente liberais, também é perceptível que o partido Arena acabou sendo uma sigla composta de quadros do primeiro setor econômico (o grupo agrícola).

Já o MDB acabou sendo composto por uma maioria de professores (17,1% em média); Comércio-Banco-Finanças (14,3% em média); Juízes-Advogados (14,2% em média); Funcionários públicos (12,9% em média). Nestes dados, também chama atenção de como era alta a presença de professores dentro do partido de oposição. O setor de Comércio-Banco-Finanças e Juízes-Advogados acabaram tendo um crescimento expressivo no terceiro período exposto, enquanto o setor de Funcionário públicos acabou tendo uma queda no mesmo período assinalado. Essa posição acaba indicando o quanto o partido tinha uma tendência de se aproximar de setores liberais e que foi ressaltado no terceiro período apontado.

Abaixo, os dados indicam questões relativas ao recrutamento desses deputados. Podendo ser observado o nível de experiência, escolaridade e se representam o mesmo estado em que nasceram.

---

<sup>196</sup> FLEISCHER, David. O Bipartidarismo (1966-1979). In: FLEISCHER, David (org.). **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

**Tabela 9: Variáveis de recrutamento por legislaturas controladas por partido**

Ocupação Principal (por partido)	Legislatura			Média Geral
	1967 1971	1971 1975	1975 1979	
<b>Arena</b>				
% Nascidos no estado que representam	94,2	95,5	95,6	95,1
% com Educação Universitária	80,0	83,9	82,4	82,1
% Educação Universitária no Estado que Representa	58,4	62,8	39,2	53,5
Carreira Pré-CD anos	8,92	9,78	9,64	9,45
Nº Cargos Pré-CD	1,83	2,1	2,13	2,02
Idade no 1º Cargo	34,52	33,9	31,02	33,15
Idade Atual	49,08	48,5	48,19	48,59
<b>MDB</b>				
% Nascidos no estado que representam	91,7	87,2	88,8	89,2
% com Educação Universitária	79,7	86,0	83,1	82,9
% Educação Universitária no Estado que Representa	66,3	62,3	67,9	65,5
Carreira Pré-CD anos	7,45	7,59	6,00	7,01
Nº Cargos Pré-CD	1,76	1,88	1,49	1,71
Idade no 1º Cargo	32,68	33,43	32,53	32,88
Idade Atual	44,60	45,44	44,66	44,9

Fonte: FLEISCHER, 1981, p. 196.

Nesses dados, acaba sendo possível perceber o quanto os arenistas eram mais próximos aos estados que tinham nascido do que os emedebistas. Nos três períodos citados, a Arena

sempre apresentava uma maior ligação com o estado de origem de seus deputados, do que o partido de oposição. Além disso, o avanço de um período ao outro indicava que o enraizamento dos arenistas aumentava enquanto dos emedebistas diminuía.

Agora, a taxa de políticos com Ensino Superior acaba sendo distinta. O partido de oposição concentrava mais políticos que tinham Ensino Superior do que a Arena. Somente no primeiro período apresentando é que os políticos da Arena eram maioria com alguma graduação, em comparação aos do MDB. Além disso, esses políticos costumavam estudar mais nos seus estados de origem do que buscar a diplomação em alguma outra região. E ainda sim, os que eram emedebistas costumavam estudar mais em seus estados de origem do que os partidários da Arena.

A experiência política de um parlamentar da Arena, antes de ingressar na Câmara dos Deputados, era maior do que a de um membro do partido de oposição. Conseqüentemente, os partidários da Arena também tinham mais experiências em um cargo político do que um membro do MDB. Os deputados da Arena costumavam ser mais velhos quando assumiram um cargo público, do que os políticos do MDB. Como também os arenistas eram mais velhos do que os emedebistas quando chegavam na Câmara dos Deputados do que os opositores.

Agora vale entender o tipo de experiência pública que estes deputados possuíam. Para isso, haverá uma divisão entre cargos eletivos e administrativos.

**Tabela 10: Frequência de cargos ocupados por legislatura, controlada por partido**

Cargos Ocupados	Legislatura			Média Geral
	1967 1971	1971 1975	1975 1979	
<b>Arena</b>				
<b>Cargos Administrativos</b>	46,7	54,0	58,3	53,0
<b>Federais</b>	9,1	10,7	3,9	7,9
<b>Estaduais</b>	40,6	44,6	51,5	45,6
<b>Municipais</b>	4,3	12,9	13,2	10,1
<b>Cargos Eletivos</b>	62,3	62,5	64,7	63,2
<b>Estaduais</b>	46,7	47,8	54,9	49,8
<b>Municipais</b>	31,5	12,6	36,3	26,8
<b>(N)</b>	276	224	204	235
<b>MDB</b>				
<b>Cargos Administrativos</b>	49,6	53,5	40,6	47,9
<b>Federais</b>	8,3	7,0	5,6	7,0
<b>Estaduais</b>	39,1	40,7	27,5	35,8
<b>Municipais</b>	8,3	14,0	13,8	12,0
<b>Cargos Eletivos</b>	59,4	62,8	55,6	59,3
<b>Estaduais</b>	48,1	47,7	39,4	45,1
<b>Municipais</b>	28,6	34,9	33,8	32,4
<b>(N)</b>	133	86	160	126

Fonte: FLEISCHER, 1981, p. 198.

Sobre os dados apresentados acima, cabe uma distinção analítica entre os deputados do MDB e uma análise distinta dos deputados da Arena. Uma explicação acaba sendo necessária, para essa escolha metodológica: não é justo comparar os dois partidos neste quesito, porque

parte do acesso aos órgãos públicos foi limitado aos membros do MDB, já que o governo claramente atuou beneficiando a Arena - sem contar que o período tinha uma grande parcela de restrições, como voto indireto para governadores, indicação para o cargo de prefeitos de capitais e demais fatores que limitavam o acesso aos cargos públicos do partido opositor.

Logo, considerando separadamente cada partido, percebe-se que a Arena teve um crescimento de participação em cargos administrativos durante os períodos apresentados. Os deputados acabavam tendo mais experiência em órgãos da administração pública estadual. Além disso, grandes parcelas destes deputados também tinham algum tipo de experiência política em cargos eletivos, antes de chegarem à Câmara dos Deputados. Geralmente conseguiam mais espaços nos níveis estaduais, mas também tiveram picos de participação na instância municipal.

Enquanto isso, menos da metade dos deputados do MDB tiveram alguma experiência em cargos administrativos da esfera pública. O grande fator explicativo, mesmo que em caráter especulativo, está no contexto ditatorial em que o partido estava inserido. O MDB tinha pouca participação em cargos administrativos porque a maior parte dos órgãos públicos eram controlados pelo governo. Quando estes deputados participavam de alguma esfera pública administrativa, geralmente era do âmbito estadual. Os deputados do MDB eleitos para a Câmara dos Deputados tinham algum cargo eletivo anterior. Geralmente, esta experiência se encontrava na esfera estadual, mas também ocorreram bons níveis de envolvimento no âmbito municipal.

Mediante estes dados iniciais, será possível agora entender como se compôs o PDS e os demais partidos na nova lógica multipartidária. De forma que os dados serão comparados entre estes partidos, como também com as informações expostas acima. Isso permitirá uma maior visualização do perfil de cada partido político surgido em 1980. Os dados trabalhados são de uma obra de David Fleischer<sup>197</sup>.

---

<sup>197</sup> FLEISCHER, David. O novo pluripartidarismo: perfil socioeconômico da Câmara dos Deputados (1979 *versus* 1983). In: FLEISCHER, David (org.). **Da distensão à abertura**: as eleições de 1982. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.



**Tabela 11: Perfil de Recrutamento de eleitos em 1979 e dos deputados em 1981.**

Variáveis de recrutamento	Câmara dos Deputados								
	1979		1981						
	Arena	MDB	PDS	PMDB	PP	PDT	PTB	PT	Sem filiação
Agricultura	14,7	3,2	16,5	3,6	6,0	10,0	0,0	0,0	0,0
Comércio-banco-finanças	11,7	13,2	12,3	13,3	16,7	0,0	0,0	0,0	12,5
Indústria e Transporte	6,1	3,7	6,6	4,4	1,5	0,0	0,0	16,7	12,5
Advogado-Juiz	12,6	23,3	9,9	27,4	12,1	40,0	20,0	33,3	12,5
Profissionais da Saúde	9,5	10,1	8,9	6,2	15,2	0,0	0,0	0,0	12,5
Ensino	9,5	16,9	12,3	15,9	15,2	0,0	20,0	16,7	12,5
Imprensa	4,8	10,6	4,2	10,6	9,1	20,0	0,0	0,0	12,5
Outras profissões	14,3	7,4	12,3	9,7	7,6	0,0	20,0	33,3	0,0
Funcionários Públicos	12,1	9,0	12,3	7,1	13,6	30,0	40,0	0,0	0,0
Militares	4,8	2,6	4,7	1,8	3,0	0,0	0,0	0,0	25,0
Total %	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Total (N)	231	189	212	113	66	10	5	6	8

Fonte: Fleischer, 1988, p. 122 e 129.

Há um propósito claro em aglutinar esses dois períodos nesta tabela. Estamos falando dos mesmos deputados, que migraram de um sistema bipartidário para um multipartidário. Essa migração apresentou algumas mudanças importantes na nova composição política brasileira. Vamos a elas.

Primeiro, se a Arena em 1979 tinha uma maioria de políticos que eram da Agricultura (14,7%), outras profissões (14,3%) e Advogado-Juiz (12,6%), o que indicava uma mistura do primeiro setor econômico com setores liberais, o Partido Democrático Social (PDS) apresentou algumas alterações em seu perfil. Em maioria, continuou a Agricultura (16,5%), mas houve um ressaltado das demais profissões: Comércio-Banco-Finanças, Ensino, Outras profissões e

Funcionários Públicos (todos com 12,3%) passaram a ser a segunda maior parte laborativa do partido.

O MDB tinha uma maioria focada em Juiz-advogado (23,3%), Ensino (16,9%) e Comércio-Banco-Finanças (13,2%). O que indica que o partido tinha uma maior aproximação de setores liberais da economia. Sua situação não se alterou, contudo, o quantitativo de membros que tinham como principal ocupação Advogado-Juiz em muito se ampliou (27,4%), seguidos dos demais: Ensino (15,9%) e Comércio-Banco-Finanças (13,3%). Existe uma explicação para isso? A que mais serve para justificar esta situação é a permanência de advogados e juizes dentro do partido, enquanto os demais membros partiram para novas siglas. Logo, em questões matemáticas, a maior permanência deste setor gera o aumento percentual indicado acima.

A terceira sigla de maior tamanho no Congresso Nacional foi o Partido Popular (o PP). Em 1981 esta sigla possuía 66 deputados, a maioria era de integrantes do setor Comércio-Banco-Finanças (16,7%), seguidos por Profissionais da Saúde e do Ensino (15,2% cada um). Esse partido também trazia consigo um perfil de aproximação de profissões liberais. Chama atenção que tanto o PMDB quanto o PP tinham baixa participação de membros do setor agrícola. Em termos absolutos, cada partido tinha uns 4 deputados que tinham como ocupação principal alguma ligação com a Agricultura.

A Câmara dos Deputados acabou recebendo três partidos com algum tipo de ligação ao substantivo “trabalho”, mas com origens distintas. O Partido Democrático Trabalhista (PDT) foi o maior entre eles no período assinalado. Seus quadros possuem 40% de Advogados-Juiz, seguidos de 30% de Funcionários Públicos e 20% de membros da Imprensa. O Partido dos Trabalhadores (PT), que tem sua origem associada ao conceito de *novo-sindicalismo*<sup>198</sup>, apresentou os seguintes quadros: compostos por uma maioria de Advogado-Juiz e Outras profissões (33,3% cada uma). O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi o menor dos partidos trabalhistas aqui assinalados. A maior parte do seu quadro político era de Funcionários Públicos (40%).

Agora, cabe analisar em comparação os dados dos políticos referentes a sua relação com o estado que representavam, escolaridade e experiência pública.

---

<sup>198</sup> Para maiores informações sobre esse conceito, consultar: ALVES, Giovanni. Do “novo sindicalismo” à “concentração social”: ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1988). **Revista de Sociologia e política**, p. 111-124, 2000; FRANÇA, Teones. **Novo sindicalismo no Brasil: histórico de uma desconstrução**. Cortez Editora, 2016; LADOSKY, Mario Henrique; DE OLIVEIRA, Roberto Vêras. O “novo sindicalismo” pela ótica dos estudos do trabalho. **Revista Mundos do Trabalho**. v. 6, n. 11, p. 147-170, 2014.

**Tabela 12: Dados sobre experiência política, escolaridade e relação com o estado que os deputados representam**

Dados	Câmara dos Deputados								
	1979		1981						
	Arena	MDB	PDS	PMDB	PP	PDT	PTB	PT	Sem filiação
% Nascidos no estado que representam	83,3	72,0	89,6	90,3	83,4	80,0	100	100	88,8
% com Educação Universitária	88,1	92,0	78,7	88,5	95,5	90,0	100	83,3	84,5
% Educação Universitária no Estado que Representa	43,2	50,0	59,4	77,9	60,6	88,9	50,0	60,0	65,7
Carreira Pré-CD anos	22,16	20,82	9,76	8,06	10,20	6,91	11,76	3,60	9,19
Nº Cargos Pré-CD	4,26	3,88	2,02	1,69	2,09	0,07	1,80	0,67	1,88
Idade no 1º Cargo	30,36	29,02	34,10	32,76	32,54	36,02	31,41	29,78	33,47
Idade Atual	57,28	53,61	51,48	46,81	49,99	50,29	51,60	39,53	49,72
%Retorno de Veteranos	50,0	68,0	56,1	45,1	53,7	90,0	80,0	66,7	54,3
Antiguidade (anos)	4,19	3,92	7,49	5,87	7,15	7,35	8,42	6,15	6,98

Fonte: FLEISCHER, 1988, p. 122 e 129.

Os dados acima serão analisados de três formas um tanto quanto distintas. Dessa vez, será comparado o percentual da Arena e do MDB no mesmo período, mas nos momentos ideais serão feitas ressalvas. Em seguida, os dados da Câmara dos Deputados dentro do novo sistema multipartidário serão comparados entre si e com os dados de 1979.

No primeiro quadro comparativo, vale ressaltar que a Arena possui mais representantes em seus estados de origem do que o MDB (83,3% x 72,0%). Enquanto isso, o MDB tinha mais deputados com Ensino Superior do que a Arena (92,0% x 88,1% respectivamente) e mais

deputados com Ensino Superior feito em seus estados de origem do que a Arena (50,0% x 43,2% respectivamente).

A Arena tinha deputados que possuíam carreira política mais longa do que os deputados do MDB, antes de adentrarem na Câmara dos Deputados (22,16 anos x 20,82 anos, respectivamente), enquanto que os deputados do MDB costumavam ser mais jovens quando chegaram ao primeiro cargo político (29,02 anos x 30,36 anos, respectivamente). Isso pode ser ocasionado por dois motivos entrelaçados. Primeiro, o acesso a cargos da administração pública do MDB era mais dificultoso do que para um político que pertenceria à Arena. O que, possivelmente com a consolidação do MDB enquanto um partido de oposição diminuiu essa dificuldade, beneficiando a entrada de políticos mais jovens/novos do MDB ao poder. Isso interfere de forma mais perceptível na chegada destes políticos na Câmara dos Deputados, já que os deputados da Arena eram mais velhos, em média, do que os deputados do MDB (57,28 anos x 53,61 anos, respectivamente).

Chama atenção um dado que não pode ser desprezado. O MDB tinha uma média de reeleição de seus deputados maior do que a Arena (68,0% x 50,0%, respectivamente). Isso poderia ocorrer por conta de dois fatores que também podem ser lidos de forma entrelaçada: primeiro, o MDB teve bons e contundentes resultados em seu favor na década de 1970, o que lhe deu mais cadeiras dentro do parlamento brasileiro e assim facilita uma maior taxa de reeleição. Segundo fator importante, as cadeiras disponíveis ficavam mais diminutas com o crescimento do MDB, mas a situação ainda toma uma complexidade ainda maior dentro da Arena, porque o partido tinha um número maior de políticos no seu seio. Esse fator naturalmente iria aumentar a competitividade parlamentar, o que acabou causando uma maior dificuldade na permanência de um político arenista na Câmara dos Deputados. Por fim, vale contar que um deputado da Arena teria uma maior experiência dentro da Câmara dos Deputados do que deputados do MDB (4,19 anos x 3,92 anos, respectivamente).

Agora, cabe uma comparação do PDS e da Arena, para entendermos melhor o novo perfil do partido. O PDS tinha uma taxa maior de representação por estado de origem do que a Arena (89,6% x 83,3%, respectivamente). Mas a taxa de Educação Superior no PDS era inferior à da Arena (78,7% x 88,1%, respectivamente). Porém, os deputados do PDS que tinham Ensino Superior acabam tendo mais diplomas em seus estados de origem do que os deputados da Arena (59,4% x 43,2%, respectivamente).

A carreira pré-Câmara dos Deputados por membros do PDS era menor do que a de políticos da Arena (9,76 anos x 22,16, respectivamente). Isso fica evidente no quantitativo de

cargos que membros do PDS tiveram, em comparação aos deputados da Arena (2,02 cargos x 4,26 cargos, respectivamente). Portanto, mesmo sendo um partido que recebeu um grande quantitativo de deputados da Arena, o PDS tinha um nível menor de experiência política e atividades em cargos políticos.

Os políticos do PDS costumavam ser mais velhos do que da Arena no exercício de seus primeiros cargos públicos (34,10 anos x 30,36 anos, respectivamente). Mas em média, os deputados do PDS eram mais novos do que os deputados da Arena (51,48 anos x 57,28 anos, respectivamente). Interessante observar dois fatos sobre isso: primeiro, o PDS foi criado depois da Arena, o que resultaria na entrada de deputados mais velhos nos seus quadros do que na Arena de 1979, mas mesmo assim a taxa de idade foi inferior; a mobilidade partidária pode ter afastado deputados mais velhos para fora da Câmara dos Deputados ou para um outro partido político.

A taxa de retorno de um político veterano à Câmara dos Deputados, pelo PDS, era maior do que na Arena (56,1% x 50,0%, respectivamente). E os deputados do PDS costumavam ser mais antigos na Câmara dos Deputados do que os políticos da Arena (7,49 anos x 4,19 anos, respectivamente).

Agora, vale analisar os partidos de oposição. Essa comparação será organizada de uma forma um tanto quanto distinta. Primeiro serão comparados os dois maiores partidos de oposição: PMDB e PP, depois os demais partidos.

O PMDB tinha mais deputados nascidos nos estados que representavam do que o PP (90,3% x 83,4%, respectivamente). Porém, a taxa de Ensino Superior era maior no PP do que no PMDB (95,5% x 88,5%, respectivamente). Contudo, dos deputados que possuíam Ensino Superior, em maior parte, os que eram do PMDB acabaram conquistando seus diplomas em seus estados de origem do que os do PP (77,9% x 60,6%, respectivamente).

Os deputados do PP tinham um maior tempo de carreira antes de chegarem à Câmara dos Deputados, do que os deputados do PMDB (10,20 anos x 8,06 anos, respectivamente). Inclusive, os membros do PP costumavam possuir mais indicações em cargos do que os do PMDB (2,09 cargos x 1,69, respectivamente). Agora, os deputados do PP acabaram assumindo cargos mais jovens do que os que pertenciam ao PMDB (32,54 anos x 32,76 anos, respectivamente). Mas eram mais velhos do que os deputados do PMDB (49,99 anos x 46,81 anos, respectivamente). Por fim, os deputados do PP conseguiram ter uma taxa de retorno maior do que uma taxa do PMDB (53,7% x 45,1%, respectivamente).

Os três partidos de oposição menores (PDT, PTB e PT), agora serão analisados em conjunto. Antes, uma explicação desta escolha de dividir as análises até mesmo entre os partidos de oposição. Esses três partidos, apesar de pertencerem à oposição política, tinham um quantitativo inferior de deputados em comparação ao PMDB e ao PP. Uma comparação com os outros dois partidos poderia inflar os números dessas siglas, dando uma dimensão além do que ela possuía no período.

Todos os deputados do PTB e do PT eram representantes de seus estados de origem, já o PDT tinha uma representação de 80%. Todos os deputados do PTB tinham Ensino Superior, 90% dos parlamentares do PDT e 83,3% dos deputados petistas também tinham Ensino Superior. Porém, está no PDT a maior porcentagem de Ensino Superior (88,9%) feito no estado de origem do deputado, seguido pelo PT (60%) e pelo PTB (50%).

Os deputados do PTB tinham uma maior carreira política antes de adentrarem na Câmara dos Deputados (aproximadamente 12 anos), seguidos por deputados do PDT (aproximadamente 6,91 anos). Os deputados do PT eram os que menos possuíam experiência política em anos do que todos os demais políticos, até mesmo em comparação aos que naquele período não tinham filiação partidária (aproximadamente 4 anos). Isso pode ser explicado pela forma de identidade do PT, já que o partido tinha uma formação vetorizada distinta dos demais partidos - sua formação era de baixo para cima, enquanto os demais partidos costumam ser formados de cima para baixo.

Os membros do PDT costumavam ser mais velhos, quando chegaram ao primeiro cargo público (36,02 anos de idade), seguido pelos deputados do PTB (31,41 anos de idade) e do PT (29,78 anos). Dentro da lógica multipartidária, os membros do PT eram os políticos mais jovens da Câmara dos Deputados, o que ressalta ainda mais o que fora explicitado sobre sua formação. Isso se reflete na própria idade atual destes políticos.

O PTB, dentre os três partidos aqui analisados era o que tinha a média de idade mais avançada (51,6 anos), seguido pelo PDT (50,29 anos) e bem depois os deputados do PT (39,53 anos). A taxa de retorno dos veteranos do PDT era a maior destes três (90%), seguido pelo PTB (80%) e depois pelo PT (66,7%).

Agora, resta entender um pouco do tipo de experiência política que estes deputados possuíam. A metodologia de análise será a mesma: comparar os dados dos políticos eleitos ainda pela Arena e MDB e depois uma lista com os novos partidos da lógica multipartidária.

**Tabela 13: Análise sobre a experiência em cargos eletivos e administrativos dos parlamentares (1979 x 1981)**

Experiência	Câmara dos Deputados								
	1979		1981						
	Arena	MDB	PDS	PMD B	PP	PDT	PTB	PT	Sem Filiação
Cargos Administrativos	61,9	68,0	44,3	38,9	53,7	20,0	40,0	40,0	16,7
Federal	31,0	24,0	7,5	5,3	14,9	20,0	0,0	0,0	0,0
Estadual	50,0	44,0	38,2	25,7	40,3	0,0	40,0	40,0	16,7
Municipal	4,8	16,0	8,5	14,2	10,5	0,0	20,0	20,0	0,0
Cargos Eletivos	95,2	84,0	59,4	58,4	55,8	50,0	60,0	60,0	16,7
Estadual	69,0	56,0	44,8	45,1	40,3	20,0	40,0	40,0	0,0
Municipal	38,1	56,0	35,4	38,1	31,3	30,0	20,0	20,0	16,7

Fonte: FLEISCHER, 1988, p. 122 e 129.

Neste momento, a comparação será entre Arena e MDB. O percentual de participação em cargos eletivos de políticos do MDB foi maior do que o de políticos da Arena (68,0% x 61,9%, respectivamente). Além disso, os emedebistas tiveram um bom desempenho de participação em quadros administrativos dos estados (44%), mas inferior aos políticos da Arena (50%). Chama atenção que a participação na esfera Federal também foi maior entre políticos da Arena do que do MDB (31% x 24%, respectivamente). Contudo, o desempenho administrativo municipal foi melhor entre emedebistas do que nos arenistas (16% x 4%, respectivamente).

Agora, em cargos eletivos a situação tem como destaque um melhor desempenho de políticos da Arena contra do MDB (95,2% x 84%, respectivamente). Olhando detalhadamente, o comportamento se repete nas três esferas, onde o MDB só teve maior participação na municipal (56% para o MDB x 38,1% para a Arena). Enquanto isso, no âmbito Federal (71,4% para Arena x 48% para o MDB) e estadual (69% para a Arena e 56% do MDB) tiveram maior destaque os políticos da Arena.

Dos três maiores partidos na Câmara dos Deputados, o PP é o que melhor resultado tem em experiência administrativa (53,7%), seguido pelo PDS (44,3%) e pelo PMDB (38,9%). O PP também teve melhores resultados na experiência administrativa Federal (14,9%) e estadual (40,3%), seguido pelo PDS (7,5% no âmbito Federal e 38,2% no estadual) e pelo PMDB (5,3% no âmbito Federal e 25,7% no estadual). Porém é o PMDB que tem mais políticos experientes em cargos administrativos da esfera municipal (14,2%), contra 10,5% do PP e 8,5% do PDS. De certa forma, a tendência de melhor desempenho em cargos públicos administrativos da oposição se manteve com o sistema multipartidário.

Agora, em cargos eletivos é o PDS que, no geral, acabou tendo um maior desempenho (59,4%), seguido pelo PMDB (58,4%) e do PP (55,8%). Na esfera estadual o PDS acaba tendo uma margem menor do que o PMDB (44,8%), contra 45,1% do PMDB e 40,3% do PP. Somente no quadro municipal é que o PMDB consegue ter uma dianteira um tanto quanto mais expressiva com 38,1%, seguido pelo PDS (35,4%) e PP (31,3%). Essa situação acaba repetindo a organização partidária do sistema bipartidário, onde a Arena - partido do governo - possuía mais experiência do que o partido de oposição.

Entre os três partidos de oposição restantes (PDT, PTB e PT), o que melhor tem desempenho em cargos administrativos é o PTB (40%), seguido pelo PDT (20%) e PT (16,7%). O destaque do PTB está em seu desempenho no espaço estadual. O melhor desempenho do PDT foi na esfera Federal e o desempenho do PT ficou no espaço municipal. Em cargos eletivos, também é o PTB que tem o melhor desempenho político geral (60%), contra 50% do PDT e 16,7% do PT. Esse baixo desempenho do PT em experiência administrativa e eletiva de cargos públicos reforça a sua composição vetorial (baixo para cima).

Mediante a exposição destes dados, resta mais uma análise que visa responder: qual é o perfil do PDS? O partido tem uma nova roupagem, ou apresenta alguma característica semelhante a Arena? Estes questionamentos que as linhas abaixo tentarão responder.

Sobre os dados de ocupação principal dos deputados da Arena e do PDS há algumas alterações. Primeiro, o PDS teve o maior índice de membros do setor agrícola já registrado. O índice é maior do que qualquer período da Arena, mas também indica uma recuperação em relação aos eleitos de 1978, que tinham apresentado um índice menor. Esse crescimento agudo possibilitou que o PDS fosse o partido que mais tinha deputados do setor agrícola em seus quadros.

O setor Comércio-Banco-Finanças apresentou um aumento, em comparação aos eleitos de 1978, mas a participação destes foi inferior à média do partido. Outra queda relevante foi no



setor de Ensino. Setor que apesar de ter decaído, ainda continuou sendo uma das principais ocupações dos deputados do partido. Agora, deve-se olhar atentamente para o número de Funcionários Públicos que passaram a ter um crescimento acentuado nos quadros do partido, maior do que qualquer período da Arena e maior do que a própria média.

Agora, relativo à experiência política, o PDS teve a menor taxa de representação de políticos nascidos em seus estados de origem, em comparação a qualquer outro período da Arena. O partido também teve a menor taxa de deputados com Ensino Superior já registrada. Em relação a carreira pré-Câmara dos Deputados, a situação apresenta um outro quadro. Foi a terceira melhor classificação e um resultado de experiência maior do que a média da Arena. A quantidade de cargos pré-Câmara dos Deputados esteve igualmente na média da antiga Arena. O partido teve a segunda maior média de idade, em comparação aos outros períodos da Arena. E a taxa de retorno de veteranos do PDS foi a maior já registrada, em comparação a qualquer período da Arena. O desempenho do PDS em cargos administrativos e eletivos também foi inferior a qualquer período da Arena.

Logo, que partido seria esse? É inegável que a migração partidária, causada pelo surgimento do multipartidarismo alterou para “baixo” os dados do PDS. Isso significa que o partido conviveu com políticos menos experientes na administração pública, tanto em cargos eletivos como administrativos. O partido também teve uma composição laborativa próxima ao campo brasileiro. Mas mesmo assim, essas mudanças não geram mudanças substanciais na “alma” do partido governista. Os dados estatísticos estão aproximados, o que indica que apesar de índices inferiores, quando falamos de PDS não podemos deixar de citar a importância e o valor da Arena nesses políticos.

No próximo item, o foco será no histórico dos primeiros líderes do PDS. Tendo como maior preocupação o apontamento das lideranças nacionais, mas também apontando algumas das vozes regionais.

### **2.3 Uma análise sobre os primeiros líderes do PDS**

Neste momento, vale apontar algumas das lideranças nacionais do PDS. O intuito é possibilitar um entendimento de quem são estes agentes políticos, suas origens e, em alguns casos, indicativos do porquê se tornaram líderes do partido. Assim, seria possível identificar com mais detalhes o perfil do partido que formou a primeira maioria parlamentar nos primeiros anos de organização multipartidária.

Resta apresentar a percepção de Michels, importante autor sobre o papel de líderes dos partidos políticos<sup>199</sup>. Esses chefes são importantes, porque eles são o baluarte entre os desejos do governo e o processo de votação de uma determinada pauta. O chefe pode ser responsável pelo falseamento de um voto. Por exemplo: se em determinada pauta a ser apreciada pelo Congresso, tem o governo como posição favorável à sua aprovação e um deputado membro do partido posição contrária, caberá ao chefe desse partido persuadir que este deputado atue em favor do governo - mesmo que isso represente se opor ao seu desejo pessoal.

Há também um caráter muito importante em um chefe político, que é determinante para a sua identificação: a formação dos cartéis partidários. Um chefe não precisa mais atuar dentro das massas, seu foco se concentra dentro de alguns grupos dentro do partido. Ele exerce influência sobre estes - alguns destes grupos também servem como bajuladores de ego dos seus chefes.

O nepotismo também pode ser uma característica comum, por parte destes chefes. Vale citar de antemão, que alguns dos políticos que aqui serão expostos, acabaram entrando na política por causa de familiares. “A escolha de candidatos depende quase sempre de uma pequena coligação formada por chefes e subchefes locais que impõe à maioria dos camaradas seus próprios candidatos. Em muitos casos, o colégio eleitoral é considerado simplesmente uma prioridade de família”<sup>200</sup>.

Também deve ser exposto a organização teórica elaborada por Codato, referente ao estudo de identificação das elites<sup>201</sup>. Seu artigo trouxe contribuições teóricas de grande valor para essa pesquisa. Seu interesse é justamente pensar metodologicamente como pode ser categorizada uma elite? Além de também buscar formas de gerar apontamentos sobre como uma elite pode exercer influência ou poder sobre aqueles que não o são. Sua contribuição serve tanto para apontamentos da História Política, quanto da História Social.

Codato se aproxima de autores da Ciência Política para elaborar considerações sobre três formas de identificação de uma elite. Primeiro, o autor pensa de forma *posicional*. Nela um membro da elite poderia ser identificado justamente pelo cargo que possui ou exerce. Especificamente no caso de um partido político, o modelo *posicional* pode ser visto para apontar se um determinado membro do Diretório Nacional do partido, ou representante do partido no Congresso Nacional, consegue de alguma forma exercer influência sobre os seus

---

<sup>199</sup> MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

<sup>200</sup> MICHELS, 1982, p. 67.

<sup>201</sup> CODATO, Adriano. Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos. In: CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato (org.). **Como estudar elites**. Curitiba: Ed. UFPR. 2015.

demais correligionários. Necessariamente, estes políticos deveriam ocupar posições de relevância institucional. Esse é um momento de grande diálogo com a tese de Wright Mills<sup>202</sup>. Para um estudo de um partido, os cargos de maior relevância estão dentro de sua estrutura interna, como o Diretório, como também em relação direta a sua atividade no Congresso Nacional, como cargos de chefia do partido nas casas do poder Legislativo.

Claro que o conceito posicional pode ter alguns deslizes, ao tentar apontar elites/lideranças. O principal ponto falho desta posição é entender que necessariamente quem assume ou possui um cargo de comando terá influência o bastante para o exercê-lo<sup>203</sup>. Dentro da vida partidária, existem fatores que podem fragilizar uma liderança política. A queda de legitimidade não necessariamente resultará de imediato na saída de determinada figura política de seu posto de comando. Portanto, apesar de ser um bom apontamento metodológico, há a necessidade de reconhecer determinados limites sobre esta linha.

Um segundo grupo classificatório para uma elite na percepção de Codato está no *método decisional*. Nele, a elite seria percebida por seu poder de veto ou de iniciativa. O autor acaba se aproximando do artigo de R. Dahl, publicado no *The Journal of Politics*, no início do ano de 1958<sup>204</sup>. Dentro do modelo *decisional* existem considerações sobre o limite de influência do poder em determinada comunidade. Reconhece-se que a influência sobre determinado grupo pode ser demarcada, tendo um fim. Em situações desta forma, o poder exercido por algum agente teria limites um tanto quanto limitados<sup>205</sup>. Ao estudo partidário, seria possível identificar esses limites em situações de tensão e divisão de um partido.

Codato também apontou para uma fragilidade desse quadro teórico que aqui merece ser destacado. Essa forma de se pensar o funcionamento de uma elite pode ser frustrada pelas “decisões frustradas”<sup>206</sup>. Dentro do método decisional, apontar para uma estratégia derrotada pode contribuir para uma falsa percepção de ausência de legitimidade política.

---

<sup>202</sup> Mills defende a posição de que membros da elite devem controlar posições que lhe garanta a visibilidade e hierarquia sobre os demais. No primeiro capítulo da obra de Mills, o autor defende que a riqueza não é focada diretamente na pessoa do rico. Na verdade, a riqueza seria um instrumento de garantia a entrada de um rico em locais de comando e poder institucional. MILLS, C. W. **The Power Elite**. New York: Oxford University Press, 1956.

<sup>203</sup> CODATO, 2015.

<sup>204</sup> Este autor acaba trazendo um questionamento distinto sobre o exercício do poder. Dahl não se preocupa com quem é o grupo de influência em determinada sociedade. Seu questionamento está no conceito de poder e de que forma determinado grupo o exerce. DAHL, R. A. A Critique of the Ruling Elite Model. **The American Political Science Review**, v. 52, n. 2, p. 463-469, 1958.

<sup>205</sup> CODATO, 2015.

<sup>206</sup> CODATO, 2015, p. 24.

Por fim, resta expor o método *reputacional*. Baseando-se em Floyd Hunter<sup>207</sup>, Codato faz uma reflexão sobre o chamado “*real Power*”. Em uma sociedade plural, o poder pode e possivelmente estará disperso em diversos grupos sociais. Segundo essa metodologia, o poder real está distante dos tradicionais instrumentos burocráticos institucionais.

Apesar da defesa ser bastante coerente. O método *reputacional* possui alguns limites importantes a serem apontados. Primeiro, acaba sendo muito difícil reconhecer lideranças políticas e sociais, em uma comunidade, fora dos espaços tradicionais de exercício do poder. O segundo problema se concentra em uma ausência de boa definição sobre o conceito de poder<sup>208</sup>. Sem uma melhor definição, ou uma definição mais próxima do caminho institucional, o conceito de poder sempre será relativizado.

Como apontado acima, todas as três formas possuem bons pressupostos e conseguem apontar para alguma forma de liderança política relevante. Dentro desta pesquisa, o foco será em perceber a qual tipo de método um político do PDS pode ser enquadrado. Por se tratar de lideranças políticas, o método *posicional* é o que mais se enquadra nessa pesquisa. Não deve ser desprezada a visão sobre as demais maneiras de se identificar uma elite. Mas, os nomes que aqui serão apontados como lideranças do PDS, assim o são justamente por possuírem algum cargo de importância dentro do partido. Assim, suas influências e poder estão atrelados ao papel que exercem enquanto possuidores de determinado cargo dentro da burocracia do partido.

O roteiro para a reunião da Comissão Diretora Nacional Provisória do PDS indica um pouco o caminho de quem são estas lideranças que aqui aparecerão<sup>209</sup>. O primeiro nome a ser exposto é o do Senador Ernani do Amaral Peixoto. A escolha respeitará sua apresentação. Nesta reunião, o Senador supracitado seria a primeira figura política a ter fala, justamente porque era o membro mais idoso do partido. Sua idade mais avançada refletia em uma larga experiência política que remonta ainda aos tempos varguistas.

Ernani do Amaral Peixoto nasceu em 1905, no estado do Rio de Janeiro<sup>210</sup>. Seu pai foi militar e teve destaque na atuação em oposição à Revolta da Armada. Esse levante foi organizado enquanto um movimento contrário ao então presidente brasileiro Marechal Floriano Peixoto. A atuação política de seu pai não se resumiu a este evento apenas. Augusto Amaral

---

<sup>207</sup> HUNTER, F. **Community Power Structure**: A Study of Decision Makers. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1953

<sup>208</sup> CODATO, 2015.

<sup>209</sup> PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL\EAP pds 1979.11.26.

<sup>210</sup> Informações retiradas do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Para maiores detalhes, consultar: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/peixoto-ernani-do-amaral>. Acesso em 18 de novembro de 2022, às 15h.

Peixoto trabalhou como chefe de gabinete do então prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto. Em sua família, um outro parente também teve ligações políticas relevantes, seu avô paterno chegou a presidir a Câmara Municipal da cidade de Parati (Rio de Janeiro).

Ernani do Amaral Peixoto tinha origem militar, sendo fuzileiro naval. Durante o período de grande destaque do movimento tenentista, seu irmão (Augusto do Amaral Peixoto) liderou um levante de apoio aos demais movimentos tenentistas que ocorriam pelo país. O problema é que a ação não logrou êxito e seu irmão acabou exilado<sup>211</sup>.

Como já dito, sua carreira política é extensa. Começando como interventor no Rio de Janeiro (1937-1945), sendo Deputado Federal Constituinte (1946) e Deputado Federal (1946-1951), depois foi governador do Rio de Janeiro entre 1951 e 1955. Após a experiência no governo do Rio, acabou sendo escolhido como embaixador brasileiro nos EUA (1956-1959), Ministro da Viação (1959-1961). Também exerceu um cargo no poder Judiciário, como Ministro do Tribunal de Contas da União (1961-1962), posteriormente foi designado como Ministro Extraordinário da Reforma Administrativa (1963), além de ser Deputado Federal novamente (1963-1971) e por fim Senador (1971-1987).

Ernani do Amaral Peixoto era uma figura de grande valor no Partido Democrático Social. Primeiro, tinha um grande respeito que lhe garantiu a primazia da liderança do PDS no estado do Rio de Janeiro, fora que sua larga experiência política lhe proporcionou a garantia de prestígio dentro do partido, fator que pode ser medido pelas diversas missivas que Ernani Peixoto recebeu ao ter sua filiação no PDS confirmada.

Um exemplo de sua importância e credibilidade pode ser encontrado na missiva escrita pelo ex-advogado dos metalúrgicos de Volta Redonda e, na época, Chefe do Serviço Jurídico de PortoBrás: Ismar Alves Rodrigues. A carta ressalta a dura escolha de compor como membro de um partido governista, dentro de uma difícil realidade que se encontrava o país. O texto ressalta algumas características positivas do então presidente João Batista Figueiredo e termina com novas e repetidas saudações, justamente pela escolha de Ernani do Amaral Peixoto em migrar ao PDS<sup>212</sup>.

Outra missiva de destaque é de Virgínia Santos Pacheco Prates Borba, presidente do Departamento Regional Feminino da Arena de Porto Alegre-RS. Virgínia, saudou Ernani do Amaral Peixoto pela longa relação que os dois possuíam, já que tinham sido membros do Partido Social Democrático (PSD). A relação se estendia ainda mais, já que o Senador do Rio

---

<sup>211</sup> Ibidem.

<sup>212</sup> PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL\EAP pds 1979.12.20, DOC-4.

de Janeiro tinha algum vínculo político com o pai de Virgínia Borba, dentro do PSD. A carta deixava claro que o novo partido teria um fim essencial: compor o governo<sup>213</sup>.

Algumas outras missivas também indicavam o papel de Ernani do Amaral Peixoto no partido. Mario Canela Barbosa enviou um telegrama expondo o tamanho da responsabilidade que o Senador estava tomando para si. Ele seria o líder do partido no estado do Rio de Janeiro, região em que era tomada por linhas políticas e ideológicas distintas<sup>214</sup>.

Apresentar José Ribamar de Araújo Costa (José Sarney), também não é uma tarefa fácil. O experiente político nasceu em Pinheiro, município do Maranhão, em abril de 1930. Formou-se em Direito em seu estado de nascimento. Seu papel também não foi apenas político, ainda na década de 1950, Sarney começou a ter espaço na Academia Maranhense de Letras. Isso se justifica pela sua importância na divulgação do movimento pós-modernista no estado do Maranhão<sup>215</sup>.

A atividade política passou a ser uma realidade na sua vida, quando foi eleito suplente do cargo de deputado federal, no ano de 1954. Na época, Sarney pertencia ao PSD (Partido Social Democrático). Sua atuação no estado do Maranhão ganha notoriedade por conta de uma espécie de rivalidade com uma importante figura política maranhense: Vitorino Freire. O DHBB explica que Vitorino era líder de um movimento, conhecido como vitorinismo. Durante os anos de 1956 e 1966 acabou ocorrendo o ápice desse embate.

Sarney, que de início incorporou-se ao movimento, acabou se afastando dele em 1957. Talvez o maior exemplo de seu rompimento com o vitorinismo esteja na mobilidade partidária. Sarney deixava o PSD e migrava para a UDN (União Democrática Nacional) - partido que ficou até a formação do sistema bipartidário. Seu papel na UDN foi de destaque e liderança, chegando a liderar o Diretório Regional do partido até 1965. Em 1958 foi eleito Deputado federal e no ano seguinte acabou assumindo a vice-liderança da UDN na Câmara dos Deputados<sup>216</sup>.

Echeverria entende que o sucesso eleitoral de Sarney em 1958 está atrelado ao problema da seca no Nordeste. No ano em questão houve um período de grande seca na região e Sarney, em conjunto com demais políticos nordestinos, passou a atuar em prol de medidas que conseguissem equacionar o problema<sup>217</sup>.

---

<sup>213</sup> PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL\EAP pds 1979.12.20, DOC-6.

<sup>214</sup> PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL\EAP pds 1979.12.20, DOC-9.

<sup>215</sup> Informações retiradas em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-ribamar-ferreira-de-araujo-costa>. Acesso em 7 de dezembro de 2022, às 11h.

<sup>216</sup> Ibidem.

<sup>217</sup> ECHEVERRIA, Regina. **Sarney**: biografia. São Paulo: Leya, 2011.

Seu papel político também foi ativo na formação da chamada Bossa Nova, uma espécie de movimento de renovação política pelo qual passou a UDN. O movimento acabou se aproximando do então candidato ao cargo de presidente da República: Jânio Quadros. A Bossa Nova surgia como uma ideologia um tanto quanto distante da tradicional perspectiva udenista. Reformismo social era uma palavra importante no movimento<sup>218</sup>.

Em 1962, José Sarney conseguiu ser reeleito ao cargo de Deputado Federal. O DHBB chama atenção para a expressividade dos votos que recebeu. Nunca antes um candidato de oposição política no estado do Maranhão teria recebido tantos votos.

Com o golpe de 1964, Sarney acabou sendo um importante nome para os militares. Em 1965, Sarney conseguiu ganhar as eleições para o cargo de governador do Maranhão. Havia uma importante mensagem transmitida pela vitória de Sarney: o vitorinismo tinha sido, momentaneamente, derrotado.

A disputa pelo comando do estado do Maranhão ocorreu de forma bastante contundente. Vitorino Freire fez diversas acusações contra a pessoa de Sarney, inclusive o acusando de ser um comunista e apoiador de Leonel Brizola.

No movimento comunista comandado por Leonel Brizola, Sarney destacou-se pelas suas manifestações de solidariedade aos atos do governador gaúcho, e quem tiver dúvidas de suas antigas intenções vermelhas consulte os jornais da época que encontrará farto material a respeito. A exemplo, apresento a nota do jornal *Última Hora* do dia 4 de julho de 1963: “Solidariedade denúncia à nação as companheiras do Movimento Nacionalista Feminino” (assinado pela senhora José Sarney, dona Marly)<sup>219</sup>

Sarney também quase foi cassado. A tentativa de incluir seu nome em uma lista de cassação partiu de seu opositor Vitorino Freire, que o acusava de ser comunista. Segundo o próprio Sarney, tal ato não aconteceu, porque Castello Branco (então presidente) tinha informações mais detalhadas sobre sua atuação. Isso se justifica, porque Castello foi comandante da 10ª Região Militar, região onde o Maranhão era agrupado. Assim, o presidente teria informações sobre a atuação de Sarney, que se descreve nem como janguista ou comunista<sup>220</sup>.

Como candidato ao governo do Maranhão, Sarney focou nas bases rurais. Seu foco também esteve na reunião de antigos políticos de oposição ao vitorinismo. Aliado a isso, fez uma dura campanha contra a estrutura partidária do PSD, que era vista como a responsável pela hegemonia de Vitorino Freire e o enfraquecimento dos grupos de oposição. Fora que Sarney

---

<sup>218</sup> Informações retiradas em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-ribamar-ferreira-de-araujo-costa>. Acesso em 7 de dezembro de 2022, às 11h.

<sup>219</sup> FREIRE, Vitorino. **A laje da raposa - memórias**. Rio de Janeiro: Guavira Editores, 1978.

<sup>220</sup> Ibidem.

também teve prioridade em se comunicar com massas trabalhadoras insatisfeitas com o vitorinismo<sup>221</sup>.

Com a adoção do sistema bipartidário, tanto Sarney quanto Vitorino Freire migraram para a Arena. Além disso, durante seu governo, o MDB do Maranhão estava fragilizado. Enquanto foi governador, Sarney conseguiu a mobilização necessária para ser o agente mais influente do seu partido em seu estado.

O fim do mandato de Sarney no governo do Maranhão garantiu sua eleição ao Senado Federal, pela Arena. Nesse momento, Sarney aparece mais próximo das falas de defesa dos interesses do governo e de legitimação da ditadura. Como presidiu o Instituto de Pesquisas e Assessoria do Congresso (IPEAC), Sarney acabou sendo um divulgador da ideia de renovação do Congresso. Um importante aspecto foi a informatização do Poder Legislativo<sup>222</sup>.

O ano de 1974 marca o crescimento de influência do seu principal inimigo político: Vitorino Freire. Ele consegue força tamanha para eleger o governador do Maranhão e importantes grupos de apoio no Legislativo estadual. Isso gerou diversas disputas internas no estado, com o intuito de garantir, seja à Sarney ou Freire, a direção partidária<sup>223</sup>. É uma situação em que não há como apontar um vencedor explicitamente. Os dois grupos políticos conseguiram alcançar êxitos e derrotas enquanto buscavam crescer em influência pelo Maranhão. A diferença estava no plano de ação, o que dava uma ligeira vantagem para Sarney - por ter ligações mais diretas e precisas com o Governo Federal.

Fato é, que as disputas para o cargo de governador do estado do Maranhão, para as eleições de 1978, foram atrapalhadas por essa briga. O então governador do estado, Nunes Freire, acabou sendo um dos alvos do ataque de Sarney. O então senador, utilizava o editorial do jornal a qual era dono, para tecer críticas duras a Freire. O *Estado do Maranhão*, seria uma importante ferramenta de Sarney, para implodir a moral de Nunes Freire aos correligionários da Arena-MA<sup>224</sup>.

O cargo de governador, que aparentemente era articulado por Sarney, acabou se tornando inviável por conta de denúncias graves de empossamento de terras, praticadas pelo senador. Sarney sempre alegou sua inocência e acusava seu antigo inimigo de ser o responsável pela confusão. Mas o fato foi relevante o suficiente para que Sarney não disputasse mais o cargo e tentasse sua reeleição ao Senado.

---

<sup>221</sup> Informações retiradas em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-ribamar-ferreira-de-araujo-costa>. Acesso em 7 de dezembro de 2022, às 11h.

<sup>222</sup> Ibidem.

<sup>223</sup> Ibidem.

<sup>224</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA, 13 de outubro de 1976, p. 3.



No Senado Federal, Sarney ganha um papel político de grande valor, ao ser escolhido Presidente Nacional da Arena. Essa indicação partiu diretamente do presidente João Batista Figueiredo. Sua posição tinha sido de defesa dos interesses do governo, principalmente em pautas um tanto quanto polêmicas. O que possivelmente foi um dos fatores decisivos para a sua indicação. Enquanto presidente da Arena, sua atuação acabou dando continuidade ao projeto governista. Sarney acabou sendo escolhido o primeiro presidente do PDS, justamente em continuidade ao cargo que exercia na Arena. No capítulo subsequente, será possível entender em mais detalhes o papel de Sarney, enquanto presidente do PDS.

Uma outra figura que tem relevância dentro dos anos iniciais do Partido Democrático Social é Ibrahim Abi-Ackel<sup>225</sup>. O político nasceu em Minas Gerais, no município de Manhumirim, em março de 1927. Tanto sua família paterna, quanto materna, tinham origem libanesa. No Rio de Janeiro obteve o diploma em Direito e trabalhou na redação da revista “A Cigarra”.

Em 1962 acabou conseguindo ser suplente na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, pelo PSD. Com a implementação do sistema bipartidário, Abi-Ackel escolheu se filiar ao partido Arena. Por este partido conseguiu assumir a liderança partidária na Assembleia mineira e se elegeu deputado estadual em 1966. No ano de 1970, conseguiu exercer o cargo de liderança do governo na Assembleia Legislativa mineira. Durante o período de 1966 e 1970, sua atuação foi concentrada em assuntos de importância constitucional para o estado de Minas Gerais. Por causa da nova Constituição Federal, Abi-Ackel acabou atuando na redação de um novo texto legislativo para o seu estado. Sua atuação também ganha destaque, já que atuou como professor de liderança política da Arena mineira<sup>226</sup>.

Como pode ser observado, desde o início da implementação do sistema bipartidário, Abi-Ackel ganhou destaque dentro da Arena, ao menos dentro da facção mineira. De forma progressiva, o advogado e político vai ganhando espaço de influência na legenda.

Em 1974, conseguiu ser eleito Deputado Federal. Sua atuação apresentou destaque suficiente para que em uma de menos de dois anos já conseguisse se tornar vice-líder do partido dentro do Congresso Nacional. No pleito de 1978 conseguiu ser reeleito como Deputado Federal. Neste mandato, acabou atuando com grande preocupação na questão da Anistia.

---

<sup>225</sup> Suas informações biográficas foram consultadas no acervo do DHBB, para maiores informações: <https://www18.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ibrahim-abi-ackel>. Acesso em 30 de novembro de 2022, às 14h.

<sup>226</sup> Ibidem.

A Reforma Partidária acabou sendo um grande ponto de destaque para o então Deputado. Havia um interesse relativamente considerável de que Abi-Ackel integrasse o Partido Popular (PP)<sup>227</sup>. O deputado, ao longo dos anos, teria conseguido ser relativamente importante dentro do estado de Minas Gerais. Fato que lhe permitia exercer influência sobre alguns políticos. Lideranças do PP não só viam com bons olhos a entrada de Abi-Ackel no partido, como entendiam que sua influência seria uma importante forma de recrutamento para diversos outros políticos mineiros de interesse do PP.

A situação ganha novo contorno com a morte do então Ministro da Justiça (Petrônio Portela). O governo entendia que Abi-Ackel poderia lhe render bons frutos pelo seu perfil negociador, já que o Ministério da Justiça era uma pasta responsável pela intermediação entre o Congresso e o poder Executivo. Além disso, havia uma percepção semelhante do governo sobre o fator de influência de Abi-Ackel sobre outros parlamentares mineiros. E de fato, a sua escolha ao cargo de Ministro da Justiça garantiu ao PDS alguns nomes de relevância política que interessavam aos desígnios do Planalto<sup>228</sup>.

Seria possível acompanhar exclusivamente sua atuação enquanto Ministro? O que pode ser já explicitado, mediante informações do DHBB (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro) e com alguns apontamentos no próximo capítulo é que enquanto Ministro do governo Figueiredo, sua atuação foi positiva enquanto agente mediador de interesses. Abi-Ackel conseguiu garantir que os interesses do governo fossem, inicialmente, uma prioridade no PDS. Os movimentos de divergência, apesar de existirem, não seriam o suficiente para derrotas dos interesses governistas. Até mesmo em assuntos em que a situação do poder Executivo foi desmoralizada, como os atentados praticados por militares, Ibrahim Abi-Ackel atuou de forma a mediar a situação com muita serenidade. Utilizou a imprensa para desencorajar militares que tinham interesses nos atentados, como também atuou na tentativa de blindar o governo da oposição.

Seu mandato se encerrou no ano de 1985, momento de vitória da oposição política. Seu retorno ao Congresso só ocorreu em 1989, quando foi eleito Deputado Federal. Cargo este que exerceu até o ano de 2006.

O próximo líder de importância da Arena foi Néelson Marchezan<sup>229</sup>. Nascido em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, em maio de 1938. Sua carreira pública teve início no Banco do

---

<sup>227</sup> JORNAL DO BRASIL, 9 de janeiro de 1980, p. 3.

<sup>228</sup> JORNAL DO BRASIL, 12 de janeiro de 1980, p. 4.

<sup>229</sup> Informações retiradas do DHBB, para consultas: <https://www18.fgv.br//cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marchezan-nelson>. Acesso em 30 de novembro de 2022, às 14h.

Brasil. Ainda com 21 anos foi eleito vereador em Santa Maria (1959). Em 1962 foi eleito Deputado Estadual. Essas vitórias políticas ocorreram pelo PDC (Partido Democrata Cristão). Em 1963 passou a ser líder da bancada do PDC na Assembleia Legislativa gaúcha.

Com a introdução do sistema bipartidário, Marchezan escolheu integrar a Arena. Contudo, seu apoio não ocorreu acompanhado de uma submissão integral. Marchezan, no ano de 1966, escolheu não seguir a diretriz da Arena em apoiar o candidato Válder Peracchi Barcelos. Seu apoio foi para o candidato do MDB, Rui Cirne Lima, que não conseguiu obter vitória<sup>230</sup>.

Marchezan conseguiu duas reeleições para o cargo de Deputado Estadual. Sendo que em 1971 ainda conseguiu exercer o papel de vice-líder do governador Euclides Torres<sup>231</sup>. No período de 1970 e 1974, Marchezan acabou exercendo alguns cargos públicos em prol dos interesses de sua legenda, como a presidência da Comissão Especial para Estudo do Escoamento das Safras, como também a presidência da Caixa Econômica Federal do seu estado.

Como pode se perceber, sua atuação no estado do Rio Grande do Sul acabou sendo de grande participação política em cargos de liderança ou de planejamento. Fator que pode ter contribuído para o ganho de *know-how*, para o seu próximo objetivo: a Câmara dos Deputados. Fato que conseguiu. No ano de 1975, Marchezan foi eleito secretário-geral da Arena.

No ano de 1978 atuou de forma muito ativa na campanha do general João Batista Figueiredo para à presidência da República. Sua atuação foi de destaque, e lhe rendeu um reconhecimento, já que foi escolhido para ser o líder da Arena na Câmara dos Deputados. Néelson Marchezan pode ter ganho esta honraria, por ter aberto mão de uma possível candidatura ao governo do Rio Grande do Sul, em prol da campanha de Figueiredo.

Nos momentos finais da década de 1970, Marchezan ainda atuou para impedir que o projeto de Anistia elaborado pelo governo sofresse alguma alteração dentro do Congresso. Seu papel foi o de tentar dissuadir seus correligionários de votar em favor da ampliação do projeto de Anistia.

A transição para o sistema multipartidário fez com que Néelson Marchezan migrasse para o PDS, onde continuou como líder dos interesses governistas, dentro da Câmara dos Deputados. Sua atuação esteve muito próxima dos interesses do governo em diversos momentos. Isso poderá ser melhor observado no próximo capítulo, mas aqui já fica evidente o quanto

---

<sup>230</sup> Ibidem.

<sup>231</sup> Ibidem.

Marchezan ganhava em ser responsável em dar prosseguimento aos interesses governistas, dentro do Congresso Nacional.

Cabe agora apresentar Luís Humberto Prisco Viana, que nasceu no município de Caetité (BA) em junho do ano de 1932. Foi jornalista, onde acabou atuando de forma mais enfática no setor de política do seu estado de origem. Prisco Viana se candidatou em 1970 para o cargo de Deputado Federal. Ininterruptamente foi sendo eleito para tal cargo até o ano de 1998<sup>232</sup>.

No Congresso Nacional, ainda no início dos anos de 1970, acabou se aproximando do Senador Filinto Müller (Arena-MT). Ainda teve alguma relevância em acordos internacionais como o de cacau, para países do Leste da Europa. Ao final de sua primeira legislatura, conseguiu assumir o cargo de vice-líder da bancada da Arena.

Após ser reeleito, Prisco Viana acabou sendo escolhido como Primeiro-Secretário do partido. Seu segundo mandato acabou lhe dando destaque por sua participação na Comissão de Minas e Energia e também conseguiu exercer influência dentro de processos sobre a temática dentro da Câmara. Também conseguiu ser eleito como Secretário-Geral da Arena. Suas funções serão praticamente continuadas após a criação do PDS<sup>233</sup>.

Um outro nome de liderança dentro do PDS foi o de Ricardo Fiúza. Nascido em Fortaleza, Ceará, no mês de setembro de 1939. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Seu primeiro cargo eletivo foi o de Deputado Federal, no ano de 1970. Ricardo Fiúza foi eleito deputado federal por diversos mandatos consecutivos<sup>234</sup>.

Sua atuação de maior relevância e destaque, em seu primeiro mandato, esteve voltada para questões orçamentárias. Em seu segundo mandato, pela Arena, seu foco também se manteve em questões orçamentárias. A partir de seu terceiro mandato (1978), a situação ganha um pouco de distinção, já que Fiúza acabou assumindo a posição de Vice-Líder da Arena na Câmara dos Deputados. Seu cargo foi mantido com a transição da Arena para o PDS<sup>235</sup>.

Por último, mas não menos importante, chega o momento de apresentar Flávio Portela Marcílio. Nasceu na cidade de Picos (Piauí), em agosto de 1917. Vale destacar que Marcílio tinha parentesco com Petrônio Portela, figura de relevância política no seu estado. Além de ter

---

<sup>232</sup> Informações retiradas em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-humberto-prisco-viana>. Acesso em 13 de dezembro de 2022, às 14h.

<sup>233</sup> Ibidem.

<sup>234</sup> <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ricardo-ferreira-fiuza>. Acesso em 13 de dezembro de 2022, às 14h.

<sup>235</sup> Ibidem.

laços de parentesco com Virgílio Távora, outra figura política de importante valor, mas com mais destaque no Ceará<sup>236</sup>.

Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais. Antes de adentrar na vida política se mudou para o estado do Ceará. E justamente por este estado começou sua vida política sendo eleito vice-governador em 1954. Com a renúncia de seu parceiro de chapa, acabou assumindo o governo do Ceará por dois anos (1958-1959). Em 1962, conseguiu ser eleito para o cargo de Deputado Federal (PTB-CE). Com a introdução do AI-2 e o surgimento do sistema bipartidário, Marcílio acabou adentrando dentro da sigla governista (Arena).

Sua atuação foi de destaque, enquanto advogado da Arena para questões eleitorais. Além de ter grande participação na área de Política Internacional do seu partido. No final de 1972 acabou conseguindo se eleger para a presidência da Câmara dos Deputados. Sua atuação durante toda a década de 1970 estará atrelada a Política Externa do partido. Até que no final da década de 1970, sem rejeição dos generais Geisel e Figueiredo e com apoio do partido, conseguiu novamente ser eleito para a presidência da Câmara dos Deputados<sup>237</sup>.

Após essas apresentações iniciais, cabe explicar como ficou formada a Comissão Diretora Nacional Provisória, do PDS. A Ata da reunião está disponível no Arquivo Ernani do Amaral Peixoto. A reunião começou sob liderança de Ernani do Amaral Peixoto, por ser o membro presente de mais idade. Logo, houve uma sugestão para que o presidente e secretários da Comissão fossem eleitos por aclamação. Assim, José Sarney e Prisco Viana foram eleitos para os respectivos cargos<sup>238</sup>. Os demais membros da Comissão Diretora Nacional Provisória do PDS foram: Ministro Ibrahim Abi-Ackel; Ministro Golbery do Couto e Silva; Senador Ernani do Amaral Peixoto; Senador Jarbas Passarinho; Deputado Nelson Marchezan; Deputado Ricardo Fiúza; e Deputado Flávio Marcílio<sup>239</sup>.

Na tabela abaixo, são apresentados os nomes das Comissões regionais.

---

<sup>236</sup> <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marcilio-flavio>. Acesso em 13 de dezembro de 2022, às 14h.

<sup>237</sup> Ibidem.

<sup>238</sup> Partido Democrático Social\EAP pds 1979.11.26, doc. 9.

<sup>239</sup> Partido Democrático Social\EAP pds 1979.11.26, doc. 11.

**Tabela 14: Membros da Comissão Regional e suas classificações mediante informações do SNI.**

<b>Estado</b>	<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>
Acre	Joaquim Macedo	Sem Informações
	Jorge Kalume	Senador
	José Guiomard dos Santos	Sem Informações
	Nósser Almeida	Deputado Federal
	Amilcar Queiroz	Deputado Federal
	Wildy Vianna	Deputado Federal
	Félix Bestente Netto	Deputado Estadual
	Geraldo Pereira Maia	Deputado Estadual
	Geraldo Gurge de Mesquita	Sem Informações
	Francisco W. Dantas	Sem Informações
	Adonay Barbosa dos Santos	Sem Informações
Alagoas	Theobaldo Barboza	Sem Informações
	José Tavares	Deputado Estadual
	Luiz Cavalcante	Senador
	Fernando Collor	Sem Informações
	Divaldo Suruagy	Deputado Federal
	Antonio Pereira	Deputado Federal
	Jorge Quintela	Sem Informações
	Geraldo Melo	Sem Informações

	João Sampaio	Deputado Estadual
	Noé Simplício	Sem Informações
	Albérico Cordeiro	Deputado Federal
Bahia	Antônio Carlos Peixoto de Magalhães	Sem Informações
	Luiz Viana Neto	Sem Informações
	Antonio Lomanto Júnior	Sem Informações
	Jutahy Magalhães	Deputado Estadual
	Wilson da Costa Falcão	Deputado Federal
	Horácio de Matos	Deputado Federal
	Menandro José Minahim	Deputado Federal
	Rosalva Barbosa Romeu	Deputado Estadual
	Murilo Coelho Cavalcanti	Deputado Estadual
	Orlando Ferreira Spínola	Deputado Estadual
José Lourenço Morais da Silva	Deputado Estadual	
Mato Grosso	Frederico Carlos Soares Campos	Sem Informações
	José Benedito Canellas	Senador
	Vicente Emílio Vuolo	Sem Informações
	Júlio José dos Campos	Deputado Federal
	Ladislau Cristino Cortes	Deputado Federal
	Afro Stefanini	Deputado Federal

	Oscar da Costa Ribeiro	Deputado Estadual
	Benedito Alves Ferraz	Deputado Estadual
	Zanete Ferreira Cardinal	Deputado Estadual
	João da Silva Torres	Deputado Estadual
	Wilmar Peres de Farias	Sem informações
Pernambuco	Marco Antônio de Oliveira Maciel	Sem Informações
	Nilo de Souza Coelho	Senador
	Aderbal Jurema	Sem Informações
	Roberto Magalhães Melo	Sem Informações
	Luiz de Gonzaga Andrade Vasconcelos	Deputado Federal
	Augusto da Silva Lucena	Deputado Federal
	José Francisco de Moura Cavalcanti	Sem Informações
	Antônio Correa de Oliveira	Deputado Estadual
	José Muniz Ramos	Deputado Estadual
	José Antônio Barreto Guimarães	Deputado Estadual
	Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho	Sem Informações
Paraíba	Milton Cabral	Sem Informações
	Ernane Sátyro	Deputado Federal
	Wilson Braga	Deputado Federal
	Álvaro Gaudêncio	Deputado Federal



	Joacil Pereira	Deputado Federal
	Evaldo Gonçalves	Deputado Estadual
	Soares Madruga	Deputado Estadual
	Francisco Pereira	Deputado Estadual
	Egídio Madruga	Deputado Estadual
	Ananias Gadelha	Sem Informações
	Clóvis Bezerra	Sem Informações
Santa Catarina	Leonir Vargas Ferreira	Sem Informações
	Ewaldo Amaral	Deputado Federal
	Nelson Morro	Deputado Federal
	Victor Fontana	Deputado Federal
	Moacir Bertole	Deputado Estadual
	Epitácio Bittencourt	Deputado Estadual
	Sebastião Neto Campos	Deputado Estadual
	Henrique H. V. Córdoba	Sem Informações
	Fernando José Caldeira Bastos	Sem Informações
	Celso Ivan Costa	Sem Informações
	Salomão Antonio Ribas Júnior	Sem Informações
Sergipe	Augusto do Prado Franco	Sem Informações
	Djenal Tavares de Queiroz	Sem Informações

	José Rollemberg Leite	Sem Informações
	Hélio Dantas	Deputado Estadual
	Arnaldo Rollemberg Garcez	Sem Informações
	Albano do Prado Pimentel Franco	Sem Informações
	Lourival Baptista	Sem Informações
	José Passos Porto	Sem Informações
	Antonio Carlos Valadares	Deputado Federal
	Francisco Guimarães Rollemberg	Deputado Federal
	Raymundo Menezes Diniz	Deputado Federal
Piauí	Lucídio Portella Nunes	Senador
	Waldemar de Castro Macedo	Sem Informações
	Bernardino Soares Viana	Sem Informações
	Tertuliano Milton Brandão	Deputado Federal
	Paulo da Silva Ferraz	Deputado Federal
	Ludgero da Silva Neto	Deputado Federal
	Afrânio Messias Alves Nunes	Deputado Estadual
	Juarez Piauiense de Freitas Tapety	Deputado Estadual
	Sebastião da Rocha Leal	Deputado Estadual
	Jesualdo Cavalcante Barros	Deputado Estadual
	Francisco de Assis Morais de Souza	Sem Informações

Paraná	Alípio Ayres de Carvalho	Deputado Federal
	Fabiano Braga Cortes	Deputado Estadual
	José Lázaro Dumont	Deputado Estadual
	Jucundino da Silva Furtado	Sem Informações
	Luiz Alberto Martins de Oliveira	Deputado Estadual
	Luiz Roberto Nogueira Soares	Deputado Estadual
	Mário Stadler de Souza	Sem Informações
	Norton Macedo Correia	Deputado Federal
	Octávio Cesário Pereira Júnior	Sem Informações
	Paulo Cruz Pimentel	Deputado Federal
	Reinhold Stephanes	Deputado Federal
São Paulo	Paulo Salim Maluf	Sem Informações
	José Maria Martin	Sem Informações
	Amaráí Furlan	Sem Informações
	Reynaldo E. Barros	Sem Informações
	Calim Eid	Sem Informações
	Armando Pinheiro	Deputado Estadual
	Walter Anada	Deputado Estadual
	Alcides Franciscato	Deputado Federal
	Januário Mantelli Neto	Deputado Estadual

	Adhemar de Barros Filho	Deputado Estadual
	Natal Gale	Deputado Federal

Fonte: Partido Democrático Social\EAP pds 1979.11.26, doc. 9; EG pr 1974.03.00/1, doc IX-6.

Mediante estas informações, acaba sendo possível traçar um perfil dos políticos que compuseram as diversas Comissões Regionais do PDS. Infelizmente, não foi possível montar uma análise sobre todas as Comissões Regionais, mas as informações disponíveis em muito ajudam a entender a formação do Partido. Primeiro, essa lista só concentra informações dos políticos eleitos para cargos legislativos no ano de 1978. Logo, membros do PDS que já eram Senadores ou que ocupavam cargos Executivos, não foram listados. Por isso, trabalhar com mais detalhes os “Sem Informações” acaba tendo algum limite.

Seria possível dizer então que o PDS era um partido diferente da Arena? Por ocasião de sua formação, é possível afirmar que os indícios da continuidade são mais visíveis do que de os de ruptura.

## 2.4 Conclusão

Com os dados apresentados neste capítulo, não é ilógico comparar a Arena com o Partido Democrático Social. Tanto a formação social, quanto suas lideranças e seus projetos políticos, possuem um grande traço de semelhança. Indicar que o PDS seria uma extensão da Arena não está fora da realidade. Ao contrário, acaba sendo o mais lógico.

No capítulo anterior, foi exposto como o partido político de apoio ao regime, a Arena, enfrentava certo descrédito social e político. Grinberg<sup>240</sup> acabou mostrando como a própria imagem social da Arena não era socialmente respeitada. Intitulado de “Uma história da Arena em imagens”, o capítulo seis de seu livro inicia através de uma percepção da autora com relação a uma de suas fontes jornalísticas.

Assim, vale apontar os jornais que utilizaram charges para gerar uma representação da Arena: “O Estado de São Paulo”; “Jornal do Brasil” e “Correio da Manhã”. Além disso, a autora destaca que os chamados jornais nanicos pouco se utilizaram de charges para essas

---

<sup>240</sup> GRINBERG, 2009.

representações - alguns destes jornais citados pela autora são: “O Pasquim”; “Movimento e Opinião”<sup>241</sup>.

Uma das formas de representação do partido seria pelo gênero feminino. Essa representação seria ideal para estigmatizar a imagem do partido à fraqueza e similares. Como lembrado pela autora, às mulheres no período retratado costumavam ser vistas desta forma. “A personagem Arena aparece cozinhando ou na sala de espera de uma clínica de cirurgia plástica. A caracterização do partido como mulher era complementada pelo desenho de vários acessórios femininos”<sup>242</sup>. Mas a representação do partido como uma mulher iria mais além. O partido poderia ser uma “mulher feia” ou ser apresentado como uma garota de programa. Onde, segundo Grinberg, seu “cliente” seria o governo.

O PDS poderia ser um partido que tirasse essa imagem de submissão? No próximo capítulo serão debatidos alguns casos, com o claro intuito de explicar como foi a relação do partido com o Governo Federal. Em três anos (1980-1982), alguns debates tomaram conta do espaço público e através deste foi possível indicar como se comportou o partido.

Mas em traços gerais, a origem do Partido Democrático Social está muito mais arrastada a Arena do que, talvez, se desejava. Seja pela continuidade das antigas lideranças, seja pela manutenção de um projeto político que em muito se aproximava da Arena, seja pela alta participação do poder Executivo, comandando a organização inicial do partido - sendo responsável pela revisão final do projeto político desenvolvido pela sigla e colocada em um programa partidário. Assim, mesmo que houvesse uma tentativa de retirar essa imagem de submissão, o PDS nasceu com vícios que garantiam a manutenção deste processo.

---

<sup>241</sup> Ibidem.

<sup>242</sup> GRINBERG, 2009, p. 260.

### **CAPÍTULO III – UM PARTIDO DE “SUBSERVIENTES”? O COMPORTAMENTO DO PDS EM SEUS PRIMEIROS ANOS**

Esse capítulo tem como objetivo analisar como os membros do Partido Democrático Social se comportaram durante o debate e determinadas votações no Congresso Nacional (1980-1981). A ideia é entender se havia uma “fina” sintonia entre o Governo e o partido. De antemão, vale explicitar que os exemplos escolhidos não foram exceções a uma regra. Ao contrário, o padrão sempre foi a dificuldade em conseguir total apoio do partido em medidas de interesse do governo.

Um outro ponto importante vai ser visualizado em alguns títulos e na própria redação. A crença de submissão do partido ao governo, algo semelhante vivido pela Arena, parece não ter sido perdida. Essa crença se materializou na crítica feita de forma recorrente em debates de grande importância feita por deputados, senadores da oposição e até mesmo do partido governista. A conclusão, que será desenvolvida com mais afinco no final desta dissertação, é a de que o PDS e o governo não tinham um consenso facilmente construído em torno de algumas pautas, principalmente as que estavam relacionadas à abertura política.

Neste capítulo, existem cinco exemplos do comportamento do PDS com relação a pautas consideradas importantes pela imprensa, sociedade e pelos próprios parlamentares. O primeiro exemplo está na Emenda Lobão, texto que tinha como claro objetivo garantir eleições diretas para os cargos de governadores e prefeitos. A Emenda foi o primeiro projeto de relevância debatido e votado no Congresso, mas não conseguiu prosperar, porque o Governo pleiteou o seu arquivamento. Ainda no início do ano de 1980, a mobilização começou com um membro do PDS, o deputado Edson Lobão (MA).

A segunda pauta de discussão talvez seja o tema que mais dividiu o PDS: a prorrogação de mandatos de prefeitos e vereadores. Essa discussão é interessante porque consegue captar como um deputado tinha grandes ligações com suas bases locais, mas também era pressionado pelo governo. Não é possível dizer que a oposição ao projeto do Governo seria apenas uma questão ideológica. Havia motivações pragmáticas, como o desejo de participar de um pleito de interesse dos grupos locais, que acabava sendo levado em conta na decisão de um parlamentar. A chamada “operação tartaruga”, expressão crítica à ausência de interesse do governo em garantir eleições ainda no ano de 1980 também era ponto crítico da oposição. A

oposição a prorrogação de mandatos, era uma forma da oposição apontar para o receio com a questão eleitoral.

A terceira temática abordada trata das chamadas prerrogativas do Congresso. Cabe lembrar que governos ditatoriais tendem a cercear, progressivamente ou não, a liberdade e autonomia do Poder Legislativo. Esse debate tinha como claro interesse a retomada da autonomia do Legislativo, frente ao processo de cerceamento que o Executivo impôs ao Congresso. Apesar de ser uma pauta de grande valor para os parlamentares, será visto como o próprio governo atuou para impedir a aprovação da Emenda que garantia o retorno das prerrogativas ao Legislativo.

Vale ainda destacar que esse debate foi dividido respeitando a ordem que ocorreu no Congresso Nacional. Em um primeiro momento, o Governo garante que o projeto não tome rumo de aprovação. E, somente no ano de 1981, é que ele seria retomado, mas, mesmo assim, não conseguiu prosperar. Além disso, esse debate também retornou em 1982, ano das eleições para governadores, Legislativos Federal, estadual e municipal e prefeitos, não ganhando muita relevância, porque outras preocupações tomaram conta do Congresso e dos parlamentares. Ainda vale dizer que o movimento pelo retorno das prerrogativas ao Congresso teve como líder o então Presidente da Câmara dos Deputados, Flávio Márcilio (PDS-CE). Sendo mais um caso em que a disputa pelo projeto de lei foi um embate entre os interesses de membros do PDS e os interesses do governo.

O quarto destaque deste capítulo está na discussão sobre a eleição para a Presidência da Câmara dos Deputados. Aqui vale um rápido esclarecimento sobre não ser debatida a eleição da presidência do Senado: não houve uma disputa clara, conforme ocorrido na Câmara dos Deputados, que contou com um sério confronto entre dois membros do PDS. Na ocasião, Djalma Marinho (RN) e Néelson Marchezan (RS) foram candidatos ao cargo de Presidente da Câmara, o primeiro sendo uma candidatura dissidente e o segundo contou com o claro apoio governista. No episódio, fica ainda mais explícito que o PDS não tinha total sintonia com o Executivo. Também é possível, mais uma vez, identificar como o governo interferiu em demasiado nas questões do Congresso e do seu partido base.

Vale citar que uma última questão seria aqui discutida. Trata-se do debate sobre as eleições de 1982. A reunião de fontes, no entanto, limitou qualquer possibilidade de transformá-la em um subtema. Em virtude da grande quantidade de informações coletadas, optamos por abordar a temática de forma mais aprofundada no próximo capítulo.

Um outro ponto a ser destacado na construção do texto diz respeito à escolha das fontes. Esse capítulo foi construído tomando como base as páginas políticas de jornais como o Jornal do Brasil, a Tribuna da Imprensa e a Folha de São Paulo. Por que foi priorizada esse tipo de fonte?

Sobre a utilização da imprensa, conforme destaca Tânia Regina de Luca<sup>243</sup>, até os anos de 1970, havia poucos trabalhos que se baseavam em jornais, periódicos ou afins como fontes. Havia uma relativa resistência em construir uma “História por meio da imprensa”<sup>244</sup>.

Para Luca, alguns motivos acabaram condicionando esta situação. O principal deles ainda estava relacionado ao modo de se produzir o conhecimento historiográfico do século XIX, que acabava desmerecendo o jornal como uma fonte histórica, em detrimento de documentos oficiais. A reviravolta que gerou o reconhecimento de jornais como fontes históricas ocorreu com a Escola dos *Annales* na década de 1930.

Apesar do trabalho dos *Annales* que creditou papel de fonte para os jornais, a utilização deste tipo de fontes não foi momentânea. Este tipo de fonte “continuou relegada a uma espécie de limbo”<sup>245</sup>. Somente após a terceira geração dos *Annales* que o jornal passou a ganhar mais espaço. Aliado a expansão da terceira geração, a reformulação do pensamento marxista também acabou auxiliando neste processo – com destaque para o surgimento da *New Left Review*<sup>246</sup>. Outro fator que também contribuiu foi o conceito de interdisciplinaridade.

A utilização da imprensa como fonte acabou contribuindo para dois campos historiográficos: a História do tempo presente e a História política. A segunda ganhou novos contornos com o trabalho de René Rémond, sendo salva do que Luca chamou de “ostracismo durante grande parte do século XX”<sup>247</sup>.

A imprensa, então, passou a ser trabalhada de duas formas importantes. A primeira reconhece que os jornais e seus similares não são publicações objetivas. Contudo, isso não é um problema já que também foi compreendido que nenhuma fonte é objetiva. O segundo ponto, tão importante quanto o primeiro, passa a determinar que não existem informações ingênuas em um jornal. O seu conteúdo dentro do periódico tem algum fim.

---

<sup>243</sup> LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

<sup>244</sup> LUCA, 2006, p. 111.

<sup>245</sup> LUCA, 2006, p. 112.

<sup>246</sup> Como Luca aponta (2006, p. 113), o pensamento ortodoxo marxista, que circulava apenas em análises econômicas acabou recebendo novos métodos interpretativos com a inclusão de temas culturais, sociais e a adoção da visão dos vencidos, também conhecido como a história vista de baixo (*history from below*).

<sup>247</sup> LUCA, 2006, p. 114.



Como descrito acima, os jornais acabaram tendo um perfil informativo maior do que opinativo. Claro que um pesquisador não pode incorrer na inocência de achar que uma notícia só foi publicada por ser vista como uma informação. Criticamente, até mesmo uma informação pode ser publicada em um jornal com o claro intuito de direcionar ideologicamente um leitor. Mas aí, cabe o cuidado ao qual o historiador deve ter na sua seleção de fontes. O trabalho crítico, o cruzamento de informações e diversos outros fatores em muito pode contribuir para que um trabalho acadêmico consiga superar a questão levantada antes.

A coleta de informações foi baseada não só na imprensa, mas também nos próprios Anais do Congresso, Anais da Câmara dos Deputados e Anais do Senado. Também foi possível acompanhar alguns dos debates nos documentos pessoais do Ernani do Amaral Peixoto - fonte já citada no segundo capítulo.

Ao longo do trabalho de coleta de fontes, observamos que os jornais conseguiram complementar os dois grupos documentais de forma a conseguir garantir que informações debatidas no Congresso e em reuniões do PDS, fossem registradas nas páginas políticas destes periódicos. Inclusive, alguns levantamentos feitos pela imprensa foram ainda mais detalhados do que os próprios conjuntos documentais citados acima. Essa posição em muito ajudou na escolha de redigir esse texto somente utilizando os impressos como fonte principal.

Alguns debates não foram totalmente registrados pela imprensa. E, talvez, os outros conjuntos documentais conseguissem registrar isso em mais detalhes. Porém, essa minúcia detalhista - importante ao trabalho do historiador - não mudaria a percepção geral sobre o que aqui se debate. O cruzamento de informações e o acompanhamento destas possibilitou dar segurança a escrita deste capítulo, privilegiando um caráter importante que os periódicos possuem: sequência. A imprensa conseguia acompanhar os debates dentro do Congresso e fora do Congresso. Ao final, quando os dados eram cruzados, a informação acabava sendo confirmada.

### **3.1 “Subserviente é a vovozinha”? Negociações e debates entorno da Emenda Lobão**

Este subcapítulo versa sobre o debate acerca da Emenda Lobão. Sua escolha se justifica por ser o primeiro debate parlamentar de relevância na formação do sistema multipartidário brasileiro. Em linhas mais gerais, essa Emenda tinha como objetivo garantir o retorno do voto direto para os cargos de prefeitos e governadores - lembrando que quando se fala do retorno de voto direto para o cargo de prefeito, está sendo sinalizado para áreas nas quais os prefeitos eram

indicados pelo governo, por se tratar de um município da capital ou município enquadrado em critérios de Segurança Nacional.

Cabe ainda explicar a escolha desse subtítulo. Talvez o leitor o entenda de forma irônica. De fato, é possível lê-lo dessa forma, já que se trata de uma defesa proferida pelo Deputado Néelson Marchezan (PDS-RS) em uma briga, que quase envolveu socos e chutes, com um membro da oposição do PMDB. Mas a questão não é pela ironia. O texto a seguir procura mostrar o quanto o PDS tentou fugir de uma identidade que marcou politicamente a Arena: a de antigo partido da base governista. A reutilização de um conceito que proferia exatamente algo ao qual os membros do novo partido tentavam fugir, acabou sendo fundamental para a escolha do título. Como se verá nas linhas abaixo, a noção de submissão ao governo não só era um conceito abstrato, ela era existente. O desprestígio que partia do Governo em relação a Arena, acabou acompanhando o PDS neste momento.

A Emenda Lobão não foi o primeiro texto constitucional que tratava sobre eleições diretas para governadores e prefeitos. Mas, acaba sendo o primeiro texto desse tema na ordem do dia no ano de 1980. Cabe destacar que o próprio governo tinha interesse nesta pauta, mas a questão estaria focada em quando aprovar matérias desse tipo. O interesse do governo era postado para o período de segundo semestre de 1980 ou primeiro semestre de 1981. Nesta situação, havia uma série de questões que primeiro deveriam ser discutidas, para que uma Emenda acerca do voto direto fosse votada. Talvez a principal estivesse relacionada à prorrogação de mandatos de prefeitos, já que a eleição deveria ocorrer no ano de 1980<sup>248</sup>.

Apesar dessas informações acima, a fala ministerial de Said Farhat é um tanto conclusiva. O Ministro da Comunicação Social acabou dando entrevista alegando que o foco do governo seria pela retomada das eleições diretas e pelo que ele chamou de representação autêntica. Segundo o Ministro, “Salvo circunstâncias extraordinárias que não seria possível imaginar hoje, eu acredito que teremos eleições diretas para governadores e uma representação política mais autêntica em 80”<sup>249</sup>.

Com a fala ministerial exposta, acabou sendo possível acompanhar uma maior movimentação política, seja favorável ou contrária, em torno da pauta de eleições diretas. Um dos primeiros deputados em prol da Emenda Lobão foi Paulo Pimentel (PDS-PR)<sup>250</sup>. Pimentel

---

<sup>248</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA, 2 de janeiro de 1980, p. 3.

<sup>249</sup> JORNAL DO BRASIL, 2 de janeiro de 1980, p. 3

<sup>250</sup> Paulo Pimentel: nascido em São Paulo, no município de Avaré, em agosto de 1928. Se tornou Bacharel em Direito no ano de 1952, pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Casou-se com Yvone Lunardelli, filha de uma influente família do setor agro e de usinas. Passou a ser Secretário da Agricultura do governo do Paraná (1961) no mandato de Ney Braga (PDC-PR), justamente por tê-lo ajudado na campanha a

ainda reforçou que sua defesa estava justamente vinculada na posição do Ministro Fahid, que dias antes tinha concedido entrevista onde se posicionou em prol das eleições diretas. Essa posição acabou ganhando notoriedade nos partidos de oposição ao governo Figueiredo<sup>251</sup>.

O próprio Partido Popular (PP) acabou sendo favorável à retomada das eleições diretas<sup>252</sup>. O grande ponto de destaque estava justamente no conjunto de medidas que seguiam entrelaçadas às eleições diretas. A sigla também teria, inicialmente, uma postura contrária a qualquer medida que evitasse eleições ainda no ano de 1980. A demanda por uma prorrogação de mandatos não seria algo de interesse do partido. Havia ainda a necessidade de determinar o comportamento de seus adeptos sobre uma Constituinte, ainda no governo Figueiredo, mas em questões relativas ao voto direto, o PP se apresentava como apoiador do projeto.

Contudo, aparentemente, a Emenda Lobão não logrou felicidades dentro do Executivo. O próprio Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, manifestou a dificuldade em mediar a situação, porque as partes envolvidas não saíam plenamente satisfeitas. Havia o reconhecimento de que o tema seria de relevância e que o próprio governo entendia a importância política de retomar eleições diretas ao cargo de governador e prefeito, mas também havia interesses distintos do governo brasileiro sobre o tema. A discussão sobre tal ainda era vista como algo precipitada. Mas, como agir? Uma solução possível seria a retirada da Emenda pelo deputado Lobão - uma espécie de recuo. O problema é que sabidamente o efeito que poderia ser gerado seria mínimo. Se a Emenda fosse tirada da Ordem do Dia, qualquer outro parlamentar, inclusive de oposição, poderia apresentar texto semelhante e a discussão seria novamente retomada<sup>253</sup>. Portanto, nesse momento de repercussão inicial, ainda havia uma dificuldade em determinar uma diretriz mais efetiva para a questão.

O governo entendeu que qualquer medida regimental não seria de grande efeito. A situação deveria ser de resolução política. O projeto precisava ser derrotado pela tradicional ação parlamentar. Ao mesmo tempo, torna-se necessário compreender o interesse governista em rejeitar tal proposta, sendo que houve o reconhecimento de que essa seria uma pauta de

---

governador. Deixou sua função em 1965, quando foi eleito governador do Paraná, pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) e apoio da União Democrática Nacional e pelo Partido Democrático Cristão (PDC), em sucessão de Ney Braga. Paulo Pimentel acabou perdendo influência no estado, devido um crescimento de influência de Ney Braga com o governo Geisel, fator que acabou atrapalhando o crescimento de influência de Pimentel. Só voltou ao jogo político, de forma eleita, no ano de 1979, quando foi Deputado Federal pela Arena e depois pelo PDS - e também quando teve sua reconciliação com o próprio Ney Braga. Para maiores informações, consultar: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-cruz-pimentel>. Acesso em 11 de janeiro de 2023, às 10h.

<sup>251</sup> JORNAL DO BRASIL, 4 de janeiro de 1980, p. 2

<sup>252</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, 12 de janeiro de 1980, p. 4.

<sup>253</sup> JORNAL DO BRASIL, 11 de janeiro de 1980, p. 2.

relevância aos congressistas. Se o Executivo enxergava a importância do voto direto para os parlamentares, e esse Poder já discutia uma forma de garantir o retorno das eleições diretas para governadores, por quê não aprovar a Emenda Lobão?

A resposta pode ser direcionada ao interesse de controle sobre o processo de abertura que o governo conduzia. Nesse momento, havia uma reformulação sobre o Congresso Nacional. O foco estava em possibilitar o maior recrutamento possível de políticos para a sigla de apoio (PDS). Então, possibilitar um segundo debate sobre eleições diretas, era visto como uma saída do foco principal. Permitir uma discussão sobre eleições tornaria ainda mais vulnerável o processo de recrutamento político. Portanto, atrasar o debate sobre a Emenda Lobão significava ter maior controle sobre o processo de abertura<sup>254</sup>.

Enquanto isso, Édson Lobão acabava ganhando destaque na imprensa, justamente por encabeçar a Emenda. Cabe aqui explicitar quem era o deputado Lobão (PDS-MA), justamente por sua importância neste debate. O deputado nasceu em Mirador, no Maranhão, em dezembro de 1936. Foi advogado, jornalista, atuou no funcionalismo público e ainda foi dono de empresas de comunicação - televisão e rádio<sup>255</sup>.

Lobão sempre atuou em defesa do governo em suas diversas colunas jornalísticas. Um dos seus principais leitores foi o presidente Geisel, justamente o responsável pela sua entrada na política como deputado. Lobão foi eleito em 1978 pela Arena (MA). Logo no seu primeiro ano como deputado acabou sendo escolhido para o cargo de vice-líder do partido<sup>256</sup>, o que mostra um pouco de sua influência inicial dentro da vida política.

O deputado acabou sendo procurado pelo Ministro da Justiça, para juntos articularem melhor sobre sua Emenda. Da reunião, Lobão acabou expondo um tema que foi debatido e que em muito colabora para as apresentações iniciais e conclusivas deste capítulo: o governo queria ser visto com a iniciativa da abertura<sup>257</sup>. Logo, percebe-se o porquê de ser importante derrotar o projeto. Havia uma iniciativa de abertura “lenta, gradual e segura”. Esse projeto acelerava e, de certa forma, impedia o sucesso do slogan militar. A Emenda Lobão acabava impedindo o reconhecimento de que o governo brasileiro conduzia a abertura. A iniciativa deixava de ser do Executivo e passava para as mãos do Legislativo, o que era interpretado como algo negativo.

O governo passou a articular de modo a tentar evitar a aprovação da Emenda Lobão. Sua medida principal estava no desejo de transmitir ao Congresso Nacional que no ano seguinte

---

<sup>254</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA, 12 de janeiro de 1980, p. 3.

<sup>255</sup> Consulta feita em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lobao-edison>. Acesso em 23 de dezembro de 2022, às 10h.

<sup>256</sup> Ibidem.

<sup>257</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA, 12 de janeiro de 1980, p. 3.

essa seria sua pauta. Ou seja, derrotar o projeto naquele momento, com uma espécie de garantia de que o próprio governo iria retomar essa discussão no ano seguinte<sup>258</sup>. Existem algumas questões importantes sobre esse desejo governista, que implicitamente não estão sendo expostas.

Quando o Ministro da Justiça garante que no ano seguinte iria retomar o debate sobre o voto direto para governadores, ele implicitamente está omitindo questões importantes: no ano de 1980 teriam eleições para prefeitos e vereadores? Se sim, estas eleições não teriam voto direto nas prefeituras das capitais e nas enquadradas na Lei de Segurança Nacional. Ou, a garantia de voto direto ser tema no ano seguinte representaria a prorrogação dos mandatos? Uma medida de prorrogação também não era de agrado de grupos políticos brasileiros, principalmente de oposição. Cabia ao governo negociar.

O governo se interessava diretamente na segunda medida: prorrogar mandatos. O problema era justamente ganhar apoio dentro do Congresso para que essa pauta fosse da Ordem do Dia. O interesse do Executivo era estender mandatos de forma pactual. Com o envolvimento de partidários da oposição e do governo juntos. O Executivo enxergava essa medida como essencial, mas entendia a dificuldade de conseguir um consenso neste tema<sup>259</sup>.

Dentro do partido do governo começam a surgir entrevistas questionando a importância da aprovação da Emenda Lobão. A ideia, possivelmente, seria de começar a minar o projeto para impedir sua aprovação. O deputado Djalma Marinho (PDS-RN) foi um dos primeiros congressistas a expor sua opinião contrária à aprovação da Emenda. Marinho destaca que a Emenda Lobão poderia ser responsável pelo esvaziamento do Congresso Nacional, já que sua aprovação poderia ser um incentivo para que os deputados e senadores passassem a se articular politicamente tendo como foco as eleições para governadores<sup>260</sup>.

Além disso, o governo começou a articulação de um texto semelhante à Emenda Lobão, que garantiria a eleição direta para governadores, e que seria apresentada após o debate do texto do deputado maranhense<sup>261</sup>. Havia um grande interesse no envio de um texto logo após a possível derrota da Emenda Lobão. O problema consiste na existência de uma fila de textos constitucionais que teriam de ser avaliados pelo Congresso Nacional com celeridade, o que impediria uma rápida aprovação de uma nova emenda para eleições diretas.

---

<sup>258</sup> JORNAL DO BRASIL, 15 de janeiro de 1980, p. 3.

<sup>259</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA, 21 de janeiro de 1980, capa.

<sup>260</sup> JORNAL DO BRASIL, 24 de janeiro de 1980, p. 2.

<sup>261</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA, 24 de janeiro de 1980, capa.

Aliado a isso, o Ministro da Justiça negava o interesse do governo em prorrogar os mandatos de prefeitos e vereadores. Abi-Ackel argumentava que essa prorrogação não partiria do governo, mas sim dos próprios parlamentares<sup>262</sup>. O Ministro ainda reforçava que o partido governista seria o que melhor conseguiria disputar o pleito de 1980, já que possuía mais de 20 governadores no PDS e uma rápida organização. O tom ministerial pode ser entendido da seguinte forma: Abi-Ackel queria dar a sensação de que apoiar a extensão de mandatos seria essencial para a oposição, já que uma eleição em 1980 beneficiaria o próprio partido de base do governo.

Enquanto isso, Lobão acaba criticando a posição do governo. Em sua leitura, a defesa contra sua Emenda em nada seria benéfica para o Congresso Nacional. Além disso, o deputado também argumentava que a aprovação do texto não iria gerar problemas nas disputas eleitorais estaduais<sup>263</sup>.

Por parte da oposição, também havia uma certa aproximação em favor da Emenda Lobão. O senador Tancredo Neves, sendo um dos líderes do PP, acabou buscando expor meios de pressionar o governo pela aprovação do texto. A ideia seria tornar pública um desejo do partido de apresentar um texto de eleição direta para governadores, prefeitos e presidente - o que seria uma ameaça à estabilidade do presidente João Figueiredo<sup>264</sup>. Além disso, o partido discutia formas de se organizar partidariamente em um bloco de oposição ao governo dentro do Congresso, o que poderia ser um grande problema aos planos de “abertura lenta, gradual e segura” desenhados pelo governo.

O governo acabou articulando-se politicamente pelo Ministério da Justiça (função tradicional do cargo). O ministro Ibrahim Abi-Ackel acabou sendo o principal porta-voz do governo. Seu interesse era de convencer vozes favoráveis ou indecisas em prol da rejeição do texto. Através dessas reuniões, pode-se visualizar algumas posições políticas em torno do projeto. Os deputados Divaldo Suruagy<sup>265</sup> (PDS-AL), Rubem Figueiró<sup>266</sup> (PDS-MS) e João

---

<sup>262</sup> JORNAL DO BRASIL, 25 de janeiro de 1980, p. 3.

<sup>263</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA, 25 de janeiro de 1980, capa.

<sup>264</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA, 23 de janeiro de 1980, p. 3.

<sup>265</sup> Divaldo Suruagy: nasceu em Alagoas, no município de São Luís do Quitunde, no mês de março de 1937. Formou-se em Ciências Econômicas, pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), no ano de 1959. Desde antes de ingressar no Ensino Superior, Suruagy sempre atuou como funcionário da prefeitura de Maceió. Foi prefeito de Maceió, eleito em 1965, pelo PSD e depois escolheu ingressar na Arena. Foi Deputado Federal em 1979 e 1983; 2001 e 2003; Governador de Alagoas entre 1975 e 1978 e 1983 e 1986, 1995 e 1997; Senador entre 1987 e 1994. Para maiores informações, consultar: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/divaldo-suruagy>. Acesso em 11 de janeiro de 2023, às 10h.

<sup>266</sup> Rubem Figueiró: nasceu em Rio Brillhante, município do Mato Grosso do Sul, em outubro de 1931. Formou-se em Ciências Jurídicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 1957. Em 1961, já no Mato Grosso do Sul, foi diretor do Departamento de Terras e Colonização de Campo Grande. Em 1970, conseguiu ser

Faustino<sup>267</sup> (PDS-RN) eram favoráveis à aprovação da Emenda Lobão. Já Antônio Florêncio<sup>268</sup> (PDS-RN) e Antonio Ferreira<sup>269</sup> (PDS-AL) eram indecisos. A reunião do Ministro da Justiça com esses nomes supracitados não resultou em pontos favoráveis ao governo. Os deputados que apoiavam a Emenda Lobão continuaram defendendo o projeto de lei, enquanto os que estavam em dúvidas acabaram tendo posição de cautela - queriam esperar uma reunião partidária, para nela seguirem a decisão da sigla<sup>270</sup>.

Agora, nem mesmo na própria oposição havia um interesse na manutenção das eleições no ano de 1980. Leonel Brizola, principal líder do PDT, seria favorável na prorrogação de mandatos dos prefeitos para que estas eleições ocorressem meses depois de novembro de 1980, talvez ainda no primeiro semestre de 1981. Segundo Brizola, a eleição de prefeitos e vereadores em 1980 seria muito mais proveitosa ao governo e aos governistas, por já terem uma estrutura política e maior facilidade de organização.

Oficialmente, Brizola teria sido o primeiro político a manifestar-se em prol dessa prorrogação. Claro que seu desejo não estava completamente alinhado aos desígnios do governo, já que Brizola não desejava uma extensão até 1982. Porém, essa postura indica justamente que nem todos oposicionistas gostariam de uma eleição ainda no ano de 1980. Ainda assim, o próprio Brizola entendia que a prorrogação de mandatos devia ser uma pauta em que houvesse uma participação social para decidir. Se em conjunto, a sociedade civil não fosse favorável a tal medida, Brizola se apresentaria contrário ao projeto<sup>271</sup>.

Dentro do partido governista, houve o reconhecimento de que o poder Executivo não iria querer desgastar sua imagem com um projeto de prorrogação dos mandatos. Para isso,

---

eleito Deputado Estadual pela Arena. Entre 1979 e 1989 exerceu o cargo de Deputado Federal pelo estado do Mato Grosso do Sul. Para maiores informações, consultar: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rubem-figueiro-de-oliveira>. Acesso em 11 de janeiro de 2023, às 10h.

<sup>267</sup> João Faustino: nasceu em Recife, município de Pernambuco, no ano de 1942. Foi professor da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, se tornou Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte em 1966. Se tornou candidato ao cargo de Deputado Federal, pela primeira vez, em 1978, pela Arena. Após isso, teve mandatos consecutivos entre 1979 e 1987 e 1991 e 1998. Para maiores informações, consultar: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-faustino-ferreira-neto>. Acesso em 11 de janeiro de 2023, às 11h.

<sup>268</sup> Antônio Florêncio de Queirós: nasceu em Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, no mês de março de 1926. Formou-se em Contabilidade na Escola Técnica de Comércio Cândido Mendes, em 1952. Em 1970 tornou-se Deputado Federal pelo Rio Grande do Norte, pela Arena. Desde então, sempre foi Deputado Federal entre os anos de 1971 e 1987. Para maiores informações, consultar: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-florencio-de-queiros>. Acesso em 11 de janeiro de 2023, às 11h.

<sup>269</sup> Antonio Ferreira de Andrade: nasceu em Desterro, município da Paraíba, em maio de 1929. Foi Deputado Federal em 1975 e 1983, depois entre 1987 e 1991. Infelizmente existem poucas informações acerca de sua biografia no site da Câmara dos Deputados. Para maiores informações, consultar: <https://www.camara.leg.br/deputados/74332/biografia>. Acessado em 11 de janeiro de 2023, às 11h.

<sup>270</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA, 29 de janeiro de 1980, p. 3.

<sup>271</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA, 31 de janeiro de 1980, p. 5.

Flávio Marcílio (PDS-CE), então presidente da Câmara dos Deputados, passou a encabeçar a tese em prol da prorrogação dos mandatos de prefeitos e vereadores. Seu desejo seria justamente a prorrogação até novembro de 1982, quando ocorreriam eleições para os governos estaduais e Assembleias Legislativas. Alguns motivos foram elencados para a prorrogação dos mandatos: primeiro, a ainda incipiente estruturação partidária que demoraria ainda para terminar - fator que atrapalha e muito o processo eleitoral. Segundo, os novos mandatos não teriam o tempo tradicional de seis anos. Os novos prefeitos e vereadores seriam eleitos por apenas dois anos. O que motiva ainda o terceiro motivo em prol da extensão de mandatos, já que os gastos com essa eleição são iriam trazer retorno positivo, já que dois anos depois haveria uma nova eleição<sup>272</sup>.

A manutenção das eleições, ainda em 1980, foi defendida pelo então vice-presidente do país, Aureliano Chaves (PDS), que também teceu comentários em prol da Emenda Lobão. Segundo o vice-presidente, a rejeição do texto do deputado do Maranhão só poderia ocorrer se o governo enviasse ao Congresso um texto ainda mais reformador do que o original, como uma reforma na Lei Falcão<sup>273</sup>. Essa postura chama atenção, já que Aureliano Chaves era uma das figuras políticas de maior influência do país, justamente pelo seu papel como vice-presidente do país. Ao mesmo tempo, também é relevante para expor como não havia uma total unificação de ideias entre governo e governistas.

Possivelmente a declaração acabou estimulando ainda mais o deputado Lobão em defender seu projeto junto ao Ministro da Justiça. Porém, o governo começava a receber algumas informações favoráveis para a manutenção dos mandatos de prefeitos e vereadores até 1982. Aqui, pode ser listada a informação levantada no Jornal do Brasil, pelo deputado Norton Macedo (PDS-PR), onde de forma praticamente unânime os líderes do PDS no interior do Paraná se manifestaram em prol da extensão de mandatos<sup>274</sup>. Outra pesquisa favorável aos interesses do governo foi pelo “*III Encontro Nacional de presidente de Câmaras de Vereadores*”, onde por aclamação foi aprovada a tese pelas eleições diretas para prefeitos e governadores no ano de 1982<sup>275</sup>.

Em reunião com o deputado Lobão, o Ministro da Justiça garantiu que o projeto de lei seria derrotado por seus pares. A Emenda Lobão passou a ser mal vista pelo governo e por sua base fiel<sup>276</sup>. Enquanto isso, o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA e líder da Maioria no Senado)

---

<sup>272</sup> JORNAL DO BRASIL, 2 de fevereiro de 1980, p. 3.

<sup>273</sup> JORNAL DO BRASIL, 4 de fevereiro de 1980, p. 4.

<sup>274</sup> JORNAL DO BRASIL, 5 de fevereiro de 1980, p. 2.

<sup>275</sup> JORNAL DO BRASIL, 6 de fevereiro de 1980, p. 4.

<sup>276</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA, 6 de fevereiro de 1980, p. 2.



dava entrevista dizendo que a Emenda Lobão seria aprovada pelo Congresso Nacional<sup>277</sup>. Esse é um momento importante, porque mostra duas percepções distintas. O Ministro da Justiça acreditava que tinha controle o suficiente sobre o partido, o que evitaria a aprovação da Emenda, enquanto que o líder da Maioria no Senado já enxergava uma maior facilidade na aprovação do projeto. Quem tinha a conta certa? Até então, a imprensa não consegue dar uma resposta mais concreta.

O próprio PP, partido mais ativo no interesse de apoiar a Emenda, não conseguia dar uma estabilidade a votação da Emenda. O senador Tancredo Neves (PP-MG) e o deputado Jorge Vargas (PP-MG e um dos principais articuladores do partido) acabaram tentando expor uma visão unificada acerca da posição do partido em prol da aprovação da Emenda Lobão. Uma fala destaca que a posição hegemônica em prol deste texto se justificava porque pertencia ao programa do próprio PP: “No PP não haverá defecções, mesmo porque as eleições diretas, inclusive para Presidente da República, constituem um dos princípios fundamentais do “Partido””<sup>278</sup>.

O cálculo pela rejeição do governo estava mais concentrado no papel dos senadores do PDS. O Presidente João Figueiredo entendia que mesmo que o projeto tivesse aprovação no Congresso Nacional e na Câmara dos Deputados, o Senado Federal não aprovaria o texto - já que a maioria dos senadores do PDS seriam mais fiéis aos desígnios governistas<sup>279</sup>.

Ainda no debate sobre o texto, no Congresso Nacional, a principal estratégia do governo era o esvaziamento da casa. Isso tornaria impossível uma formação de maioria para aprovação do texto e também seria mais fácil de articular do que o voto contrário dos congressistas. Se o prazo limite, 25 de março, fosse estourado, automaticamente a Emenda Lobão seria arquivada<sup>280</sup>.

Além disso, a situação ainda ganha um contorno mais favorável ao governo, quando o PTB passou a negociar explicitamente pela rejeição da Emenda Lobão. A ideia da articulação seria simples: o partido em conjunto com o PDS se opunha à aprovação da Emenda, desde que o governo se comprometesse a apresentar uma nova Emenda ainda mais reformista<sup>281</sup>. O interesse estava em ajustes na Lei Falcão, o que possibilitaria uma melhor utilização de canais de comunicação para a exposição de ideias e valores de um partido.

---

<sup>277</sup> JORNAL DO BRASIL, 7 de fevereiro de 1980, p. 3.

<sup>278</sup> JORNAL DO BRASIL, 9 de fevereiro de 1980, p. 4.

<sup>279</sup> JORNAL DO BRASIL, 10 de fevereiro de 1980, p. 4.

<sup>280</sup> JORNAL DO BRASIL, 11 de fevereiro de 1980, p. 2.

<sup>281</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA, 15 de fevereiro de 1980, p. 3.

O grande problema dessa negociação é que ela poderia prejudicar o próprio PDS, em favor dos partidos de oposição. Essa postura, muito provavelmente, estimulou negativas do presidente do partido, Senador José Sarney (PDS-MA), em torno de uma negociação do governo com partidos de oposição, seja o PP ou o PTB. Sarney também aproveitou o espaço dentro da imprensa para negar que o governo se opunha às eleições diretas, segundo o senador do Maranhão, o governo não desejava um atropelamento de eventos. Por isso, a realização das eleições diretas em 1982 seria uma forma de evitar maiores problemas para a organização dos partidos políticos<sup>282</sup>.

Aliado a esse debate, chamou a atenção uma fala do Senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) desestimulando o deputado Édson Lobão (PDS-MA). Acima foi dito sobre como o Passarinho enxergava em uma facilidade na aprovação do texto, pelo Congresso Nacional. Após algumas negociações entre o governo e as lideranças do PDS, a situação ganha um contorno distinto. Lobão entendia ser possível uma aprovação do seu projeto, pelo Senado, por uma diferença de 6 votos. Aparentemente, esse cálculo foi criticado pelo Senador que passou a explicitar que o Senado Federal não aprovaria o projeto de Lobão<sup>283</sup>. Nesse momento, Passarinho já estava tendo uma maior visualização do interesse do poder Executivo na rejeição da Emenda, como possivelmente já trabalhava para isso. Mas também há uma outra questão levantada na posição de Jarbas Passarinho: o domínio sobre os correligionários. A posição do Senador Paraense era justamente de demarcar espaço e, de certa forma, impedir que seu papel de liderança fosse desvalorizado.

O governo passou a articular dentro do partido de base, como também na oposição, buscando de alguma forma impedir a aprovação da Emenda Lobão. Enquanto isso, o projeto substituto para eleições diretas de governadores e prefeitos era elaborado. A base que apoiaria o governo esperava que o projeto fosse votado ainda no ano de 1980, mas mais próximo do final do segundo semestre<sup>284</sup>.

Com a iminência desse novo texto, o Deputado Lobão passou a se articular para garantir a continuidade do seu prestígio dentro do próprio partido, afinal ele era Vice-líder do partido na Câmara dos Deputados. Lobão passou a declarar que a maneira como o governo se articulou para barrar sua Emenda era de grande valor para si. Isso porque, apesar do desejo de rejeitar seu projeto, o debate sobre eleições diretas acabou ganhando espaço dentro da Ordem do Dia

---

<sup>282</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA, 16-17 de fevereiro de 1980, p. 5.

<sup>283</sup> JORNAL DO BRASIL, 22 de fevereiro de 1980, p. 3.

<sup>284</sup> JORNAL DO BRASIL, 25 de fevereiro de 1980, p. 4.

do governo. Seria uma pauta que os congressistas voltariam a debater<sup>285</sup>. Além disso, o Deputado também acabou dando declarações para que seus colegas de partido votassem conforme achassem melhor, acerca da Emenda. Justamente porque, mesmo tendo seu projeto rejeitado, Lobão via que um dos seus objetivos teria sido alcançado: o Executivo passaria a discutir a temática das “eleições diretas”<sup>286</sup>.

Com o início do mês de março, o debate vai ocorrer de duas formas: com mais força nas páginas da imprensa e com relativa importância dentro do Congresso Nacional. Surgia um novo *locus* para o debate de tal Emenda, já que março era o momento de abertura dos trabalhos parlamentares no Congresso Nacional.

A partir dessa virada de mês, o PP passou a se articular um tanto quanto mais efetivamente em prol da aprovação do projeto de Emenda do Deputado Lobão. O Partido Popular manifestou-se favorável à aprovação desta Emenda, porque o texto substitutivo prometido pelo governo não foi tão reformista como se noticiava. Aparentemente, a cúpula dirigente do PP esperava um texto que vetasse a manutenção dos chamados senadores “biônicos”, como outras medidas mais liberalizantes. Além disso, um outro ponto que auxiliou na decisão em prol da Emenda Lobão seria o tempo de demora para o debate sobre eleições diretas. O PP imaginava que com os demais projetos de lei que deveriam ser analisados antes do texto enviado pelo governo, somente pelo segundo semestre de 1981 é que haveria uma possibilidade de aprovação da Emenda do voto direto do governo<sup>287</sup>.

Em prol de amenizar essa mensagem negativa, o Senador Jarbas Passarinho passou a manifestar o desejo do governo em votar a Emenda do governo, sobre eleições diretas, ainda no ano de 1980. Isso seria uma forma de garantir que os políticos de oposição reconsiderassem uma visão favorável à aprovação da Emenda Lobão. Ainda seria possível discutir o fim dos chamados senadores “biônicos”<sup>288</sup>.

O presidente do PDS, José Sarney acabou sendo muito específico sobre os motivos em que ele e seus correligionários não apoiaram a Emenda Lobão.

A Emenda Lobão é uma medida de um nosso companheiro, de caráter pessoal. Como o Presidente Figueiredo vem comandando o processo de abertura, a iniciativa de restabelecer o pleito teria que ser dele. Temos que mostrar a nossa solidariedade política ao Presidente, e vamos sustentá-la<sup>289</sup>

---

<sup>285</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA, 28 de fevereiro de 1980, p. 3.

<sup>286</sup> JORNAL DO BRASIL, 28 de fevereiro de 1980, p. 3.

<sup>287</sup> JORNAL DO BRASIL, 28 de fevereiro de 1980, p. 4.

<sup>288</sup> JORNAL DO BRASIL, 7 de março de 1980, p. 3.

<sup>289</sup> JORNAL DO BRASIL, 12 de março de 1980, p. 4.

Esse destaque da fala de Sarney indica muito bem como o PDS ainda tinha muita aproximação com a Arena. Mais do que isso, no primeiro capítulo deste trabalho, é apresentado um caso de interferência do Presidente Geisel na escolha do presidente da Arena. Na visão do SNI, essa medida seria válida, porque Geisel era uma figura de estabilidade do partido. Um agente que tinha uma grande legitimidade, o que seria então extremamente favorável para sua indicação de alguma liderança na ~~dentro da~~ sigla. Nesse momento, acaba sendo perceptível como o presidente Figueiredo seria esse agente. Mesmo que o projeto de retomada dos votos diretos fosse de interesse de partidários do PDS, valeria muito mais abrir mão desse desejo para garantir a legitimidade de Figueiredo na condução do processo de abertura e de liderança política.

No Congresso Nacional, a Emenda Lobão passou a ser debatida no dia 17 de março de 1980. Nesse momento foi possível ver a vitória da articulação política do governo, já que o primeiro dia de discussão do texto foi esvaziado. Na Câmara dos Deputados, esperava-se que pelo menos 30 pedessistas votassem em prol da aprovação do texto, entre os Senadores, somente um do PDS esteve presente (Helvídio Nunes do Piauí). Não faltaram críticas dos senadores opositores a postura do governo<sup>290</sup>.

A medida de abandono do Plenário foi uma constante dos partidários do PDS. Essa ação atrasou o debate da Emenda Lobão e impossibilitou a aprovação de qualquer requerimento que tentava dar caráter de urgência ao debate no Congresso<sup>291</sup>. No dia 21 de março a situação ainda tomou uma proporção ainda mais calorosa, quando um alvoroço de grande proporção quase terminou com uma troca de socos entre os deputados Néelson Marchezan (PDS-RS) e Gilson de Barros (PMDB-MT). A briga teria começado ao fim do debate sobre a Emenda Lobão e a violência física só não ocorreu porque os deputados foram contidos por outros parlamentares. Aparentemente, o Deputado Gilson de Barros teria dito que os políticos do PDS eram subservientes do governo e isso irritou o Deputado Marchezan, que teria dito “Subserviente é a vovozinha”. Nesse momento, Gilson de Barros já estava tirando seu paletó e indo em direção a Marchezan com punhos levantados.

A Emenda Lobão acabou sendo arquivada justamente por ausência de quórum. Mas é possível identificar deputados do PDS que foram favoráveis a Emenda, também será possível identificar entre os deputados que não tinham um partido, que votaram pela Emenda, como

---

<sup>290</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA, 19 de março de 1980, p. 3.

<sup>291</sup> JORNAL DO BRASIL, 20 de março de 1980, p. 3.

também será exposto quais os políticos da oposição que faltaram ao debate da Emenda Lobão, já que a ausência deles também impossibilitou a aprovação da Emenda<sup>292</sup>.

Do Partido Democrático Social, os seguintes deputados manifestaram-se em prol da Emenda: Édison Lobão (MA); Haroldo Sanford (CE); Wilson Braga (PB); Airon Rios (PE); Hugo Rodrigues da Cunha (MG); Waldemir Belinati (MG); João Alberto (MA) e Luiz Rocha (MA).

Dos políticos que ainda não tinham partidos, 17 manifestaram-se em favor da Emenda Lobão: Aluizio Bezerra (AC); Geraldo Bulhões (AL); Gerson Camata (ES); Luiz Batista (ES); Felipe Pena (MG); Joel Lima (RJ); J. G. de Araújo Jorge (RJ); Pedro Faria (RJ); Peixoto Filho (RJ); Bento Gonçalves (MG); Jorge Ferraz (MG); Rui Codo (SP); Walter Pereira (MS); Ernesto Dall Ogilio (PR); Mendes de Melo (SC); Elói Leonel (RS) e Harry Sauer (RS).

Os Deputados do PMDB que estavam ausentes no debate parlamentar foram: José Maria de Carvalho (RJ); Walter Silva (RJ); Aurélio Perez (SP); Carlos Nelson (SP); Flavio Chaves (SP); Horácio Ortiz (SP); Mário Hato (SP); Otacílio Almeida (SP); Pacheco Chaves (SP); Santilli Sobrinho (SP); Tidei de Lima (SP); Valter Garcia (SP); Gilson de Barros (MT) e Sebastião Rodrigues (PR).

Os deputados do PP que não estiveram presentes foram: Marcelo Medeiros (RJ); Luiz Leal (MG); Newron Cardoso (MG); Louremberg Nunes Rocha (MT); Lucia Viveiros (PA); Manoel Gonçalves (CE); Vilela de Magalhães (PR) e Benjamin Farah (RJ). Pelo PTB: Arnaldo Lafayette (PE). E dois indecisos não estiveram presentes na votação: Milton Figueiredo (MT) e Aluizio Paraguassu (RS). Pelas contas do Jornal do Brasil, esses ausentes somados com o número de deputados que votaram em prol do projeto (180 votos) passariam de votos mínimos para aprovação da Emenda Lobão, que era de 204 votos.

Apesar do PDS em maioria atuar para impedir a aprovação da Emenda Lobão, com os votos dos deputados do PDS e com a massiva participação da oposição, o projeto seria aprovado. O que significa que apesar de uma grande parte da oposição atuar em prol de sua aprovação, a Emenda Lobão também foi arquivada com participação da oposição partidária.

Agora, diretamente ligado ao PDS, percebe-se que nesse primeiro teste o PDS ainda tinha muitos traços dos anos finais da Arena. Como Grinberg apontava, o período de presidência de Geisel e Figueiredo foram momentos de grande debate sobre a abertura política<sup>293</sup>. Nesse momento, os políticos foram intermediários do governo. Como se pode ver, o primeiro teste

---

<sup>292</sup> JORNAL DO BRASIL, 22 de março de 1980, p. 3.

<sup>293</sup> GRINBERG, 2009, p. 185.

apresentou características semelhantes, os políticos do PDS também contribuíram como emissários dos interesses do governo. Apesar disso, a Emenda Lobão partiu de um político do PDS que ocupava um importante cargo de liderança. A dissidência, presente na pesquisa de Grinberg, também era existente aqui. Resta provar que este não fora um caso isolado.

### **3.2 “Operação tartaruga”: a prorrogação de mandatos de prefeitos e vereadores**

Nesse momento, a problemática a ser analisada será a prorrogação de mandatos de prefeitos e vereadores. Antes de explicar toda essa questão, cabe dizer que há uma diferença entre a Emenda Lobão e essa temática. A Emenda Lobão teve um grande espaço de debate nos jornais em um curto período de tempo. Em menos de três meses do sistema multipartidário ela foi discutida e arquivada. Aqui, a situação ganha um contorno temporal distinto. A prorrogação de mandatos era um desejo do governo e o quanto se adiasse esse debate melhor seria para a garantia da prorrogação. Isso acontece porque as eleições seriam ainda no ano de 1980, mais precisamente em novembro. Com a morosidade em debater esse tema, o governo garantia uma maior dificuldade na realização das eleições no próprio ano de 1980, já que não haveria tempo hábil para que os diversos diretórios dos partidos existentes conseguissem discutir e negociar os nomes para disputar o pleito - sem contar que a própria campanha dos candidatos também seria muito atrapalhada.

A “operação tartaruga” foi como um Deputado do PMDB, Marcondes Gadelha (PB), se referiu a ação do governo em prol da tentativa de impedir a realização das eleições de prefeitos e vereadores em 1980. O título cabe exatamente ao debate, porque essa foi uma das estratégias utilizadas pelo Planalto, para impedir que houvesse prazo que viabilizasse a realização de eleições dentro do calendário eleitoral original.

A prorrogação dos mandatos tem um desenvolvimento um tanto quanto particular. Apesar de ser um projeto de interesse direto do governo, havia o entendimento de que não seria o Poder Executivo que encabeçaria o movimento por esta pauta. O primeiro parlamentar a abertamente discutir de forma mais propositiva essa questão foi o próprio presidente da Câmara dos Deputados, Flávio Marcílio (PDS-CE), acreditando que essa pauta também poderia ser de interesse da classe política brasileira. Havia uma Emenda direcionada a debater essa questão, tendo como responsável pela sua redação o deputado Anísio de Souza (PDS-GO). O projeto pretendia estender o mandato de prefeitos e vereadores até o pleito de 15 de novembro de 1982, onde também ocorreriam eleições para governadores<sup>294</sup>.

---

<sup>294</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA, 2 e 3 de fevereiro de 1980, p. 3.

Contudo, esse debate não ganhou uma força inicial que agradava o deputado Marcílio. Tanto é que o Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, acabou apontando o interesse na manutenção das eleições para prefeitos e vereadores ainda no ano de 1980<sup>295</sup>. Essa discussão ainda estava atrelada ao debate sobre a Emenda Lobão, sendo que em alguns momentos o governo dava a entender que a aprovação da Emenda Lobão seria seguida de uma prorrogação, mas também havia um cuidado grande por parte do governo no debate pela prorrogação, já que isso poderia alterar os ânimos da oposição e de governistas e prejudicar sua estratégia sobre a Emenda Lobão. Portanto, a fala precisa ser analisada como uma possível declaração estratégica, para evitar um desdobramento maior e prejudicial aos interesses do governo.

O primeiro partido da oposição que manifestou uma crença na manutenção do calendário eleitoral, em 1980, foi o PMDB. As lideranças do partido entendiam ser importante garantir instrumentos legais que possibilitariam uma participação mais democrática nessas eleições. A posição do partido devia-se ao fato das dificuldades de organização das diversas siglas que poderiam ser impedidas de participarem do pleito, justamente por não cumprirem com requisitos mínimos exigidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE)<sup>296</sup>.

O tema também foi usado pelo líder do governo na Câmara Federal, Néelson Marchezan (PDS-RS), como uma ameaça de maior intervenção do governo no processo eleitoral. Segundo o deputado, se não existisse uma medida que garantisse a prorrogação de mandatos, ou alguma ação de viabilização das eleições ainda no ano de 1980, os mandatos seriam perdidos e quem deveria fazer a indicação dos demais políticos deveria ser o próprio governo<sup>297</sup>.

Apesar dessas iniciais declarações, a Emenda de Anísio de Sousa já era tema de interesse do governo, que começava a traçar os primeiros meios para garantir a aprovação do texto. A informação ventilada seria de que o governo agia de forma extraoficial, buscando garantir apoio a pauta, ao mesmo tempo em que definia qual seria a melhor estratégia para a aprovação do texto<sup>298</sup>.

Mas, como já descrito acima, a preocupação inicial do governo estava na garantia de arquivamento da Emenda Lobão. O tema passa a ganhar uma repercussão maior com a chegada do mês de abril. A declaração do então presidente de honra do PP, Magalhães Pinto, já garante um maior entendimento do comportamento da oposição durante esse debate. Segundo Pinto, deveriam ocorrer eleições ainda em novembro de 1980, porque é um desejo do povo. “O povo

---

<sup>295</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA, 15 de fevereiro de 1980, p. 3.

<sup>296</sup> JORNAL DO BRASIL, 21 de fevereiro de 1980, p. 2.

<sup>297</sup> JORNAL DO BRASIL, 23 de fevereiro de 1980, p. 2.

<sup>298</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA, 29 de fevereiro de 1980, p. 3.

gosta e quer votar, sobretudo no interior. Não interessa questionar que uma eleição agora só vai servir aos interesses do Governo e do seu Partido”<sup>299</sup>.

Enquanto essa fala marca um pouco da posição oposicionista, o governo passava a elaborar uma estratégia que pudesse garantir a aprovação do texto com o envolvimento de partidos de oposição. Primeiro, os líderes do PDS na Câmara e no Senado passaram a estabelecer um caminho que privilegiasse o envolvimento dos grupos de oposição no projeto<sup>300</sup>. Essa medida pode ser entendida como uma preocupação do governo e do partido governista de que não seria uma pauta impositiva. Possivelmente havia o claro interesse de tirar uma imagem mais negativa sobre como decisões eram tomadas na condução nacional.

Enquanto isso, o debate começava a gerar os primeiros incômodos. Os dirigentes do PDS passaram a informar o quão preocupados se encontravam diversos prefeitos e políticos municipais, justamente por uma ausência de definição sobre quais caminhos seriam adotados em relação ao tema. Isso preocupou, porque era uma questão diretamente relacionada a estes quadros, mas também poderia gerar uma maior insegurança, já que o prazo de filiação partidária estava chegando no limite<sup>301</sup>. Tudo ainda era incerto. E a decisão de prorrogação acabava ganhando corpo dentro das lideranças do PDS. Esses líderes entendiam que a manutenção da eleição ainda para o ano de 1980 em muito prejudicaria a organização dos partidos políticos<sup>302</sup>.

A oposição acabou se movimentando para garantir a eleição ainda em 1980, por meio de Lei. A ideia era tentar aprovar, em caráter de urgência, o texto do deputado Adhemar Santillo (PMDB-GO) que tornava possível a formação de comissões provisórias, em âmbito municipal, para a discussão dos nomes que disputariam o pleito. A proposta foi rejeitada por uma diferença de apenas três votos (160 contra *versus* 157 favoráveis). Em massa os parlamentares do PDS atuaram para impedir o caráter de urgência do texto. Dos 157 votos favoráveis, 6 votos foram de pedessistas, são eles: Celso Peçanha (RJ); Temóstholes Teixeira (MA); João Alberto (MA); Moacir Lopes (MG); Lúcio Cioni (PR) e Antonio Anibelli (PR)<sup>303</sup>. O impasse sobre a decisão de manutenção ou prorrogação do pleito acabou ganhando um contorno distinto quando o TSE marcou as eleições para o dia 15 de novembro de 1980. Essa decisão não é uma amostra do que desejava o órgão, mas sim o cumprimento de seu dever em seguir o calendário eleitoral, que

---

<sup>299</sup> JORNAL DO BRASIL, 8 de abril de 1980, p. 2.

<sup>300</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA, 16 de abril de 1980, p. 3.

<sup>301</sup> JORNAL DO BRASIL, 16 de abril de 1980, p. 4.

<sup>302</sup> JORNAL DO BRASIL, 17 de abril de 1980, p. 4.

<sup>303</sup> JORNAL DO BRASIL, 17 de abril de 1980, p. 4.



não tinha sido alterado. Era ainda esperado que no mês de maio de 1980, o órgão expusesse as instruções para o tal pleito<sup>304</sup>.

A oposição também passou a atuar de forma a garantir o seu desejo de que estas eleições ocorressem na data esperada. Os líderes do PMDB, PP, PTB e PT acabaram comunicando os seus desejos aos dirigentes do PDS. Essa medida vai em desencontro ao que o governo queria<sup>305</sup>. Era de grande importância a demarcação de suas opiniões, já que as lideranças partidárias da oposição contavam que não fosse este um projeto de harmonia dentro do partido governista. Além disso, a incerteza sobre o que fazer com esses mandatos, se a eleição não ocorresse na data previamente estipulada, era grande. Havia um descontentamento com a ideia de prorrogação até 1982, como também havia uma insatisfação semelhante a ideia de interventores aos municípios.

Contudo, com a demora do governo em reagir à questão, a própria oposição entendia que os prazos eram curtos para a realização do pleito no mês de novembro. Por isso, passaram a ter uma segunda alternativa, uma espécie de pequena prorrogação, que teria como meta os últimos dias de dezembro de 1980 como data ideal. A oposição percebia como o atraso de discussão era um interesse do próprio governo, já que tornaria inviável a possibilidade de um pleito ainda em 1980<sup>306</sup>.

Ao mesmo tempo, por parte do presidente do PDS, há uma postura de defesa do governo. Em sua interpretação, a tese de defesa da prorrogação dos mandatos não era uma demanda do governo, mas sim dos congressistas brasileiros. Sobre a prorrogação, Sarney disse: “O Governo nunca teve essa posição. O presidente João Figueiredo já disse que é o Congresso Nacional quem vai decidir se vai ou não haver eleições este ano”<sup>307</sup>. Dentro dessa postura, acaba sendo perceptível que o assunto mobilizou, principalmente, os líderes do PDS<sup>308</sup>.

Enquanto isso, os próprios dirigentes do PDS no Legislativo, Néelson Marchezan e Jarbas Passarinho, em reunião com o presidente do partido, José Sarney, davam a entender que mesmo o PDS não daria os votos suficientes para a aprovação da Emenda. Havia o entendimento de recrutar membros da oposição para votarem em prol dos interesses do governo<sup>309</sup>.

---

<sup>304</sup> JORNAL DO BRASIL, 22 de abril de 1980, p. 4.

<sup>305</sup> JORNAL DO BRASIL, 26 de abril de 1980, p. 2.

<sup>306</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA, 29 de abril de 1980, p. 2.

<sup>307</sup> JORNAL DO BRASIL, 28 de abril de 1980, p. 2.

<sup>308</sup> JORNAL DO BRASIL, 29 de abril de 1980, p. 4.

<sup>309</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA, 30 de abril de 1980, p. 3.

Mas por que a oposição tanto se opunha ao projeto de prorrogação? Talvez, a melhor resposta esteja no pensamento do presidente do Partido Popular (PP), Senador Tancredo Neves (MG): em sua perspectiva, a prorrogação significaria um atraso ao chamado projeto de abertura, sendo uma espécie de retrocesso político<sup>310</sup>. Ao mesmo tempo, outras demandas também eram debatidas no Congresso e o governo agia com a mesma morosidade - como, por exemplo, o retorno das prerrogativas do Congresso.

Nesse momento, acaba sendo um tanto quanto difícil definir um perfil sobre o comportamento da maioria dos deputados e senadores do PDS acerca do tema. Mas é inegável que a proposta de prorrogação não era hegemônica dentro do partido. Isso pode ser justificado pela maneira de tramitação e debate da pauta. Em questões de fácil resolução, ou que agradam também aos desígnios de oposição a solução é rapidamente apresentada, debatida e votada. Os projetos de grande aceitação rapidamente deixam de ser ventilados dentro da imprensa, justamente porque não possuem grande repercussão.

E a situação não era favorável com o estabelecimento de negociações parlamentares com a oposição. O líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Freitas Nobre, dava declarações sobre as negociações dos partidos da oposição, para que juntos trabalhassem pela rejeição/arquivamento da Emenda<sup>311</sup>.

A oposição acabou apresentando uma Emenda que garantisse as eleições ainda no ano de 1980, mas para o mês de dezembro. Isso confirmou a estratégia desses grupos em entender que seria inviável a realização de uma eleição ainda no mês de novembro, pelo curto espaço de organização<sup>312</sup>. Enquanto toda essa articulação da oposição ocorria, partidários do PDS eram acusados de trabalharem em torno da inviabilização da eleição para esse ano. Tal postura pode ser vislumbrada nas rejeições de pedidos de “urgência” que deputados da oposição faziam, para dar mais celeridade ao debate parlamentar<sup>313</sup>.

Após todas essas questões expostas, finalmente houve uma posição oficial do PDS referente ao seu desejo: o partido gostaria da prorrogação dos mandatos, ação que foi comunicada ao Ministro da Justiça. Apesar desta posição, proferida pelo então Senador Jarbas Passarinho, o Deputado Edison Lobão explicou qual era o maior problema em um entendimento da definição do PDS: alguns deputados do partido estavam sendo pressionados por suas bases eleitorais e correligionários, que possuíam grande interesse em participar e se candidatar aos

---

<sup>310</sup> JORNAL DO BRASIL, 30 de abril de 1980, p. 4.

<sup>311</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA, 1 de maio de 1980, p. 3.

<sup>312</sup> JORNAL DO BRASIL, 4 de maio de 1980, p. 4.

<sup>313</sup> JORNAL DO BRASIL, 7 de maio de 1980, p. 4.

cargos de prefeito/vereador. Esses deputados acabavam entendendo que valeria mais seguir o desejo de suas bases, do que dar encaminhamento aos desígnios da liderança do partido<sup>314</sup>.

Ainda cabe ressaltar um dos argumentos que correligionários do PDS davam para justificar suas posições favoráveis à prorrogação dos mandatos. Em diversas entrevistas, a preocupação não se encontrava com a organização do seu partido. Esses políticos geralmente apontavam para as siglas da oposição, dizendo que elas não teriam a menor condição de se organizarem de forma coerente para conseguir disputar o pleito em 1980. A voz sempre é em favor de uma competição eleitoral “justa”. É como se os valores democráticos, para esses políticos, estivessem aliados aos valores de justiça. Logo, para que a eleição ocorresse, todos deveriam estar em condições semelhantes. Ao mesmo tempo, dentro do Congresso, os debates que poderiam favorecer a oposição, como o retorno das prerrogativas, pouco destaque ganhava das lideranças do PDS.

Aliado a isso, o PDS definia-se totalmente desfavorável à tese mais intervencionista - onde, depois de vencidos os prazos e sem a realização de uma eleição, o governo indicaria os novos prefeitos e vereadores. Para Sarney, não haveria a menor chance de o partido adotar esta possibilidade<sup>315</sup>. Essa posição, tanto do PDS como do governo, é compreensível já que o apoio a postura mais intervencionista em muito prejudicaria os interesses do próprio PDS, como também daria uma conotação negativa ao propósito do governo de se apresentar como um defensor da abertura política.

Enquanto demorava ainda mais os desdobramentos do projeto, a imprensa noticiava o quão problemático estava a posição favorável à prorrogação de mandatos dentro do PDS. O partido acabava tendo dificuldades em conciliar o desejo de seus líderes, do governo e de suas bases eleitorais. O principal problema estava na realização de uma eleição em conjunto para governadores, prefeitos e para o Poder Legislativo. Algumas bases eleitorais, segundo a imprensa, questionavam justamente que o grande quantitativo de votos a serem feitos poderiam gerar “rasuras” em diversas cédulas eleitorais, o que prejudicaria o próprio resultado eleitoral. Para solucionar esse problema, começou-se a pensar em uma possibilidade de extensão de mandatos por apenas 6 meses<sup>316</sup>.

---

<sup>314</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA, 8 de maio de 1980, p. 3.

<sup>315</sup> JORNAL DO BRASIL, 14 de maio de 1980, p. 3.

<sup>316</sup> JORNAL DO BRASIL, 19 de maio de 1980, p. 3.

A oposição reagiu em nota, do deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), deixando em evidência o desejo de manutenção das eleições e reconhecendo que a chamada abertura democrática só poderia ser reconhecida enquanto tal, se houvessem eleições<sup>317</sup>.

Em meio a esse quadro, às lideranças do PDS passaram a defender a retirada da Emenda das Diretas, inviabilizando o seu debate no ano de 1980 e só o retomar no ano subsequente. A medida tem um caráter de retaliação a qualquer possibilidade de discutir a abertura sem ser uma diretriz direta do governo. A possível Emenda Abi-Ackel, que trataria dessa pauta, já tinha demanda o suficiente para tramitar no Congresso. Porém, o governo passou a querer impedir esse debate em conjunto com o debate das prerrogativas do Congresso e adiar o quanto possível a questão da prorrogação dos mandatos, até que sua proposta fosse a vencedora<sup>318</sup>.

Agora, resta apresentar o pensamento do Vice-Presidente do país. Aureliano Chaves (PDS-MG) acabou dando sua primeira declaração em 4 de junho de 1980, onde se manifestou contrário ao projeto de prorrogação dos mandatos. Lembrando que Chaves também teve conflitos com a tese da Emenda Lobão<sup>319</sup>.

Essa declaração ocorreu um dia antes da reunião de bancada do PDS, para tratar do tema da prorrogação e entender os diversos pontos de vista dos deputados, principalmente daqueles que eram contrários a tal Emenda. Vale citar que através dessa reunião, acabou sendo possível entender alguns argumentos pela manutenção do calendário, como também apontar mais alguns nomes contrários à extensão. Primeiro, vale dizer que esta reunião buscava ocorrer para que, depois de debater todas as opiniões, houvesse um consenso dentro do partido pela aprovação ou não da Emenda. Segundo, vale dizer que a reunião teve uma duração de quase três horas. Terceiro, há uma característica nessa reunião, apontada pela própria imprensa, que distingue de antigas reuniões da Arena, onde eram possíveis perceber relatos críticos ao presidente. O momento era favorável, exemplificada pela moção de aplausos ao trabalho do Presidente Figueiredo - aprovado por unanimidade. Alguns outros líderes também foram reverenciados, como o presidente da Câmara Flávio Marcílio. O primeiro a se opor a Emenda foi o Deputado Geraldo Guedes (PDS-PE)<sup>320</sup>. Sua posição era justificada pelo entendimento de que não

---

<sup>317</sup> JORNAL DO BRASIL, 21 de maio de 1980, p. 3.

<sup>318</sup> JORNAL DO BRASIL, 29 de maio de 1980, p. 2.

<sup>319</sup> JORNAL DO BRASIL, 4 de junho de 1980, p. 3.

<sup>320</sup> Antonio Geraldo de Azevedo Guedes: nasceu em Caruaru, município de Pernambuco, em agosto de 1919. Se tornou Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, em 1943. Exerceu cargos na gestão pública, como Promotor em Pernambuco. Pelo Partido Libertador (PL) foi eleito Deputado Federal em 1958. Exerceu cargo de Deputado entre os anos de 1959 e 1983. Para maiores informações, consultar: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-geraldo-de-azevedo-guedes>. Acesso em 11 de janeiro de 2023, às 11h.

deveriam ser os Congressistas em Brasília que deveriam definir essa pauta. Uma fala um tanto quanto mais enfática foi a do Deputado Brabo Carvalho (PDS-PA). Em sua opinião, o Congresso não deveria retardar uma eleição se o governo avaliava que essa poderia determinar derrotas ao mesmo. O deputado acabou tecendo uma análise do crescimento da oposição em seu estado, o Pará, que teria sido responsável pelo descuido do governo com demandas do povo paraense. “Afirmou que não pode oferecer nada, quando é procurado pelos prefeitos e vereadores e acha que está - desacreditado pelas lideranças, que estão se desentendendo”<sup>321</sup>.

Cabe aqui um esclarecimento sobre o papel do Legislativo e sua relação com o Executivo durante o período de governo dos militares. Rego entende que no Brasil, até mesmo em período anterior ao ditatorial, a responsabilidade legislativa era depositada no poder Executivo. Fato este que, durante a ditadura, foi ampliado. Isso não é de exclusividade do sistema político brasileiro, já que diversos outros países também operam de forma semelhante<sup>322</sup>.

Durante o período ditatorial, o papel de produzir matéria legislativa era preceito, em maior parte, do Executivo. Como diz o autor, “Os projetos de lei eram encaminhados pelo Poder Executivo, frequentemente em regime de urgência, concedendo um prazo muito pequeno para deliberação do Congresso”<sup>323</sup>. Os prazos emergenciais forçaram um debate mais encurtado, como era de interesse do Executivo - o que acabava tornando mais fácil a aprovação dos textos constitucionais.

Outra forma de garantir o controle sobre o Legislativo era por meio dos atos administrativos, medidas que não precisavam de apreciação do Congresso. Logo, mesmo com a permanência e funcionamento do Congresso após o golpe, suas atribuições foram diminuídas, o que causou uma diminuição valorativa de suas funções.

Mas, os Congressistas passaram a desempenhar um papel que poderia ser de muita serventia ao governo: canal de informações. Os parlamentares acabavam sendo mediadores de demandas entre determinados grupos sociais ou regiões e o governo. Isso garantia ao Executivo uma melhor visualização das demandas sociais que, por algum motivo, não eram vislumbradas antes.

Assim, a fala do Deputado Brabo Carvalho possui um importante conteúdo. Pela sua indignação, nem mesmo a nova função que foi atribuída aos políticos estava sendo considerada

---

<sup>321</sup> JORNAL DO BRASIL, 5 de junho de 1980, p. 4.

<sup>322</sup> REGO, 2008.

<sup>323</sup> REGO, 2008, p. 53.

pelo governo, na formulação de suas políticas públicas - fato que podia e muito atrapalhar o desempenho eleitoral do PDS.

O Deputado Júlio Campos (PDS-MT) acabou defendendo uma medida que não agradou aos que participavam da reunião: um plebiscito. Mas a sua posição nas eleições ainda naquele ano se justificava por conta da atuação dos prefeitos e vereadores, que eleitos em 1976, se encontram desgastados para darem continuidade aos seus trabalhos.

O caso dos Deputados do Rio de Janeiro acaba sendo muito significativo do quão delicada era a situação. Explicitamente, somente o Deputado Célio Borja teria se declarado contrário à prorrogação. Porém, essa situação não garantia que os demais deputados iriam agir em total sintonia com o governo. Isso porque o próprio Deputado Alair Ferreira (PDS-RJ) trabalhava para a manutenção do calendário eleitoral e a garantia de organização dos partidos para o pleito em 1980. Simão Sessim (PDS-RJ) não tinha uma opinião contrária ao governo, porque queria ser o candidato à prefeitura do município de Nilópolis e para isso precisava do apoio do governo - portanto, ele seguiria a decisão de “cima”. Os Deputados que possuem como base eleitoral a antiga Guanabara não tinham grandes pretensões, porque a região era de fácil controle da oposição. A única voz que poderia se opor à prorrogação era a de Lúcia Lessa, política que tinha grande apreço à tese liberal. Já o Deputado José Alves Torres (PDS-RJ) era responsável pela manutenção do calendário, já que tinha interesse em disputar as eleições municipais, enquanto candidato à prefeitura de São Gonçalo - até então, seria uma grande oportunidade a este político, pela grande instabilidade a qual o município enfrentava. O Deputado Hidequel de Freitas Lima (PDS-RJ) tinha base eleitoral no município de Duque de Caxias, região que era considerada de Segurança Nacional, então sua decisão não traria grandes consequências, já que não haveria a possibilidade de disputar o pleito como candidato a prefeito. Ao contrário, a prorrogação poderia garantir por mais tempo o PDS no poder, que pela sua percepção o município não traria grandes resultados ao partido nos próximos pleitos<sup>324</sup>.

Essa exposição explica como não era fácil obter hegemonia na decisão. O exemplo versa apenas em um estado, mas já indica o quão complexo seria a aprovação da prorrogação dos mandatos. Por isso, a estratégia é retardar ao máximo o debate sobre a pauta.

Apesar da articulação, o projeto da oposição quase passou pelo Senado Federal. Isso ocorreu porque um texto substitutivo que garantia eleições ainda no ano de 1980 foi enviado para a Comissão de Constituição e Justiça no Senado, a Comissão se encontrava vazia de Senadores governistas e a oposição tentou aprovar seu texto substitutivo nesse momento. Esse

---

<sup>324</sup> JORNAL DO BRASIL, 10 de junho de 1980, p. 3.

“descuido” do governo só não gerou dano porque um Senador governista estava presente na Comissão e foi alertado por um outro colega sobre a situação, logo pediu vista - o que garantiu a manutenção do texto original<sup>325</sup>.

Depois dessa situação um tanto quanto não esperada, a Emenda teve pouca dificuldade para ser aprovada na Comissão Mista, responsável por avaliar o projeto com integrantes das duas casas Legislativas - o texto foi aprovado somente pelos membros do PDS, já que os políticos da oposição se retiraram em forma de protesto<sup>326</sup>. A situação agora seria saber se o texto conseguiria ser aprovado pela maioria formada pelo PDS, ou se membros da oposição seriam necessários para garantir a aprovação do texto.

Enquanto esse debate corria para um desfecho favorável ao governo, coordenadores regionais do PDS passaram a se articular em protesto. Estas lideranças pleiteavam uma maior participação no centro decisivo. Segundo suas análises, o governo não os incluía na formação de políticas públicas. Até mesmo os Ministros do Planejamento (Delfim Neto) e da Agricultura (Amaury Stabile) foram criticados, por serem vistos como figuras de pouca articulação com o partido. As críticas também foram destinadas ao problema econômico que o país enfrentava, principalmente gerando o aumento dos preços pela inflação. Ocorreram críticas também ao modo de decisões tomadas pelo governo, já que esses líderes entendiam que o governo deveria comunicar suas estratégias e decisões de forma a integrar essas lideranças ao centro decisivo<sup>327</sup>.

Essa crítica acabou não sendo uma novidade dentro do universo de parlamentares que apoiavam o governo. Grinberg reconheceu que os políticos arenistas, após 1974, tinham um grande interesse em pleitear maiores participações políticas nas decisões do governo. O problema é que o próprio presidente Geisel acabou tendo um comportamento que mais repelia, do que aglutinou os membros do partido.

O então Presidente, em vários momentos, acabou sendo autor de críticas que serviam ao descrédito dos seus partidários; seu governo também se garantia na utilização do AI-5, para cassar políticos; seu governo também colaborou para que os políticos da Arena percebessem que a estreita sujeição ao governo não lhes era positiva. Portanto, como já dito, a situação pleiteada por parlamentares não era distinta na Arena e no PDS.

Os grupos de oposição também rejeitaram uma proposta do líder do PDS na Câmara, Deputado Néelson Marchezan, que tentou barganhar uma Emenda pelo voto direto em favor de apoio na prorrogação dos mandatos. A proposta garantiria que o governo votaria favorável em

---

<sup>325</sup> JORNAL DO BRASIL, 25 de junho de 1980, p. 4.

<sup>326</sup> JORNAL DO BRASIL, 8 de agosto de 1980, p. 3.

<sup>327</sup> JORNAL DO BRASIL, 8 de agosto de 1980, p. 4.

um projeto que garantisse o voto direto para governadores, desde que a oposição colaborasse pela aprovação da Emenda da prorrogação. A oposição apresentou severas críticas a essa proposta de Marchezan e passou a questionar se o voto direto, de fato, seria uma realidade a que o governo trabalharia<sup>328</sup>?

O texto seria votado no mês de setembro de 1980, em meados de agosto do mesmo ano não havia clareza sobre os votos de parlamentares do PDS. Pelo menos 20 deputados estariam querendo votar pela rejeição da Emenda. Fato que preocupava o governo, mas não era uma novidade. A primeira reunião, apresentada acima, contou com alguns discursos contrários e uma votação que contava com um número alto de deputados contrários. Ao todo, na primeira reunião, 46 deputados foram favoráveis à aprovação do texto, 18 deputados não tinham uma opinião clara, e 19 deputados eram contrários. O principal deputado do PDS que passou a ser contrário ao texto foi Carlos Alberto Chiarelli (RS). Um novo argumento surgiu em favor dos que se opunham à aprovação da Emenda: a credibilidade. Os deputados passaram a defender a tese de que, por serem do partido governista, deveriam agir em defesa da manutenção do calendário eleitoral, porque a rejeição deste lhes renderia descrédito de seus eleitores<sup>329</sup>.

Depois de muita negociação interna, houve o convencimento de uma maioria parlamentar que garantiu a aprovação do texto. A adesão dos políticos do PDS foi massiva, suficiente para garantir a aprovação sem depender dos grupos de oposição. Por parte da oposição, o deputado Iturival Nascimento (PMDB-GO) acabou causando um imbróglio, por ter votado em favor da Emenda. Mas, dentro da imprensa, não existe qualquer outro caso de retaliação por parte da oposição<sup>330</sup>.

Essa discussão traz consigo algumas questões distintas e semelhantes à Emenda Lobão. A prorrogação de mandatos interferia de forma mais grave na vida política da estrutura municipal, o que possibilitou uma pressão de baixo para cima, já que muitos políticos e bases eleitorais poderiam ser afetadas com a aprovação do texto.

A aprovação desse texto mostrou como a negociação política é importante, mas principalmente como o governo ainda era o definidor de pautas a serem enviadas e aprovadas pelo Congresso. Não havia muito espaço para a autonomia parlamentar.

A Emenda da Prorrogação foi um texto de interesse do governo, que em conjunto com a Emenda Lobão, impedia uma celeridade no processo de abertura. A estratégia talvez estivesse atrelada a um entendimento de que retardar o pleito de 1980 poderia ser favorável ao governo,

---

<sup>328</sup> JORNAL DO BRASIL, 12 de agosto de 1980, p. 4.

<sup>329</sup> JORNAL DO BRASIL, 17 de agosto de 1980, p. 4.

<sup>330</sup> JORNAL DO BRASIL, 5 de setembro de 1980, p. 4.



principalmente pesando uma expectativa de melhora das condições econômicas da população brasileira.

O PDS também não teve facilidade em negociar com os grupos de oposição. Se o MDB aglutinou todos os projetos políticos de oposição ao governo ditatorial em um único partido, a adoção do sistema multipartidário mostra que a oposição passou a trabalhar em conjunto para impossibilitar a aprovação ou garantir a aprovação de textos que diretamente mexiam em seus interesses.

### **3.3 As prerrogativas do Congresso ou quando o PDS tentou negociar com o Planalto**

O debate sobre as prerrogativas do Congresso Nacional foi dividido em duas partes. A justificativa para tal feito está na sua própria discussão pelos parlamentares. O projeto, inicialmente, passa a ganhar preocupação de congressistas ainda no ano de 1980, mas como será descrito abaixo não prosperou. Somente no ano seguinte, 1981, é que o projeto passou a ser novamente discutido, entretanto sem êxito.

O título deste texto refere-se a matéria escrita por Paulo José da Cunha, em 20 de setembro de 1980, que indicava o propósito do partido em negociar com o Planalto uma forma de garantir que as chamadas Prerrogativas do Congresso fossem restituídas pelo Governo. Como já dito, mesmo com insistência e desejo de membros do PDS, tal temática não foi possível ser garantida, por conta da negativa do próprio Governo.

No que diz respeito a governos ditatoriais, é frequente atuarem de forma a buscar a redução do papel do Congresso Nacional - seja como uma estratégia de desprestigia-lo ou como um meio de impedir que seus projetos se imponham aos do governo. Esse tema também foi tratado no primeiro capítulo desta dissertação.

A primeira introdução do desejo de retomada das prerrogativas ao poder Legislativo veio com a divulgação do programa partidário do PDS. O manifesto – exposto no capítulo anterior - citava a questão das prerrogativas como defesa central para o funcionamento da ordem política. Cabe citar que o projeto, antes de ser divulgado, passou em mãos de importantes lideranças políticas do momento, como a do Presidente João Batista Figueiredo. Logo, o Poder Executivo tinha plena ciência dos anseios partidários da sua base<sup>331</sup>.

Porém, apesar do programa partidário do PDS ser divulgado ainda em janeiro de 1980, pouca relevância teve a questão das prerrogativas no mês de fevereiro. Talvez a preocupação

---

<sup>331</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA, 26 de janeiro de 1980, p. 3.

com a aprovação/rejeição da Emenda Lobão tenha sido o principal fator de empecilho para uma maior discussão sobre esse tema.

O debate sobre as prerrogativas vai voltar à cena jornalística no momento de abertura das atividades parlamentares, que ocorreu no mês de março de 1980. A Emenda que visava a restituição das prerrogativas foi encabeçada pelo Deputado e Presidente da Câmara dos Deputados Flávio Marcílio (PDS-CE). O projeto inicial, que passou por uma Comissão Suprapartidária contava com a retirada de questões que favoreciam o Executivo e desprestigiavam o Congresso. Medidas, como o “prazo para apreciação de uma matéria de interesse do Executivo” e o chamado “decurso de prazo”, foram algumas propostas que seriam extintas pelo projeto original<sup>332</sup>. Como se pode ver, essas duas ações citadas eram uma das ferramentas que o Poder Executivo se baseava para impedir ou garantir a aprovação de um texto do seu interesse, mesmo que o Congresso Nacional ainda não tivesse um parecer sobre o tema.

O líder do governo no Senado, Senador Jarbas Passarinho, acabou dando garantias de que o projeto das prerrogativas conseguiria ser aprovado ainda no ano de 1980. A reunião que garantiu essa afirmação foi realizada com o Presidente da Câmara e líder da Emenda, Deputado Flávio Marcílio. Em defesa da aprovação do texto, o Deputado alegou que a Emenda era uma vontade de todos os congressistas, sendo essa uma maneira de tentar garantir que sua aprovação se daria com o apoio do partido de governo, como também das oposições<sup>333</sup>.

Inicialmente, a temática não movimentou governistas contrários ao projeto. Aí, cabe novamente um esclarecimento, já que o Congresso e o governo estavam no meio de um debate relativo à Emenda Lobão. Podem ser especulados alguns dos fatores do silêncio do governo: a própria Emenda Lobão, já que o governo queria impedir a aprovação da mesma. Assim, o seu foco acabou sendo no arquivamento de uma Emenda que já tinha data para ser votada; o segundo motivo também tem relação com a Emenda Lobão, porque o silêncio pode ser justificado como interesse do governo em impedir que uma posição mais restritiva em referência ao projeto de abertura poderia ser mal visto pelo Congresso - o governo seria visto como não interessado em debater questões da chamada abertura política, o que poderia estimular os próprios parlamentares, aliados do governo e os da oposição, a seguir um calendário político distinto do que era enviado pelo governo; a terceira possibilidade se baseia no entendimento de que o texto ainda não era o principal tema de debate do Congresso, o que poderia ter estimulado um silenciamento inicial governista.

---

<sup>332</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA, 6 de março de 1980, p. 3.

<sup>333</sup> JORNAL DO BRASIL, 7 de março de 1980, p. 3.

Fontes do PDS apontaram que o apoio do Congresso ao texto das prerrogativas contava com, pelo menos, 360 Deputados e 47 Senadores. Fato que possibilitaria ao texto sua tramitação em caráter preferencial. Somente um único deputado, no início de março, teria se recusado a apoiar a aprovação da Emenda. O Deputado Cantídio Sampaio (PDS-SP), acabou não querendo subscrever seu apoio<sup>334</sup>.

Quando a Emenda foi apresentada pelo deputado Djalma Marinho (PDS-RN), então presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, foi proferido o seguinte discurso:

Estamos a querer participar da grande tarefa do Presidente João Figueiredo de implantar um estado de direito em bases de regime democrático e, por isso mesmo, achar que o Parlamento deve ser uma instituição viva e não apenas um órgão secundário do processo político do país sem respeito e sem eficiência<sup>335</sup>

Como pode ser visto, a fala do deputado contém importantes informações que precisam ser detalhadas. Primeiro, o argumento de “*envolvimento*”, Djalma Marinho diz que a Emenda poderia possibilitar um maior envolvimento no processo de decisões de governo, o desejo de maior participação dos parlamentares no governo não era uma novidade. Antes mesmo da formação do sistema multipartidário a pressão era nesse sentido. Segundo, a questão do prestígio, o parlamentar entendia que a Emenda poderia dar “vida” ao Congresso. Essa medida vai ao encontro de debates mencionados neste capítulo, nos quais a sensação de prestígio do Congresso era quase inexistente.

Abaixo, vale transcrever na íntegra quais eram os interesses da Emenda das prerrogativas, publicados Jornal do Brasil:

- A) que o Congresso Nacional possa autoconvocar-se durante os recessos parlamentares, mediante requerimento de dois terços dos membros da Câmara e do Senado. Hoje, só o Presidente da República tem poder para convocar o Congresso extraordinariamente.
- B) que os vetos sejam apreciados em votação secreta, em sessão conjunta (Câmara e Senado) sem distinção corporativa, ou seja, abrindo mão do princípio da bicameralidade, pela qual uma Casa pode rever a decisão da outra;
- C) que cada umas das Câmaras detenha a competência exclusiva para a elaboração de seu Regimento, disponha sobre sua organização, política e provimento dos cargos a seu serviço, retirando as restrições de número e funcionamento das CPIs, acabando com a censura e pronunciamentos e permitindo a reeleição das Mesas da Câmara e do Senado.
- D) que os parlamentares sejam invioláveis penalmente quando emitirem opiniões, palavras e votos vinculados ao exercício do mandato. O dispositivo

---

<sup>334</sup> JORNAL DO BRASIL, 8 de março de 1980, p. 4.

<sup>335</sup> JORNAL DO BRASIL, 14 de março de 1980, p. 3.

estabelece, porém, que o parlamentar - como qualquer cidadão - responde por quaisquer outros atos que a lei defina como criminalmente imputáveis. No caso de crimes contra a segurança nacional, o Procurador-Geral da República poderá requerer a suspensão do exercício do mandato parlamentar até a decisão final de sua representação pelo STF;

E) Que as Mesas das duas Casas do Congresso possam declarar a perda de mandato parlamentar em virtude de decisão judicial. Modificação meramente formal, que visa apenas a reunir todos os casos da espécie no mesmo dispositivo;

F) que não perderá o mandato o deputado ou senador investido da função de Ministro de Estado, governador do Distrito Federal, governador de Territórios, secretários de Estado, prefeito de Capital, ou quando em licença por período igual ou superior a 120 dias, por motivo de doença ou para tratar de interesse particular, não podendo dela desistir. Atualmente os cargos de governador do DF e de território não estavam entre os que asseguravam a manutenção do mandato parlamentar;

G) Que as Câmaras possam elaborar projeto de lei que crie ou extinga cargos de seus serviços e fixe os respectivos vencimentos;

H) que cada Senador seja eleito com um só suplente e não dois como a Constituição estabelece hoje;

I) que os projetos de lei complementar sejam aprovados somente por maioria absoluta das duas Casas;

J) que, no caso de as Câmaras não deliberarem dentro do prazo, os materiais originários do Executivo não serão automaticamente consideradas aprovadas, como hoje, mas entrarão na ordem do dia e nenhum outro assunto será decidido enquanto aquelas não tiverem sido apreciadas. [...]

L) Que o Executivo não mais poderá editar decretos-lei quando se tratar de matéria tributária, que crie ou extinga cargos públicos e fixe os vencimentos dos servidores da União, o mesmo dispositivo estabelece que os decretos-lei tem prazo de 60 dias para a deliberação sobre eles, de parte do Congresso, e se essa deliberação não acontecer, permanecerão na ordem do dia, sobre todas as demais matérias, até uma definição final sobre eles<sup>336</sup>

É evidente que o retorno das prerrogativas era essencial para a garantia de retorno de um Congresso mais ativo. Essas medidas possibilitariam uma maior autonomia do Poder Legislativo. O Poder Legislativo reclamava por suas prerrogativas, porque o avanço da ditadura no campo do direito foi feito justamente em razão da diminuição dessa autonomia.

---

<sup>336</sup> JORNAL DO BRASIL, 14 de março de 1980, p. 3.

A preocupação dos civis e militares que participaram foi justamente a organização de um governo. A maior dificuldade para esta tarefa estava na composição dos grupos golpistas. Eles não apresentavam homogeneidade. Havia então uma necessidade de se atingir o ponto máximo de estabilidade governamental: a legitimidade das ações. Tanto civis, quanto os militares “castelistas” sentiam a necessidade de organizar um governo que fosse respaldado nos âmbitos sociais<sup>337</sup>. Os debates acadêmicos salientam que havia uma série de divisões, de natureza ideológica, nos quartéis. Altos oficiais podiam estar relacionados a algum tipo de pensamento nacionalista à esquerda, nacionalista ou até mesmo liberal. Essas divisões também não deixaram de compor o Comando Supremo. Contudo, apesar das diferenças, as Forças Armadas governaram juntas o país. Ora um presidente tinha uma visão nacionalista, ora um mais aberto a integração brasileira no sistema mundial, mas a relação não era em prol de uma divisão<sup>338</sup>.

A busca por esta legitimidade acabou causando o que Vasconcelos chama de hibridismo. A ditadura militar conviveu com instituições democráticas, redefinindo seu alcance e raio de ação. E nelas, buscou meios de se legitimar. Vale à pena, nesse sentido, refletir como o governo ditatorial buscou organizar este processo de expansão jurídica, tendo como alvo central a legitimação de suas atitudes, até o decreto do AI-5 (Ato Institucional nº 5).

Após o golpe e a eleição de Castelo Branco, um dos temas de expressão dentro do Congresso foi a cassação de parlamentares que poderiam representar uma ameaça à estabilidade do novo regime<sup>339</sup>.

Quando veio à tona a primeira lista de cassações, mais precisamente no dia dez de abril de 1964, uma série de problemas se manifestam: desde reclamações e indignações, por parte dos cassados, até mesmo dúvidas sobre a aplicabilidade da lista (seria momentânea? Teria uma data específica para sua aplicação?). Estes questionamentos só evidenciaram que o regime instalado ainda permanecia com alto grau de incerteza<sup>340</sup>. Esta lista de cassações está dentro de um projeto maior, denominado Ato Institucional (posteriormente, denominado de AI-1), determinado sem uma aprovação prévia do Congresso. Pode-se dizer que esta medida representa mais uma forma do caráter autoritário do regime que se instalava<sup>341</sup>.

---

<sup>337</sup> VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964-1968): a preservação do Legislativo. **Varia história**, v. 29, p. 333-358, 2013.

<sup>338</sup> QUADRAT, Samantha Viz. A ditadura civil-militar em tempo de (in)definições (1964-1968). In: MARTINHO, Fico Palmares (org.). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.

<sup>339</sup> GRINBERG, 2009.

<sup>340</sup> GRINBERG, 2009.

<sup>341</sup> As principais medidas deste Ato Institucional foram: suspensão dos direitos políticos por um prazo de até dez anos; punição de funcionários públicos das esferas municipal, estadual e federal; eleição indireta, através do

O AI-1 deixava claro o desejo de controle e tentativa de estabelecimento da ordem interna e externa por parte de alguns militares. Mais uma vez, tornava evidente que o golpe não era planejado com uma ditadura, mas que a mesma foi sendo construída. Cabe ressaltar que essas primeiras medidas não obtiveram o sucesso que se esperava pela cúpula militar. Isso porque algumas vítimas deste dispositivo conseguiram recorrer, apelando para instrumentos jurídicos como o *Habeas corpus*. Fato que não fora bem visto pela representação militar, estimulando a redação de um segundo Ato Institucional<sup>342</sup>. Um outro problema não previsto pelos militares, foram os desdobramentos das cassações. Os suplentes que assumiram o lugar dos políticos cassados foram mais combativos ao regime do que seus antecessores<sup>343</sup>.

Ainda é importante destacar que a ação repressiva logo foi alvo de críticas formuladas tanto pela sociedade civil como pelo Congresso. Denúncias de tortura foram apresentadas, estimulando uma resposta do então presidente Castelo Branco, que elegeu seu chefe do Gabinete Militar, Ernesto Geisel, para apurar a situação<sup>344</sup>.

Segundo Samantha Quadrat, este processo de radicalização se iniciou ainda no governo Castelo Branco<sup>345</sup>. Os primeiros Atos Institucionais já garantiam ao governo a possibilidade de repressão e perseguição aos opositores do regime. Portanto, a violência política tem seu início com o próprio golpe de Estado e não apenas com a promulgação do AI-5<sup>346</sup>.

Após o consenso estabelecido sobre Castello, o seu governo começou a delinear seu principal aspecto. Passou-se a preocupar-se com a legalidade das ações militares/governistas. “No Brasil ditatorial fazia-se lei para tudo”<sup>347</sup>.

Após este período de instabilidade e construção de legitimidade, o governo e seus apoiadores passaram por um novo teste no ano seguinte. Os resultados da eleição de outubro de 1965, para Grinberg, foram determinantes para a alteração no sistema político-partidário<sup>348</sup>. Entedia-se que a força possuída pelo PSD (Partido Social Democrático) e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) era demasiada, o que dificultaria o crescimento da própria UDN (União

---

Congresso, para presidente da República. Para maiores informações sobre, consultar: FICO, Carlos. **O Golpe de 64: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

<sup>342</sup> Ibidem.

<sup>343</sup> FLEISCHER, 1988

<sup>344</sup> D'ARAUJO, Maria Celina; JOFFILY, Mariana. Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização: Quarta República (1964-1985)**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. D'ARAUJO & JOFFILY, 2019.

<sup>345</sup> A perspectiva da evolução gradual da legislação política é justamente a responsável por normalizar as práticas de violência de Estado.

<sup>346</sup> QUADRAT, 2006.

<sup>347</sup> QUADRAT, 2006, p. 130.

<sup>348</sup> GRINBERG, 2009.

Democrática Nacional) e, assim, de adeptos do novo regime. Deve-se enfatizar que somente o apoio da UDN, ao governo, não seria útil para sua continuidade, já que o partido não era maioria na Câmara. Seriam necessárias aproximações aos dois outros partidos de maior influência política nacional: PTB e PSD<sup>349</sup>.

Ideologicamente, os militares justificaram suas ações alegando a defesa da democracia, com o intuito de garantir sua estabilidade. Não à toa, a eleição do presidente Castello Branco foi legitimada pelo próprio Congresso Nacional. Ao Poder Legislativo, sob nova conformação após as cassações, foi assegurado direito de continuar suas atribuições<sup>350</sup>.

Em um período de treze anos (1964-1977), o país teve mais de 17 Atos Institucionais e 104 Atos Complementares. Estes Atos serviam justamente para a consolidação do regime ditatorial. Importa salientar que, ainda no governo Castello, os grupos que apoiaram o golpe não assistiram de janela o crescente autoritarismo na política brasileira. As dificuldades foram percebidas e o apoio ao golpe não foi continuado por alguns grupos liberais<sup>351</sup>.

O AI-5 pode ser inserido nesse debate sobre a legalidade, já que este não possuía tempo determinado para cessar. O quinto Ato conferia legitimidade ao presidente, como também aumentavam suas atribuições<sup>352</sup>. “O AI-5 demonstra a preocupação dos militares em “legalizar a ditadura”, ou seja, tornar institucionais as arbitrariedades, negando, portanto, o caráter ditatorial do regime”<sup>353</sup>. Estas medidas acabaram sendo essenciais para a diminuição das prerrogativas do Congresso Nacional.

Rodrigo Patto Sá Motta escreveu um capítulo inteiro refletindo sobre a questão constitucional e o golpe de 1964<sup>354</sup>. O autor apresenta argumentos que defendam o caráter ditatorial do período – em oposição a qualquer possibilidade negacionista. A primeira questão a ser levantada é o caráter autoritário do regime, que atuou com o intuito de impedir a continuidade de determinados valores democráticos. O governo, no período ditatorial, sempre atuou para impedir que os grupos de oposição conseguissem chegar ao comando político.

---

<sup>349</sup> MADEIRA, Rafael Machado. **Vinhos antigos em novas garrafas: a influência de ex-arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro**. 2006. 208 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

<sup>350</sup> FLEISCHER, David. As Desventuras da Engenharia Política: Sistema Eleitoral *versus* Sistema Partidário. In: FLEISCHER, David (org.). **Da Distensão à Abertura: As Eleições de 1982**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

<sup>351</sup> *Ibidem*.

<sup>352</sup> Algumas das medidas que o presente Ato garantia, não eram nenhuma peculiaridade. A repressão e a perseguição já eram práticas comuns dentro do regime ditatorial. Contudo, este trazia consigo algumas questões que sim eram novas. A principal delas foi a suspensão do *Habeas Corpus*. Com a retirada desta garantia, os presos já não tinham direitos básicos garantidos.

<sup>353</sup> ROLLEMBERG, 2006, p. 143.

<sup>354</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

A situação política brasileira apresentou uma peculiaridade importante, já que o governo brasileiro também manteve determinadas instituições de caráter democrático. Algo que não era comum aos regimes autoritários. O propósito de permanência destas instituições democráticas era de impedir discursos de oposição que classificassem o período como ditatorial. Era importante ao governo transmitir uma imagem de defesa dos valores democráticos.

Motta entende que os governos militares utilizaram os meios legais para legitimarem os seus atos. O que dava um caráter de legalidade para suas ações. Até mesmo os atos repressivos viravam projetos de lei – o que os tornavam legais.

Sobre especificamente o AI-5, o autor entende que o contexto social brasileiro não era de estabilidade. Entre 1967 e 1968, o país viveu momentos de protestos dos movimentos sociais, principalmente de operários e universitários. O contexto era, teoricamente, mais favorável. A ditadura brasileira perdia popularidade e os antigos atos repressivos AI-1 e AI-2, por exemplo, tinham chegado ao fim. O momento também foi de retorno de alguns exilados políticos. Tal processo também foi sentido pelo partido de oposição, o MDB, que passou a ter uma atuação mais enérgica contra o governo militar. A resposta de apoiadores do regime também foi enérgica. Os quartéis passaram a ficar mais agitados, como também ocorreram certos ataques terroristas de apoiadores do regime.

No Congresso Nacional, surge o que pode ser chamado de estopim. O Deputado Márcio Moreira Alves proferiu um discurso extremamente crítico ao Exército brasileiro. A resposta do governo foi uma tentativa frustrada de julgá-lo. Mas, para isso, seria necessário que o Congresso aprovasse, o que não ocorreu. Após a negativa do Congresso, surge o AI-5.

Este ato já era debatido meses antes de todo o ocorrido. Os setores, denominados de mais radicais por Motta, já tinham em mente o desejo desta medida. Era uma forma de impedir o caráter contestatório da oposição, em um momento de relativa fragilidade do governo. Como Motta disse:

O AI-5 era uma resposta para lidar com tal “problema”, permitindo ao Estado aposentar servidores públicos incômodos para o governo, como os juízes que impediam a “justiça revolucionária” de agir livremente, ou os professores acusados de estimular a rebeldia estudantil<sup>355</sup>

Agora, vale retomar o debate sobre as prerrogativas. Após a divulgação dessas possibilidades, começaram os primeiros diálogos com o governo. Aparentemente tendo como mediador o Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, que já indicava sinais da visão do Executivo sobre tal Emenda. O Ministro entendia que a iniciativa de debater questões como

---

<sup>355</sup> MOTTA, 2021, p. 94.



esta deveria partir do próprio poder Executivo<sup>356</sup>. Acaba sendo interessante perceber como o conflito dos poderes estava sendo instaurado. O Poder Executivo acaba impedindo que o Poder Legislativo consiga aumentar a autonomia sobre si. Claramente se entende o porquê desta oposição: se estas medidas fossem aprovadas, o poder Executivo teria que estabelecer maiores negociações com o poder Legislativo. Fato que também não é uma novidade na História recente da relação política entre os poderes. Grinberg destacou como o governo Geisel até tentou exercer esse papel de mediação, mas a ação que não durou muito por justamente não ser satisfatório ao governo esse longo processo de negociações<sup>357</sup>.

A estratégia inicial do governo, para debater a Emenda, seria a de questionar algumas de suas medidas, como fez o Deputado Ernani Sátiro (PDS-PB) ao defender a aprovação do texto, desde que ele fosse revisado. Para o Deputado, a importância estaria em impedir que o governo perdesse margem de autonomia política em favorecimento do Poder Legislativo<sup>358</sup>. É interessante, porque um Deputado - pela defesa do governo - acaba se opondo a medidas que lhe conferiam maior espaço de autonomia.

Por parte da oposição, o Senador Tancredo Neves (PP-MG) acabou sendo o primeiro a explicitar os motivos de apoiar e até mesmo de negociar a Emenda; o fator principal estava no que ela poderia representar. Membros da oposição tinham uma voz favorável a um projeto Constituinte, fator que tanto governo como o PDS não tinham interesse. Portanto, se uma nova Constituição não seria possível, ao menos o texto das prerrogativas seria de interesse da oposição, porque por ele haveria a possibilidade da mesma ter mais respaldo institucional<sup>359</sup>.

Uma outra questão que também interessava aos congressistas, com envolvimento de políticos do PDS, era o de fiscalização dos atos do Poder Executivo. Assim, os congressistas poderiam convocar Ministros e agentes públicos para explicações referentes a determinadas decisões e a rejeição poderia ser enquadrada em “Crime de Responsabilidade”. O projeto não estava anexado diretamente a Emenda das prerrogativas. Ao contrário, era uma proposta do Senador Roberto Saturino (PMDB-RJ) que estava sendo apreciada pelo Congresso. O governo mostrou-se insatisfeito, mas não mostrou uma articulação inicial contrária a aprovação do texto<sup>360</sup>.

O Presidente da Câmara dos Deputados, Flávio Marcílio, enxergava o travamento do debate como ação deliberada do governo. A situação ganhou um sinal de eminente crise, quando

---

<sup>356</sup> JORNAL DO BRASIL, 15 de março de 1980, p. 3.

<sup>357</sup> GRINBERG, 2009.

<sup>358</sup> JORNAL DO BRASIL, 3 de abril de 1980, p. 3.

<sup>359</sup> JORNAL DO BRASIL, 6 de abril de 1980, p. 3.

<sup>360</sup> JORNAL DO BRASIL, 25 de maio de 1980, p. 4.

o Deputado ameaçou cortar relações com os representantes do PDS. Essa postura já pode ser vista como um sinal do desgaste estrategicamente elaborado pelo governo, para impedir a aprovação do texto<sup>361</sup>.

Os parlamentares tentavam até mesmo exercer algumas medidas que favorecessem a aprovação da Emenda, como tentar acelerar o debate. Uma das formas de assim proceder foi através da alteração do Regimento Comum, que buscava dar prioridade a Emendas que possuíssem mais de  $\frac{2}{3}$  de assinaturas - caso da Emenda das prerrogativas<sup>362</sup>.

Um outro debate levantado pelos políticos, em franco acordo com o governo, estava na imunidade parlamentar. Esse assunto tem uma questão um tanto quanto problemática e as tratativas até tinham uma lógica que violava a relação de dominação entre Executivo sobre Legislativo<sup>363</sup>. Um Deputado, com plena imunidade parlamentar, para ser afastado de seu cargo deveria passar por uma longa discussão acerca do seu pedido de licença. Nestas condições, ao praticar um crime comum, este Deputado poderia se valer de sua condição política para impedir qualquer avanço jurídico sobre si. Fato que não agradaria ao próprio Congresso, pela exposição da Casa.

Ao mesmo tempo, essa limitação da imunidade precisava ser bem pactuada. E isso se justifica pela própria instauração do AI-5, que ocorreu logo após o Congresso se recusar a afastar o Deputado Márcio Moreira Alves (MDB-GB), que acabou sendo uma importante ferramenta de controle político. O chamado meio termo foi buscado pelos parlamentares, com o claro intuito de não ceder à pressão do governo, por um projeto mais restritivo, como também não desagradar o próprio governo com um projeto que garantisse total imunidade<sup>364</sup>.

Esse debate acabou ocorrendo em um momento muito curioso. O Deputado Getúlio Dias (PDT-RS) teve um pedido de licença enviado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por conta de uma denúncia de injúria e difamação realizada pelo deputado ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)<sup>365</sup>. Por 261 votos contra e 7 favoráveis, a Câmara dos Deputados rejeitou o afastamento do Deputado. Após ocorrer a rejeição, o Deputado adentrou no plenário sob aplausos de seus pares partidários do PDT<sup>366</sup>.

---

<sup>361</sup> JORNAL DO BRASIL, 29 de maio de 1980, p. 2.

<sup>362</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA, 11 de junho de 1980, p. 4.

<sup>363</sup> JORNAL DO BRASIL, 22 de junho de 1980, p. 4.

<sup>364</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA, 21-22 de junho de 1980, p. 5.

<sup>365</sup> Informações podem ser encontradas na biografia do Deputado Getúlio Dias, pelo verbete do DHBB. Link de acesso: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/getulio-pereira-dias>, em 5 de janeiro de 2023, às 14h.

<sup>366</sup> JORNAL DO BRASIL, 25 de junho de 1980, p. 4.

Apesar da existência de um longo debate sobre a questão das prerrogativas, não houve tempo hábil para uma decisão parlamentar no primeiro semestre de 1980. Fato que acabou estimulando o debate sobre o período de recesso no meio do ano.

Durante o mês de julho de 1980, o Presidente da Câmara passou a negociar ainda mais a apreciação do texto pelo governo e seus representantes. Marcílio acreditava na importância do papel de mediação do então Ministro da Justiça, Abi-Ackel, para que seu projeto tivesse uma tramitação favorável dentro da direção do PDS e com o governo. Mas, aparentemente, não era do agrado do governo sua aprovação. A intenção inicial seria dar prioridade aos temas que o governo enxergava como essenciais. E, após esses temas serem debatidos/aprovados, o governo passaria a incorporar a Ordem do Dia com as propostas legislativas que não eram de seu interesse prioritário<sup>367</sup>.

Além disso, as prerrogativas passavam a interessar mais e mais políticos. Importa aqui destacar o apoio do presidente do PDS, Senador José Sarney, em favor da “inviolabilidade parlamentar” não ter nenhuma restrição. Para o Senador, e importante figura dentro do PDS, uma medida dessas em muito contribuiria para que o Congresso avaliasse os possíveis “abusos” cometidos por parlamentares. Além disso, acaba sendo uma mensagem direta ao governo, sobre a importância da autonomia do Legislativo<sup>368</sup>.

O debate sobre as prerrogativas só foi retomado no mês de setembro, fato que explica como o governo impediu a tramitação do projeto, entendendo que este não seria uma prioridade. A forma de organização do projeto indica como o governo tinha o controle sobre o tema. O relator, Senador Aloizio Chaves (PDS-PA), acabou realizando algumas reuniões com o Ministro da Justiça, para entender as diretrizes do governo. Após o acerto dessas diretrizes é que o projeto seria divulgado para a oposição e negociado com ela<sup>369</sup>.

A situação de negociação com o governo precisa ser explicada pelo poder de veto. Caso o projeto fosse aprovado pelo Congresso, ele poderia não ter continuidade por conta do poder de veto que possuía o Presidente da República. Por isso, líderes do PDS passaram a negociar diretamente com o Presidente do país. A ideia era convencer Figueiredo da importância da pauta para o Legislativo e como seria necessário a aprovação do texto, reduzindo a autonomia do Executivo frente ao Congresso<sup>370</sup>. Essa tentativa de convencimento não prosperou, porque o

---

<sup>367</sup> JORNAL DO BRASIL, 14 de julho de 1980, p. 2.

<sup>368</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA, 22 de julho de 1980, p. 2.

<sup>369</sup> JORNAL DO BRASIL, 1 de setembro de 1980, p. 2.

<sup>370</sup> JORNAL DO BRASIL, 18 de setembro de 1980, p. 3.

Presidente enxergava de forma negativa qualquer tipo de participação da oposição na tramitação e proposição da Emenda.

A insistência de governistas frente ao governo não foi pequena. Algumas reuniões ocorreram, justamente com o claro intuito de definir um denominador comum entre o projeto e o que o governo entendia. A questão principal era o entendimento de autonomia que o Legislativo deveria ter frente ao Executivo. Pauta que acabava impedindo um maior avanço, porque o governo não abria mão do desequilíbrio entre os poderes. Quando eram expostas soluções para tentar diminuir a autonomia parlamentar, os grupos de oposição do Legislativo não aceitavam. Entendiam que havia um relativo desprestígio das casas, caso uma limitação ainda continuasse a existir. O fato é que o próprio Presidente da Câmara, membro do partido do governo, também enxergava a atitude do governo como uma forma de desprestígio.

A situação não prosperou tanto quanto queriam membros importantes da oposição e do PDS. Apesar do interesse de governistas pelo projeto, a ação do governo foi de impedir que este projeto fosse aprovado, tendo como principal estratégia a tentativa de arquivar tal Emenda.

Em uma reunião da Executiva Nacional do PDS, foi deliberada pela rejeição da Emenda das Prerrogativas. Em informações presentes, ocorreram intensos debates entre lideranças do governo e do partido contra o Deputado Flávio Marcílio. Em diversos momentos teriam ocorrido tentativas de convencimento da importância de aprovar o texto, enquanto nomes como dos Senadores José Sarney e Jarbas Passarinho passavam a apresentar o interesse do governo em impedir a aprovação do texto<sup>371</sup>.

Apesar da diretriz da Executiva Nacional se opor à aprovação do texto, a bancada do PDS na Câmara acabou não conseguindo fechar questão sobre o arquivamento do texto. A bancada acabou apontando para a importância da decisão da Executiva, mas liberou os deputados a votarem como preferirem. Essa postura indica como o partido não conseguiu prosperar uma voz uníssona em torno do tema<sup>372</sup>. Apesar disso, o texto acabou sendo arquivado.

Como pode ser lido, a temática das prerrogativas não só era de interesse de deputados e alguns senadores do PDS, como da própria oposição política. Apesar disso, o governo atuou de forma a impedir a prosperidade do projeto de lei que poderia dar mais autonomia ao Poder Legislativo. Ainda vale indicar que o projeto era negociado por mais uma liderança do PDS. Se a Emenda Lobão era pauta do vice-líder do partido na Câmara, a Emenda das Prerrogativas era

---

<sup>371</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, 10 de outubro de 1980, p. 4.

<sup>372</sup> JORNAL DO BRASIL, 10 de outubro de 1980, p. 2.

pautada pelo Presidente da Câmara e figura importante do partido. Mesmo assim, esses dois textos não foram apreciados pelo governo.

Cabe agora explicitar a disputa pela Presidência da Câmara dos Deputados, fator importante para o entendimento de como os fiéis seguidores do governo eram recompensados e expor mais uma interferência do Executivo em questões do Legislativo.

### **3.4 Pela “autodeterminação do Congresso”? As eleições para a presidência da Câmara dos Deputados**

A disputa pela Presidência da Câmara dos Deputados ocorreu durante os meses finais de 1980 e os primeiros meses de 1981. A Presidência da Câmara foi alvo de longo conflito entre dois deputados do PDS. A situação no Senado teve um perfil totalmente distinto. Dos jornais pesquisados como fonte, o interesse pela Presidência no Senado não concentrou um terço do material levantado pela disputa na Câmara dos Deputados.

O primeiro nome que ganhou destaque nos jornais, como possível candidato ao cargo de Presidente da Câmara dos Deputados, foi o do Deputado Djalma Marinho (PDS-RN). Quando seu nome passou a ser ventilado, a própria imprensa passou a questionar grupos de deputados, sobre uma possível aceitação de sua indicação. O nome do deputado poderia ser visto como um problema inicial aos partidários da base governista, por conta de seu longo perfil liberal. Djalma Marinho não acreditava que este fato poderia representar algum empecilho à sua indicação<sup>373</sup>.

Em setembro de 1980, o debate sobre a sucessão da Câmara dos Deputados ainda não era a temática de maior relevância nas páginas dos jornais, mas já era possível perceber movimentações em torno desta pauta. A expectativa inicial era de que haveria pouca ou nenhuma interferência do governo. Os principais nomes especulados para tentar assumir o cargo eram os deputados: Homero Santos (PDS-MG), Rafael Baldacci (PDS-SP), Cantídio Sampaio (PDS-SP), Geraldo Guedes (PDS-PE); fora do PDS, o único nome de oposição que era ventilado como possível candidato era o de Magalhães Pinto (PP-MG)<sup>374</sup>.

Entre os nomes acima, o Deputado Djalma Marinho era o que mais ganhava destaque na imprensa, justamente pelo seu perfil. O Deputado passou a encabeçar projetos que visavam garantir a possibilidade de maior participação do Congresso Nacional dentro das decisões de

---

<sup>373</sup> JORNAL DO BRASIL, 26 de agosto de 1980, p. 3.

<sup>374</sup> JORNAL DO BRASIL, 2 de setembro de 1980, p. 3.

governo e de abertura política. Uma de suas pautas, ainda como apenas um congressista, seria o de encabeçar o movimento que garantiria ao retorno das prerrogativas do Legislativo<sup>375</sup>.

O desejo, ou a expectativa, de nenhum envolvimento do governo pela disputa da Câmara e do Senado acabou não se confirmando no mês de novembro de 1980. Nesse momento, o governo acabou decidindo que seus líderes no Congresso seriam os nomes que lhes agradavam para a disputa de tal cargo. No Senado, Jarbas Passarinho seria o indicado, já na Câmara dos Deputados, quem passou a ser o preferido foi Néelson Marchezan. Como dito acima, essa situação não levou a nenhuma dissidência no Senado. Enquanto isso, na Câmara dos Deputados, a notícia da escolha ao nome de Marchezan não foi recebida com total animosidade<sup>376</sup>.

E de fato, se Néelson Marchezan passou a ser o nome do PDS, Djalma Marinho passou a ter a preferência de políticos da oposição<sup>377</sup>. Apesar da existência de outros possíveis nomes, a disputa pela sucessão teria como nomes principais dois deputados do PDS. Agora, através desse enfrentamento, seria possível acompanhar algumas percepções desses candidatos sobre temas de relevância para o Congresso e para a sociedade no período.

Néelson Marchezan acabou ganhando um bom espaço na imprensa, para poder divulgar algumas de suas propostas, já que o Deputado era também líder do PDS na Câmara. Portanto, sua fala teria uma dupla função: a de líder que apresenta uma ideia ou projeto que será o foco do partido; a de candidato à sucessão na Presidência da Câmara, onde também possui grande valor os seus comentários e suas percepções sobre o Estado brasileiro e sua relação com o Poder Legislativo. Um exemplo dessa situação está na posição do deputado na questão sobre eleições diretas para o cargo de Presidente. De acordo com ele, após conseguir a garantia de eleições diretas para governadores, o seu foco estaria na mesma questão, dentro do âmbito presidencial<sup>378</sup>. Esta declaração de Marchezan deve ser entendida enquanto um político independente, um líder do governo que já sabe os próximos passos definidos estrategicamente, ou como um candidato à Presidência da Câmara? Muito provavelmente esta dissertação não conseguirá definir com clareza isso, porque em um discurso como esse, Marchezan pode estar falando como independente, pode estar falando como líder do governo, ou como candidato. Marchezan poderia também estar aglutinando as três questões, ao apresentar sua posição acerca do tema. Apesar de não haver uma clara definição sobre a situação, podemos pontuar que se trata de uma situação de grande valor para o desdobramento do debate.

---

<sup>375</sup> JORNAL DO BRASIL, 13 de setembro de 1980, p. 3.

<sup>376</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, 5 de novembro de 1980, p. 4.

<sup>377</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, 5 de novembro de 1980, p. 4.

<sup>378</sup> JORNAL DO BRASIL, 10 de novembro de 1980, p. 3.

A indicação de Marchezan pelo governo garantiu o apoio de lideranças do PDS dentro da Câmara. Tanto Vice-líderes partidários, como coordenadores de bancadas do partido passaram a atuar em prol da viabilização do seu nome para o cargo. Apesar disso, ainda havia dentro do partido governista um movimento de dissidência que não apoiava o nome de Marchezan<sup>379</sup>.

Marchezan passava a ganhar cada vez mais espaço dentro do PDS, ao mesmo tempo em que bancadas de alguns estados passaram a evidenciar suas insatisfações com sua indicação. Os principais estados contrários à Marchezan eram: Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Além disso, seria possível contabilizar em pelo menos 30 políticos do PDS que poderiam votar na candidatura dissidente *versus* a de Marchezan. Apesar dessa possibilidade, cabe ressaltar que os nomes que apoiam Djalma Marinho não seriam localizados facilmente no partido governista, já que as lideranças do PDS poderiam organizar meios de retaliar o apoio dos parlamentares a candidatura dissidente<sup>380</sup>.

A estratégia do deputado Djalma Marinho era traçar um longo debate com os líderes da oposição, com o intuito de garantir a indicação de seu nome dentro destas fileiras. O deputado também não se mostrava contente com a participação do Executivo nestas eleições. Marinho chegou a definir a indicação de Marchezan como “diminuição da instituição [Poder Legislativo]”<sup>381</sup>. Essa fala já indica o valor a qual Marinho via em sua candidatura. Não se trata apenas de um desejo de assumir a Presidência da Câmara, mas sim de viabilizar uma proposta de menor intervenção do governo em assuntos legislativos. Cabe ainda mencionar que o projeto de lei que tentava garantir o retorno das prerrogativas do Poder Legislativo, um projeto do deputado Djalma Marinho, não foi levado à frente pelo próprio governo. Assim, Marinho parece que enxergava essa candidatura como um meio de externalizar o desejo de uma menor intervenção em assuntos parlamentares.

As críticas de Marinho iam ganhando mais corpo, ao mesmo tempo em que o deputado governista passava a encorpar o desejo de presidir a Câmara dos Deputados. O deputado passou a deixar ainda mais claro o quanto a intervenção Federal lhe incomodava, e ainda foi mais crítico ao governo ao compará-lo ao *gauleiter*<sup>382</sup>. Marinho ainda destacou que sua candidatura seria a de um representante da Casa Legislativa. O que representaria um confronto entre o

---

<sup>379</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, 14 de novembro de 1980, p. 5.

<sup>380</sup> JORNAL DO BRASIL, 14 de novembro de 1980, p. 3.

<sup>381</sup> JORNAL DO BRASIL, 14 de novembro de 1980, p. 4.

<sup>382</sup> Título de líder de um distrito dentro da Alemanha hitlerista.

defensor do Legislativo (Djalma Marinho) *versus* um defensor do Executivo (Nélson Marchezan)<sup>383</sup>.

Enquanto isso, o Deputado Nélson Marchezan garantia que não seria um candidato de promessas. Seu intuito seria evitar um desgaste com promessas que teriam uma maior complexidade em serem colocadas em prática. Apesar dessa justificativa, uma outra forma de entender a ausência de propostas por Marchezan poderia ser justificada da seguinte forma: o candidato não seria obrigado a ter uma plataforma que pudesse ser utilizada como ferramenta de ataque por seu opositor.

Entre os partidos de oposição, o PMDB foi alvo preferencial do governo. O partido teria interesse em participar mais ativamente dos cargos de liderança da Câmara dos Deputados, tendo até mesmo dois nomes preferenciais para a composição da Mesa Diretora. Isso acabou gerando alguns limites ao deputado Marinho, já que o apoio do PMDB ao governo dificultava um maior crescimento de uma candidatura oposicionista<sup>384</sup>. O PP era o maior interessado na candidatura Marinho, inclusive colaborando com possíveis indicações em caso de vitória.

Houve uma tentativa de conciliação entre governo e dissidência com a apresentação de uma ousada proposta feita pelo Deputado Marchezan: em troca da pacificação do partido, os dois deputados desistiram de suas candidaturas em favor de uma “terceira via”. Proposta que em nada agradou a Marinho<sup>385</sup>.

A situação de afirmação de sua candidatura passou a promover uma reformulação da estratégia do PMDB. Os nomes preferidos do partido para a Mesa Diretora, Freitas Nobre (PMDB-SP) e Paes Andrade (PMDB-DF), comunicaram que passariam a apoiar o nome de Djalma Marinho à Presidência da Câmara<sup>386</sup>. Essa situação seria de grande valor ao deputado, justamente porque conseguiria garantir um melhor desempenho dentro da oposição.

Apesar da proposta de renúncia coletiva e da adesão do PMDB ao projeto dissidente, Marchezan mantinha confiança em sua vitória ao cargo de Presidente da Câmara dos Deputados e aparentava ter controle sobre a bancada do PDS, mesmo que tivesse presentes dissidentes. Sua confiança era tamanha, que articulava com Djalma Marinho uma forma de evitar uma disputa em plenário. Marchezan queria que seu nome e o de Marinho fossem previamente definidos em reunião partidária. Tal proposta, rejeitada por Marinho, mostra o quão confiante

---

<sup>383</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, 15 de novembro de 1980, p. 4.

<sup>384</sup> JORNAL DO BRASIL, 18 de novembro de 1980, p. 4.

<sup>385</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, 18 de novembro de 1980, p. 5.

<sup>386</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, 22 de novembro de 1980, p. 4.



era o deputado do Rio Grande do Sul - entendendo que a maioria parlamentar do PDS não iria apoiar uma campanha dissidente<sup>387</sup>.

Djalma Marinho teve a oportunidade de anunciar sua candidatura ao cargo de Presidente da Câmara por meio de um longo discurso, no qual definiu uma única promessa: caso fosse eleito, defenderia a autodeterminação do Congresso. Segundo o Deputado, “única promessa, voto e julgamento de defesa à autodeterminação do Congresso, para que ele possa exercer sua função de centro político nacional<sup>388</sup>”. O Deputado retomou o ponto que mais lhe incomodava durante sua campanha: a intervenção do Executivo em questões legislativas. Marinho entendia que essas atitudes eram responsáveis por causar um descrédito do Congresso - o que definiu como uma humilhação.

Marinho também explicou o porquê de não querer disputar previamente dentro do PDS pela vaga. Em sua análise, o seu intuito não seria de causar divergências e brigas internas. Mas o segundo motivo apresentado parece ser o mais plausível, já que uma disputa interna poderia ser capaz de apresentar ao governo quais os deputados que estariam apoiando a candidatura de Marinho. Isso poderia causar uma espécie de retaliações a estes políticos. Cabe ainda explicar que apesar de seu tom indagador, Marinho não quis personalizar sua crítica ao Presidente Figueiredo, que foi descrito pelo deputado como um agente promotor da abertura.

Nelson Marchezan não se calou aos comentários de Djalma Marinho a respeito do significado de sua candidatura. O principal contra-argumento, exposto pelo político do Rio Grande do Sul, estava na convicção de que apoiar um projeto de maior autonomia do Legislativo representaria o descrédito dos tradicionais partidos políticos<sup>389</sup>. Marchezan também passou a defender o Presidente Figueiredo, apresentando-o como um mediador. Em sua fala, Figueiredo sabia da dificuldade pela qual o PDS passava para manter a estabilidade política e uma maioria parlamentar, o que o estimulava a buscar meios de privilegiar a ação política legislativa, com o claro intuito de resolver estas pendências<sup>390</sup>.

Marchezan também definiu uma importante estratégia para viabilizar a sua vitória: estimular dissidências entre os partidos. O PDS, ou a maioria parlamentar que o compunha, iria ter como prioridade a indicação de Marchezan. Porém, ainda existia uma parcela que fecharia questão em torno de Djalma Marinho. Na visão dos estrategistas de Marchezan, uma forma de

---

<sup>387</sup> JORNAL DO BRASIL, 25 de novembro de 1980, p. 3; FOLHA DE SÃO PAULO, 25 de novembro de 1980, p. 5.

<sup>388</sup> JORNAL DO BRASIL, 28 de novembro de 1980, p. 3; FOLHA DE SÃO PAULO, 25 de novembro de 1980, p. 5.

<sup>389</sup> JORNAL DO BRASIL, 28 de novembro de 1980, p. 3.

<sup>390</sup> JORNAL DO BRASIL, 2 de dezembro de 1980, p. 4.

impedir que essa dissidência gerasse prejuízo ao governo seria desestabilizar a oposição. Assim, não só haveria uma divisão dentro do PDS, como também dentro das demais siglas<sup>391</sup>.

Por outro lado, o governo não tentou gerar nada que inviabilizasse a candidatura de Djalma Marinho, só não ajudou o deputado governista. Tanto o é, que o próprio deputado reconheceu que mesmo disputando uma vaga contra um outro membro do PDS, sua situação não lhe era desconfortável - enquanto um político governista<sup>392</sup>.

Agora, deve-se ao menos estimular um motivo para que a disputa entre Djalma Marinho e Néelson Marchezan não fosse um grande problema ao governo. Possivelmente, a questão mais plausível seja o reconhecimento da importância do embate entre dois deputados governistas. A disputa foi entre PDS *versus* PDS. Situação que pode ter colaborado em favor de uma restrição de maior participação da oposição no pleito. Talvez, ao governo, fosse interessante esse embate. Isso poderia impedir a existência de um partido forte, que conseguisse encarar o poder Executivo. O PDS precisava ser o partido de maior relevância no Congresso, mas não poderia ter mais influência do que o próprio governo.

Essa campanha também ocorreu em um momento de vital importância para a manutenção do poder dentro do partido. Parlamentares do PDS passaram a pedir maiores possibilidades de participação dentro do centro decisório do poder. O alvo era o Conselho de Governo, importante ferramenta de participação política, que poderia garantir aos Parlamentares uma maior aproximação ao poder Executivo. Porém, essa queixa deixa bem claro o quanto os parlamentares se sentiam afastados do centro de decisões<sup>393</sup>.

A participação de dirigentes do PP, na campanha de Djalma Marinho, ganhou destaque com a introdução de Miro Teixeira na formação estratégica de sua candidatura. A estratégia adotada pelos partidários de Djalma Marinho foi a busca pela ampla participação de um grupo interpartidário. Esse grupo seria responsável em contribuir para a eleição do candidato dissidente do PDS<sup>394</sup>.

Após a intensificação das campanhas, Marchezan passou a discursar sobre o seu maior interesse em presidir a Câmara dos Deputados. Segundo o político gaúcho, seu foco seria em aumentar o prestígio do Poder Legislativo dentro da sociedade brasileira. Além disso, o

---

<sup>391</sup> JORNAL DO BRASIL, 5 de dezembro de 1980, p. 2,

<sup>392</sup> JORNAL DO BRASIL, 10 de dezembro de 1980, p. 3.

<sup>393</sup> JORNAL DO BRASIL, 16 de dezembro de 1980, p. 2.

<sup>394</sup> JORNAL DO BRASIL, 17 de dezembro de 1980, p. 4; FOLHA DE SÃO PAULO, 21 de dezembro de 1980, p. 9.

deputado passou a ter reuniões com mais quadros do PDS e do governo, mostrando como a alta cúpula do partido tinha um candidato e ele não era o deputado Djalma Marinho<sup>395</sup>.

Se Marchezan possuía um perfil de muita valorização política, principalmente do governo, Marinho passava a ter um perfil mais crítico - sobrando até mesmo para os membros do próprio PDS<sup>396</sup>.

Porém, com o início do mês de janeiro de 1981, algumas considerações da campanha de Djalma Marinho, feitas pela campanha de Néelson Marchezan merecem ser examinadas. O deputado Marinho acabou tendo dificuldade em sair de uma sinuca de bico. Sua aproximação com os grupos de oposição foi importante, porque o deputado não teria condições de sozinho ganhar votos do PMDB. Porém, a estratégia de Marinho, expondo questões bem críticas ao governo, acabou fazendo com que ele passasse a ser visto como um simples político de oposição<sup>397</sup>.

Para conseguir o maior número possível de adesões, Marchezan passou a viajar o país com o intuito de conversar com o maior número possível de deputados, em prol de garantir sua vitória<sup>398</sup>. Seu alvo preferencial estava concentrado em partidos de oposição e dissidentes do PDS. Enquanto isso, Marinho passava a se reunir com o PDT. O partido trabalhista ainda não tinha uma preferência previamente definida. A reunião conseguiu estabelecer uma diretriz favorável à candidatura dissidente. O foco principal desta reunião esteve centrado na questão das prerrogativas<sup>399</sup>.

Essa conversa com o PDT e o ganho de espaço dentro da oposição, por parte de Marinho, parece ter estimulado o deputado Marchezan a defender o retorno das prerrogativas do Legislativo. Contudo, cabe destacar que o projeto defendido pelo deputado Marchezan não privilegia a integralidade das prerrogativas. A inviolabilidade e a imunidade parlamentar não seriam pautas de Marchezan. Logo, percebe-se que o texto poderia enfrentar críticas dentro do Parlamento<sup>400</sup>.

Marchezan passou a atacar de forma mais enfática o deputado Marinho, alegando que sua candidatura servia como uma espécie de contestação ao regime e ao governo. Fato que foi prontamente respondido por Marinho: “Contesto que se queira sonegar do Poder Legislativo o

---

<sup>395</sup> JORNAL DO BRASIL, 20 de dezembro de 2022, p. 2.

<sup>396</sup> JORNAL DO BRASIL, 6 de janeiro de 2022, p. 3; FOLHA DE SÃO PAULO, 6 de janeiro de 1980, p. 4.

<sup>397</sup> JORNAL DO BRASIL, 7 de janeiro de 2022, p. 2.

<sup>398</sup> JORNAL DO BRASIL, 9 de janeiro de 2022, p. 3; FOLHA DE SÃO PAULO, 9 de janeiro de 1980, p. 4.

<sup>399</sup> JORNAL DO BRASIL, 10 de janeiro de 2022, p. 3.

<sup>400</sup> JORNAL DO BRASIL, 15 de janeiro de 2022, p. 3.

direito de se autogovernar. Desejo é reerguer o Parlamento a nível de Poder de Estado, porque como ele está não merece essa designação. Daí ser candidato da instituição”<sup>401</sup>.

Deve ser creditado aqui o estilo estratégico dos dois candidatos no mês final de campanha. Enquanto o deputado Marinho ficou em Brasília, em diversas reuniões com parlamentares, o deputado Marchezan decidiu viajar por diversos estados brasileiros, tentando convencer opositores de sua candidatura. Geralmente, Marchezan marcava reuniões com deputados e governadores.

Mas afinal, seria possível explicar por que o Planalto decidiu apoiar Marchezan? Além de ser o líder do governo na Câmara dos Deputados, o governo tinha um problema antigo com o deputado Djalma Marinho. Segundo uma fonte interna do Planalto, Marinho teria sido um dos articuladores da crise de 1968. O deputado teria elaborado com políticos da então Arena e do MDB uma medida que visava impedir a cassação do mandato do deputado Márcio Moreira Alves (MDB-GB)<sup>402</sup>.

A eleição que determinou o Presidente da Câmara dos Deputados durante o biênio 81/83 terminou com o seguinte resultado: 224 votos em prol de Néelson Marchezan *versus* 187 votos em favor de Djalma Marinho. Com uma diferença de 37 votos, o candidato do governo ganhou. Não é possível acompanhar os votos individuais, porque a votação foi em sigilo, mas especulava-se que o PDS apresentou 13 votos ao candidato dissidente<sup>403</sup>. Em seu discurso, após a vitória, Marchezan acabou defendendo o retorno das prerrogativas do Legislativo, medida que seria de extremo valor ao Congresso como fiscalizador das leis e normas.

Como visto acima, o debate sobre a Presidência da Câmara trouxe novamente consigo o envolvimento direto do governo. O PDS até teve um movimento dissidente, mas essa pauta precisava impedir uma maior exposição dos que assim se portavam, por conta de possíveis retaliações. Além disso, a dissidência do PDS e os partidos de oposição não conseguiram garantias diretas de que as prerrogativas do Legislativo seriam retomadas.

O sentimento de descrédito que foi comum nos anos finais da Arena, como também nos exemplos anteriores, acaba explicando como o PDS possuiu uma grande dificuldade de colocar em prática o seu programa de governo. Além disso, os parlamentares do PDS passaram, novamente, a se queixar do tratamento destinado a eles pelo Planalto.

---

<sup>401</sup> JORNAL DO BRASIL, 16 de janeiro de 1980, p. 3.

<sup>402</sup> JORNAL DO BRASIL, 10 de fevereiro de 1980, p. 3.

<sup>403</sup> JORNAL DO BRASIL, 28 de fevereiro de 1980, p. 2.

### 3.5 As prerrogativas do Congresso, parte 2

O debate sobre as prerrogativas do Congresso teve que ser dividido em dois, para poder respeitar a própria forma em que este ocorreu. No primeiro momento, durante o ano de 1980, as prerrogativas foram tema de interesse dos congressistas - inclusive membros do PDS. Porém, mesmo com a tentativa de negociar o retorno desta pauta, o governo atuou com o claro intuito de impedir a aprovação da Emenda dentro das Casas Legislativas. E agora? Como o debate retorna? Como o governo e o PDS agiram?

O debate passou a tomar conta das páginas de jornais durante o mês de fevereiro de 1981. Neste momento, o ainda presidente da Câmara dos Deputados Flávio Marcílio (PDS-CE) tenta reabrir o debate com a condição de alterar uma importante questão: a inviolabilidade parlamentar. A ideia era traçar limites que agradassem mais ao governo, impedindo uma total inviolabilidade<sup>404</sup>.

O Presidente da Câmara passou a buscar uma inspiração internacional para o seu entendimento sobre a inviolabilidade. Em seu entendimento, o governo acabou arquivando o projeto de Emenda das Prerrogativas, porque incomodava a plena inviolabilidade parlamentar. Marcílio se baseou na lei alemã, que criou uma inviolabilidade com determinados limites - teoricamente, os crimes de injúria, difamação e calúnia não poderiam ser cometidos por um parlamentar<sup>405</sup>.

A disputa pela Presidência da Câmara dos Deputados acabou ajudando a forçar um consenso entre os dois candidatos no apoio ao projeto de retorno das prerrogativas. Apesar de ter uma postura distinta, quando a Emenda foi discutida pela primeira vez, o candidato favorito, Nelson Marchezan (PDS-RS), e o candidato da oposição Djalma Marinho (PDS-RN) em algum momento disseram ser favoráveis ao retorno das prerrogativas. Djalma Marinho ainda tentou fazer dessa pauta seu principal ponto da campanha.

Por parte do governo, mais uma vez o projeto parecia que ganharia apoio. Assim como em diversas outras pautas - como algumas apresentadas acima -, o governo não manifestou uma posição inicial favorável ou contrária. Geralmente, algum porta-voz acabava declarando posição de entendimento da importância da pauta, apontava para o desejo de aprovar o texto e depois articulava pelos interesses governistas. Algo semelhante se inicia na retomada deste debate.

---

<sup>404</sup> JORNAL DO BRASIL, 6 de fevereiro de 1981, p. 4.

<sup>405</sup> JORNAL DO BRASIL, 7 de fevereiro de 1981, p. 3.

O então Presidente do Senado, Senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) passou a ter um perfil de apoio ao texto do Presidente da Câmara, se este passasse a limitar a inviolabilidade parlamentar. Porém, a proposta de limitar a inviolabilidade parlamentar não foi bem aceita por lideranças do PMDB. Um desses insatisfeitos foi o Presidente Regional do PMDB, Jarbas Vasconcelos, que entendia a imunidade como fator essencial para a restituição das atividades do Congresso<sup>406</sup>.

Um outro ponto de interesse da oposição, na negociação sobre as prerrogativas, estava no chamado “decurso de prazo”. Essa pauta já tinha sido apresentada na primeira vez que o projeto passou a ser discutido. Em suma, os grupos de oposição queriam impedir que o governo conseguisse a aprovação de suas matérias de forma abrupta, mesmo quando não existia um consenso dentro do parlamento era possível garantir que o texto enviado pelo governo fosse aprovado - tal medida ocorria pelo “decurso de prazo”<sup>407</sup>.

Os principais nomes do PDS que tentavam articular a aprovação da Emenda das Prerrogativas foram os deputados: Flávio Marcílio; Djalma Marinho e Célio Borja (PDS-RJ). Essa postura já era suficiente para que os mesmos fossem classificados como dissidentes pela imprensa. Apesar dessa nomenclatura passar a ser utilizada, cabe tomar cuidados importantes. Tanto Flávio Marcílio, quanto Djalma Marinho, tinham uma postura favorável ao governo e com ele tentavam negociar. A classificação talvez se dê justamente porque estes deputados possuíam uma visão mais “liberal” constitucionalmente, mas não há nenhuma postura destes políticos que conduzam a crer em uma dissidência do partido.

Essa dissidência pode ser comparada à chamada *Ala Moça* do PSD. Hipólito entende que a segunda metade de 1950 é marcada pelo debate de temas sociais, econômicos e políticos de grande relevância e que não era tratado com alto valor pelos políticos<sup>408</sup>. A própria candidatura de Kubitschek era marcada pelo reconhecimento deste novo momento, já que ele passava a portar um programa de governo.

Era um momento de superação da dinâmica getulista *versus* antigetulistas. Para a autora, mesmo que sem uma grande segurança em sua afirmação, a urbanização do Brasil seria um fator essencial para explicar essa nova realidade. A própria disputa eleitoral acaba entrando nessa dinâmica. Dentro do espaço rural, os tradicionais partidos (UDN e PSD) passavam a ter seus espaços compartilhados com a intromissão do PTB. Portanto, havia o reconhecimento de

---

<sup>406</sup> JORNAL DO BRASIL, 5 de março de 1981, p. 3.

<sup>407</sup> JORNAL DO BRASIL, 7 de março de 1981, p. 2.

<sup>408</sup> HIPOLITO, LUCIA. **De raposas e reformistas**: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964). 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

que o voto urbano passava a ser essencial dentro desta nova dinâmica. Isso gera uma obrigação de “revitalização e atualização para responder a esses novos desafios”<sup>409</sup>. A autora entende que o governo JK seria o agente que determinou o início desse processo, como também a consequência deste efeito.

Isso, logicamente, afetaria a própria organização do sistema político-partidário do país. Seria necessária uma “atualização” do partido de centro do sistema, para que o mesmo pudesse comportar essas novas dinâmicas. Para Hipólito, essa modernização é organizada pela chamada *Ala Moça* do PSD. “A Ala Moça se organiza como grupo renovador, disposta a revitalizar os métodos do PSD, adaptando-o às novas solicitações trazidas à discussão durante a campanha e o governo Kubitschek”<sup>410</sup>.

Essa visão é interessante e pode ser utilizada em comparação nesta pesquisa, já que o PDS também tem um grupo que entende a abertura como a garantia da modernização da sociedade brasileira. Defender a abertura seria defender a própria existência de um partido autônomo ao Governo Figueiredo. Entendendo que sua passagem pela Presidência teria logicamente uma sucessão e os partidários do PDS buscavam justamente criar condições necessárias deles sucederem o atual mandatário.

Agora, cabe explicar que até mesmo estes deputados possuíam uma visão distinta sobre a aprovação da Emenda das Prerrogativas. Primeiro, diferente da oposição, estes deputados entendiam que em caso de ofensa à honra, a inviolabilidade parlamentar não deveria ser aplicada - o que faria com que um parlamentar tivesse que responder criminalmente, sem precisar ser afastado pela Câmara.

Segundo, a questão do decurso de prazo também não era analisada hegemonicamente. Marcílio e Marinho entendiam que a existência do decurso de prazo acabava desprestigiando o Congresso e suas atribuições. Marcílio entendia que um texto mandado pelo Executivo ao Congresso poderia ter prioridade total para entrar na Ordem do Dia, mas se em 6 sessões não fosse aprovado, deveria ser arquivado. Enquanto Borja entendia que o decurso de prazo poderia continuar em pautas administrativas e financeiras do Estado - nessa visão, textos que fossem enviados pelo Executivo dentro do âmbito financeiro ou administrativo, teriam prioridade e deveriam ser votados em até 6 sessões, caso houvesse um impasse na votação o texto seria aprovado automaticamente<sup>411</sup>.

---

<sup>409</sup> HIPOLITO, 2012, p. 164.

<sup>410</sup> HIPOLITO, 2012, p. 166.

<sup>411</sup> JORNAL DO BRASIL, 12 de março de 1981, p. 2.

O Presidente do PP, senador Tancredo Neves (PP-MG), acabou tecendo posição favorável à imunidade ampla. Para o senador, seria essencial que o governo aprovasse um texto que garantisse a inviolabilidade, como também deveria encerrar o decurso de prazo e os decretos-lei - medidas que praticamente impediam a funcionalidade do Congresso. Tancredo também via uma limitação nos próprios textos que os parlamentares redigiram acerca das prerrogativas. Sua crítica tinha um viés de apoio a um texto que integralmente retornasse com as prerrogativas<sup>412</sup>.

Em reunião da Executiva Nacional, o PDS conseguiu aprovar a formação de uma comissão que passaria a analisar o novo texto sobre as prerrogativas. Ao todo, 11 membros seriam destinados para tal exame, sendo que os deputados Flávio Marcílio, Célio Borja e Djalma Marinho estariam compondo essa comissão. Mas vale ressaltar que a Executiva Nacional passou a destacar a comissão quando foi cobrada pelos novos Presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados: Jarbas Passarinho e Nelson Marchezan, respectivamente<sup>413</sup>. Os demais membros da comissão foram escolhidos pelo Presidente do PDS, Senador José Sarney (PDS-MA). Eram eles: Homero Santos (PDS-MG), que iria presidir a comissão; deputado Cantídio Sampaio (PDS-SP), líder da Maioria e do Governo; deputado Nilo Coelho (PDS-PE), líder da Maioria e do Governo na Câmara dos Deputados; senador Luis Viana Filho (PDS-BA). A principal queixa do Executivo, com a Emenda das Prerrogativas, até aquele momento estava na celeridade em tramitar pautas consideradas importantes. O governo queria alguma garantia, como a manutenção do decurso de prazo ou algo semelhante, que possibilitasse o rápido avanço de suas pautas<sup>414</sup>.

Uma outra postura importante do PDS foi limitar o debate das prerrogativas, em relação à inviolabilidade parlamentar ao quadro de deputados Federais e senadores. Havia uma expectativa de que a proposta pudesse favorecer deputados estaduais e vereadores, mas a própria comissão que organizou o debate impediu o progresso dessa pauta para os demais legislativos<sup>415</sup>.

Em meio a este debate, o Congresso e a sociedade civil se deparam com o atentado no Riocentro. De início, os parlamentares de diversos partidos passaram a endossar voz em favor do governo, entendendo que essa postura deslegitimava novas ações violentas<sup>416</sup>. Diretamente, esse fator não é indicado como um empecilho ao debate sobre as prerrogativas. Porém, a postura

---

<sup>412</sup> JORNAL DO BRASIL, 11 de abril de 1981, p. 4.

<sup>413</sup> JORNAL DO BRASIL, 15 de abril de 1981, p. 3.

<sup>414</sup> JORNAL DO BRASIL, 30 de abril de 1981, p. 4.

<sup>415</sup> JORNAL DO BRASIL, 1 de maio de 1981, p. 2.

<sup>416</sup> JORNAL DO BRASIL, 5 de maio de 1981, p. 4.



do PDS passou a ter ligeiras alterações; o que acabou impedindo a continuidade das discussões sobre a Emenda das Prerrogativas.

O Congresso e o governo pareciam sentir a tensão. A reunião marcada da comissão, que visava avaliar a Emenda das Prerrogativas acabou sofrendo com atrasos, já que outras pautas passaram a ser demanda prioritária do partido. Os líderes de todos os partidos passavam a se reunir na residência do então Presidente da Câmara dos Deputados: Néelson Marchezan. Havia um relativo consenso de que essa era a pior crise política desde 1964<sup>417</sup>. O próprio pleito de 1982 passou a ser colocado em xeque. A incerteza era tamanha, a insegurança maior ainda. O medo estava em como o governo reagiria aos terroristas militares, esperava-se que Figueiredo cedesse alguns pleitos desse grupo.

A pauta das prerrogativas simplesmente deixou de ser um desejo dos parlamentares. Estabeleceu-se um consenso de que não seria mais possível votá-la antes de novembro de 1981. Portanto, o governo e o parlamento não iriam mais debater esse tema.

A forma de encerramento deste debate, mostra como o ataque terrorista alterou bases dentro do Congresso. O medo inicial de que a abertura corresse risco acabou concorrendo para que os parlamentares abdicassem de um projeto de maior autonomia para suas atividades. Nas fontes jornalísticas, as prerrogativas sequer foram debatidas com longa sequência. Parece que o governo e a oposição se esqueceram desse debate, durante o ano de 1981.

Analisando a experiência dos atentados terroristas, segundo Gaspari<sup>418</sup>, tal medida extremista não se iniciou durante a Presidência de Figueiredo. Ao contrário, os atentados foram iniciados ainda em 1976, tendo como principal pauta: a oposição ao processo de abertura política. Segunda questão importante é que nem o Centro de Informações do Exército (CIE) nem o Serviço Nacional de Informações (SNI) tentaram responsabilizar os autores. O que mostra relativa complacência entre os órgãos de Estado com os terroristas. A única diferença da relação entre o Estado com estes terroristas está na comparação com a forma de tratamento do Estado com militares torturadores. A tortura, que foi uma política de Estado, não foi condenada. Inclusive, alguns torturadores, tiveram condecorações e referências do próprio Estado. Os ataques terroristas não tiveram nenhum reconhecimento elogioso do Estado, mas também o próprio Estado pouco ou nada fez para criminalizar os responsáveis.

O primeiro ano do governo Figueiredo foi marcado por pelo menos doze atentados terroristas. O foco principal estava destinado à chamada *imprensa alternativa*. As sedes de *O*

---

<sup>417</sup> JORNAL DO BRASIL, 7 de maio de 1981, p. 4.

<sup>418</sup> GASPARI, Elio. **A ditadura acabada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006.

*Pasquim* e *Opinião* foram atacadas e a resposta institucional procurava responsabilizar esses periódicos pela razão dos ataques. Assim, havia baixo respaldo institucional para tentar responsabilizar os agentes de Estado. Ao todo, mais de cem bancas de jornal foram atacadas com bombas. A ideia era impedir a comercialização destes periódicos, o que segundo Gaspari acabou causando efeitos nesse sentido.

A ligação dos atentados com o militarismo foi exposta em um importante exemplo. Um atentado a uma banca no Campinho, no Rio de Janeiro, foi testemunhado por uma pessoa. Ela conseguiu ver que um senhor de cabelos grisalhos desceu de um veículo, implantou a bomba e saiu. Esta testemunha teria anotado a placa do veículo que depois descobriu-se que era um veículo do DOI do I Exército<sup>419</sup>.

Mas o que mudou? Por que o comportamento tomou outros rumos pelo Congresso? A situação mudou de patamar, como disse Gaspari, a partir do segundo semestre de 1980. Passou-se a preocupação dos atos anteriores, onde os atentados eram destinados a bancas, livrarias e afins. Havia relativo cuidado em impedir que estas bombas atingissem diretamente alguém. Se ocorresse isso, muito provavelmente sem a clara intenção militar. O desejo seria de gerar o medo psicológico. A partir da utilização das *cartas-bombas* o perfil dos ataques terroristas tornou-se pessoal. O ataque proferido tinha a clara intenção de causar não só danos materiais e terror psicológico, como também produzir um atentado contra a própria vida das vítimas.

Segundo Gaspari, “Figueiredo reagiu a esses atentados com teatralidade. Reafirmou seu compromisso com a restauração democrática ‘a despeito de quatro, vinte, ou mil bombas’”<sup>420</sup>. É esse novo comportamento que foi capaz de frear o Congresso. Principalmente ocasionado pelo atentado com uma bomba que explodiu no Riocentro. A bomba explodiu no dia 30 de abril de 1981, em um evento que tinha como finalidade comemorar o dia 1º de Maio - dia do trabalhador.

### **3.6 Conclusão**

Agora, cabe reconhecer que o conjunto de informações aqui explicitadas são determinantes para dizer que não houve estabilidade na relação entre Governo e PDS. Nitidamente, em cada exemplo citado, existia tensão entre as diretrizes do governo e as intenções dos diversos partidários da sigla governista.

---

<sup>419</sup> Ibidem.

<sup>420</sup> GASPARI, 2006, p. 191.

Isso acabou sendo mais evidente nas pautas selecionadas e expostas acima. Mas no levantamento prévio feito para entender quais os principais debates ocorridos no Congresso Nacional, foi ainda perceptível que esses casos acima citados não foram exceções, mas regra. As temáticas que aqui não foram citadas e que podem ser tratadas em outros trabalhos acadêmicos de diversa natureza vão contribuir para uma visão ainda mais detalhada de como a relação Governo-PDS não era estável. Alguns exemplos de debates que se assemelhavam aos exemplos citados acima são: Reforma Partidária; percepções sobre o Sistema de Governo; Autonomia do PDS; formas de Propaganda Política; Relação com o Executivo; cuidados com o Nordeste; Autonomia municipal; Previdência Social; Refiliação Partidária; Formação do Partido Liberal.

Sem contar que no próximo capítulo, serão expostos outros exemplos de como a sintonia PDS e Governo não era tão afinada assim como se podia supor. Privilegiou-se expor a ativa participação do Presidente Figueiredo nas eleições de 1982; brigas internas; relação entre órgãos do Governo e o PDS. Como será possível identificar, o PDS não tinha unidade com o Governo, como também tinha uma grande dificuldade em ter uma unidade interna.

Por que existiu tanta divergência? Cada tópico apresentado anteriormente expõe como alguns membros do PDS tentavam desvincular-se de uma visão de submissão ao poder Executivo. Porém, uma outra e significativa parcela do partido não tinha como preocupação a questão da submissão. Esses políticos concordavam com o protagonismo do Poder Executivo no projeto de abertura “lento, gradual e seguro”. Isso era o principal fator que ameaçava a unidade do partido em nível Federal.

Américo Freire entende que o PDS tinha em seu programa um tom mais “reformista”. Era uma tentativa do partido governista de fugir de uma imagem mais conservadora e imobilista. Houve um esforço de desvincular a imagem do PDS da sigla antecessora (Arena). Contudo, este esforço programático esbarrou no próprio pragmatismo do alto escalão do novo partido<sup>421</sup>.

O autor encerra seu artigo entendendo que os partidos políticos “podiam – e deveriam – ser canais de enfrentamento da crise de legitimidade do regime, seja como instrumento de canalização de demandas político-sociais, seja em seu papel clássico de promover a mediação entre interesses e projetos políticos que não estavam em pauta”<sup>422</sup>. Como exposto neste capítulo, os partidos políticos de oposição acabaram buscando meios para garantir um projeto de abertura

---

<sup>421</sup> FREIRE, 2014.

<sup>422</sup> Ibidem, p. 308.

política descentralizado. Para isso, até mesmo se associaram com os dissidentes do PDS. A situação indica um desejo de maior participação no processo de abertura. O problema é que no período pesquisado, o governo ainda tinha sobre si um controle suficientemente capaz de impedir que a transição “fugisse” de suas mãos. A oposição política, portanto, acabou encontrando maiores impedimentos em participar das decisões políticas acerca da abertura.

Resta saber se nos anos subsequentes ao período eleitoral de 1982, a situação foi a mesma. O projeto de abertura, entre 1983 e 1985 tomou rumos de clara derrota do governo, como o crescimento da dissidência interna do PDS, gerando uma ruptura institucional e a criação de uma nova sigla política (a Frente Liberal). Além de ter um resultado negativo ao PDS na sucessão do presidente Figueiredo, já que o candidato do partido (Paulo Maluf) foi derrotado pela oposição - que tinha como candidato o influente político mineiro Tancredo Neves.

Muito provavelmente, este período seria o momento de maior participação das oposições políticas dentro do centro decisório. Como também foi um momento de grande atuação civil, através do movimento pelas “Diretas Já!”.

## CAPÍTULO IV – O PDS E AS ELEIÇÕES DE 1982

Esse capítulo analisa as eleições de 1982. No desenvolvimento da proposta, optamos pela estruturação de subtemas. No primeiro, será abordado o papel do Presidente da República, João Batista Figueiredo. Conforme será visto, o Presidente teve total participação/envolvimento no processo eleitoral de 1982. Nesse subitem também será discutida a relação partido-governo, através de alguns exemplos que vão explorar a atuação do Governo Figueiredo com o claro intuito de garantir uma unidade do PDS, como também benefícios eleitorais que pudessem gerar retorno em votos ao partido. Como será exposto, não foram poucas as medidas que visavam dar unidade ao partido, como também explorar questões favoráveis que o Governo produzia, para possibilitar uma vitória eleitoral.

O segundo subtema irá focalizar as projeções e estatísticas sobre o pleito. Assim, será possível medir a evolução dos cálculos políticos, a dimensão que o PDS projetou para si, como também análises sobre pesquisas em determinados estados, o que resultou em um levantamento mais minucioso sobre o pleito.

O terceiro subtema refere-se às discussões sobre reformas na Constituição que fossem alterar alguma temática diretamente para a eleição de 1982. Diferente do capítulo anterior, onde os temas expostos foram debatidos no Congresso com um grande destaque da imprensa, esse momento acaba concentrando uma maior dificuldade no acompanhamento destes debates, porque o próprio Congresso foi em diversos momentos esvaziado, já que o foco dos parlamentares estava diretamente relacionado ao pleito. Assim, mesmo existindo uma longa discussão sobre questões relativas ao pleito, estas devem ser enxergadas em um contexto onde o Congresso tinha como primeira prioridade o processo eleitoral. Mesmo que algumas das medidas beneficiassem o Governo e o PDS, não tiveram facilidades em ser discutidas, justamente porque o próprio partido via a questão eleitoral com maior prioridade.

O quarto ponto está diretamente ligado aos diversos estados da Federação. O foco nesse momento será concentrar informações de como os candidatos e as chapas se comportaram nos estados. Apesar de ter um perfil de busca nacional, nem todos os estados ou territórios nacionais aqui serão citados. Aqueles que aqui não aparecerem podem ser entendidos como estados de pouca ou nenhuma distensão em torno das candidaturas. Ao contrário dos estados que aqui foram citados, onde a grande maioria passou por pelo menos algum problema político de dificultou - ou impossibilitou - a unidade do PDS em torno das candidaturas oficiais.

O quinto ponto discutirá os resultados do pleito de 1982 e estabelecerá algumas comparações com os pleitos anteriores. Resta reconhecer os limites dessa análise, que terá como foco principal o entendimento dos significados em âmbito nacional. Mesmo que em alguns momentos as esferas municipais e estaduais aqui sejam citadas e analisadas, por total limite de dimensões, não seria possível estabelecer uma análise detalhada sobre o pleito de 1982 nas demais esferas.

Existem poucos trabalhos sobre as eleições de 1982. Entre os títulos disponíveis temos “Da Distensão à Abertura: as eleições de 1982” organizado pelo cientista político David Fleischer<sup>423</sup>. O livro foi publicado em 1988 e teve diversos de seus artigos citados ao longo desta pesquisa.

Há também uma dissertação de Mestrado, focado no processo eleitoral de 1982 no estado de Santa Catarina. Sua pesquisa, na área da Sociologia Política foi publicada em 1991, pela Universidade Federal de Santa Catarina<sup>424</sup>. Nela, o autor concentra sua análise na relação entre a chamada elite dirigente e suas relações com o governo autoritário *versus* os grupos oposicionistas no processo do pleito de 1982.

Como as eleições de 1982 foi o seu foco, Aguiar acabou analisando todo o processo de lançamentos dos candidatos de governador pelos partidos políticos do período. Além disso, acabou concentrando esforços em apontar o papel dos grupos empresariais dentro da campanha do candidato governista.

A primeira conclusão de Aguiar está na manutenção do bipartidarismo no estado de Santa Catarina. Mesmo com o fim do projeto bipartidário, pouca mobilização ocorreu entre partidários do PDT, PTB e PT no estado de Santa Catarina. O autor reconhece que da oposição, além do PMDB, só o PT tinha alguma base militante articulada no estado. Isso, logicamente, interferiu no projeto político dos demais partidos, já que pouco conseguiram mobilizar seus eleitores. Logo, deixava-se de lado o confronto Arena *versus* MDB e surgia o embate PDS *versus* PMDB. O PDS de Santa Catarina era ainda constituído dos dois principais pilares que formaram a Arena: PSD e UDN. O PMDB era formado por grupos do PSD e UDN mais os grupos de esquerda do PTB.

A pesquisa também indicou o envolvimento do Governo, seja pela figura do Presidente, ou pela máquina estatal, em favor dos candidatos pedessistas. O Presidente teria contribuído

---

<sup>423</sup> FLEISCHER, David. **Da Distensão à Abertura: as eleições de 1982**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

<sup>424</sup> AGUIAR, Itamar. **As eleições de 1982 para governador em Santa Catarina: táticas e estratégias das elites no confronto com as oposições**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, p.359, 1991.

financeiramente com a campanha ao governo do candidato do PDS. Só isso, já demonstra o tamanho envolvimento de Figueiredo e seu interesse em obter um resultado favorável. Além disso, a máquina pública era instruída em favor do mesmo. Seja pela obrigatoriedade estipulada aos servidores comissionados a fazerem campanha política ao candidato do PDS, ou pela obrigatoriedade de todos os funcionários públicos, comissionados ou não, a contribuírem financeiramente com o PDS<sup>425</sup>.

A estratégia do partido culminou com a vitória de Esperidião Amin ao cargo de governador de Santa Catarina. Além disso, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina teve maioria de pedessistas (21 deputados eleitos) e o restante de partidários do PMDB (19 deputados eleitos).

O trabalho de Ueber de Oliveira busca compreender a formação do sistema multipartidário no estado do Espírito Santo<sup>426</sup>. Mesmo com a existência da Arena e do MDB, durante a fase bipartidária, o novo quadro multipartidário manteve-se ligado ao projeto iniciado em 1945. O autor descreve que integrantes do antigo PSD e da UDN acabavam disputando os espaços de poder dentro do estado. Medida que identifica como os antigos partidos brasileiros ainda eram institucionalizados no meio político.

A tese também indica como o PDS teve grande vantagem na largada pela disputa eleitoral no estado, mediante o chamado Pacote de Novembro que compatibilizou todos os cargos em disputa. De acordo com o dispositivo, o eleitor tornava-se obrigado a votar no mesmo partido em todas as esferas possíveis, para ter seu voto validado. O estado acabou tendo a vitória de um partido da oposição (PMDB) em importantes pleitos (governador, Senador e Deputado Federal) mesmo que inicialmente o PDS tenha sido reconhecido como um grande favorito. Possivelmente o fator que tenha atrapalhado o partido foi a disputa de antigas lideranças do PSD pela indicação ao cargo de governador. Será visto nas linhas abaixo, que essas brigas não foram uma exceção do estado do Espírito Santo.

O principal instrumento utilizado neste capítulo para o mapeamento da situação política do período foram os periódicos que já foram apresentados no capítulo anterior. O detalhamento destes jornais, acabou possibilitando uma dimensão Federal do tamanho do PDS, como também de sua diversidade.

---

<sup>425</sup> Ibidem.

<sup>426</sup> OLIVEIRA, Ueber José de. **Configuração político-partidária do estado do Espírito Santo no contexto do regime militar**: um estudo regional acerca das trajetórias de ARENA e MDB (1964 e 1982). Tese (Doutorado em Ciência Política), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). São Carlos, p. 335, 2013.

A escolha de debate dentro de cada subtópico será pelo respeito a ordem cronológica dos fatos. Assim, será possível acompanhar cada momento de preparação para a disputa do pleito. Portanto, de maneira proposital, alguns assuntos não foram bem amarrados dentro de um único subtema. A justificativa é baseada na soma de cada temática. Somente após a leitura completa será possível dimensionar o papel do Governo e do PDS sobre o pleito de 1982.

#### **4.1 Vote no “João”: relação da máquina estatal e o PDS para o processo eleitoral de 1982**

A primeira questão levantada busca apontar o caminho de envolvimento da máquina estatal durante o processo eleitoral de 1982, confirmando que o Presidente e os órgãos de Estado foram utilizados em favor do partido base. Nas linhas abaixo, será possível identificar o nível de envolvimento e algumas das estratégias escolhidas para tentar possibilitar vitórias ao PDS no pleito de 1982.

O primeiro processo indicativo de que o PDS teria favorecimento do governo, durante o seu funcionamento, esteve ainda no início da formação do partido. Em fevereiro de 1980 ocorreu uma negociação entre o Ministro Golbery do Couto e Silva, Ministro Ibrahim Abi-Ackel, Senador José Sarney, Senador Jarbas Passarinho e o Deputado Federal Nelson Marchezan. A ideia inicial era de garantir que os órgãos de Estado e dos estados fossem abertos para que políticos da base governista pudessem gerir e apresentar suas demandas, que significativamente poderia trazer resultados práticos aos membros do PDS. Órgãos como o Banco Nacional de Habitação e a Receita Federal, que ainda não tinham sido instrumentalizados pelos políticos nos governos militares, passariam a integrar a lista com a qual os políticos poderiam participar e ter acesso. A ideia era permitir um acesso restringido dos políticos a estes órgãos, já que a entrada nestes espaços também não era uma situação de total conforto ao Executivo<sup>427</sup>.

Apesar dessa tentativa inicial, que servia com o claro objetivo de permitir maior participação dos políticos nos órgãos de decisão do governo, somente em agosto de 1981 é que a preocupação eleitoral passou a ser, de fato, a maior prioridade do governo Figueiredo. Os exemplos aqui citados podem ser acompanhados em conjunto com o envolvimento Legislativo do Executivo. O Presidente Figueiredo acabou auxiliando o PDS em busca de garantir que a sigla conseguisse boa margem no pleito de 1982. Figueiredo começava uma análise que tinha

---

<sup>427</sup> JORNAL DO BRASIL, 11 de fevereiro de 1980, p. 3.



como perfil ser constante e destrinchando estado por estado - o que lhe garantiria uma maior compreensão do todo<sup>428</sup>.

Uma estratégia que tentava consolidar o PDS era baseada na instrumentalização do Ministério do Interior para o fim da vitória eleitoral. A chefia de Mário Andreazza agradava o governo de Figueiredo, que em favor do partido passou a elaborar um programa que tinha como prioridade os chamados “pequenos municípios”. Ao todo, de início, seriam aproximadamente 3.500 solicitações de políticos do PDS para algum tipo de melhoramento da qualidade de vida dos munícipes. Um exemplo prático da utilização política dos feitos de governo, em prol do PDS, estava na luta contra a seca nordestina, que o Ministério do Interior passou a desenvolver. Aparentemente foram gastos Cr\$ 7,5 bilhões em prol de obras que conseguissem amenizar a situação da seca aos mais necessitados. O próprio Ministro Andreazza acabou associando esta obra de seu Ministério com um possível bom desempenho eleitoral do PDS, “tenho observado que o Nordeste está conscientizado sobre o empenho que o Governo vem realizando para diminuir os efeitos da seca e, se continuarmos assim, teremos bons resultados nas eleições”<sup>429</sup>.

Uma outra ação que exemplifica o quanto o governo planejava as eleições de 1982 estava na própria ação de Andreazza em favor de 22 prefeitos do Rio de Janeiro que tiveram seus municípios incluídos no Programa de Financiamento da Construção de Casas Populares - Pró-Morar. Essa atitude também tinha uma maior pessoalidade, já que seu nome era especulado como um dos favoritos a ser candidato ao governo do Estado do Rio de Janeiro. Portanto, a ação de Andreazza poderia ter duplo benefício: em favor dos prefeitos do partido que, teoricamente, contribuíram para o crescimento eleitoral do PDS; em favor próprio, já que sua ação visava garantir também o seu nome como válido para o cargo de Governador do Rio de Janeiro<sup>430</sup>.

Apesar desse forte envolvimento do Ministro Andreazza, aparentemente não se pode estabelecer uma regra, segundo a qual todos os Ministérios teriam contribuído para as eleições de 1982. Isso se justifica pelas reclamações do Diretório Estadual de São Paulo do PDS. Em reunião com, aproximadamente, 22 dirigentes regionais, marcou-se um momento de queixas por conta da percepção de que estes políticos estavam sendo desprestigiados, ou tendo pouco envolvimento nestes órgãos, em um momento de grande importância para as pretensões partidárias<sup>431</sup>.

---

<sup>428</sup> JORNAL DO BRASIL, 28 de agosto de 1981, p. 3.

<sup>429</sup> JORNAL DO BRASIL, 1 de setembro de 1981, p. 4.

<sup>430</sup> JORNAL DO BRASIL, 14 de setembro de 1981, p. 3.

<sup>431</sup> JORNAL DO BRASIL, 16 de setembro de 1981, p. 3.

Além desta queixa, não faltou alerta de governistas sobre a responsabilidade do Estado em cooperar na garantia das eleições de 1982. O Governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães (PDS), acabou apontando e negociando diretamente com o Presidente Figueiredo a adoção de políticas públicas que garantissem a vitória do PDS no pleito. Segundo Magalhães, o Planalto deveria ter três preocupações essenciais: transporte de massas que garantissem a mobilidade de moradores das zonas mais distantes da capital (periferia); garantia de bons preços na chamada cesta básica; um programa de moradia digno para a população de baixa renda. O momento, como será exposto no tópico acerca do Legislativo, não era dos mais favoráveis, já que era marcado por um desencontro entre os interesses do governo (sublegenda) e a negativa do Congresso<sup>432</sup>.

A queda da sublegenda acabou dando a Figueiredo uma “missão” de maior envolvimento do Presidente com questões das eleições de 1982<sup>433</sup>. O presidente queria estar mais ativo no processo decisório nos diversos estados da União. Possivelmente essa medida foi projetada como uma tentativa de demonstração de força do Presidente, como de controle sobre o processo eleitoral<sup>434</sup>. A sublegenda era uma medida, pensada pelo governo, para garantir a hegemonia do PDS. Sem essa pauta, haveria a necessidade de uma outra ação que conseguisse imobilizar os grupos de oposição. Mas em quais pontos essa política poderia prosperar?

Resta uma exposição da situação econômica dos primeiros anos da década de 1980<sup>435</sup>. Monica Piccolo entende que a década de 1980 foi um momento de um grande paradigma na economia, política e sociedade. Era um momento em que a própria sociedade podia manifestar-se, já que suas amarras constitucionais haviam sido rompidas por conta do fim dos Atos institucionais.

---

<sup>432</sup> JORNAL DO BRASIL, 1 de novembro de 1981, p. 3.

<sup>433</sup> A sublegenda foi uma medida criada na ditadura militar - através do Ato Complementar nº 26, em novembro de 1966. A medida garantia que um partido tivesse mais de um candidato para cargos do Poder Executivo, nas diferentes esferas. Em si, um partido poderia lançar os candidatos “a”, “b” e “c” e um outro partido também poderia lançar os candidatos “d”, “e” e “f”. Ao final do pleito, somava-se o quantitativo de votos que cada candidato de partido teve. Segue o exemplo: soma dos votos no partido 1 (candidato “a” teve 300 votos; candidato “b” teve 200 votos; candidato “c” teve 100 votos) foi de 600 votos; soma dos votos no partido 2 (candidato “d” teve 400 votos; candidato “e” teve 70 votos; candidato “f” teve 30 votos) foi de 500 votos. Nessa condição, o partido 1 aglutinou mais votos do que o partido 2. Então, o partido 1 ganhou as eleições, tendo o candidato “a” como o mais votado do partido 1. Quem assumiria o cargo pleiteado seria justamente o candidato “a”. Nesse exemplo, o candidato “d” foi majoritariamente mais votado, porém seu partido no cômputo geral acabou sendo derrotado para o outro partido. Isso justamente indica a importância da sublegenda durante o período ditatorial, ela garantia principalmente para a Arena vitórias eleitorais mesmo que o partido se dividiu em subgrupos para conquistar a vitória. Para maiores informações, consultar: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/sublegenda>, consultado em 18 de janeiro de 2023, às 10h.

<sup>434</sup> JORNAL DO BRASIL, 4 de novembro de 1981, p. 4.

<sup>435</sup> PICCOLO, Monica. O dragão não era de papel: os (des)ajustes da Política Econômica brasileira nos anos 1980. QUADRAT, Samantha Viz (org.). **Não foi tempo perdido**: os anos 80 em debate. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014. 182

Vale então entender a análise da autora sobre o governo Figueiredo. Segundo Piccolo, seria um momento de grande exposição das questões econômicas para a sociedade brasileira. A situação política não era mais comparável aos anos de repressão política, a sociedade não só era informada em matérias jornalísticas, como também a própria oposição política ganhava mais força dentro do cenário nacional.

Por parte do governo, havia o claro interesse em repetir os anos de maior crescimento econômico do período ditatorial. Tanto o é, que o próprio governo Figueiredo manteve importantes figuras políticas/econômicas de antigas gestões militares, como Delfim Netto.

Contudo, o cenário não era semelhante ao período que contribuiu para o “milagre econômico”. O país atravessava um momento que relacionava alta taxa de crescimento com alta taxa de endividamento. A chamada política desenvolvimentista entrava em um momento de grande desgaste. Acaba ocorrendo um desencontro entre os Ministros do Planejamento e o da Fazenda, sendo o primeiro responsável pela adoção de políticas de caráter mais recessivo<sup>436</sup>.

Dentro do contexto internacional, a situação também ganhava um contorno desfavorável por conta do segundo choque do petróleo (1979). Os preços do combustível acabaram crescendo, ao ponto de dobrar de valor. Era o momento de maior endividamento do país – motivado pelo crescimento de juros no mercado internacional. Essa situação acabou gerando a saída do Ministro do Planejamento em apenas 5 meses. Em seu lugar assume Delfim Netto, que tinha o claro interesse de gerar mais um “milagre”. Surge então o III PND (Plano Nacional de Desenvolvimento).

Os resultados econômicos não foram favoráveis aos interesses do governo. O ano de 1981 acabou sendo marcado por uma postura econômica que privilegiava uma postura mais recessiva. Uma postura mais ortodoxa era adotada pelo governo Figueiredo. A situação ganha um contorno ainda mais desfavorável, por conta dos juros internacionais que motivados pela crise petrolífera mantiveram-se em patamares elevados. Como ressalta a autora:

Os três primeiros anos do governo Figueiredo, assim, chegam ao fim profundamente marcados, uma vez que a recessão e a inflação corroeram a carga tributária, as receitas operacionais das empresas estatais e promoveram a elevação dos gastos públicos. Some-se a tal quadro a baixa taxa de investimento promovida pelo aperto da política monetária<sup>437</sup>

Talvez a primeira medida que o governo entendia ser de grande valor para mobilizar a população em seu favor estivesse em um programa de emprego, que também seria responsável

---

<sup>436</sup> Ibidem.

<sup>437</sup> PICCOLO, 2014, p. 254.

pela construção de moradias populares. Ao todo, estimava-se que seriam necessários a criação de 400 e 500 mil vagas aos brasileiros. As demandas empregatícias já eram pautas Ministeriais. O ponto principal se encontrava em garantir a criação destas vagas nas grandes zonas urbanas do país. Ainda assim, essa medida contava com um certo limite que não privilegiava o Nordeste brasileiro. Essas medidas visavam atender principalmente pessoas de baixa renda. E como seria possível garantir a criação de medidas de emprego e moradia? A União poderia garantir o barateamento dos investimentos utilizando espaços e prédios públicos que estavam desocupados ou com baixa atividade. Além de garantir a disponibilidade de vagas de emprego e criar um sistema de moradias para os mais pobres, o Estado poderia ter condições de realizar este investimento de forma a evitar uma grande oneração de seu orçamento<sup>438</sup>.

Uma outra medida que visava buscar respaldo social estava na tentativa de “zerar” filas em órgãos públicos. A ideia governista era tentar buscar meios que melhorassem o atendimento ao público que dependia de utilizar algum serviço público. A ideia era gerar treinamentos e remunerações aos servidores, garantindo a capacitação de seus quadros e o melhoramento do serviço. Esse fator também era um reconhecimento de políticos da necessidade de uma boa avaliação civil sobre serviços públicos, que resultaria em votos diretos ao PDS. A imagem de filas por longos quarteirões precisava acabar<sup>439</sup>.

Apesar dessa mobilização, a relação entre Figueiredo e os políticos do PDS não era nem um pouco estável. O comportamento dos partidários em questões de interesse do governo passou a ser questionado. Havia o entendimento de que poucos Deputados se mobilizam em defender os interesses governistas. O Senador Jarbas Passarinho declarava que essa ausência de mobilização do PDS em prol do governo Figueiredo era semelhante ao momento de crise da relação Arena-Governo, referindo-se ao caso Márcio Moreira Alves, que culminou na instituição do AI-5. Isso poderia ser visto como uma ameaça? Acredito que não. Essa postura tem mais um indicativo de como a sintonia entre o Governo e o partido não eram próximas e como isso foi importante no próprio pleito de 1982<sup>440</sup>. Talvez, membros do PDS também pudessem entender que o governo Figueiredo apresentava rendimento econômico não satisfatório, sendo alvos de críticas dos partidos de oposição. Esse fator pode ter colaborado para que determinado membros do PDS se afastassem da figura presidencial, justamente por entender que o cenário econômico não era favorável a imagem do presidente.

---

<sup>438</sup> JORNAL DO BRASIL, 16 de novembro de 1981, p. 2.

<sup>439</sup> JORNAL DO BRASIL, 22 de novembro de 1981, p. 4.

<sup>440</sup> JORNAL DO BRASIL, 12 de dezembro de 1981, p. 3.

No início de 1982, o Presidente Figueiredo tomou uma atitude importante para tentar melhorar a imagem política do PDS e dos candidatos. De forma a garantir a vitória do partido, Figueiredo passou a viajar pelo país buscando legitimar o PDS como o principal partido do momento. O foco era iniciar no estado de Pernambuco e depois seguir por todos os 23 estados daquele período<sup>441</sup>. Seu envolvimento seria por meio de participação em comícios, onde poderia se aproveitar do espaço para divulgar sua plataforma eleitoral.

O Presidente também recebeu em seus domicílios diversos políticos que buscavam criar laços, viabilizando seus interesses pessoais. O principal exemplo a ser exposto é o caso do então governador de Minas Gerais, Francelino Pereira, que tentou viabilizar a candidatura de um “filho” político seu<sup>442</sup>. Esse exemplo citado é de grande serventia para compreender a questão política na qual o Presidente estava inserido. Figueiredo era o Presidente de Honra do PDS. Seu envolvimento na campanha tinha um claro interesse: garantir, de alguma forma, a vitória do PDS. Mas o envolvimento pessoal do Presidente, em questões como quem seria o candidato “x” para o cargo “y” era um tanto quanto mais complexo. Havia meios de indicar que não seria satisfatório ao partido que Figueiredo exercesse essa função. Mas, a figura de Figueiredo seria de grande valor se o Presidente fosse um árbitro de conflitos complexos. Isso poderia servir ao partido, para impedir distensões danosas ao governo<sup>443</sup>.

Agora, apesar disso, o caso Sarney tem que ser melhor analisado. Claramente, Sarney tinha interesse em se candidatar ao cargo de Governador do Maranhão. Pesquisas internas indicavam a alta receptividade de sua candidatura. Ele acreditava estar preparado para assumir o cargo. Em 1978, ele já havia tentado se candidatar, mas, um pedido do Presidente Geisel acabou fazendo com que desistisse da ideia. Agora, o pedido veio de um outro Presidente: João Batista Figueiredo. Figueiredo queria impedir que Sarney se candidatasse, para que ele continuasse como presidente do PDS<sup>444</sup>. Assim, acaba sendo nítido que o Presidente teve participação direta nas candidaturas.

Cabe especular o porquê de Sarney ser impedido novamente de se candidatar ao governo do Maranhão. Lembrando que essa situação teria ocorrido em 1978, onde o presidente Geisel teria pedido para que Sarney tentasse a reeleição no Senado, o que não era o desejo de Sarney. A capacidade de mediação de Sarney pode ter sido um fator que contribuía para a sua manutenção na direção do partido. Uma outra questão pode estar associada ao contexto do

---

<sup>441</sup> JORNAL DO BRASIL, 28 de fevereiro de 1982, p. 3.

<sup>442</sup> JORNAL DO BRASIL, 22 de março de 1982, p. 3.

<sup>443</sup> JORNAL DO BRASIL, 26 de março de 1982, p. 4.

<sup>444</sup> JORNAL DO BRASIL, 7 de abril de 1982, p. 3.

estado. Nos dois momentos, ocorreram embates entre Sarney e seu maior desafeto e membro da Arena/PDS, Vitorino Freire. Informações davam conta de que Freire seria próximo de influentes militares. Essa medida visava impedir o crescimento de influência de Sarney dentro do seu estado.

Sobre as mobilizações do Presidente Figueiredo em prol do PDS, seria possível identificar sua estratégia? Sim, foi possível identificar por meio da imprensa como Figueiredo se preparou para mobilizar o voto em prol do PDS. Sua principal estratégia era responsabilizar o partido pelos feitos positivos de seu governo. O Presidente defendia estes sucessos, garantindo que o PDS era sua base parlamentar. Logo, o PDS tornava-se essencial na manutenção das “boas” políticas elaborada por Figueiredo<sup>445</sup>.

Porém, a campanha pelo PDS não foi extremamente fácil. Em reta final, o crescimento inflacionário começou a tomar conta dos noticiários jornalísticos. O fato é que o próprio Presidente reconheceu que a inflação seria um fator que poderia prejudicar o partido. Em tom crítico, respondeu a um jornalista, sobre o aumento da inflação e o quanto isso poderia afetar a eleição, que se o povo pensasse com a barriga, o partido seria prejudicado. “É possível, se, ao invés de raciocinar com a cabeça (o povo), raciocinar com a barriga<sup>446</sup>”. Essa postura do Presidente também precisa ser analisada. Sua fala claramente aponta o PDS como a escolha mais racional do pleito de 1982. Se o voto não for no PDS, a escolha não tem caráter racional.

Uma outra estratégia adotada pelo Presidente, na campanha para 1982, foi a utilização da imagem do próprio Figueiredo em campanha pelo PDS. O publicitário Mauro Salles foi contratado para elaborar a campanha, baseada na boa avaliação que ainda mantinha Figueiredo. Uma pesquisa, que será melhor explorada no tópico projeções, indicou que Figueiredo era o nome mais associado ao projeto de abertura. A peça publicitária em torno do João, o Presidente, visava mostrar um político envolvido com todas as pautas da abertura política<sup>447</sup>.

A jornalista Thaís de Mendonça acabou explicando como a estratégia do PDS se elaborou: “A ideia de que o Presidente Figueiredo é o principal cabo eleitoral do PDS foi o que inspirou os atuais cartazes de publicidade do Partido do Governo que, já nos próximos dias, estarão espalhados por todo o país<sup>448</sup>”.

Como pode ser observado, o envolvimento do Presidente Figueiredo e da máquina estatal, na campanha para as eleições de 1982 foram vistas como essenciais.

---

<sup>445</sup> JORNAL DO BRASIL, 3 de maio de 1982, p. 2.

<sup>446</sup> JORNAL DO BRASIL, 6 de agosto de 1982, capa.

<sup>447</sup> JORNAL DO BRASIL, 12 de setembro de 1982, p. 3.

<sup>448</sup> JORNAL DO BRASIL, 17 de setembro de 1982, p. 3.

Primeiro, mesmo que em alguns momentos os políticos do PDS entendessem que faltava um maior prestígio do Planalto por suas atribuições, o Governo se mobilizou em garantir a vitória do PDS por meio da máquina pública. A formulação de algumas medidas, que claramente visam garantir a vitória eleitoral de 1982 pode ser entendida como parte desta estratégia.

Segundo, a imagem do próprio Presidente, com o slogan “Vote no João”, foi uma ação de importante valor na tentativa de associá-lo ao PDS. A medida claramente indicava que o partido usaria a imagem de uma figura pública associada ao projeto de abertura política. Isso, poderia gerar a legitimidade civil que seria depositada no projeto político-partidário do PDS.

Porém, o envolvimento do Presidente e da máquina pública na campanha pode indicar uma outra preocupação: o cuidado com a imagem política do Presidente. Uma derrota eleitoral, como em 1974, poderia atrapalhar os planos políticos de militares e de grupos civis que tinham o controle sobre o projeto de abertura. O envolvimento de Figueiredo poderia ser um claro indicativo do reconhecimento de que sua imagem também estava em jogo. E uma vitória da oposição seria fundamentalmente o fim da abertura elaborada pela cúpula no poder. Beneficiar o PDS, diretamente, seria se beneficiar.

#### 4.2 Projeções

Aqui, será um espaço destinado para algumas projeções elaboradas por institutos de pesquisas, como também cálculos políticos sobre temas relacionados ao processo eleitoral de 1982.

Assim que o novo sistema multipartidário surgiu, ainda no mês de janeiro de 1980, uma série de empresários paulistas foram consultados para opinarem sobre os seus apoios. A pesquisa realizada pela revista Exame apontava que os grupos empresariais tinham, preferencialmente, uma posição mais aproximada do PP e, em seguida, do PDS. Os grupos empresariais preferiam um partido mais ao centro, que tivesse apelo pelo processo democrático e pela liberdade econômica. Segue abaixo a tabela:

**Tabela 15: Novos partidos e as preferências empresariais.**

Partidos	%
Independente (PP)	27,2
Nova Arena (PDS)	21,1

PDC	17,2
Outros	10,5
UDN	6,3
PSD	5,3
Novo MDB (PMDB)	4,9
OS	4,2
PTB	2,8

Fonte: JORNAL DO BRASIL, 10 de janeiro de 1980, p. 3; A TRIBUNA, 10 de janeiro de 1980, p. 3.

Essa pesquisa tem alguns fatos que precisam ser explicados em mais detalhes. Primeiro, o termo em parênteses indicando o partido ao qual estão se referindo é uma adição feita nesta dissertação. Isso porque, não havia um indicativo concreto acerca dos nomes dos partidos. Por exemplo, o próprio PDS podia ser apresentado em jornais como PSD, PD ou Nova Arena.

Uma outra temática interessante é a relação dos novos partidos com antigas siglas, do período da Terceira República (1945-64). O PDC (Partido Democrata Cristão) aparece como o terceiro em preferência empresarial possui uma explicação mais lógica: a relação de diversos empresários com a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas, que teve um membro seu eleito ao cargo de Governador de São Paulo (Paulo Egydio Martins).

Agora, a liderança de Tancredo Neves era vista como essencial ao apoio dado pelo PP. O partido acabava sendo, inicialmente, associado aos ideais da abertura política e um dos seus principais líderes, o Senador Tancredo Neves, era o principal portador da credibilidade desta pauta.

Em agosto de 1980, uma nova pesquisa relevante surge. O seu intuito era entender a opinião pública em temas presentes na realidade social brasileira. A Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom) contratou o IBOPE para a realização deste levantamento<sup>449</sup>.

De acordo com a pesquisa, os dois principais problemas do governo apontados pelos entrevistados eram: inflação (65,1%) e o custo de vida (61,9%). 46,6% dos entrevistados entendiam que o Ensino Superior não possuía uma boa qualidade. A população entrevistada

---

<sup>449</sup> JORNAL DO BRASIL, 16 de agosto de 1980, p. 2.



entendia que a alimentação (87,7%), educação (51,4%), habitação (41,5%) e a segurança pública (34,7%) deveriam ser os temas prioritários do Governo Federal. 75,6% do universo de entrevistados se diziam favoráveis ao planejamento familiar, e 50% desejavam o retorno da censura aos meios de comunicação.

Dos temas acima apresentados, acaba sendo possível dedicar algumas linhas à questão da censura. As questões sobre censura foram colocadas neste questionário como um pedido do Ministro Said Farhat, com o intuito de entender como a sociedade reagiria a ações que estipulassem o retorno das medidas de censura. 39,6% dos entrevistados entenderam que a censura foi um acerto do Governo; 26,9% dos entrevistados se disseram contra a permissão de temas que atentassem a moral e os bons costumes. Apenas 19,7% dos entrevistados disseram ser contrários à censura<sup>450</sup>.

Um outro medidor importante buscou compreender como os governadores eram avaliados em seus governos. Uma questão que acabou chamando a atenção da imprensa estava justamente no declínio de prestígio ao qual estes governadores passaram a sofrer. A pesquisa foi divulgada nas páginas do Jornal do Brasil, mas o instituto responsável pela sua elaboração foi o Gallup. Seguem os números, acompanhados de um histórico da avaliação destes políticos.

---

<sup>450</sup> O tema da censura já foi minuciosamente tratado no texto de FICO, Carlos. “Prezada Censura”: cartas ao regime militar. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 3, p. 251-286, 2002.

**Tabela 16: Avaliação dos governadores de alguns estados da União (em %).**

Governadores	1979				1980		
	Mai	Ago	Out	Dez	Mar	Mai	Ago
<b>Ney Braga (PR)</b>							
Aprovam	43	59	58	47	53	54	50
Desaprovam	37	35	35	40	38	41	46
<b>Marco Maciel (PE)</b>							
Aprovam	49	66	55	54	49	56	50
Desaprovam	40	29	33	42	47	41	48
<b>Antonio Carlos Magalhães (BA)</b>							
Aprovam	38	36	45	45	39	54	40
Desaprovam	53	61	48	47	53	45	55
<b>Amaral de Souza (RS)</b>							
Aprovam	39	44	50	40	39	47	29
Desaprovam	49	51	40	51	54	46	66
<b>Francelino Pereira (MG)</b>							
Aprovam	30	22	32	33	32	34	24
Desaprovam	48	67	60	56	56	61	65
<b>Chagas Freitas (RJ)</b>							
Aprovam	36	38	36	34	30	37	16
Desaprovam	46	51	48	47	58	56	61
<b>Paulo Maluf (SP)</b>							
Aprovam	28	35	29	18	24	30	21
Desaprovam	59	61	63	69	68	65	71

Fonte: JORNAL DO BRASIL, 1 de outubro de 1980, p. 2.

Esses dados indicavam como esses sete governadores acabavam tendo uma grande dificuldade em se desvincular das políticas públicas adotadas pelo Governo Federal. Para os entrevistados, os governos estaduais ainda eram reféns do Planalto. Com isso, se determinada política não tinha boa avaliação, os governadores também sofrem com o insucesso destas pautas.

Ainda no mês de outubro de 1980, uma pesquisa acabou revelando que a sociedade brasileira tinha o desejo de eleições diretas nos diversos níveis. Aproximadamente, 63% dos entrevistados gostariam de eleições diretas em todos os níveis; 11% da população entrevistada preferia eleição indireta; e 17% dos entrevistados tinham como prioridade um misto, em alguma esfera eleição direta, e em outra indireta. Não havia uma classe social entrevistada que não desse apoio majoritário às eleições diretas. As capitais eram mais propensas a apoiar o voto direto (em média 71% da população das capitais apoiavam).

A pesquisa também mediu os problemas e desafios apontados pelos cidadãos. 66% dos entrevistados indicavam preocupações com o custo de vida; 29% indicaram estar preocupados com a crise petrolífera; e 20% indicou a ausência de segurança como um fator preocupante<sup>451</sup>.

Dentro desse mês, uma outra pesquisa passou a tentar medir o nível de identificação partidário da população. O Instituto Gallup acabou apontando que o PMDB e o PDS eram os partidos que mais tinham identificação com a sociedade. Segue a tabela abaixo:

**Tabela 17: identificação dos partidos com a sociedade**

Partidos	Março	Maior	Agosto
----------	-------	-------	--------

<sup>451</sup> JORNAL DO BRASIL, 3 de outubro de 1980, p. 4.

PMDB	10%	15%	16%
PDS	13%	16%	15%
PTB	22%	16%	12%
PT	18%	12%	9%
PP	Sem informações	6%	7%
PDT	Sem informações	Sem informações	3%

FONTE: JORNAL DO BRASIL, 15 de outubro de 1980, p. 2.

Alguns dados não foram completados nos primeiros levantamentos. Talvez, isso tenha contribuído para um maior dado percentual concentrado no PTB no primeiro levantamento. Com o desenvolvimento dos partidos, o perfil de apoio começa a ganhar um novo contorno. O PMDB e o PDS passaram a crescer em identificação, enquanto os partidos trabalhistas (PTB e PT) tiveram um declínio.

Dentro de um primeiro ano de análise, foi possível identificar o apoio popular à pauta das eleições diretas para todos os cargos. Também foi descrito sobre como os governadores estavam sendo associados às pautas do Governo Federal, fator que poderia ter sido marcante no descrédito dos mesmos. A preocupação social se baseava no alto custo de vida e no processo inflacionário. E os principais partidos do momento eram o PMDB e o PDS.

Agora, cabe analisar dados e projeções do ano de 1981. Talvez a pesquisa mais considerável no ano de 1981 tenha sido feita pelo Instituto Gallup, tentando mensurar a questão da abertura. Resta considerar que essa pesquisa acabou sendo concentrada em municípios do estado de São Paulo, mas seus dados possuem uma grande relevância. Abaixo, serão organizadas tabelas sobre cada dado eleitoral levantado.

**Tabela 18: “Qual é a sua opinião sobre a situação econômica do país atualmente”**

Situação econômica	Total	Classes econômicas				
	%	A	B	C	D	E
Boa	5	7	5	4	5	3
Difícil	94	93	94	94	94	97
Não sabem	1	-	1	2	1	-
Total	100	100	100	100	100	100
Bases	600	55	114	207	192	32

Fonte: JORNAL DO BRASIL, 15 de outubro de 1981, p. 2.

Aqui, já é possível entender como a situação econômica não teve um quadro de melhora em relação ao ano anterior. Se em 1980, o custo de vida e a inflação eram preocupações da própria sociedade civil, os paulistas entrevistados acabaram indicando que o desempenho econômico do país não conseguiu superar essa imagem negativa.

**Tabela 19: “Na sua opinião, o país atualmente está tranquilo ou está agitado”**

O país está agitado?	Total	Classes econômicas				
	%	A	B	C	D	E
Tranquilo	20	40	25	21	11	13
Agitado	76	55	71	73	86	84
Não sabem	4	5	4	6	3	3
Total	100	100	100	100	100	100
Bases	600	55	114	207	192	32

Fonte: JORNAL DO BRASIL, 15 de outubro de 1981, p. 2.

A percepção de um país mais agitado tomou conta de 76% dos paulistanos entrevistados. Somente membros da classe econômica “A” é que tiveram uma percepção um tanto quanto mais equilibrada entre tranquilidade e agitação. E mesmo assim, essa noção de equilíbrio não é tão próxima em dados percentuais. As classes “D” e “E” eram as que mais sentiam uma agitação no meio social. Possivelmente, esse alto dado de agitação tenha sido estimulado pela própria

condição econômica do país. Lembrando que a população mais pobre era que diretamente sentia os problemas econômicos ao qual o país passava.

**Tabela 20: “O Sr (a) já ouviu falar na política de abertura ou não?”**

Política de abertura	Total	Classes econômicas				
	%	A	B	C	D	E
Já ouviu falar e são capazes de dizer se alguém está lutando pela abertura	34	73	56	36	14	6
Já ouviram falar, mas não sabem dizer quem está lutando pela abertura política	25	22	23	30	24	13
Todos os que já ouviram falar	59	95	79	66	38	19
Nunca ouviram falar de abertura política	41	5	21	34	62	81
Total	100	100	100	100	100	100
Bases	600	55	114	207	192	32

Fonte: JORNAL DO BRASIL, 15 de outubro de 1981, p. 2.

Como se pode observar, a maior parte dos paulistanos já tinham escutado algo sobre a abertura política (59%). Mas, esse percentual acaba sendo alavancado por grupos das classes “A”, “B” e “C”. Quando ocorre a discriminação por classe social, acaba sendo possível identificar como classes “D” (62%) e “E” (81%) pouco sabiam sobre o processo de abertura política. Portanto, aos paulistanos, a chamada “abertura política” ainda era um tema muito presente apenas nas classes mais abastadas.

**Tabela 21: “Quem mais está lutando pela abertura política é:”**

Quem está lutando pela abertura	Total	Classes econômicas
---------------------------------	-------	--------------------

	%	A	B	C	D	E
O Presidente Figueiredo	15	31	25	15	5	3
O Governo e o Partido do Governo	5	15	9	4	2	3
O povo	4	5	5	5	1	-
Os Partidos de Oposição	4	15	7	1	1	-
Os Sindicatos e os trabalhadores	1	5	2	-	1	-
Os políticos em geral	2	-	2	4	1	-
Outras respostas	4	4	5	6	2	-

Fonte: JORNAL DO BRASIL, 15 de outubro de 1981, p. 2.

O Presidente Figueiredo era visto como o principal nome da luta pela abertura política. No subtópico acima, ficou exposto um slogan da campanha: “Vote no João”, onde Figueiredo era apresentado como o Presidente da Abertura. Com esses dados acima expostos, fica evidente a lógica ao qual a campanha política do PDS se baseou para determinar tal slogan. A discrepância em termos percentuais do Presidente para o “Governo e o Partido do Governo” que era o segundo grupo apontado como quem lutava pela abertura beirou os 10 pontos percentuais. Mais uma vez, vale acrescentar que esses dados são alavancados pelo alto reconhecimento das classes “A”, “B” e “C” e pela pouca participação das classes “D” e “E”.

**Tabela 22: “E o Sr.(a) é a favor ou contra a abertura política?”**

Favorável ou contra a abertura	Total	Classes econômicas				
	%	A	B	C	D	E
A favor da abertura política	52	84	73	59	32	14
Contra	7	11	6	7	6	5
Nunca ouviram falar de abertura política	41	5	21	34	62	81
Total	100	100	100	100	100	100
Bases	600	55	114	207	192	32

Fonte: JORNAL DO BRASIL, 15 de outubro de 1981, p. 2.

Como indicado antes, o número de cidadãos que não sabiam sobre o que era a “abertura política” tem um índice elevado, considerando que o tema era tratado por jornais e revistas. Mas, quando havia uma opinião, ela conduzia para um apoio social ao projeto de abertura política. Contudo, membros da classe “A” tenderiam a se opor em número semelhante do que membros do grupo “D” e “E” juntos. O grupo “E” era o que menos tinha consciência sobre ser favorável ou não ao projeto de abertura, 8 em 10 entrevistados desse grupo não sabiam do que se tratava tal temática.

Esse indicador tem algumas considerações que deveriam ser exploradas em diversas outras pesquisas, mas aqui cabe salientar que na realidade paulistana, o projeto de abertura tinha um perfil de classe. São Paulo era um estado com alto nível de industrialização e urbanização, em comparação com outros estados da União. A chamada região do ABC paulista foi palco de manifestações operárias de grande força, nos finais da década de 1970. Mas, aparentemente, não há um entendimento pelas camadas mais pobres do projeto de abertura política que alguns grupos políticos, intelectuais e midiáticos poderiam estar interessados. Mais um questionamento surge: a que nível o processo de abertura era reconhecido, pelos diversos estados do Brasil? Seria a situação paulista um padrão ou uma exceção?

Uma outra pesquisa importante foi aplicada para pensar o desenvolvimento dos partidos na região nordestina. A Fundação Cristã no Meio Rural buscava entender a relação dos residentes do meio rural nordestino com os partidos políticos. O evento foi organizado pelas Arquidiocese de Olinda e Recife e conseguiu medir a presença dos partidos em nove estados



do Nordeste. O PDS era o partido que tinha maior preferência na região, seguido pelo PMDB. Em 75% dos locais pesquisados, o PDS era o mais relevante<sup>452</sup>.

Por fim, o mês de outubro indicou ainda o crescimento da confiança da população brasileira no Governo Figueiredo. Abaixo, será exposto um longo histórico acerca da avaliação do Presidente durante o seu mandato.

**Tabela 23: nível histórico de confiança no governo Figueiredo**

Avaliações	1979			1980				1981		
	Mai	Ago	Out	Fev	Abr	Ago	Nov	Fev	Jun	Set
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Muito bem	12	18	18	10	8	6	6	8	9	8
Bem	35	38	39	27	31	27	25	28	30	32
Regularmente	32	29	29	30	36	34	35	33	37	35
Mal	5	6	5	13	10	12	14	12	9	10
Muito Mal	2	4	2	9	6	13	12	12	9	7
Não sabem	14	5	7	11	9	8	8	7	6	8
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Bases	2861	3172	3302	3073	2890	2745	2396	2458	2142	2830

Fonte: JORNAL DO BRASIL, 22 de outubro de 1981, p. 2.

Os índices não estavam próximos do que marcaram o início do governo Figueiredo, onde de boas avaliações o mês de maio concentrou 47%, o mês de agosto 56% e o mês de outubro 57%, mas era a primeira vez, desde 1980, que o seu Governo atingia uma boa aprovação em 40 pontos percentuais. Todos esses dados acabam colaborando para a imagem do então Presidente.

Agora, as primeiras pesquisas aos cargos de governadores começaram a ser apresentadas somente em janeiro de 1982. O primeiro levantamento utilizado pelo Jornal do

<sup>452</sup> JORNAL DO BRASIL, 21 de outubro de 1981, p. 4.

Brasil focou em 10 estados, e foi realizado em dois momentos: setembro de 1981 e dezembro de 1981. Mais uma tabela servirá para explicitar a situação em cada estado citado.

**Tabela 24: A disputa eleitoral em 10 estados**

<b>Estados e candidatos</b>	<b>Setembro de 1981</b>	<b>Dezembro de 1981</b>
<b>Rio de Janeiro</b>		
Sandra Cavalcanti (PTB)	34%	37%
Miro Teixeira (PP)	17%	22%
Roberto Saturino (PMDB)	6%	8%
Moreira Franco (PDS)	3%	6%
<b>São Paulo</b>		
Franco Montoro (PMDB)	23%	26%
Reinaldo de Barros (PDS)	9%	14%
Laudo Natel (PDS)	11%	12%
Jânio Quadros (PTB)	12%	11%
Luis Inácio Lula da Silva (PT)	10%	11%
Olavo Setúbal (PP)	9%	11%
<b>Minas Gerais</b>		
Tancredo Neves (PP)	30%	33%
Maurício Campos (PDS)	9%	11%
Itamar Franco (PMDB)	5%	9%
Ibrahim Abi-Ackel (PDS)	6%	6%
Murilo Badaró (PDS)	3%	5%
<b>Rio Grande do Sul</b>		
Pedro Simon (PMDB)	25%	22%
Sinval Guazelli (PP)	18%	16%
Nélson Marchezan (PDS)	10%	14%
Jair Soares (PDS)	15%	13%
Alceu Collares (PDT)	7%	6%

<b>Paraná</b>		
Jaime Canet (PP)	25%	27%
José Richa (PMDB)	23%	20%
Paulo Pimentel (PTB)	21%	19%
Antônio Bellinatti (PDS)	8%	11%
Jaime Lerner (PDS)	4%	4%
Saul Raiz (PDS)	1%	3%
<b>Bahia</b>		
Roberto Santos (PP)	20%	25%
Lomanto Júnior (PDS)	25%	21%
Cleriston de Andrade (PDS)	10%	15%
Waldir Pires (PMDB)	7%	12%
<b>Pernambuco</b>		
Marcos Freire (PMDB)	37%	35%
Gustavo Krause (PDS)	5%	12%
Moura Cavalcanti (PDS)	6%	9%
Cid Sampaio (PP)	6%	7%
<b>Santa Catarina</b>		
Konder Reis (PDS)	Não pesquisado	24%
Esperidão Amim (PDS)	25%	21%
Jaison Barreto (PMDB)	15%	17%
Pedro Ivo (PMDB)	12%	8%
Evelásio Vieira (PP)	5%	8%
<b>Ceará</b>		
Adauto Bezerra (PDS)	26%	30%
Mauro Benevides (PMDB)	15%	20%

César Cals (PDS)	20%	17%
Aécio de Borba (PDS)	6%	8%
<b>Goiás</b>		
Íris Rezende (PMDB)	29%	39%
Otávio Lage (PDS)	18%	23%
Henrique Santillo (PMDB)	18%	14%

Fonte: Jornal do Brasil, 4 de janeiro de 1982, p. 2.

Sobre essa primeira amostragem, vale destacar que nem todos os candidatos foram listados. Por exemplo, no estado do Rio de Janeiro, Brizola (PDT) foi o candidato escolhido pela população para governar e nessa amostragem ele ainda não figurava. Além disso, o PP ainda estava sendo apresentado enquanto um partido independente. A incorporação ao PMDB ainda não tinha sido computada. Por fim, vale destacar que a indecisão de alguns estados, no PDS, já podia ser visualizada.

Voltando à questão da popularidade do Presidente Figueiredo, em dezembro de 1981 nova pesquisa foi feita. Sua divulgação acabou ocorrendo em fevereiro do ano seguinte, mas indicou o crescimento de boas avaliações do governo Figueiredo. Se em setembro, o indicativo chegou a 40%, em dezembro chegou a 46%. Desde o início da contagem, era o momento mais próximo das altas avaliações do seu primeiro ano de mandato<sup>453</sup>. O crescimento do Presidente ocorria nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, que também eram locais de bom espaço do PDS. No Sul e Sudeste, sua avaliação perdia pontos.

A última pesquisa que será explorada neste capítulo está relacionada com as percepções dos eleitores com os maiores problemas de suas realidades. A inflação, antiga vilã aqui citada, continuava sendo o principal problema dos cidadãos brasileiros.

<sup>453</sup> JORNAL DO BRASIL, 3 fevereiro de 1982, p. 2.

**Tabela 25: Lista de problemas apontados pelos brasileiros**

Lista de problemas	Sudeste		Sul		Nordeste		Norte		Centro-Oeste	
	Nov/ 81	Set/ 82	Nov/ 81	Set/ 82	Nov/ 81	Set/ 82	Nov/ 81	Set/ 82	Nov/ 81	Set/ 82
Inflação	34%	36%	31%	35%	35%	40%	35%	36%	42%	32%
Desemprego	18%	21%	20%	21%	17%	19%	18%	21%	7%	20%
Salários Baixos	18%	13%	15%	14%	20%	13%	21%	9%	21%	18%
Dívida Externa	5%	9%	5%	10%	5%	9%	35	5%	3%	8%
Segurança	3%	3%	4%	2%	2%	2%	4%	5%	1%	6%
Outros	16%	11%	20%	12%	14%	12%	13%	16%	20%	9%
Não sabem	6%	7%	5%	6%	7%	5%	6%	8%	6%	7%
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Bases	2671	2526	1362	1237	507	454	641	682	161	153

Fonte: JORNAL DO BRASIL, 1 de outubro de 1982, p. 3.

Apesar do indicativo de melhora da imagem do presidente, a situação econômica ainda era motivo de preocupação da sociedade brasileira. Dos tópicos apresentados os mais listados possuem alguma relação entre si: a economia brasileira. Seja porque existia um grave problema inflacionário, seja pelo desemprego, ou por conta da dívida externa ou os baixos salários. Todos estão relacionados, por serem temas econômicos, mas também interligados por conta da questão inflacionária.

Porém, de certa forma ainda havia o reconhecimento e uma espécie de boa avaliação do Governo Figueiredo. A utilização de seu nome e rosto em campanhas do PDS, por todo o país, até que tinha algum sentido lógico. Agora, resta saber como o PDS e o Governo agiram em torno do debate constitucional.

### 4.3 Reformas eleitorais

Agora, o debate terá uma característica semelhante ao capítulo anterior, no qual o foco esteve em questões legislativas. A diferença é que não haverá uma divisão temática como ocorreu no capítulo anterior. O objetivo de aglutinar o tema “reforma eleitoral” é demonstrar como o PDS e o Congresso reagiu a medidas políticas enviadas pelo Planalto no final de 1981 e durante o ano de 1982. Inicialmente, pode-se adiantar que o comportamento do PDS foi

semelhante aos pontos elevados no capítulo anterior, ou seja, o partido não carregou a unanimidade que lhe era esperada.

Esse debate tem como ponto essencial às medidas tomadas pelo Governo, próximo a eleição de 1982, que visavam alterar regras de organização dos partidos para o próprio processo eleitoral. Porém, a tramitação do debate que tomou conta do Congresso acabou ganhando forma ainda nos primórdios de 1980. A primeira pauta levantada estava relacionada com a sublegenda. O primeiro partido que se posicionou contra essa medida foi o PP. O partido tinha uma proposta do Senador Affonso Camargo (PP-PR) que proibia a sublegenda em qualquer nível. Além disso, o próprio partido já considerava, ainda em abril de 1980, uma fusão com outra sigla se a sublegenda permanecesse nos pleitos futuros<sup>454</sup>.

Chama atenção a primeira ação imediata da oposição contra a sublegenda. Em uma Comissão Mista do Congresso - situação em que estão juntos no debate Senadores e Deputados Federais - a sublegenda foi previamente “derrubada”. A Emenda de Affonso Camargo, que proibia a sublegenda, acabou sendo aprovada por tal Comissão. É interessante acompanhar a situação pela imprensa, porque ela consegue explicar o que aconteceu. De alguma forma, o PDS “se desligou” do debate. Não é possível determinar qual foi o fator responsável pelo apagão. Mas dentro desta Comissão, o partido tinha maioria. Além disso, o parecer do relatório de tal Emenda estava sob responsabilidade do Senador Aderbal Jurema (PDS-PE), que constatou uma posição contrária à aprovação da Emenda.

Tudo cooperava para que o PDS conseguisse “enterrar” o debate sobre sublegendas ainda na Comissão Mista. Porém, como já dito, sem um motivo lógico que explique toda situação, o relatório acabou sendo rejeitado e a proposta de fim das sublegendas foi aprovada. Ao que parece, houve um relativo desprezo por políticos do PDS que pertenciam a tal Comissão. Possivelmente tiveram como estratégia o “cozinhamento” da pauta - a possível ideia seria impedir a aprovação do projeto estendendo o debate. O problema é que percebendo o quórum para a aprovação da pauta, a oposição rapidamente se articulou, visando impedir a obstrução de pauta do PDS. Como não haviam votos favoráveis o suficiente, o parecer do Senador Jurema foi derrotado e o projeto pode ter continuidade no Congresso<sup>455</sup>.

Uma outra preocupação que tomava conta de parlamentares e de grupos da sociedade civil estava na questão dos mandatos de 1982. A prorrogação dos mandatos municipais, de 1980 para 1982, ainda era pauta no Congresso. Havia uma insegurança com o possível efeito dominó

---

<sup>454</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, 10 de abril de 1980, p. 5.

<sup>455</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, 10 de junho de 1980, p. 5.

que esta medida poderia gerar. Quem não garantiria que com a justificativa de uma eleição mais confusa, com praticamente todos os cargos a serem eleitos de uma só vez, o governo não agisse com o intuito de prorrogar mandatos de Deputados, Senadores e Governadores? Apesar de parecer ilógico para alguns líderes do PDS, a oposição tinha um argumento coerente, baseada na primeira prorrogação<sup>456</sup>. O assunto, apesar de poder beneficiar os políticos que já estavam em cargos atingidos pela possível prorrogação, aparentemente não agradou um grupo de governadores nordestinos. Aparentemente em uma reunião da Sudene, no mês de julho de 1980, os governadores Guilherme Palmeira (PDS-AL), Lucídio Portella (PDS-PI), Tarcísio Buriti (PDS-PB) e Virgílio Távora (PDS-CE) foram os que se opuseram a qualquer medida de prorrogação<sup>457</sup>.

Uma outra pauta importante estava na garantia de eleições diretas para governadores e prefeitos, lembrando que no capítulo anterior foi exposto a Emenda Lobão, até o mês de novembro de 1980 não havia um outro texto constitucional aprovado que garantisse eleições diretas para tais cargos - mesmo sendo uma promessa do governo que o segundo semestre teria essa pauta aprovada. Wilson Braga (PDS-PB) era um dos líderes dentro do PDS pela pauta das eleições diretas para estes cargos. A Emenda do Poder Executivo já estava no Congresso, mas ainda precisava de uma mobilização para garantir sua aprovação. Braga era um dos articuladores deste projeto<sup>458</sup>.

A aprovação das eleições diretas para os cargos de Governador e prefeito ocorreu no dia 13 de novembro de 1980. Com uma alta taxa de presença dos Congressistas, o projeto foi aprovado por 444 congressistas - lembrando que o Congresso possuía 487 membros (420 Deputados Federais e 67 Senadores). A medida votada também dava fim aos chamados Senadores Biônicos. Porém, estes Senadores poderiam cumprir seus mandatos até o ano de 1986. Como o projeto foi aprovado em unanimidade, só será possível identificar os que não estiveram presentes. Senadores Biônicos que não votaram - todos eram do PDS: Amaral Peixoto (RJ); Gabriel Hermes (PA); Dinarte Mariz (RN); Milton Cabral (PB); Arnon de Mello (AL). Os Senadores eleitos por voto direto que não comparecerem foram: Adalberto Sena (PMDB-AC); Jorge Kalume (PDS-AC); Agenor Maria (PMDB-RN); Lomato Júnior (PDS-BA); Hugo Ramos (PDS-RJ); Evelásio Vieira (PP-SC); Luis Viana Filho (PDS-BA) presidia o Congresso Nacional, este cargo lhe garante a isenção do voto.

---

<sup>456</sup> JORNAL DO BRASIL, 15 de setembro de 1980, p. 3.

<sup>457</sup> JORNAL DO BRASIL, 1 de julho de 1980, p. 2.

<sup>458</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, 2 de novembro de 1980, p. 5.



Os Deputados Federais que não votaram: Almicar de Queiroz (PDS-AC); Rafael Faraco (PDS-AM); Antônio Amaral (PDS-PA); Correia Lima (PDS-PI); Cesário Barreto (PDS-CE); Joaquim Coutinho (PDS-PE); Djalma Bessa (PDS-BA); Alair Ferreira (PDS-RJ); Álvaro Vale (PDS-RJ); José Bruno (PP-RJ); Marcelo Medeiros (PP-RJ); Peixoto Filho (PP-RJ); Batista Miranda (PDS-MG); Moacir Lopes (PDS-MG); Adalberto Camargo (PDS-SP); João Arruda (PDS-SP); Rui Silva (PDS-SP); José Freire (PMDB-GO); Wilmar Guimarães (PDS-GO); Antônio Mazurek (PDS-PR); Pedro Collin (PDS-SC); Pedro Ivo (PMDB-SC); Alexandre Machado (PDS-RS); Harry Sauer (PMDB-RS)<sup>459</sup>.

A aprovação da Emenda e sua consequente promulgação não foi motivo de segurança ao PMDB, já que o partido entendia que o próprio Planalto não poderia dar a segurança necessária para a realização do pleito, em um ambiente de crescente crise socioeconômica ao qual o país estava enfrentando. Além do mais, havia o reconhecimento de que o Executivo já agiu, no mesmo ano, para a prorrogação de mandatos de prefeitos e vereadores. Logo, essa ausência de credibilidade tornou-se justificável<sup>460</sup>.

Apesar da existência de uma série de debates sobre questões políticas e eleitorais serem expostas no Congresso, o debate aqui apresentado se voltará para o momento da chamada Reforma Eleitoral que toma início, oficialmente, em setembro de 1981. Inicialmente, arquitetaram-se três projetos: elegibilidade aos anistiados; dispensa de exigência ao prazo domiciliar de novos estados; e a manutenção das sublegendas. Talvez, o ponto de maior preocupação e discordância da oposição esteja atrelado ao último. O projeto previa que poderiam ser criadas três sublegendas por partido ao cargo de governador<sup>461</sup>.

Contudo, uma surpresa se instalou a esse debate, vinda do Planalto: a previsão de eleição em dois turnos, medida que foi sugerida pelo Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, dirigido pelo Ministro Leitão de Abreu. Quando tal projeto foi noticiado, tanto o PMDB quanto o PDS manifestaram-se sua total insatisfação com essa possibilidade<sup>462</sup>. Os parlamentares das duas siglas passaram a esboçar um movimento de oposição conjunta ao projeto.

A situação da sublegenda também passou a entrar em crise, quando o Governo decidiu anexar tal medida a realização de um pleito de dois turnos. Principalmente os Deputados do PDS passaram a se opor com tal atitude. Aproximadamente 50 Deputados do PDS teriam

---

<sup>459</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, 14 de novembro de 1980, p. 4.

<sup>460</sup> JORNAL DO BRASIL, 16 de novembro de 1980, p. 3.

<sup>461</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, 5 de setembro de 1981, p. 4.

<sup>462</sup> JORNAL DO BRASIL, 7 de setembro de 1981, p. 2.

procurado a liderança na Câmara para sinalizar suas insatisfações e o desejo de não aprovar tal medida<sup>463</sup>.

Enquanto o “baixo clero” do PDS debatia sobre a promulgação de um texto sobre dois turnos nas eleições para governadores, o Presidente do partido, Senador José Sarney, proferia severas críticas ao então Ministro da Justiça, Abi-Ackel, por estar “desprestigiando” o PDS. No entendimento de Sarney, Abi-Ackel agiu com temeroso desrespeito ao partido, quando começou a divulgar a proposta de Reforma Eleitoral com líderes da oposição - em especial o Senador Tancredo Neves. “O Senador José Sarney assinalou que o Ministro da Justiça tratara o PDS com desatenção. E isto não pode ser positivo às vésperas de uma campanha eleitoral e quando o Presidente João Figueiredo assegura a determinação de prestigiar o Partido”<sup>464</sup>.

A situação de oposição aos dois turnos ganhou ainda mais corpo, quando o Deputado Manoel Gonçalves (PDS-CE) recolheu 100 assinaturas de governistas contrários ao pleito em dois turnos. Mesmo que tal medida fosse em prol de uma busca por segurança do Governo e da própria Justiça Eleitoral, que se encontrava temerosa com o alto quantitativo de votos a serem feitos, durante o pleito de 1982<sup>465</sup>. Era um momento de total descompasso entre os interesses do Governo e do PDS.

A sublegenda também passou a ser polêmica dentro do PDS. Mesmo desassociada do pleito em dois turnos, focos dissidentes dentro do partido passaram a se articular em prol da rejeição da proposta. O governo e a maioria do PDS entendiam que seria necessário garantir a aprovação da Emenda por voto e não por decurso de prazo. Seria uma movimentação que garantiria respaldo e legitimidade ao projeto. Para isso, e reconhecendo a existência de um movimento dissidente dentro da própria base governista, o PDS passou a especular com políticos de outros partidos que estariam interessados em votar favoravelmente a proposta de manutenção da sublegenda<sup>466</sup>.

Esses impasses fizeram com que o Governo deixasse de considerar o pleito em dois turnos. A medida significa uma vitória do PDS? Sim, porque o partido fez oposição ao projeto do governo. A medida significa uma vitória do PMDB? Sim, porque o partido também fez oposição ao projeto. A medida pode significar uma vitória do Legislativo sobre o Executivo? Sim, também. Já que foram os parlamentares que tornaram inviável a existência de um projeto de dois turnos.

---

<sup>463</sup> JORNAL DO BRASIL, 9 de setembro de 1981, p. 3.

<sup>464</sup> JORNAL DO BRASIL, 10 de setembro de 1981, p. 4.

<sup>465</sup> JORNAL DO BRASIL, 11 de setembro de 1981, p. 3.

<sup>466</sup> FOLHA DE SÃO PAULO, 5 de outubro de 1981, p. 4.

E a sublegenda? O Governo entendeu que não havia condições de aprovar o texto pelo voto, com isso, passou a estipular a ideia do decurso do prazo. Como isso ocorreria? O quórum para aprovação do projeto seria sempre impedido, até que o prazo máximo de apreciação fosse estourado e assim, automaticamente, o projeto seria aprovado. O problema é que essa estratégia, que costumava ter sucesso, não prosperou. A oposição se articulou e conseguiu a presença de seus 199 Deputados. Havia a possibilidade de impedir que o projeto fosse apreciado se toda a bancada do PDS não estivesse presente. O problema é que 10 Deputados se recusaram a impedir a ausência de quórum. Esses mesmos acabaram votando, mesmo com forte pressão e ameaça das lideranças do PDS no Congresso, pela aprovação do texto. Ao todo, mais 7 deputados que não tinham filiação partidária também votaram pelo fim da sublegenda. O que marcou mais uma derrota ao Governo<sup>467</sup>.

Isso indica uma grande vitória da oposição. E, do que aqui fora apresentado, a primeira vitória da dissidência pedessista. O grande poder de articulação e a confiança foram fatores-chaves. Os dissidentes do partido não só desafiaram suas lideranças e o Governo, como conseguiram sair vitoriosos. E qual foi a consequência disso?

No último dia de outubro, o primeiro relatório produzido pelo governo respondeu a situação<sup>468</sup>. Neste, havia a preocupação com o futuro do partido. O relatório governista indicava que sem sublegendas o partido ficaria fragilizado e possivelmente seria derrotado em 1982 em estados importantes. O problema estava na divisão interna do próprio partido. Com a manutenção da sublegenda, seria possível evitar brigas que consequentemente dividiram a sigla. Sem esta medida, o partido ficava à mercê de um possível entendimento pacífico de suas elites - o que consideravelmente seria uma utopia.

A Comissão Executiva Nacional do PDS decidiu reagir em favor da suspensão da Reforma Eleitoral. Havia o entendimento de que com a derrubada da sublegenda, somente a oposição sairia beneficiada para a disputa do pleito de 1982<sup>469</sup>. Porém, a resposta do Governo foi negativa. Tanto o Presidente da República, quanto o Ministro da Justiça e o Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República mostraram-se insatisfeitos com o pedido da Comissão Executiva Nacional do PDS<sup>470</sup>. Essa postura governista poderia indicar a insatisfação do Governo com o PDS? Muito provavelmente sim. Portanto, ocorreu uma demora para o Planalto responder ao problema eleitoral do PDS.

---

<sup>467</sup> JORNAL DO BRASIL, 23 de outubro de 1981, p. 4.

<sup>468</sup> JORNAL DO BRASIL, 31 de outubro de 1981, p. 3.

<sup>469</sup> JORNAL DO BRASIL, 6 de novembro de 1981, p. 4.

<sup>470</sup> JORNAL DO BRASIL, 7 de novembro de 1981, p. 4.

E qual foi a solução encontrada? O voto vinculado. O Presidente Figueiredo decidiu vincular todos os votos da eleição de 1982. Com essa medida, seria obrigatório o voto no mesmo partido desde o cargo de vereador até o de governador. Isso claramente mexeu nos cálculos da oposição. Principalmente o PP, que percebeu que a vinculação impediria o sucesso pretendido. A solução encontrada pelo partido foi a incorporação do PP no PMDB.

Conforme visto, mais uma vez, o PDS não deu sustentação hegemônica ao Governo. Agora, diferente do que ocorreu nos exemplos citados no capítulo anterior, o grupo dissidente conseguiu garantir uma vitória expressiva na rejeição do segundo turno, como também na rejeição da proposta de sublegenda. Apesar disso, foi possível perceber que o Governo atuou na tentativa de impedir a vitória eleitoral dos partidos de oposição, criando a medida do voto vinculado. Abaixo, será possível compreender em detalhes a importância da sublegenda, já que o foco estará justamente nas brigas que ocorreram nos diversos estados da União.

#### **4.4 As diversas divisões dentro do PDS**

Neste momento, o foco deste subcapítulo se encontra nos diversos problemas mapeados dentro do PDS. De forma a ter maior clareza, a preferência foi de garantir a divisão por estados. Assim, será possível indicar os motivos e os agentes envolvidos.

A disputa eleitoral para o cargo de governadores começou a ganhar espaço dentro do parlamento ainda no mês de fevereiro de 1980, ou seja, anos antes do pleito. Membros do governo e congressistas ainda debatiam sobre a Emenda Lobão, quando o primeiro relatório foi montado com o claro interesse de apontar os candidatos ao cargo de governador dos estados.

Nesse momento, o favorito do PDS ao governo do Pará seria o Senador Jarbas Passarinho. Porém, sua indicação contava com um problema, já que o atual governador do Pará, Alacid Nunes (PDS), não era um grande aliado. A situação do Ceará também não era bem definida. Três nomes do PDS eram os favoritos ao cargo: Deputado Federal Flávio Marcílio, ex-governador do estado Aduel Bezerra; ex-governador do estado César Cals. No Rio Grande do Norte, também havia mais de um favorito: Vingth Rosado; Deputado Antônio Florêncio. Pelo Sergipe, dois nomes do PDS tinham claro interesse pela vaga: Deputado Raimundo Diniz; Senador Lourival Baptista. Na Bahia, cinco políticos do PDS disputavam uma indicação: Senador Lomanto Jr.; Deputado Prisco Viana; Prefeito Mário Kertesz; Deputado Fernando Wilson Magalhães; Deputado Afrísio Vieira Lima. Pelo estado de Minas Gerais, os favoritos a disputa eram: Bias Fortes; Ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel; Senador biônico Murilo Badaró; Deputado Homero Santos; Maurício Campos, Prefeito de Belo Horizonte; Deputado

Paulino Cícero. Em São Paulo, haviam dois possíveis nomes: Delfim Netto, Ministro do Planejamento; Laudo Natel<sup>471</sup>.

A situação, nos meses iniciais de 1980, ainda era de recrutamento. Aparentemente, o PDS atuou forte na busca por compor um grande quadro político. Não foram poucos os políticos que foram convocados a migrarem para a sigla governista. No estado do Mato Grosso do Sul, de 55 municípios, o PDS conseguiu filiar 54 prefeitos eleitos. E ainda corria atrás do prefeito que faltava<sup>472</sup>. O partido investiu de forma a buscar diversas filiações, não faltaram eventos que buscavam garantir a filiação de políticos, jovens e outros grupos sociais. Em Curitiba, a campanha contava com o Presidente Nacional do PDS, Senador José Sarney e teve como primeiro filiado o governador do estado (Ney Braga)<sup>473</sup>. Esses eventos eram carregados de momentos simbólicos.

Os primeiros focos de conflito dentro do PDS, ainda estavam relacionados ao processo eleitoral municipal. Diversos municípios as convenções do partido - que ocorreu em outubro de 1980 - indicavam a falta de unidade. O foco central estava em municípios do Nordeste brasileiro. Não havia uma solução de consenso entre os possíveis candidatos, o que acabava criando um clima de hostilidade. Alguns municípios como Vitória da Conquista (Bahia), Jequié (Bahia), Uberlândia (Minas Gerais), Uberaba (Minas Gerais) e Montes Claros (Minas Gerais) sequer tiveram suas convenções marcadas em conjunto com às demais, justamente por tamanha crise motivadas por rivalidades internas. A briga geralmente era concentrada entre membros da antiga elite do PSD e da UDN, mas não ficavam só nisso. O clima de hostilidade também estava no meio do comando do PDS, motivado por essas brigas internas. Ao que tudo indica, havia um racha entre o Vice-Presidente Aureliano Chaves e o Ministro da Justiça, ambos de Minas Gerais, pela liderança das indicações<sup>474</sup>.

As rivalidades regionais também foram motivos de preocupação da sigla. Até mesmo crimes políticos eram investigados, indicando como em determinadas regiões o partido era dividido. Um exemplo está no município de Pentecoste (Ceará), onde o líder da família Pereira Nunes, José Itamar - um dos líderes locais do município - teria sido assassinado a tiros. A viúva logo teria acusado um Deputado Federal (Raimundo Gomes da Silva) e um Deputado Estadual (José Gomes da Silva), irmãos, que disputavam o domínio da cidade<sup>475</sup>.

---

<sup>471</sup> JORNAL DO BRASIL, 2 de fevereiro de 1980, p. 2.

<sup>472</sup> JORNAL DO BRASIL, 8 de abril de 1980, p. 3.

<sup>473</sup> JORNAL DO BRASIL, 29 de junho de 1980, p. 2.

<sup>474</sup> JORNAL DO BRASIL, 5 de outubro de 1980, p. 4.

<sup>475</sup> JORNAL DO BRASIL, 5 de outubro de 1980, p. 4.

A situação de formação do PDS no Rio de Janeiro não foi muito tranquila. Primeiro, depois de um semestre o partido não conseguiu o número mínimo de filiações para a organização do partido dentro da sua capital. Seriam necessárias um pouco mais de 10 mil filiações para que o partido pudesse ter atividade nas 25 zonas eleitorais da cidade. Ao todo, a sigla ainda não tinha conseguido mais do que a metade, no mês de outubro de 1980. A situação se justifica pela preferência em garantir filiações em todas as regiões interioranas. O PDS-RJ também reclamou de como o governo não atuou muito ativamente em favor do estado. Uma outra questão que atrapalhou a organização inicial da sigla foi a prorrogação de mandatos. Como as eleições deixaram de ser no ano de 1980, alguns grupos políticos decidiram não se filiarem imediatamente. A ideia era entender como os partidos se comportam dentro do estado do Rio de Janeiro<sup>476</sup>.

Aliado a essa dificuldade de filiação, o partido ainda passou a enfrentar uma forte dissidência. Esse grupo seria oposição a liderança do então Senador Amaral Peixoto e era liderado por um outro Senador: Hugo Ramos, além do Deputado Federal Alair Ferreira. O motivo da briga estava na chegada de nomes emedebistas ao partido. Havia um descontentamento, porque estes quadros logo assumiram postos de comando do PDS - o que foi visto como um desprestígio a antiga Arena do Rio de Janeiro. “Transformaram o PDS num covil de antigos emedebistas e nós não podemos nos conformar. Essa grande dissidência, na certeza de que as próximas eleições governamentais serão realizadas com a sublegenda, pode até lançar candidatos próprios<sup>477</sup>”. A fala do Deputado Estadual pelo PDS, Heitor Furtado, indica bem o tamanho do incômodo ao qual os antigos arenistas cariocas se encontravam.

O nome a suceder o Governador Chagas Freitas também não foi facilmente escolhido dentro do PDS-RJ. A princípio, haveria um consenso sobre o nome do Ministro do Interior, Mário Andreazza, para o pleito. Mas até mesmo essa indicação seria um tanto quanto problemática ao partido, porque o PDS do Rio esperava uma maior participação do Presidente, justamente para possibilitar uma maior credibilidade na escolha. O principal Deputado que pedia uma maior definição do seu partido era Alair Ferreira, importante e antiga liderança da Arena no estado<sup>478</sup>.

Uma situação um tanto quanto inusitada ocorreu, por conta da indicação do Ministro do Interior ao pleito de 1982. No Hotel Nacional (Brasília), Deputados Federais do PDS-RJ se reuniram e decidiram declarar apoio ao Ministro Andreazza. O intuito era de garantir uma união

---

<sup>476</sup> JORNAL DO BRASIL, 5 de outubro de 1980, p. 4.

<sup>477</sup> JORNAL DO BRASIL, 22 de novembro de 1980, p. 4.

<sup>478</sup> JORNAL DO BRASIL, 25 de novembro de 1981, p. 3.

em torno de um nome forte o suficiente para ganhar a eleição. O problema é que o próprio Ministro Andrezza negava interesse em se candidatar ao cargo. O divulgado pelo Ministro foi sobre o seu interesse de ficar no Ministério do Interior e se dedicar a organização de mais projetos sociais, como o de habitação que ele liderava naquele momento, como também disse se sentir mais confortável em ficar na região de Brasília para apoiar o Presidente<sup>479</sup>. Mas, possivelmente a sua recusa ao cargo de governador do estado do Rio de Janeiro também pode estar associada ao seu interesse em ser o sucessor do próprio Figueiredo.

O estado do Mato Grosso do Sul também passou por uma grave crise política no final do mês de novembro de 1980. Havia um desconforto evidente, por parte dos dissidentes, com a escolha do Senador Pedro Pedrossian para o cargo de governador do estado. A dissidência acabou se reunindo e decidindo migrar de partido. Os grupos dissidentes eram liderados por Saldanha Derzi (Senador em exercício); Marcelo Miranda (ex-governador do estado); João Leite Schimdt (Deputado Federal). Ao todo, membros de 32 cidades, como da capital, formavam o grupo dissidente que buscaram sair da sigla após a indicação de Pedrossian<sup>480</sup>.

No Pará, a situação também ficou caótica no mês de novembro de 1980. A briga se concentra justamente na relação entre o Senador Jarbas Passarinho *versus* o atual governador Alacid Nunes. Esta briga acabou interferindo na própria organização estadual do partido, já que a convenção acabou sendo suspensa e assim, não seria possível gerar novas filiações, atrasando a formação de Diretórios municipais<sup>481</sup>.

A situação de crise teve uma primeira proposta de pacificação, porém gerou contestações pelos dois grupos. O Senador Jarbas Passarinho acabou realizando a seguinte oferta: o candidato ao governo do estado do Pará seria indicado por seu grupo político, enquanto o candidato ao Senado e a Vice-Governador pela chapa de Alacid. A medida contou com a contestação do grupo de Alacid, que manifestou o interesse em aceitar a proposta se ela fosse ao inverso do que estava sendo desenhado - Senado e Vice da chapa ao governo do estado do grupo de Passarinho e candidato ao governo do estado indicado pelo grupo de Alacid<sup>482</sup>.

A incerteza da relação acabou forçando a entrada em cena do Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Golbery do Couto e Silva, que buscou se encontrar com o governador do Pará, Alacid Nunes. A ideia era buscar um caminho intermediário desta briga, para evitar uma maior divisão dentro do grupo pedessista paraense<sup>483</sup>.

---

<sup>479</sup> JORNAL DO BRASIL, 4 de dezembro de 1981, p. 3.

<sup>480</sup> JORNAL DO BRASIL, 2 de novembro de 1980, p. 2.

<sup>481</sup> JORNAL DO BRASIL, 6 de novembro de 1980, p. 4.

<sup>482</sup> JORNAL DO BRASIL, 6 de janeiro de 1981, p. 4.

<sup>483</sup> JORNAL DO BRASIL, 13 de janeiro de 1981, p. 3.

As tentativas de estabelecer paz na relação entre Alacid e Passarinho acabaram fracassando. A estratégia encontrada por Alacid para superar a crise foi deixar o PDS e migrar ao PMDB. Sua saída não foi única, todo o seu grupo de sustentação acabou migrando do PDS para o PMDB-PA. O processo de mudança partidária não foi realizado sem controvérsias. Alguns seguidores de Alacid apontavam para um certo descontentamento, por conta da mudança de sigla. A mudança de 10 Deputados Estaduais do PDS ao PMDB alterou o jogo de forças do próprio Pará. Com essa alteração, PDS deixava de ser o maior partido na Assembleia Legislativa para o PMDB<sup>484</sup>. Essa situação acaba expondo como questões de natureza pragmáticas eram mais relevantes do que questões ideológicas.

O PDS-PA buscou superar o problema Alacid x Passarinho para conseguir estabilidade na indicação do sucessor ao governo do estado. Até então, o nome escolhido tinha sido o de Oziel Carneiro - filho de líderes políticos do estado, exercia o cargo de secretário-executivo do Programa Grande Carajás. A indicação de Oziel não era uma prioridade aos partidários do PDS. Se existisse uma fila, Oziel seria o terceiro. O primeiro nome era o do Deputado Federal Manoel Ribeiro e, em segundo lugar, o nome do Vice-Governador do estado, Gerson Peres. Oziel se tornou preferencial ao ser indicado por um grupo empresarial e por ter um perfil mais “tecnicista”<sup>485</sup>. Muito possivelmente, a influência do próprio Senador Jarbas Passarinho foi fundamental para sua escolha.

No estado de Minas Gerais, o grupo dissidente logo migrou para a oposição. A briga deu sequência aos confrontos locais motivados pelas disputas internas. Nem sempre a oposição se dava por satisfeita em receber esses grupos dissidentes. O próprio Senador Itamar Franco (PMDB-MG) revelou seu descontentamento com a chegada desses políticos, por entender que o motivo da migração estava associado a insatisfações locais. Não sendo, na perspectiva do Senador, uma postura de oposição ideológica ao governo<sup>486</sup>.

A situação mineira foi muito dificultada com esse rompimento. A própria formação partidária nos municípios do estado foi atrapalhada. O PDS não conseguia penetrar em 79% dos municípios do estado. Ao todo, dos 722 municípios, somente 151 tinham algum diretório do partido. Chama atenção de que até mesmo o Partido dos Trabalhadores, um partido sem grande repercussão na Câmara e no Senado, tinha 198 comissões provisórias<sup>487</sup>. Um número maior e mais expressivo do que o partido de maior representação no Congresso Nacional.

---

<sup>484</sup> JORNAL DO BRASIL, 15 de agosto de 1981, p. 2.

<sup>485</sup> JORNAL DO BRASIL, 18 de dezembro de 1981, p. 3.

<sup>486</sup> JORNAL DO BRASIL, 24 de novembro de 1980, p. 3.

<sup>487</sup> JORNAL DO BRASIL, 18 de janeiro de 1981, p. 3.



Outro ponto problemático no PDS mineiro estava na relação com os antigos partidos. O próprio Ministro da Justiça, Abi-Ackel, enfrentou essa situação na eleição para a Presidência da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Um grupo político com antigas ligações a UDN acabou se reunindo com o claro objetivo de derrotar o candidato apoiado pelo Ministro, justamente porque ele seria uma força política ligada ao antigo PSD. Para conseguir a vitória, os membros do PDS mineiro se uniram a outros partidos: PMDB e PP. A nível Federal, a briga era entre os Deputados José Bonifácio Filho (ligado aos udenistas) *versus* Bias Fortes (ligados a setores do antigo PSD)<sup>488</sup>.

A situação mineira foi ficando cada vez mais complexa, quando chegou o fim do ano de 1981. Havia uma grande dificuldade de estabelecer um nome de consenso para a disputa do governo do estado. Diversas soluções foram buscadas, inclusive com o próprio Planalto sinalizando que interviria diretamente neste pleito para conseguir estabelecer um nome com aceitação conjunta, mas aparentemente nada prosperava. O grande problema era o alto número de elites interessadas no estado - desde o Vice-Presidente, importante liderança mineira, ao Ministro da Justiça, que crescia em nível de influência no seu estado, passando por algumas lideranças ligadas aos antigos políticos da Terceira República, UDN e PSD. Esses antigos partidos ainda estavam relacionados ao problema com o próprio Ministro da Justiça, já que Abi-Ackel vinha de origem do PSD e importantes grupos da antiga UDN mineira não queriam ceder espaço ao indicado de um pessedista.

O então Território de Roraima também presenciou uma crise política do PDS. Lideranças estaduais do partido enviaram documentos ao Ministério da Justiça pleiteando o afastamento do governador Brigadeiro Otomar de Souza Pinto. As queixas estavam na centralização das decisões partidárias, tomada pelo governador. As lideranças do PDS de Roraima, Deputado Federal Júlio Martins, Deputado Federal Hélio Campos, e o Presidente do partido em Roraima, Chagas Duarte, acabaram exigindo a saída do então governador, sob a ameaça de largarem o PDS e migrarem ao PP. A denúncia ainda dizia que o governador de Roraima atrapalhava a gestão do próprio estado por conta de suas constantes viagens<sup>489</sup>. O PDS enviou o Deputado Federal e Secretário-Geral do partido, Prisco Viana, para mediar tal situação.

O estado de Alagoas também não teve estabilidade. Em viagem com o intuito de entender como o PDS se encontrava nos estados para o pleito de 1982, o Senador José Sarney

---

<sup>488</sup> JORNAL DO BRASIL, 4 de março de 1981, p. 3.

<sup>489</sup> JORNAL DO BRASIL, 21 de março de 1981, p. 3.

acabou se deparando com um partido dividido. A relação também era marcada por traços de ressentimento, motivadas por brigas pelo poder. Na formação da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa de Alagoas, o presidente estadual do PDS (Deputado José Tavares) acabou se aliando ao grupo oposicionista do PMDB para conseguir vencer o candidato Jorge Sampaio, que era membro do grupo do Deputado Federal Divaldo Suruagy (PDS). A atitude de aliança com a oposição não era esperada por parte de Suruagy. Mas a rixa indicava uma oposição a possibilidade de Suruagy se candidatar ao governo de Alagoas<sup>490</sup>.

O Rio Grande do Norte também tinha um PDS dividido. Até então, o estado era controlado por quatro grandes famílias: Maia, Mariz, Rosado e Alves. Destas, as três primeiras citadas se encontravam dentro do PDS. Porém, até então era a família Alves a mais forte. Liderada por Aluízio Alves (PP), sua influência foi capaz de proporcionar a criação de 135 Diretórios Municipais. Praticamente desde outubro de 1980 que Aluízio Alves já era claramente candidato ao governo do Rio Grande do Norte. A complexidade da situação era tamanha, que só o PDS tinha sete candidatos interessados em disputar o pleito ao governo do estado. A situação ainda era mais complicada, já que o atual governador não tinha boas relações com o segundo maior grupo partidário do PDS-RN. Essas desavenças acabavam prejudicando a própria organização do PDS e favorecendo o ganho de espaços do PP por todo o estado<sup>491</sup>.

A briga entre as famílias no PDS do Rio Grande do Norte tomou uma proporção maior, quando chegou o momento de buscar afinidade ao sucessor do governador Lavoisier (PDS-RN). A questão estava no embate entre Dinarte Mariz e Tarcísio Maia, membros das famílias tradicionais. O ponto da discórdia estava no interesse do ex-governador Tarcísio Maia indicar seu filho e, naquele momento, prefeito da capital do estado, José Agripino, como candidato à sucessão. Mariz identificava essa atitude como um desprestígio aos nomes que já tinham manifestado o seu interesse, como também um desprestígio ao governador Lavoisier, porque ele era quem deveria dirigir o processo de escolha do seu sucessor<sup>492</sup>.

Os baianos não ficaram de fora das desavenças. O PDS baiano contou com uma briga relacionada ao próprio processo de sucessão partidária. A relação problemática ocorreu com uma briga entre dois dos três Senadores do estado. Em uma reunião da bancada do PDS, para decidir sobre a questão da sublegenda, o Senador Lomanto Júnior (PDS-BA) discutiu com o Senador Juthay Magalhães (PDS-BA). Lomanto Júnior teria posicionamento desfavorável a sublegenda, e ao defender seu ponto de vista, foi interrompido por Juthay Magalhães que o

---

<sup>490</sup> JORNAL DO BRASIL, 27 de março de 1981, p. 2.

<sup>491</sup> JORNAL DO BRASIL, 28 de março de 1980, p. 2.

<sup>492</sup> JORNAL DO BRASIL, 3 de outubro de 1981, p. 3.

acusou de ter desrespeitado a diretriz do governo na votação da Emenda Lobão. A resposta de Lomanto Júnior acabou sendo de acusar Juthay Magalhães de passividade em momentos de grande importância e de acusação da oposição ao governo. A relação dos dois começou a se estremecer<sup>493</sup>.

O Rio Grande do Sul também teve dificuldades em estabelecer consenso sobre um nome para as eleições de 1982. A disputa dos candidatos do PDS ocorreu entre o Ministro da Previdência Social, Jair Soares, *versus* o Presidente da Câmara dos Deputados Nelson Marchezan. Inicialmente, projetou-se a realização de prévias para que o partido conseguisse indicar um nome. Havia também uma tentativa de acordo entre os candidatos, para que após a convenção do PDS, o nome escolhido seria abraçado por todos os demais<sup>494</sup>.

O que começou com um clima de altas expectativas e bons estímulos ao debate, foi tomando um perfil diferente com a proximidade das prévias. O ponto que tenciona a situação foi a divulgação de uma pesquisa de opinião, supostamente realizada pelo Diretório do PDS, onde o Ministro Jair Soares era apontado como favorito dos pedessistas gaúchos. A equipe de Nelson Marchezan teria se irritado e passou a ameaçar a própria realização das prévias, ao entender que a divulgação desta pesquisa traria prejuízos à candidatura de Marchezan<sup>495</sup>.

Apesar da larga vitória de Jair Soares nas prévias, a alta cúpula do partido entendeu que a própria realização das prévias neste caso e no caso paulista não foi agradável. Houve o entendimento de um alto desgaste das campanhas, para conseguirem a indicação. E aí, o partido entendia que haveria uma nova dificuldade: pacificar o processo após o fim das prévias. O desgaste dos candidatos poderia atrapalhar a estabilidade estadual e a garantia do consenso<sup>496</sup>.

O Ceará também não conseguiu estabelecer um consenso na disputa entre o Ministro de Minas e Energia César Cals e o Deputado Adauto Bezerra, a tentativa de estabelecer um consenso teve participação direta do governador em exercício Virgílio Távora (PDS-CE)<sup>497</sup>. A situação mineira também não foi facilmente resolvida. Um dos últimos estados a ter um nome pedessista para a disputa e que mesmo assim o candidato escolhido não conseguiu a estabilidade desejada para sua candidatura.

A situação apontada acima, na crise baiana, foi só o início dos problemas. O PDS-BA teve muita dificuldade em conseguir estabelecer nomes de consenso. O então governador, Antonio Carlos Magalhães e grande parte da cúpula do Planalto, além dos Ministros, estiveram

---

<sup>493</sup> JORNAL DO BRASIL, 1 de outubro de 1981, p. 2.

<sup>494</sup> JORNAL DO BRASIL, 20 de janeiro de 1982, p. 2.

<sup>495</sup> JORNAL DO BRASIL, 23 de janeiro de 1982, p. 2.

<sup>496</sup> JORNAL DO BRASIL, 26 de janeiro de 1982, p. 3.

<sup>497</sup> JORNAL DO BRASIL, 7 de fevereiro de 1982, p. 4.

presentes na Bahia para tentar garantir a estabilidade em torno do nome escolhido. Situação que não logrou êxito. A dissidência baiana foi bem resistente<sup>498</sup>.

As diversas brigas apontadas acima foram expostas apenas de forma resumida. Somente um estudo detalhado sobre os PDS's estaduais é que será possível identificar de forma mais detalhada em profundidade todo o processo e seus desencadeamentos. Contudo, não será uma novidade que essas pesquisas apontem para um problema de grande gravidade e que pode ter atrapalhado no próprio resultado eleitoral do PDS.

A ideia de conter a dissidência e estabelecer o consenso, dentro de um partido político, pode até parecer inocente. Mas o Planalto e as lideranças do PDS sabiam como um grupo não alinhado poderia contribuir para impedir o seu crescimento, como também auxiliar na organização e crescimento da oposição. Impedir dissidências era garantia de paz. Mas, como visto nas linhas acima, poucos foram os estados que não tiveram dissidências. Indicando a dificuldade de negociação com dissidências internas. O partido acabava sofrendo com a própria migração partidária de seus membros aos grupos de oposição.

#### **4.5 Conclusão**

Os resultados eleitorais de 1982 serão tratados aqui. A priori, cabem algumas formulações importantes. Os partidos de oposição não serão tratados em suas particularidades. O desejo, neste momento, é entender a dimensão partidária do PDS e seus resultados. Por isso, na análise atual, todos os partidos de oposição serão considerados como um bloco unificado.

Uma segunda questão a ser aplicada neste estudo está na comparação com resultados eleitorais anteriores. Nesse subtópico, o foco será comparar os resultados do PDS com os resultados da Arena, para desenhar o caminho ao qual o PDS estava inserido.

A primeira amostragem se concentra nos resultados para o cargo de Deputado Federal. Em 1982, o PDS deixava de ter maioria absoluta na Câmara dos Deputados, já que a soma dos votos nos partidos de oposição era de 50,9%. Esse era o pior resultado do partido governista depois de 1966. Segue o comparativo abaixo:

---

<sup>498</sup> JORNAL DO BRASIL, 25 de fevereiro de 1982, p. 4.

**Tabela 26: histórico de votos na Câmara dos Deputados**

Ano	Base governista	Oposição
1974	56%	44%
1978	55%	45%
1982	49,1%	50,9%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral<sup>499</sup>.

Esse quadro histórico já indica um problema importante para a composição da estratégia do PDS e do Planalto, a figura do Presidente foi fortemente utilizada em favor do partido. A situação já pode indicar a perda de credibilidade no Governo. Apesar do resultado ruim na Câmara, o Senado Federal conseguiu manter maioria ao PDS. Na verdade, a situação ganha até novo contorno, já que os Senadores eleitos em 1982 substituem os que foram eleitos em 1974. Em termos comparativos, o PDS retomava a maioria. O fator que explica esse crescimento do PDS no Senado está justamente na vitória dos seus senadores pelos estados do Nordeste brasileiro. Por exemplo, em 1974, o MDB elegeu senadores em alguns estados nordestinos como Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Em 1982, todos estes estados elegeram Senadores do PDS.

**Tabela 27: comparação dos Senadores eleitos em 1974 e 1978**

Senadores eleitos	Base governista	Oposição
1974	27,3%	72,7%
1982	60%	40%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral<sup>500</sup>.

A situação dos governadores também chama atenção. Lembrando que não será possível estipular comparações, porque nos anos de 1974 e 1978, os governadores foram eleitos de forma indireta. Por isso, as considerações serão feitas apenas com o resultado de 1982.

<sup>499</sup> Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores>, acesso em 20 de janeiro de 2023, às 10h.

<sup>500</sup> Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores>, acesso em 20 de janeiro de 2023, às 10h.

Falando diretamente sobre este pleito, não será possível dizer que o governo saiu vitorioso nas eleições para governadores, mesmo ganhando no quantitativo. Ao todo, 12 governadores foram eleitos pelo PDS e 10 governadores eleitos pela oposição. Porém, os centros de maior força eleitoral caíram nas mãos dos grupos opositoristas. Nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro a vitória foi da oposição. Além disso, os estados de Mato Grosso do Sul, Pará e Espírito Santo - que apareceram no tópico referente às divisões internas do PDS, também foram para a oposição. Goiás, Amazonas e Acre foram os demais estados vencidos pela oposição.

A situação nas Assembleias Legislativas também não era favorável ao PDS. O partido conseguiu perder uma grande margem percentual. Somando todos os estados, a Arena matinha um bom percentual de vantagem sobre o MDB, na casa dos 58%. O PDS perdeu 8 pontos percentuais.

**Tabela 28: A situação das Assembleias Legislativas**

	Base governista	Oposição
1974	58,1%	41,9%
1978	58,2%	41,8%
1982	50,3%	49,7%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral<sup>501</sup>.

Portanto, com exceção do Senado Federal, o Partido Democrático Social acabou tendo um resultado desfavorável em comparação com os anos anteriores. Além de ver o crescimento da oposição na Câmara dos Deputados, o PDS também não conseguiu vencer as eleições em estados chaves, perdendo em toda a região do Sudeste - que tinha maior desenvolvimento econômico e uma grande base eleitoral. Além disso, outro grande derrotado foi o “João”. O Presidente João Figueiredo fez de sua imagem campanha para que o PDS conseguisse um bom resultado eleitoral.

O PDS ainda teve condições de exercer influência no processo Legislativo acerca da questão eleitoral. A instituição do voto vinculado servia claramente para impedir o crescimento

---

<sup>501</sup> Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores>, acesso em 20 de janeiro de 2023, às 10h.

da oposição, mas parece que tal medida não funcionou da forma que lhe foi esperada. O partido também teve acesso privilegiado à máquina pública, o que teoricamente indicaria uma maior facilidade na conquista do eleitorado. Mas mesmo com todo esse empenho do Estado brasileiro, os resultados indicaram um crescimento da oposição política. Logo, a Reforma Partidária de 1979 foi capaz de dividir os partidos de oposição, mas não conseguiu ser uma garantia de unidade parlamentar do partido base do governo.

Esse capítulo verteu-se em analisar apenas questões diretamente relacionadas ao pleito de 1982. E ficou claro que em uma projeção individual, a imagem ainda é de um partido maior do que os grupos de oposição. Até mesmo a Câmara dos Deputados, onde o partido não tinha mais que 50% de Deputados, a sigla ainda era a maioria. Porém, em um quadro histórico, o crescimento da oposição passa a ser acompanhado de um declínio do partido base do governo. Chama atenção este fato, porque nitidamente os dados eleitorais do período ainda podiam ser alterados em favor do PDS, como também foram alterados em favor da Arena. Não faltaram esforços do Governo para garantir que o seu partido de base conseguisse ter bons resultados eleitorais.

Seria possível identificar causas que dificultaram o PDS em conseguir a obtenção de vitória parlamentar em 1982? Alguns fatores indicam isso: problemas com a coesão interna do partido, principalmente nos diversos estados da União, que brigavam em demasia por indicações políticas. A própria adesão do PDS ao seu garoto propaganda: o “João” – em um cenário de crescente crise econômica, a imagem do governo acabava sendo desgastada o que resultaria em uma posição mais favorável aos políticos da oposição política.

Porém, se tratando de um processo político, onde o partido era mais um em um grupo de opções, percebe-se que o PDS não conseguia gerar os resultados desejados pelo Governo de forma orgânica. O Partido sempre ficava dependente de uma “ajuda” para que o seu tamanho fosse garantido. Cabe, pensar o PDS em processos eleitorais de futuro. Justamente para entender o comportamento do partido durante e após, para assim definir se a interferência do Governo era, de fato, determinante para o partido.

## CONCLUSÃO

Importa agora, na conclusão, desenvolver alguns pontos sobre o Partido Democrático Social, estabelecendo diálogo com alguns autores que pensaram a formação, composição e atuação dos partidos políticos. Posteriormente, serão discutidas pesquisas sobre a abertura política brasileira e como essa dissertação contribui para esse debate.

Na conclusão do primeiro capítulo, foi desenvolvida uma discussão sobre o conceito de partido dominante de Jean Charlot<sup>502</sup>. A ideia era comparar alguns dos pressupostos do autor, com a realidade da Aliança Renovadora Nacional (Arena). Pelas considerações feitas, não houve o reconhecimento da Arena enquanto tal. Mas e o PDS? Poderia ele ser classificado dentro desta tipologia?

Charlot entende como partido dominante, uma sigla que esteja dentro de uma lógica de mercado político - um ambiente em que a própria multiplicidade partidária possibilita a formação de um partido de maior expressão. Uma outra questão apresentada seria a situação de uma representação em um regime democrático. O primeiro fator pode ser testado, mas o segundo é um pouco mais complexo. Apesar de autores como Daniel Aarão Reis entenderem que o período posterior ao ano de 1979 não pode ser classificado como uma ditadura, o Brasil ainda não estava inserido em um marco democrático, fato que ocorreria, na perspectiva do autor, apenas em 1988, com a promulgação da nova Constituição<sup>503</sup>.

Também foi destacado como um partido de caráter majoritário não pode ser entendido como dominante, apesar de todos os partidos dominantes serem caracteristicamente um partido de forma majoritária. Isso implica em dizer que essa classificação está adequada a princípios essenciais à formação do próprio partido. O PDS possuía traços de partido majoritário, justamente por sua extensão numérica no Congresso Nacional e levando em consideração sua representação nos estados do país. Portanto, possui elementos para ser classificado como dominante.

A lei eleitoral acabava permitindo que um partido tivesse percentualmente a maioria dentro da Câmara e do Senado, outro ponto importante para a classificação de um partido dominante. Vale lembrar, o PDS era o maior partido no Senado, como também era o partido de

---

<sup>502</sup> CHARLOT, 1970.

<sup>503</sup> REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.



maior concentração na Câmara. Aliado a lei eleitoral, o próprio partido dominante precisa de que a oposição tenha dificuldades na sua organização, impossibilitando uma atuação de mais força contra o partido dominante.

Nessa situação, o cenário brasileiro pode e não pode ser enquadrado. De fato, os grupos de oposição não eram fortes o suficiente para impossibilitar a aprovação de leis e medidas políticas. O PDS conseguia sozinho aprovar qualquer medida legislativa enviada pelo governo. Porém, a oposição política-parlamentar brasileira tinha dificuldades em conseguir a obtenção de uma maioria parlamentar, justamente porque o próprio Estado impedia. Os resultados eleitorais de 1978 e 1982 só foram favoráveis ao governo por conta das diversas ações de engenharia eleitoral – medidas que claramente visavam impedir surpresas como a que ocorreu em 1974.

Um outro critério que traz consigo uma certa questão de ordem está no caráter ideológico apontado por Charlot. O autor entende que um partido dominante consegue gerar estabilidade ao governo, suprimindo questões dúbias e mantendo a governança sem maiores problemas - mesmo em temáticas um tanto quanto caras na relação político-eleitor, leia-se a atuação partidária em medidas políticas impopulares. O PDS acabou atuando em diversos momentos em prol dos desígnios do Governo Figueiredo. Quando membros de um partido discordam de determinada prática proposta pelo Governo, não significa diretamente instabilidade. Isso, naturalmente, ocorre no seio político. Discordâncias costumam ser debatidas e negociadas. Por outro lado, a relação PDS-Planalto não foi um mero processo de discordância rapidamente sanado. Ocorreram dissidências reais e que custaram grande energia do Governo para combatê-las. Principalmente porque as emendas propostas por membros do próprio PDS davam maior celeridade ao próprio processo de abertura política - fator que não era do interesse do Governo.

Foi possível compreender dois vetores que estavam dentro do partido. Um grupo, geralmente composto e liderado por membros da cúpula partidária, acabava fortemente alinhado aos interesses do governo. Eles possibilitavam que o protagonismo da abertura política ficasse em mãos do Executivo. Um grupo dissidente teria um perfil distinto. A preocupação deste grupo era de dar o controle da abertura, por completo ou de forma parcial, ao Legislativo.

Por conta disso, seria impossível integrar o PDS no critério da estabilidade parlamentar. O autor entende que um sistema dominante garante maior margem de estabilidade ao próprio governo. Os exemplos citados no capítulo 3 e 4 mostram muito mais o Planalto sendo obrigado a negociar e atrasar diversas pautas, justamente porque não tinha condições de aprovação de

seus projetos mesmo com maioria dentro do próprio partido. Conquanto, a melhor classificação ao PDS, seguindo os critérios de Charlot, seria justamente entendê-lo como um partido majoritário, mas não dominante.

Uma outra questão seria entender a oligarquia do PDS e sua relação com o “Manifesto ao Povo Brasileiro”. O texto que tinha como desejo explicitar os ideais do partido acabaram não sendo os ideais seguidos pelo PDS durante os anos analisados. A preocupação com questões sociais, expostas nas páginas do Manifesto, não foram seguidas por seus membros. Essa contradição foi percebida justamente nas pautas consideradas importantes ao projeto de abertura, como o retorno das prerrogativas do Congresso.

Michels adverte que um caminho distinto entre programa e oligarquia não seria impossível<sup>504</sup>. O autor entende que a relação entre os interesses de uma massa organizada e inserida no partido nem sempre coincide com os alvos políticos dos próprios políticos que pertencem à sigla. Um partido, mais especificamente, os membros congressistas desta sigla, costumam ter um comportamento muito mais “conservador” do que propriamente uma militância política. E, a situação ganha ainda um caráter especial no caso do PDS - já que o partido ainda estava em processo de formação. Essa postura não impede o PDS de ser classificado como um partido.

O foco desta pesquisa esteve na relação entre o Partido Democrático Social e o Governo do Presidente João Batista Figueiredo entre 1979 e 1982. A proposta central era entender como, nestes anos iniciais, o partido se portou em relação ao Governo.

Conforme foi possível identificar, a relação esperada seria de autonomia para o Partido e maior capacidade de articulação política. A motivação central para essa postura estava na imagem social que a Arena - partido antecessor do PDS - tinha em relação ao Governo. A antiga sigla da base governista era vista sem margem de autonomia, baseada numa relação de submissão.

O PDS, apesar de desejar romper com essa imagem, conforme declarações de lideranças do partido, em vários momentos, se mostrou alinhado ao Governo Figueiredo. Essa relação evidenciou as estratégias do controle do governo no processo de transição política, já que diversas pautas consideradas de importância central para a continuidade da chamada abertura foram rechaçadas pelo próprio Governo, mesmo quando propostas por políticos do partido governista.

---

<sup>504</sup> MICHELS, 1914.

A *abertura política* era de grande interesse dos parlamentares, como da própria funcionalidade do Congresso. Lembrando que um dos debates de grande duração foram as chamadas prerrogativas do Congresso. Essa medida era uma forma de ajustar e tentar dar novo equilíbrio aos poderes, já que parte das funções legislativas foram extraviadas por parte dos antigos Presidentes militares. A expansão jurídica, apontada no capítulo 3, foi fundamental para garantir ao Governo o controle sobre o Legislativo e possibilitar uma maior margem de controle sobre o processo decisório brasileiro, sem a necessidade de intermediar com o Legislativo.

Analisando o processo de abertura política no Brasil, Maria D'Alva Kinzo<sup>505</sup>, o dividiu em três momentos, de acordo com o protagonismo dos atores em cada um deles. O primeiro foi de 1974 até 1982, marcado por total controle dos militares no processo da abertura. A autora entende que este período mais parecia um momento inicial de reforma do regime político, do que de fato um processo de abertura política.

O segundo momento se inicia em 1982 e se findou em 1985, o controle militar nesta fase também é existente, porém, trata-se de um momento de influência de outros agentes: os grupos civis. A chamada terceira fase se inicia em 1985 e se finaliza em 1989, sendo um momento no qual os militares deixam de ser o principal agente de influência, como também há o crescimento de relevância de agentes civis.

Aqui, cabe um maior detalhamento do primeiro marco temporal, já que foi justamente nele que esta pesquisa esteve concentrada. Este primeiro marco tem início com a chegada ao poder do Presidente Geisel, que trouxe consigo um projeto de abertura de caráter “lento, seguro e gradual”. Como já ressaltado acima, o controle esteve exclusivamente nas mãos dos militares. Porém, alguns fatores acabaram influenciando no próprio projeto.

A primeira questão de influência na condução da abertura política foi o processo eleitoral de 1974. Nele o desempenho do MDB acabou gerando um grande incômodo na cúpula militar. Havia o reconhecimento, por parte dos grupos militares, de que a sociedade civil passava a ver o MDB como um partido efetivo, capaz de enfrentar o Governo.

O segundo ponto ressaltado por Kinzo estava no conflito interno das próprias Forças Armadas. Havia o entendimento de que chegava o momento de retirada dos militares de suas atividades políticas. O objetivo desta medida era garantir a manutenção da harmonia militar. Porém, essa proposta não foi bem recebida no seio militar por todos os grupos. Como ressalta

---

<sup>505</sup> KINZO, MARIA D.'ALVA G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo em perspectiva*, v. 15, p. 3-12, 2001.

Kinzo, “a intensificação na repressão policial, empreendida pela linha-dura no comando militar de São Paulo, em 1975-76, foi claramente uma reação à política de liberalização de Geisel”<sup>506</sup>.

Para a autora, a ação de Geisel acabou sendo efetiva e bem-sucedida em relação a dois problemas. O problema político foi resolvido porque o governo perseguiu opositores e alterou diversas leis do processo eleitoral, tendo como claro objetivo beneficiar os políticos de sua base. Além disso, o governo tinha um grande controle sobre as atividades legislativas, o que lhe permitia um maior controle sobre os grupos da oposição. O segundo problema estava na oposição de grupos militares ao governo. Uma forma de impedir uma atuação mais radical destes militares estava justamente no exercício de controle do governo sobre a classe política.

A própria sucessão de Geisel, com a vitória do seu candidato - João Batista Figueiredo - era um indicativo de como Geisel conseguiu contornar as crises políticas e militares, garantindo a continuidade de seu projeto. Porém, havia um terceiro indicativo negativo ao Projeto Geisel: a crise econômica. Havia o entendimento pela equipe presidencial da necessidade de que para exercer controle sobre o projeto de abertura, os militares precisavam contornar a situação econômica. A solução buscada não seguiu a linha internacional - que passou a exercer uma cartilha de controle e redução dos gastos públicos. O Estado brasileiro ampliava os seus gastos, fator responsável por ter gerado uma instabilidade nas relações com o mercado interno e externo.

As consequências negativas da crise econômica brasileira passaram a ser sentidas mais diretamente no próprio Governo Figueiredo, o que obrigou ao seu governo a adoção de uma nova política econômica. A situação fica ainda mais agravada com um segundo choque econômico externo. O crescimento inflacionário foi uma realidade acompanhada pelos brasileiros do período.

A situação econômica não foi o alvo desta pesquisa, mas o quarto capítulo trouxe consigo uma pequena amostra de como o desempenho da economia preocupava os eleitores. Foram apresentadas pesquisas, nas quais a preocupação com a inflação e o aumento dos preços eram fatores de destaque. Possivelmente, o momento econômico acabou sendo propício para que os projetos de oposição, principalmente os do PMDB, fossem considerados um caminho alternativo aos eleitores de 1982. Além disso, o radicalismo militar foi fator de preocupação do Congresso Nacional, que recuou naquele momento, no debate de determinadas questões.

Era nítida a preocupação do governo de impedir o crescimento da oposição. Conforme ressaltado por Kinzo, e visto no capítulo quatro, o Governo buscou impedir vitórias eleitorais

---

<sup>506</sup> KINZO, 2001, p. 5.

da oposição, seja ainda no período da Presidência de Geisel ou na Presidência de Figueiredo. Os resultados políticos de 1974 estimularam a aplicação de uma série de reformas políticas que buscavam inibir o MDB. Assim, como em 1982, prevendo um resultado negativo ao PDS, o Governo Figueiredo atuou com o claro desejo de impedir a articulação da oposição. As intromissões que tentavam impedir o crescimento da oposição eram feitas através de Emendas, Decretos-Lei e semelhantes - o que buscava conferir um aspecto de legalidade ao regime.

Conforme visto nos capítulos 3 e 4, os militares buscaram impedir a discussão e aprovação de temáticas que pudessem contribuir para a aceleração do processo de transição, e o PDS teve papel importante nesse sentido. É de fato razoável afirmar que os militares comandaram o processo de abertura, até o ano de 1982, com a participação do partido governista. A Emenda Lobão, o debate sobre as prerrogativas do Congresso, a Reforma Eleitoral são alguns exemplos de como não havia muita margem para um projeto que não fosse do interesse do Governo. Porém, há de se esclarecer que nem sempre o projeto foi seguido sem questionamento por membros do PDS. O partido também teve oposição a algumas medidas do próprio Executivo. Quase sempre, mesmo com dificuldades, o Executivo conseguia garantir os seus interesses.

Seguindo a periodização de Kinzo, a segunda fase (1982 até 1985) foi marcada pelas eleições de 1982. O governo teria obtido ganhos, com a garantia de maioria no Colégio Eleitoral, embora a oposição também tenha apresentado crescimento relevante, em especial o PMDB. Seria o momento da entrada de novos atores políticos - responsáveis por atrapalhar o projeto do próprio governo. Esta pesquisa se encerra antes de discutir esse novo marco temporal, o que acaba sendo um limitador para testar a perspectiva da autora. Cabe reconhecer então, justamente a necessidade da continuidade de estudos sobre o Partido Democrático Social, justamente porque o acréscimo de informações nestas linhas acabaria destrinchando as problemáticas apontadas por Kinzo em seu artigo, como também contribuiriam para explicitar o papel do PDS nesse novo momento.

Para dar continuidade a este debate, deve-se apresentar a visão de D'Araujo<sup>507</sup>. Segundo a autora, o processo de incorporação dos militares ao novo regime democrático teria sido o mais bem-sucedido do chamado Cone Sul. A tese central de D'Araujo era justamente que o sucesso do processo de abertura, pelos militares, passava pelo impedimento de qualquer divisão dentro das Forças Armadas. Existia o entendimento de que essa instituição ficou no poder, na visão do

---

<sup>507</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina. Geisel e Figueiredo e o fim do regime militar. In: Seminário 40 Anos do Golpe de 1964. 1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.

grande público, de forma coesa e deveria assim se manter ao sair. Como também se reconhecia a extrema necessidade de garantir uma imunidade aos militares. “A instituição tinha que ser preservada. Não seria submetida a qualquer julgamento e usaria o consenso acerca disso como estratégia de transição”<sup>508</sup>. Para garantir o sucesso dessa estratégia, teria sido elaborada a ideia de abertura “lenta, gradual e segura”.

Ao olhar para a imprensa brasileira, a autora percebeu que os chamados crimes de Estado não tiveram a mesma repercussão dos demais países do Cone Sul: Uruguai, Argentina e Chile. Existia um grande desconhecimento, ao caso brasileiro, sobre o alto oficialato militar e suas ações, por parte do grande público. O processo que gerou a Anistia foi suficientemente satisfatório a esta instituição, já que garantiu não só anistia as vítimas como aos agressores. A própria participação militar na chamada Nova República, iniciada em 1985, foi considerada baixa. Também ocorreu um novo processo de relações entre os militares com os civis, onde os grupos militares deixaram de ter grande influência no ambiente político brasileiro.

Na visão da autora, seria um momento de controle das Forças Armadas por parte de grupos civis. Havendo uma postura de menor intervenção dos militares no seio político. Além disso, em 1998 teria sido criado o Ministério da Defesa, mais uma espécie de garantia da abstenção militar no seio político.

Seria possível desenhar a estratégia adotada pelos militares no processo de abertura? Segundo D’Araujo, o primeiro ponto desejado era o de afastar os militares radicais, que não queriam o retorno dos civis ao poder. Além disso, também era essencial impedir que a oposição conseguisse determinar o ritmo da abertura. Foi no Governo Geisel o momento ideal para o início do chamado projeto de abertura, já que não havia mais o enfrentamento aos grupos guerrilheiros.

Apesar disso, grupos militares foram capazes de exercer importante oposição ao projeto de abertura, o que demandou uma ação efetiva por parte do Presidente Geisel. Como medida ostensiva, Geisel buscou garantir o reconhecimento militar sobre a autoridade do Presidente em relação às Forças Armadas. “Geisel não era um democrata, mas sabia agir como homem da ordem, da autoridade e da disciplina militares. Por isso mesmo, logo no primeiro ano de governo vai se defrontar com a linha-dura<sup>509</sup>”.

Enquanto combatia os chamados “duros”, o próprio Presidente dava início a um processo de acordo com os grupos políticos, a Missão Portela, que visava estabelecer laços com

---

<sup>508</sup> D’ARAÚJO, 2004, p. 93.

<sup>509</sup> D’ARAÚJO, 2004, p. 97.

os diversos governadores do país, para viabilizar uma transição segura. Uma série de medidas, com o intuito de garantir a abertura foram aplicadas: fim ao AI-5; retorno do *habeas corpus*; Anistia; além da Reforma Partidária de 1979, que tinha como objetivo impedir o crescimento do MDB. O processo de abertura tinha um perfil não linear, avançava quando os propósitos do Executivo eram atingidos e recuava quando havia o reconhecimento de uma ameaça com a possível perda do controle. Apesar disso, os atentados praticados por militares da linha-dura continuavam a ocorrer.

A autora declara que Figueiredo foi “impecável no que toca aos compromissos políticos em torno de um calendário eleitoral<sup>510</sup>”. Pois bem, de fato, o processo eleitoral de 1982 ocorreu dentro do esperado e planejado. Porém, parte do pleito de 1982 não era originalmente para ocorrer naquele ano. É importante lembrar que o Governo liderou um movimento que impediu a realização das eleições municipais no ano de 1980. O principal fator era justamente o desejo de controle sobre o próprio processo eleitoral. Havia o reconhecimento de que um pleito ainda em 1980, ano em que os partidos ainda se organizavam em caráter nacional, estadual e municipal, poderia ser prejudicial aos interesses do Governo. Apresentar o Presidente como “impecável” referente ao calendário de 1982, não é justificável já que o calendário previa eleições em 1980.

Samuel Alves Soares,<sup>511</sup> em seu estudo, ressaltou o caráter incerto de um processo transitório e a ausência de certeza que o mesmo culminaria em um projeto democrático. Por isso, configura-se esta incerteza. Conforme destacou, “Ainda que se considere que o projeto de distensão tenha se constituído por uma complexa dialética de concessão e conquista entre o regime e outros atores políticos mais empenhados na democratização, a capacidade de iniciativa confinou-se aos militares”<sup>512</sup>.

Segundo Soares, a legitimidade ao projeto de abertura só ocorreria se este fosse contestado. Houve uma relativa abertura para que a sociedade civil participasse da vida política brasileira. Eram diversos setores que passaram a ser mobilizados. Alguns fóruns de debate foram criados através desse movimento pendular. Um movimento que exemplificaria essa postura, segundo o autor, seria o chamado “Novo Sindicalismo” – no qual a organização sindical ganhou uma forma distinta e também, a própria mobilização social era acompanhada de um interesse de mudança prático.

---

<sup>510</sup> Ibidem, p. 98.

<sup>511</sup> SOARES, Samuel Alves. **Controles e autonomia**: as Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974-1999). São Paulo: Editora UNESP, 2006.

<sup>512</sup> SOARES, 2006, p. 58.

Portanto, o presidente João Batista Figueiredo assumia o poder em um cenário um tanto quanto distinto, onde a repressão política devia ser mais contida, permitindo uma maior adesão no cotidiano político da sociedade civil. Dois processos ajudam a entender como os militares buscaram ceder espaço para um maior movimento contestatório dos civis. A lei de Anistia visava restituir não só direitos civis, como também direitos políticos para aqueles que estavam excluídos de alguma forma por ação estatal. Além disso, a Reforma Política, responsável por pôr fim ao bipartidarismo brasileiro, servia como contrapartida, evitando o crescimento desenfreado dos movimentos oposicionistas dentro do Congresso Nacional.

Para Samuel Soares, essas medidas de contrapeso adotadas pelo Governo Figueiredo eram percebidas pela oposição e acabavam servindo como propulsor de uma unificação dos grupos de oposição em favor de uma ação contra o Estado.

A visão do autor indica um movimento sinérgico da oposição. Em parte, essa tese se sustenta. Os grupos de oposição acabavam atuando, dentro do Congresso, para impedir medidas que eram interpretadas como desfavoráveis aos seus interesses. Porém, ainda sim, essa posição merece uma contestação. Nem sempre a oposição atuou de forma conjunta e em alguns momentos líderes dos partidos acabavam articulando seus interesses em conjunto ao Governo - até mesmo em projetos que poderiam trazer mais benefícios aos governistas do que oposicionistas. A ação em conjunto da oposição existia, mas não era a única via. Estabelecer negociações com o próprio Governo também era uma alternativa possível.

Gostaríamos ainda de retomar a análise de Américo Freire<sup>513</sup>. Em seu estudo sobre a via partidária da transição política, Freire reconhece que o governo tinha como interesse dar fim ao processo plebiscitário do regime bipartidário, no qual o MDB era visto como a marca da insatisfação/oposição ao projeto militar. Em aproximação ao cientista político Lamounier, Freire defendeu que o fim do bipartidarismo foi mais uma estratégia política que tinha o intuito de testar até onde o regime poderia continuar, por meio do próprio processo eleitoral.

O autor entende que o Governo Figueiredo deu continuidade ao projeto iniciado em Geisel, no que seria possível estipular maiores negociações com os grupos de oposição - principalmente através de interlocutores. No plano civil, o Senador Petrônio Portela seria esse agente. Talvez, a morte de Portela tenha atrapalhado uma maior observação sobre todo esse processo.

Porém, esta pesquisa apresentou o Ministro Ibrahim Abi-Ackel, sucessor de Portela. Abi-Ackel era um agente mediador e foi, em diversos momentos, exercendo esta função com

---

<sup>513</sup> FREIRE, Américo. A via partidária da transição política brasileira. *Varia história*, v. 30, p. 287-308, 2014.  
228



um desempenho favorável aos interesses do governo. Apesar do foco ser concentrado no PDS, o Ministro da Justiça também tinha papel ativo em negociações com os grupos/partidos da oposição.

O plano político, segundo Freire, também contou com um controle sobre os novos partidos, pensados em no máximo seis novas siglas, como também contou com o impedimento do surgimento de uma organização partidária comunista. O projeto previa um partido governista forte no Senado e na Câmara dos Deputados, o que acabou ocorrendo com o PDS. Além disso, Freire entende que o PP seria uma sigla a disputar espaços pelo centro político contra o PDS, e empurrando o (P)MDB para a esquerda do espectro político<sup>514</sup>. O PP seria um partido que em disputas políticas com o PDS, conseguiria trazer à memória os antigos embates entre PSD e UDN - marcas da Terceira República brasileira.

Freire sustenta que neste momento é possível perceber o crescimento da importância dos partidos políticos no projeto de governo. No que diz respeito a esse aspecto, ao concentrarmos esse estudo nas relações PDS e governo entre 1980-1982, evidenciamos diversos debates parlamentares e projetos políticos discutidos e que foram apresentados nos capítulos 3 e 4, indicando justamente o crescimento da importância do Legislativo durante o Governo Figueiredo. Ao menos, era assim que os legisladores se percebiam. Mesmo que alguns dos seus interesses não fossem aprovados pelo Governo Figueiredo, o próprio debate e a proposição em lei já é um indicativo de como estes parlamentares percebiam a importância do seu papel dentro da ordem política brasileira. Inclusive, importa destacar que alguns dos debates apresentados tiveram como líderes e principais articuladores membros do PDS que estimularam o surgimento de uma dissidência interna.

Segundo Freire, entre os anos de 1983 e 1985, o Governo Figueiredo perdeu o controle sobre a transição - o momento foi de crescimento da “aristocracia política” em decréscimo dos militares<sup>515</sup>.

Agora, vale ressaltar a seguinte afirmação de Freire: “a via partidária para a transição proposta pelo governo Figueiredo não deu certo e o regime militar pagou caro por isso. O PDS pode ser tomado como um exemplo nesse sentido. Em 1984-5, o partido perdeu substância política”<sup>516</sup>. O autor entende que dois fatores seriam responsáveis por esta questão: a formação da Frente Liberal e a incerteza sobre a sucessão presidencial. Esta pesquisa indica que o próprio

---

<sup>514</sup> Ibidem.

<sup>515</sup> FREIRE, 2014, p. 299.

<sup>516</sup> FREIRE, 2014, p. 301.

PDS, antes do pleito de 1982 já tinha grandes divisões internas. Seja pela dissidência no Congresso, seja na organização dos estados. O partido tinha um problema de formação, semelhante ao que ocorreu na Arena: aglutinar diversas elites locais dentro de si. A sublegenda foi uma medida que por muito tempo garantiu que, mesmo com divergências, a Arena pudesse ter bons resultados eleitorais. Com o fim desta medida, as brigas ganharam outra dimensão.

Ainda sobre o tema, Francisco Carlos Teixeira da Silva tem um capítulo publicado na coleção O Brasil Republicano, quarto volume, que tem como objetivo justamente debater o processo de abertura<sup>517</sup>. Primeiro, deve-se pensar sobre a chamada *crise das ditaduras*, que ocorreram entre 1970 e 1980 pela América Latina. Por isso, deve-se ter em mente que o caso brasileiro não foi o único, mas acabou tendo consigo suas particularidades.

Vale caracterizar uma importante reflexão de Silva, ao apontar para o contexto internacional e determinar como este acabou interferindo nos processos políticos latinos. A primeira questão de relevância dentro do cenário internacional foi a eleição de Jimmy Carter (1977-1981) como Presidente dos EUA. Sua postura Relações Internacionais foi firme em defesa dos Direitos Humanos. Isso acabou chamando a atenção dos diversos órgãos de comunicação no Brasil, que passaram a dar mais espaço aos grupos de oposição política.

No caso brasileiro, há de se ressaltar, que a luta em favor da democracia teria se iniciado até mesmo antes da eleição de Jimmy Carter. Dois fatores anteriores ao período citado podem ser exemplos de como a preocupação com a democracia estava em tona na sociedade e em grupos políticos. Primeiro, o próprio Estado tinha o desejo de inserir o Brasil em um processo de legalidade, dentro do Estado de Direito. Os principais embaixadores eram o Presidente Geisel e o Ministro Golbery do Couto e Silva. A segunda pauta de garantia da luta pela democracia estava na vitória eleitoral do MDB em 1974 - até o momento o único partido de oposição<sup>518</sup>. O resultado eleitoral de 1974 seria um sinal de que o suporte civil ao projeto ditatorial não era da maioria da sociedade.

Apesar da crise ditatorial, o caminho para o retorno do regime democrático não foi estável e sem questionamentos de grupos militares. Ao caso brasileiro, pelo menos dois grupos militares atuaram em prol de uma radicalizada oposição. A comunidade de informações - “conjunto de militares engajados e alguns policiais e civis, envolvidos na repressão contra a

---

<sup>517</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização: Quarta República (1964-1985)**. 9ª e. d. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

<sup>518</sup> SILVA, 2019.

oposição nos órgãos de repressão e espionagem política”<sup>519</sup> - e o *grupo áulico* - “montado em torno do poder, principalmente durante o governo do general João Figueiredo (1979-1985), visando unicamente manter o poder e evitar possíveis revelações, e punições, de atos de violência e brutalidade”<sup>520</sup>. Estes grupos acabaram sendo responsáveis por ataques terroristas, sendo o de maior repercussão o ataque no Riocentro em 1981.

Outro fator internacional que contribuiu para o processo de abertura política brasileira foi condicionado por questões de caráter econômico. O primeiro choque do petróleo, que ocorreu em 1973, não foi tão severo nas economias mundiais quanto o segundo. Havia uma grande vastidão de capitais no mercado internacional que possibilitou aos diversos mercados nacionais uma saída sem grandes problemas. Entretanto, a continuidade desta crise, nos anos subsequentes acabou “sangrando” o mercado brasileiro - forçando o esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico brasileiro conhecido como “milagre econômico”. Contribuiu para isso o fato de que a própria crise derivada do problema petrolífero gerou problemas na própria exportação brasileira, gerando mais gastos econômicos do que lucros.

Silva entende que os dois atores internos de principal destaque para o processo de abertura foram: o grupo militar composto do projeto Geisel-Golbery, no qual o Presidente Figueiredo também esteve presente. E o segundo grupo seria justamente as forças da oposição, que até então estavam centradas no MDB, sigla responsável em juntar os grupos de oposição. Apesar de citar esses dois maiores processos de influência, o autor entende que outros fatores também estavam atrelados ao processo de abertura, como políticos apoiadores do governo e a classe empresarial. A própria Arena e o PDS seriam responsáveis pela defesa e luta em prol de um projeto de abertura. Contudo, o MDB - por estar em um campo de oposição - acabou tendo um comportamento mais duro em favor de um projeto democratizante.

Contudo, não é possível entender o papel do Partido Democrático Social dentro da perspectiva de Silva, porque seu marco, apesar de estar inserido no debate da política, não privilegia um olhar mais detalhado sobre o partido. No texto, a menção ao PDS está justamente em um processo de posteridade ao marco cronológico desta pesquisa. Quando o autor pensa o período de 1979 até 1982, acaba focando na Anistia, no crescimento da importância dos movimentos sindicais e da oposição militar radicalizada, que foi responsável pelos atentados à bomba no período.

---

<sup>519</sup> Ibidem, p. 319.

<sup>520</sup> Ibidem.

O seu foco nos partidos políticos só ocorre em uma segunda fase do Governo Figueiredo, momento de baixa força de articulação política e que é marcado por um grande desencontro entre as próprias lideranças do PDS, contribuindo para um projeto de dissidência. Esta dissertação expõe justamente que a dissidência política causada no PDS em um momento posterior, já era presente em seus anos iniciais – seja em nível Federal, como no âmbito estadual.

E o que esta pesquisa mostrou? Primeiro, dentro do PDS até foram observados políticos que tentaram trazer uma maior autonomia ao Legislativo na condução do projeto de abertura política. Entretanto, membros do próprio partido acabaram se associando ao projeto do governo, mobilizando-se em prol de um projeto “lento, seguro e gradual”.

E o que estes políticos ganharam? A disponibilidade de uso da máquina estatal, mesmo que de forma limitada, já é fator suficiente para justificar uma ação em prol dos desígnios do governo. Este caminho poderia garantir o clientelismo dos políticos com suas bases locais – fator suficiente para uma reeleição ou uma ampliação de base eleitoral. Um outro motivo para o acompanhamento dos políticos ao projeto militar pode estar na retaliação. Os membros do PDS viam como o governo agia contrariamente aos políticos da oposição. Contrariar o governo poderia ser fator suficiente para punições.

Grinberg, em recente artigo, apontou um dado importante sobre a instauração do AI-5: um terço dos deputados federais cassados, após seu decreto, foram da Arena<sup>521</sup>. A autora reconhece que esses processos, que tinham o SNI como principal instituição formadora dos dossiês, reuniam diversas justificativas para punir os parlamentares. Estes textos investigativos não estão associados ao trâmite convencional da justiça, não havendo possibilidade de defesa dos investigados.

De fato, quando o PDS surgiu, o AI-5 já não existia mais. Porém, quem garantia que as ações repressivas da ditadura teriam chegado ao fim? O comportamento de um parlamentar, naquele momento, precisa ser analisado tendo em mente todo o histórico por ele vivenciado. Como apresentado nos capítulos 3 e 4, o governo agia com o intuito de impedir a aprovação de qualquer medida que tirasse seu controle sobre o projeto de abertura. E se, de fato, o governo fosse contrariado? Ele seguiria com o projeto pela abertura ou seria capaz de adotar uma ação mais repressiva como ocorreu em 1968?

Por fim, pensar em um partido distinto dos anos finais da Arena não se sustenta. Lucia Grinberg mostrou como a Arena no período (1974-1979) tinha pouca credibilidade no governo

---

<sup>521</sup> GRINBERG, Lucia. Traição, desobediência, indisciplina partidária: cassações de mandatos e suspensões de direitos políticos de parlamentares da Arena (1968-1969). **HISTÓRIA (SÃO PAULO)**, v. 1, p. 1-28, 2022.

Geisel. O PDS tentou fugir de uma imagem de submissão ao Governo Figueiredo. O problema é que essa expectativa, entre 1980 e 1982 não se concretizou plenamente.

Não havia grande margem de autonomia para o partido, mesmo em discussões que eram de grande valor para o Congresso. O Governo não só deixou de privilegiar membros da sigla, em votações consideradas relevantes, como também atuou contra qualquer possibilidade de aceitar um projeto político que fosse em desencontro com o seu ritmo de abertura. Até ocorreram reações dissidentes dentro do partido, mas não foram capazes de garantir vitórias. A presença deste grupo dissidente e até mesmo a campanha de Djalma Marinho (PDS-RN) à Presidência da Câmara dos Deputados deram o tom do nível de descontentamento de alguns grupos dentro do partido.

Além do mais, a própria formação do PDS, em semelhante ao que ocorreu na Arena, contribuiu para um grupo dividido nos estados. Diversas elites locais, que antes da formação do sistema bipartidário eram inimigas - ou disputavam o mesmo espaço político - passaram a atuar dentro da mesma sigla. Tal fator tem certa importância, já que foi determinante para impedir uma ação mais orgânica e estável em diversos estados da União.

Essa pesquisa não esgota a atuação do PDS no período priorizado nessa análise. O comportamento do partido em outros momentos também ainda precisa ser melhor investigado. Por exemplo: após as eleições em 1982, como ficou a relação entre PDS e o Governo Figueiredo? O partido teve uma dissidência, que formou a Frente Liberal, e mesmo assim teve uma grande representação no primeiro governo civil. Como o PDS conseguiu manter-se com a terceira maior bancada política mesmo depois da divisão? Como o partido se comportou após a vitória da chapa Tancredo-Sarney (PMDB-Frente Liberal)? E na Constituinte, o PDS teve alguma relevância? Explorar essas e outras perguntas em muito concorrerá para um melhor entendimento da política brasileira da década de 1980.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes

Arquivo Ernesto Geisel, CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, disponível em [https://docvirt.com/docreader.net/docmulti.aspx?bib=fgv\\_eg](https://docvirt.com/docreader.net/docmulti.aspx?bib=fgv_eg).

Arquivo Ernani do Amaral Peixoto, CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, disponível em [https://docvirt.com/docreader.net/docmulti.aspx?bib=fgv\\_eap](https://docvirt.com/docreader.net/docmulti.aspx?bib=fgv_eap)

BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral. **Dados estatísticos**: eleições municipais de 1972. Brasília, Tribunal Superior Eleitoral, 1988.

BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral. **Boletim eleitoral nº340**: Resultado das eleições municipais de 1976. Brasília, Tribunal Superior Eleitoral, 1979.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/dicionarios/dhbb>.

FOLHA DE SÃO PAULO, <https://acervo.folha.com.br/index.do>

JORNAL DO BRASIL,  
[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015\\_10&pasta=ano%20198&pesq=&pagfis=0](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_10&pasta=ano%20198&pesq=&pagfis=0)

TRIBUNA DA IMPRENSA,  
[http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083\\_04&pasta=ano%20198&pesq=&pagfis=0](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_04&pasta=ano%20198&pesq=&pagfis=0)

## **Bibliografia**

AGUIAR, Itamar. **As eleições de 1982 para governador em Santa Catarina**: táticas e estratégias das elites no confronto com as oposições. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, p.359, 1991.

FICO, Carlos. “Prezada Censura”: cartas ao regime militar. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 3, p. 251-286, 2002.

ALVES, Giovanni. Do “novo sindicalismo” à “concentração social”: ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1988). **Revista de Sociologia e política**, p. 111-124, 2000

ARON, Raymond. Introduction à l'étude des partis politiques. In: Association française de science politique, **Journées d'études des 26 et 27 novembre 1949**, Paris, 1949, p. 11.

BAHIA, Luiz Henrique. Reforma Constitucional e Ordem Autoritária: Congresso Nacional na 8ª Legislatura. In: FLEISCHER, David (org.). **Os Partidos Políticos no Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. 1964: a CIA e o golpe de Estado. In: TOLEDO, Caio Navarro (org.). **Visões críticas do golpe**: democracia e reformas no populismo. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

BEZERRA, Carla de Paiva. Os sentidos da participação para o Partido dos Trabalhadores (1980-2016). **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 34, 2019

BRIGAGÃO, Clóvis. **Brizola**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

BURDEAU, Georges. **Traité de science politique**. 2ª. ed. Paris: Librairie générale de droit et de jurisprudence, 1968.

CANO, Wilson. Milagre brasileiro: antecedentes e principais consequências econômicas. FICO, Carlos (org.). **1964-2004, 40 anos do golpe**: ditadura militar e resistência no Brasil: anais do seminário, UFRJ, UFF, CPDOC, APERJ. Rio de Janeiro: Editora 7Letras/FAPERJ, 2004.

CARVALHO, Alessandra. As atividades políticos-partidárias e a produção do consentimento. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (Org.). **A construção social dos regimes autoritários**: Brasil e América Latina, Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CHARLOT, Jean. **Os Partidos Políticos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

CODATO, Adriano. Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos. In: CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato (org.). **Como estudar elites**. Curitiba: Ed. UFPR. 2015.

D'ALESSIO, Márcia Mansor; JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. A esfera do político na produção acadêmica dos programas de pós-graduação (1985-1994). **Estudos históricos**, v. 9, n. 17, p. 123-149, 1996.

D'ARAÚJO, Maria Celina; JOFFILY, Mariana. Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização: Quarta República (1964-1985)**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

\_\_\_\_\_. Geisel e Figueiredo e o fim do regime militar. In: Seminário 40 Anos do Golpe de 1964. **1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.

DAHL, R. A. A Critique of the Ruling Elite Model. **The American Political Science Review**, v. 52, n. 2, p. 463-469, 1958.

DOWNS, Anthony. **An Economic Theory of Democracy**. New York: Harper, 1957.

DUBOIS, Jean. **Le Vocabulaire politique et social en France de 1869 à 1872**. Paris: Larousse, 1962.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. 2ª. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1980.

ECHEVERRIA, Regina. **Sarney: biografia**. São Paulo: Leya, 2011.

FICO, Carlos. **O Golpe de 64: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

\_\_\_\_\_. A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado “perdão aos torturadores”. **Revista anistia política e justiça de transição**, n. 4, p. 318-332, 2010.

\_\_\_\_\_. **O grande irmão**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.



\_\_\_\_\_. **Reinventando o otimismo:** ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FLEISCHER, David. As Desventuras da Engenharia Política: Sistema Eleitoral *versus* Sistema Partidário. In: FLEISCHER, David (org.). **Da Distensão à Abertura:** As Eleições de 1982. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

\_\_\_\_\_. O novo pluripartidarismo: perfil socioeconômico da Câmara dos Deputados (1979 *versus* 1983). In: FLEISCHER, David (org.). **Da distensão à abertura:** as eleições de 1982. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

\_\_\_\_\_. O Bipartidarismo (1966-1979). In: FLEISCHER, David (org.). **Os partidos políticos no Brasil.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

FREIRE, Américo. A via partidária da transição política brasileira. **Varia história**, v. 30, p. 287-308, 2014.

FREIRE, Vitorino. **A laje da raposa - memórias.** Rio de Janeiro: Guavira Editores, 1978.

FRANÇA, Teones. **Novo sindicalismo no Brasil:** histórico de uma desconstrução. Cortez Editora, 2016.

GARCIA, Vitor. Os documentos da comunidade de informações e segurança nos anos ditatoriais (1964-1985): uma análise crítica. In: NETTO, Rodrigo de Sá; STAMPA, Inez Terezinha (org.). **Arquivos da repressão da resistência.** Comunicações do I seminário Internacional Documentar a Ditadura. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 2013.

GASPARI, Elio. **A ditadura acabada.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006.

GRINBERG, Lucia. Traição, desobediência, indisciplina partidária: cassações de mandatos e suspensões de direitos políticos de parlamentares da Arena (1968-1969). **HISTÓRIA (SÃO PAULO)**, v. 1, p. 1-28, 2022.

\_\_\_\_\_. **Partido político ou bode expiatório:** um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

GUEDES, Roberto. **Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social.** Mauad X, 2018.

HIPPOLITO, LUCIA. **De raposas e reformistas:** o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964). 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

HUNTER, Wendy. The Partido dos Trabalhadores. **Democratic Brazil Revisited**, p. 15, 2008

KINZO, MARIA D.'ALVA G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em perspectiva**, v. 15, p. 3-12, 2001.

LADOSKY, Mario Henrique; DE OLIVEIRA, Roberto Vêras. o “novo sindicalismo” pela ótica dos estudos do trabalho. **Revista Mundos do Trabalho**. v. 6, n. 11, p. 147-170, 2014.

LAMOUNIER, Bolívar. O “Brasil autoritário” revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In: STEPAN, Alfred (org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron. The Origin and Development of Political Parties. In: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron. **Political Parties and Political Development**. Princeton: Princeton University Press, 1966.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

MADEIRA, Rafael Machado. **Vinhos antigos em novas garrafas: a influência de ex-arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro**. 2006. 208 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider; GONÇALVES, Leandro Pereira. A fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) no exílio. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 16, p. 399-416, 2016.

MATHIAS, Suzeley. **Distensão no Brasil: o projeto militar: 1973-1979**. Campinas: Papirus, 1995.

MERTON, Robert K. **Eléments de théorie et de méthode sociologique (Social Theory and Social Structure)**. Paris: Plon, 1965.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

\_\_\_\_\_. **Les Partis Politiques**. Essai sur les tendances oligarchiques des démocraties. Paris: Flammarion, 1914.

MILLS, C. W. **The Power Elite**. New York: Oxford University Press, 1956.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

\_\_\_\_\_. A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política. In: **Páginas**, n. 17, v. 8, 2016.

\_\_\_\_\_. O golpe de 1964 nas pesquisas de opinião. In: **Revista Tempo**, v. 20, 2014.

\_\_\_\_\_. O MDB e as esquerdas. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007, p. 283-302.

\_\_\_\_\_. O MDB e os intelectuais. In: **VARIA HISTÓRIA**, Belo Horizonte, n. 12, p. 104-113, 1993.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2020.

NEUMANN, Sigmund. **Modern Political Parties**. Approaches to Comparative Politics. Chicago: University Press, 1956.

OLIVEIRA, Ueber José de. **Configuração político-partidária do estado do Espírito Santo no contexto do regime militar**: um estudo regional acerca das trajetórias de ARENA e MDB (1964 e 1982). Tese (Doutorado em Ciência Política), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). São Carlos, p. 335, 2013.

PALMEIRA, André Franklin. **O Partido do Brasil**: uma história do Partido do Movimento Democrático brasileiro (1980/2016). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, 2017.

PICCOLO, Monica. O dragão não era de papel: os (des)ajustes da Política Econômica brasileira nos anos 1980. QUADRAT, Samantha Viz (org.). **Não foi tempo perdido**: os anos 80 em debate. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

QUADRAT, Samantha Viz. A ditadura civil-militar em tempo de (in)definições (1964-1968). In: MARTINHO, Fico Palmares (org.). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.

REGO, Antonio Carlos Pojo do. **O Congresso brasileiro e o regime militar (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), v. 23, p. 171-186, 2010.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

- \_\_\_\_\_. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel A. **As esquerdas no Brasil: revolução e democracia**, v. 3, 1964.
- REIS, Fábio Wanderley. O Bipartidarismo nas Eleições de 1976. In: FLEISCHER, David (org.). **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.
- RÉMOND, René (org.) **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.
- ROLLEMBERG, Denise. A ditadura civil-militar em tempo de radicalização e barbárie (1968-1974). In: MARTINHO, FICO Palmares (org.). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização: Quarta República (1964-1985)**. 9ª e. d. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, M. C. S. ; CASTRO, C. . **A Volta aos Quartéis**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- SOARES, Samuel Alves. **Controles e autonomia: as Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974-1999)**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- SORAU, Frank. Political Parties and Political Analysis. In: CHAMBERS, W. N.; BURNHAM, W. D. (org.). **The American Party Systems**. Stages of Political Development. Nova York: Oxford University Press, 1967.
- STEPAN, Alfred C. **The Military in Politics – Changing Patterns in Brazil**. Princeton University Press, 2015.
- STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, p. 115-137, 2011.
- TERÁRT, Philippe. **Pequena história dos historiadores**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2000.
- VASCONCELOS, Cláudio Bezerra de. Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964-1968): a preservação do Legislativo. **Varia história**, v. 29, p. 333-358, 2013.
- VIVEN, Ishaq. **A escrita da repressão e da subversão, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

WALLAS, Graham. **Human Nature in Politics**. Londres: Constable, 1920.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia contemporânea. 4. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2015.

ZIKER, Daniel. The legislature and democratic transition in Brazil. In: CLOSE, David (org.). **Legislatures and the new democracies in Latin America**. Bolder: Lynne Rienner, 1993.